

MARCELO ALVES LIMA

## A GESTÃO DA EXPERIÊNCIA DE ENVELHECER EM UM PROGRAMA PARA A TERCEIRA IDADE: A UNATI/UERJ

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Departamento de Antropologia do Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas. Sob  
orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Guita Grin Debert.

Este exemplar corresponde à  
redação final da dissertação  
defendida e aprovada pela  
comissão julgadora em  
02/07/1999

### BANCA EXAMINADORA:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Guita Grin Debert

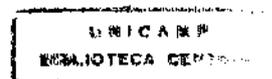
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Coleta F. Albino Oliveira

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Myriam Moraes Lins de Barros

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariza Corrêa

*at*  
*Marcelo Coleta F. A. de Oliveira*  
*Myriam Moraes Lins de Barros*

Campinas, julho de 1999



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V	EX
TOMADA	39932
PAGOS	278/00
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	29,11,00
DATA	12/01/00
N.º CPD	

CM-00137797-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

**L 628 g**      **Lima, Marcelo Alves**  
**A gestão da experiência de envelhecer em um programa para a**  
**terceira idade: a UNATI/UERJ / Marcelo Alves Lima.**  
 - - Campinas, SP : [s. n.], 1999.

**Orientador: Guita Grin Debert.**  
**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Antropologia. 2. Envelhecimento. 3. Velhice. 4. Terceira**  
**idade. 5. Gerontologia. I. Debert, Guita Grin. II. Universidade**  
**Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**  
**III. Título.**

## AGRADECIMENTOS

Um Trabalho que, como este, tenha sido escrito ao longo de um período de tempo maior que convencional, faz seu autor devedor de um grande número de pessoas e instituições, e faz do autor também injusto, por não poder agradecer em particular a todos os que contribuíram para que chegasse ao fim.

Desde o início de sua idealização, alguns momentos foram decisivos para que esta dissertação chegasse ao fim, em todos esteve presente minha orientadora Guita Debert, que não bastasse os méritos de sua orientação precisa, não me permitiu desistir e soube como ninguém ser compreensiva com meu ritmo próprio e nem sempre muito organizado de trabalho, assim como com minha liberdade de ação e reflexão. De forma que lhe sou mais do que grato.

Minha passagem pela UnATI/UERJ não foi apenas a de um pesquisador, por isso sou grato e devedor de meus alunos, em especial Aldir, Aline, Chaja, Jocira, Luzia, Neide, Nise, Therezinha, Carlindo e Evandro. Assim como sou grato à todos os colegas desta instituição, em particular Mabel Imbassahy, Shirely Prado; Elisabeth Adler e também à Jane Sayd e Maria Aparecida Fontes, esta última, pela colaboração decisiva na fase final de redação, é em parte responsável por este trabalho ter ficado pronto

Agradeço aos colegas da minha turma de Mestrado, Cintya Rodrigues, Lea Rodrigues, Edmundo Peggion, Luciana Ladeira e Letícia Schwartz. De uma ou outra forma todos me incentivaram, e o tempo que tivemos de convívio foi intelectualmente plural e instigante, além de muito agradável. O que, é claro, é também resultado da presença dos professores do Programa de pós-graduação em Antropologia da UNICAMP, do apoio, amizade e estímulo que dedicam aos alunos, portanto, a eles também sou grato. Não poderia deixar de agradecer aos colegas do curso de graduação no IFCS-UFRJ: Márcia, Adriano, Luciana Barão, Luciana Leão, Anderson, Roberto, Paloma. Já que sobrevivemos ao curso como amigos, teimamos em permanecer assim, fato que parece raro hoje em dia, mas não poderia ser diferente em se tratando de um grupo tão especial. E aos colegas do curso de Especialização da Escola Nacional de Saúde Pública.

À Alexandre Schubert e Ludmila Plitek e também o Pedrinho que é Schubert e Plitek, assim como à Adriana Aragão, sou grato por não deixarem a música parar. À Andréa Estevam, devo mais do que é possível citar aqui.

Para meus pais e minhas irmãs, não basta agradecer, à eles dedico esta dissertação.

## RESUMO:

“A Gestão da Experiência de envelhecer em um programa para terceira idade: A UnATI/UERJ”

Resumo:

O objetivo desta dissertação é compreender aspectos relacionados aos novos padrões de gerir a experiência de envelhecimento. Aspectos que surgem como sintoma e reflexo das formas de sociabilidade dos grandes centros contemporâneos, e que vêm sendo designados pelo nome “terceira idade”. A dissertação tem como foco o cotidiano de um programa para a terceira idade: A Universidade Aberta da terceira Idade, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Considerando, em particular, as relações que ali se estabelecem entre os representantes de um saber sobre a velhice e envelhecimento e pessoas idosas, e o modo como, desse contato, resulta a construção de um *código* que permite aos alunos desta instituição partilharem uma experiência comum, envelhecer, em um meio bastante heterogêneo.

## SUMÁRIO:

<b>INTRODUÇÃO:</b>	<b>1</b>
A PESQUISA: ESTAR LÁ, ESCREVER LÁ...	10
<b>PARTE 1: FORMACÕES DISCURSIVAS SOBRE VELHICE E ENVELHECIMENTO</b>	<b>16</b>
<b>A GERONTOLOGIA E A GERIATRIA</b>	<b>17</b>
VELHICE E MEDICINA: GERIATRIA	19
VELHICE E POLÍTICA SOCIAL: GERONTOLOGIA	27
<b>A GERONTOLOGIA COMO RETÓRICA</b>	<b>36</b>
A GERONTOLOGIA COMO RETÓRICA	36
A GERONTOLOGIA COMO CIÊNCIA INTERNACIONALISTA	40
<b>POLÍTICAS SOCIAIS E PROGRAMAS PARA A 3ª IDADE</b>	<b>50</b>
POLÍTICAS SOCIAIS PARA A TERCEIRA IDADE	51
CAPITAL GERONTOLÓGICO E A FORMAÇÃO DE UM CAMPO AUTÔNOMO	67
PROGRAMAS PARA TERCEIRA IDADE	78
UNIVERSIDADE: ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E “TERCEIRA IDADE”	85
<b>PARTE 2: A UNATI/UERJ</b>	<b>94</b>
<b>INTRODUÇÃO:</b>	<b>95</b>
<b>A UNATI/UERJ: ENTRE O SABER E O LAZER</b>	<b>97</b>
QUEM SÃO OS ALUNOS	103
AS ATIVIDADES	109
UMA “MICRO UNIVERSIDADE TEMÁTICA”	114
ENTRE O SABER E O LAZER	119
“INFANTILIZAÇÃO” E “MATERNALIZAÇÃO”	124
PÚBLICO E PRIVADO	128
<b>ALUNO? IDOSO? VELHO?</b>	<b>132</b>
O “IDOSO” DA GERONTOLOGIA E OS ALUNOS	134
A INSCRIÇÃO E A FILA DO INPS: “VELHOS” X ALUNOS	141
O SIGNIFICADO DA UNATI/UERJ: ALUNO X INDIVÍDUO	144
A GREVE: ALUNO X VELHO	152
<b>FINAL: A VELHICE COMO ESTADO DE ESPÍRITO</b>	<b>161</b>
<b>A “TERCEIRA IDADE” COMO UM CÓDIGO: A VELHICE COMO ESTADO DE ESPÍRITO</b>	<b>162</b>
PSICOLOGISMO E TERCEIRA IDADE	165
TERCEIRA IDADE E IDENTIDADE INDIVIDUAL	169
A “TERCEIRA IDADE”: VELHICE COMO “ESTADO DE ESPÍRITO”	171
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>175</b>
<b>BIBLIOGRAFIA:</b>	<b>180</b>

“Proust esta convencido da verdade de que não temos tempo de viver os verdadeiros dramas da existência que nos é destinada. É isso que nos faz envelhecer, e nada mais. As rugas e dobras no rostos são as inscrições deixadas pelas grandes paixões, pelos vícios, pelas intuições que nos faltaram, sem que nada percebêssemos, porque nós, os proprietários não estávamos em casa.”  
(Walter Benjamim, *Sobre Alguns Temas de Baudelaire*)

*Madrugada*  
Ceci, M. Santos

*Madrugada...*  
Circunvagueio o olhar em torno de mim  
E não vejo nada, porém aqui me encontro  
Plena, confiante, realizada  
Dona de mim mesma,  
livre, leve e solta como as borboletas  
Oh! solidão conquistada,  
Se neste momento faço versos não é a toa  
são fios temporãos que me enternecem  
e me fazem recordar a vida passada  
e a grande sensação que sinto agora ao fazê-los  
é que sou tudo e não sou nada  
e assim pensando uma certeza eu tenho  
não sou uma mulher vazia de mim mesmo  
não sou uma mulher alienada  
e num turbilhão de emoções eu me confundo  
já nem sei se sou presente ou passado  
primavera verão eu já não sou  
serei eu por acaso outono ou inverno  
ou serei apenas madrugada\*

---

\* Esta poesia foi lida pela autora no “II Encontro de Idosos”, realizado durante a III Jornada de Geriatria e Gerontologia da SBGG sessão RJ. A autora participa da oficina de poesia de um programa para a terceira idade, o “Espaço Avançado da UFF”. O grifo é meu.

## INTRODUÇÃO:

Nos últimos anos, tem ocorrido um aumento significativo do número e da variedade de iniciativas voltadas para pessoas idosas. Do mesmo modo, vêm crescendo em todo o país as discussões em torno das características e direitos deste grupo etário, em especial relacionados à aposentadoria e à sua qualidade de vida. Mesmo em um país como o Brasil, tradicionalmente identificado como um “país jovem”, que dá pouca atenção aos seus idosos, a velhice vem se tornando, de forma particular, uma questão de ordem pública, não mais restrita à esfera privada e da família.

Frente ao Estado e à sociedade, que não podem mais ignorá-lo, o idoso se tornou ator na cena política e social<sup>1</sup>, redefinindo imagens estereotipadas nas quais a velhice aparece associada à solidão, doença, viuvez, morte, etc. Imagens que enfatizam esta fase da vida como uma condição desfavorável, muitas vezes indesejada. No entanto, vem sendo divulgado pela mídia um número cada vez maior de matérias sobre pessoas idosas que de alguma forma estariam agindo como “não velhos”. São pessoas de idade avançada praticando esportes, ginástica, dançando e se divertindo em atividades que demonstram uma vitalidade e alegria normalmente identificadas apenas com a juventude. Frequentemente, essas matérias têm como enunciado mostrar a superação da velhice e de sua condição de degradação física e social. Em seu sub-texto, ao apresentar estas pessoas como exemplos de vitória sobre o tempo, elas enfatizam a responsabilidade de cada indivíduo perante a forma como envelhece. Tais matérias atribuem a estas pessoas a categoria “terceira idade”<sup>2</sup>,

---

<sup>1</sup> A figura do idoso se tornou recorrente nas campanhas eleitorais e nas plataformas dos partidos políticos. O deputado estadual mais votado no Rio de Janeiro, nas eleições de 1994, Sérgio Cabral Filho, fez uma campanha pautada na defesa dos direitos da terceira idade. Segundo declarações suas, em um seminário promovido pelo SESC no Rio de Janeiro, 80% de seus votos teriam vindo de idosos. O artigo 230 da Constituição Federal, promulgada em 1988, estabelece a responsabilidade do Estado, da família e da Sociedade frente os idosos e, em 1996 foi sancionada a lei que estabelece a Política Nacional do Idoso. Dois eventos recentes: o movimento dos aposentados, reivindicando a reposição dos 147%, e o impeachment que destituiu o governo Collor, deram visibilidade à mobilização de idosos. Sobre o primeiro ver Simões (1992).

<sup>2</sup> O termo “terceira idade”, de acordo com diversos autores, surge no final dos anos 60, na França, para expressar novos padrões de comportamento de uma geração que se aposenta e envelhece ativamente. O conjunto de representações em torno do termo aponta para uma forma de envelhecer de modo ativo, associada ao lazer, à autonomia e à auto satisfação. Tende a ser vista, a “terceira idade”, tanto entre os *experts* no tema quanto entre os idosos, ou como uma nova forma de viver a velhice, ou como uma nova etapa da vida que se intercalaria entre a idade adulta e a velhice propriamente dita.

enquanto para aquelas que não se comportam da mesma forma, porque não podem ou não querem, restaria o rótulo de “velhos” e toda a carga pejorativa que o acompanha.

O surgimento de novas representações sobre a velhice e o envelhecimento, assim como o aumento da participação social dos idosos, não pode ser atribuído unicamente ao envelhecimento da população, pois é reflexo de mudanças que implicam redefinições das formas de periodização da vida, das categorias etárias que recortam a organização da sociedade e a revisão das formas tradicionais de gerir a experiência de envelhecimento. Tais mudanças ocorrem em meio a um processo de “politização”, com características próprias das sociedades contemporâneas, que tem alçando a velhice à dimensão pública, tornando mais evidentes os mecanismos e os agentes de sua construção social, bem como, explicitando o papel desempenhado por cada um deles: o Estado, através de políticas sociais; o saber científico institucionalizado e as pessoas idosas.

A observação atenta dessa nova visibilidade da velhice e desses diferentes papéis sugere uma aparente contradição: ao mesmo tempo em que alcança uma dimensão pública, a velhice tende a ser vivida e apresentada como uma responsabilidade individual, resultado de um processo que Debert (1993 e 1997) chamou de *reprivatização da velhice*.

O objetivo desta dissertação é identificar aspectos desta aparente contradição nas articulações entre duas ordens de problemas: a *reprivatização da velhice* e as relações que se estabelecem entre pessoas idosas e a produção de discursos sobre velhice e envelhecimento. O foco principal da análise incide sobre as práticas corporificadas em uma instituição voltada para “terceira idade”, a Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UnATI/UERJ<sup>3</sup>). Esta análise admite como pressuposto, que tanto a percepção da velhice e do envelhecimento que têm os alunos desta instituição, quanto a que expressam aqueles que ali trabalham na condição de *experts*, embora diferentes, se reduzem à condição de artefatos culturais. Ambas são modos de conceber a velhice feitos da mesma matéria prima, ou seja, dos significados e valores da cultura na qual se inserem.

A “terceira idade”, de acordo com este pressuposto, expressa uma nova sensibilidade em relação à velhice. Sensibilidade que surge e se transforma como reflexo e sintoma das formas de

---

<sup>3</sup> A grafia adotada será a seguinte: UnATI/UERJ, sempre que estiver me referindo a esta instituição em particular; UNATI de forma genérica para qualquer Universidade para a Terceira Idade (UNATIs no plural). UnATI (com n minúsculo) é a grafia utilizada pela UnATI/UERJ, desde que foi alvo de ação judicial por parte de outra UNATI, em disputa pelo direito de se autodenominar Universidade Aberta Para a Terceira Idade. Um exemplo de como podem ser conflituosas as relações entre estas instituições.

sociabilidade que se desenvolvem contemporaneamente nos grandes centros urbanos, numa operação que encontra nos “programas para terceira idade”, como o que será descrito nesta dissertação, um espaço propício a sua realização.

O que pretendo demonstrar é que a “terceira idade” é um código: de comportamento, de expressões corporais e, sobretudo, de expressões de subjetividade, através do qual as experiências de envelhecimento individuais podem ser partilhadas e negociadas, em um contexto marcado ao mesmo tempo pelo surgimento de um discurso científico sobre a velhice, e por mudanças na forma como indivíduos, ao viver sua experiência de envelhecer, negociam com imagens estereotipadas da velhice. Em uma época em que a tradição progressivamente vai sendo destruída ou substituída (Giddens, 1991a e b, 1993 e 1997), onde “o holismo está deslocado” e o indivíduo se torna a medida de todas as coisas (Dumont, 1992 e 1993), a “terceira idade” aparece como uma alternativa na qual o indivíduo, ao envelhecer, pode se contrapor a uma categoria vista como socialmente desprestigiada - o “velho” -, que teria um “lugar social” não desejado. Esta dissertação versa sobre a construção dessa alternativa em um universo particular e sobre o papel que nele ocupam os *experts* em velhice e envelhecimento.

A idéia de uma “terceira idade” relativiza a velhice, desconstruindo as visões de que idade cronológica seria fundamental e de que a velhice seria apenas um conjunto de restrições impostas pelo envelhecimento biológico. Ela reforça, assim, a idéia de que é possível, com esforço individual, avançar na idade sem ficar velho. O que faz com que essa idéia seja experimentada com alguma “veracidade” pelos alunos da UnATI/UERJ é a possibilidade de contrapor suas experiências às que seriam típicas dos “velhos”, em um movimento compartilhado por alunos e “gerontólogos”, estes, na condição de representantes de um saber científico sobre velhice/envelhecimento. Para isso, a “terceira idade”, enquanto um código, tem que permitir a singularização das experiências de envelhecer individuais - e a possibilidade de partilhá-las com outras pessoas -, ao mesmo tempo em que constrói um “velho” genérico ao qual os indivíduos podem se contrapor.

A velhice, a qual se opõe a “terceira idade”, é marcada por um repertório de signos que formam códigos de expressão corporal e de comportamento. Como consequência da visibilidade destes traços característicos, não é difícil manipular ou até mesmo “negar” a velhice, apagando seus sinais mais facilmente reconhecíveis, tanto em sua dimensão corporal, quanto em sua dimensão subjetiva. O indivíduo pode ler em seu corpo sinais do avanço dos anos, ao mesmo tempo em que nele pode escrever um projeto de envelhecimento. Maquiagem exagerada, roupas extravagantes e coloridas, assim como um comportamento lúdico e hedonista, freqüentemente podem ser observadas

em pessoas de mais idade, muitas vezes são marcas com as quais se pretende controlar a velhice, contrapondo-se à imagem do que seria o “velho”. Com um pouco de tintura, os cabelos brancos podem deixar de existir. Não importa que a nova cor, violeta ou cobre, não exista na natureza. Aliás, melhor ainda, pois se torna então uma evidência do controle sobre o corpo, emancipado da natureza, e do comportamento, livre de convenções e limites associados à idade.

Se, de certo modo, o corpo informa ao indivíduo os sinais do envelhecimento, esta condição física não esgota a experiência de envelhecer. A idéia da “máscara da velhice” (Featherstone, 1994) significa o estranhamento de uma pessoa diante das evidências físicas de que está envelhecendo sem, entretanto, experimentar subjetivamente essa realidade com a mesma intensidade (Thompson, 1991). Isto somente ocorre em um contexto no qual os indivíduos se representam como possuidores de uma subjetividade autônoma, quando o EU é visto como uma entidade capaz de administrar o processo de envelhecimento. Neste contexto, a subjetividade pode se tornar, do mesmo modo que o corpo, um texto onde é possível, ao mesmo tempo, ler e escrever um projeto de envelhecimento.

A velhice se torna então um “estado de espírito”, que se manifesta no modo como indivíduos se comportam em público e na forma como fazem deste comportamento um emblema de sua “não-velhice”. Ela se torna também uma questão de *autoconvencimento* (Debert, 1993), quando se reconhece que velhice é o resultado daquilo que o indivíduo fez de seu corpo e vida, numa relação mediada pela sua autodeterminação. Nessa relação, fatores sociais são pouco destacados; fatores biológicos estão, de certa forma, controlados ou relativizados, e a dimensão subjetiva é posta em evidência.

A velhice (categoria científica e fenômeno natural) se dissolve no comportamento desses “novos velhos”, ao mesmo tempo em que ganha coloridos e significados que destoam tanto dos atributos negativos associados à velhice, quanto das imagens construídas pelo discurso dos gerontólogos. Além de desfazer e recriar estereótipos, a “terceira idade” desloca a velhice da natureza biológica. A idéia de que a velhice é um investimento cultural sobre um processo biológico faz parte dos novos modelos de gerir a experiência de envelhecimento. Essa experiência se “desnaturaliza” e, tornando-se maleável, passa ser vivida como um estilo de vida, como parte de um *projeto auto-reflexivo do EU*. Isto ocorre em um momento no qual, como afirmam vários autores<sup>4</sup>, é

---

<sup>4</sup> Em particular, Giddens (1993), de quem é o conceito de *projeto auto-reflexivo do EU*. Este autor é uma referência constante ao longo de toda esta dissertação. Sua interpretação sobre a desnaturalização da sexualidade nas sociedades contemporâneas, e seu impacto sobre a auto-identidade, é referência e inspiração para as interpretações feitas aqui, e serão, em momento oportuno, explicitadas.

constante a preocupação com a identidade individual e sua manutenção. A experiência de envelhecimento passa a ser vista como uma opção individual frente a um leque variado de produtos e serviços e não mais uma imposição inexorável do passar dos anos. Esta visão cada vez mais permeia as práticas dos que envelhecem, as disciplinas que se voltam para seu estudo e as iniciativas destinadas à população idosa. Ao mesmo tempo que surgem cada vez mais recursos e discursos para negação dos efeitos do envelhecimento.

Ao lado da variabilidade relativa à periodização das fases da vida em diversas sociedades e diferentes culturas, observar a transformação de novas formas de conceber o ciclo da vida, através da história, revela o quanto esta periodização se torna significativa nas sociedades ocidentais modernas.

Na Idade Média, como observa Ariès (1981), a reflexão sobre a velhice era marcada pela presença forte da noção de “idades da vida”, ou “idades do homem”, e se inscreve em um quadro de interpretação do mundo particular da Europa desse período. Este quadro pode ser visualizado nos tratados “pseudo-científicos”, um tipo comum de publicação da época, em que as “idades da vida” ocupavam um lugar importante. Ao citar, como exemplo, um destes tratados, o “Le Propriétaire De Toutes Choses”, edição de 1556, Ariès comenta:

“... uma idéia geral emanava da obra, idéia erudita que logo se tornou popular: a idéia da unidade fundamental da natureza, da solidariedade existente entre todos os fenômenos da natureza, que não se separavam das manifestações sobrenaturais.” (Ariès, 1981:34)

Nesta forma de interpretação do mundo, as diferentes etapas ou ciclos em que era dividida a vida humana, as “idades da vida” ou “Idades do Homem”, se explicavam por analogias com outras faces da natureza (da qual retinham seu sentido de totalidade), como por exemplo: as estações do ano. Não havia uma oposição entre natural e sobrenatural<sup>5</sup>. Essas classificações, originalmente uma terminologia erudita, tornaram-se, segundo Ariès, familiares e de uso cotidiano:

“As ‘idades’, ‘idades da vida’, ou ‘idades do homem’ correspondiam no espírito de nossos ancestrais a noções positivas, tão conhecidas, tão repetidas e tão usuais, que passaram do domínio da ciência ao da experiência comum. Hoje em dia não temos mais idéia da importância da noção de idade nas antigas representações do mundo. A idade do homem era uma categoria científica da mesma ordem que o peso ou a velocidade o são para nossos contemporâneos” (Ariès, 1981:33-34)

A efetividade das classificações e periodização da vida baseadas em uma unidade fundamental da natureza hoje nos parece de difícil compreensão. Ainda de acordo com este autor:

---

<sup>5</sup> Na visão da época, como afirma Ariès (1981:35): “Uma mesma lei rigorosa rege ao mesmo tempo o movimento dos planetas, o ciclo vegetativo das estações, as relações entre os elementos, o corpo humano e seus humores, e o destino dos homens.”

“Aqui também esbarramos em grandes dificuldades de interpretação, pois hoje em dia não possuímos mais esse sentimento da vida: consideramos a vida como um fenômeno biológico, com uma situação na sociedade, sim, mas não mais do que isso. Entretanto dizemos ‘é a vida’ para exprimir ao mesmo tempo nossa resignação e nossa convicção de que existe, fora do biológico e do sociológico, alguma coisa que não tem nome, mas que nos comove, que procuramos nas notícias corriqueiras de jornais, ou sobre a qual, podemos dizer ‘isto tem vida’. A vida se torna então um drama, que nos tira do tédio do cotidiano. Para o homem de outrora, ao contrário, a vida era a continuidade inevitável, cíclica, às vezes humorística ou melancólica das idades, uma continuidade inscrita na ordem geral e abstrata das coisas, mais do que na experiência real, pois poucos homens tinham o privilégio de percorrer todas essas idades naquelas épocas de grande mortalidade.” (Ariès, 1981:38-39)

Uma das características deste século seria, segundo vários autores, a presença de um processo extremamente veloz de redefinições e reestruturação das fases da vida, bem como dos conteúdos específicos atribuídos a cada fases<sup>6</sup>. Novas fases são criadas, como a adolescência, a meia idade, a “terceira idade” e, recentemente, a “adulescência”, em um processo que Featherstone (1994) chamou de *colonização do curso da vida*.

A modernidade, ainda de acordo com este autor, teria criado uma periodização com fases bem definidas, enquanto na “pós-modernidade” as distinções entre as fases estariam se dissolvendo. Estaríamos vivendo um embotamento das fases do curso da vida, ao mesmo tempo em que, de forma contraditória, novas fases continuam sendo propostas (Stucchi, 1994; Debert, 1997). A rigidez e homogeneidade do curso da vida, padronizado pelo Estado e pelo conjunto de *experts*, estariam cedendo espaço para uma tendência à maior flexibilidade e variedade, da qual a “terceira idade” é um importante exemplo, e que não prescinde da influência de um conjunto de *experts*.

Um dos principais aspectos do aumento da visibilidade e importância da velhice, que se assiste hoje, é o surgimento de um discurso científico sobre o envelhecimento, em nome do qual aparecem *experts* que se apresentam como agentes legítimos para falar da velhice, em seus aspectos individuais, sociais e políticos.

Na época moderna, conhecimentos de caráter técnico ou científico competem com as tradições no papel de definir modelos de comportamentos (Giddens, 1991a; 1991b; 1993 e 1997). O mundo do trabalho, primeiro e de modo mais intenso, depois o da família, como demonstra Lasch (1991), e, finalmente, a própria intimidade das pessoas passam a ser descritos e prescritos por esses

<sup>6</sup> Como comenta Debert (1997:42): “Essas mudanças no curso da vida adulta indicam transformações na maneira como a vida como um todo é periodizada. Com a expressão ‘curso da vida pós-moderno’, Moody (1993) descreve um contexto marcado pelo apagamento dos comportamentos tidos como adequado às diferentes categorias de idade. Para Held (1986), a ‘descronologização da vida’ caracterizaria a experiência contemporânea. Para Meyrowits (1985), a criação de uma sociedade ‘uni-tária’ é a expressão do impacto da mídia eletrônica no comportamento social. Para Boutinet (1995),

saberes técnicos ou *sistemas peritos* (Giddens, 1991a e b) que, atuando de forma reflexiva, redefinem práticas e relações sociais.

A modalidade científica moderna de reflexão sobre a velhice, corporificada especialmente na Gerontologia, estaria, de certa forma, desempenhando este papel em relação à velhice, ao ocupar o “vácuo” criado pelo declínio da influência da tradição sobre os modos de gerir a experiência de envelhecer. Contudo, ela constitui-se em um discurso no qual a velhice e envelhecimento são representados como fenômenos dotados de inteligibilidade, sobretudo, pelas suas faces biológica, sociológica e, mais recentemente, psicológica. Entretanto, a idéia de uma “terceira idade”, tal como é vivida pelos indivíduos que participam de programas para terceira idade, não se esgota nos limites que esse discurso científico atribui à velhice, pois busca expressar algo como a “vida” de que fala Ariès na citação acima. Essa forma de viver a velhice não encontra, uma tradução plena nos modelos de representação científica através dos quais a Gerontologia busca constituir sua identidade como “ciência”. Na tentativa de afirmar sua cientificidade e legitimidade, a Gerontologia opta por *fatos* e não por *valores*<sup>7</sup>.

Com isso, surge a possibilidade de um descompasso entre as expectativas daqueles que buscam programas para terceira idade e as respostas possíveis que lhes podem dar os “gerontólogos”. Elegendo, por vezes de forma contraditória, representações de seu objeto como universal e problemático, a Gerontologia tende, em tenso equilíbrio, a separar “envelhecimento” e “velhice”. Reduzindo o primeiro a uma questão “técnica”, enquanto reserva, ao segundo, considerações de ordem moral. Isto se dá ao mesmo tempo em que os “programas para terceira idade” são ocupados por pessoas que buscam estabelecer laços de identificação e partilhar experiências comuns, na condição de “pessoas” e não como o “idoso”, objeto de discursos.

Alguns aspectos deste descompasso podem ser encontrados na UnATI/UERJ, sobretudo nas expectativas e demandas de seus alunos. No cotidiano desta instituição revelam-se discrepâncias

---

a idéia de ‘generation gap’ perdeu sentido e deveria ser substituída pela de embaçamento das classes de idade quando está em jogo o estudo das gerações.”

<sup>7</sup> Esta distinção entre fatos e valores, ou o “artificialismo moderno”, e assim descrita por Dumont (1993:240): “... nós, os modernos, separamos ciência, estética e moral. E a natureza da nossa ciência é tal que a sua própria existência explica ou, melhor, implica, a separação entre, de um lado, o verdadeiro, o belo e o bem, e em particular entre ser e valor moral, entre o que é e o que deve ser. Com efeito, a descoberta científica do mundo teve como pressuposto a rejeição de todas as qualidades que não é aplicável a medida física. Assim é que um cosmos hierárquico veio a ser substituído pelo nosso universo físico homogêneo. A dimensão do valor que até então se projetara espontaneamente no mundo, foi restringida ao que é, para nós, o seu único domínio verdadeiro, ou seja, o espírito, o sentimento e a volição do homem.”

entre os pressupostos que orientam as práticas acionadas pela instituição e a forma como estas são consumidas pelos alunos. A como a reflexividade presente no discurso dos profissionais, que ali trabalham, é outro aspecto ali encontrado, pois, estes profissionais se deixam, muitas vezes, influenciar pelos usos que os alunos fazem de seu discurso. Na UnATI/UERJ, os discursos e práticas são absorvidos e utilizados pelos alunos de uma forma que não pode ser controlada e conhecida inteiramente pelos profissionais, pois são fortemente marcados pela pretensão - nem sempre explícita - de fornecer uma “tecnologia” de envelhecimento adequado, enquanto os alunos consomem esta “tecnologia” fazendo dela matéria prima de um código que possibilite a construção e expressão de identidades individuais.

O processo de tornar a velhice uma especialidade, objeto de um discurso autônomo, e marcar o espaço de atuação de seus *experts*, ocorreu em meio a muitas dificuldades. Além de todas as implicações decorrentes do fato de estarem envolvidos aspectos biopsicossociais, este discurso surge no início do século, quando a Sociologia e a Psicologia buscavam sua afirmação como disciplina, necessitando marcar seu território, uma frente à outra, e ambas em relação às Ciências Naturais. Uma dessas dificuldades foi o fato de a Geriatria e a Gerontologia, disciplinas encarregadas de organizar a formação desse discurso, empenharem-se em transformar a velhice numa questão política, representando-a como uma questão social **das e para** as sociedades contemporâneas.

Com o aparecimento da Gerontologia (campo de estudos multidisciplinar que congrega profissionais de diversas áreas voltados para o estudo e tratamento da velhice, em seus vários aspectos), e sua introdução recente em sociedades como a brasileira, a experiência de envelhecer se torna alvo de prescrições e cuidados, ao mesmo tempo em que a velhice aparece no discurso dos gerontólogos brasileiros como uma questão social. Desde de que surgiu, a Gerontologia tem se movimentado entre duas direções, espelhando em suas práticas e representações modos antagônicos de pensar a velhice e o envelhecimento. Ora enfatizando aspectos negativos da velhice, ora imagens positivas. Segundo Debert, em relação a Gerontologia nos últimos anos:

“... o que marca o debate atual, ainda são os dois modelos antagônicos de pensar o envelhecimento. No primeiro deles, trata-se de construir um quadro apontando o estado de pauperização e abandono a que o velho é relegado, em que ainda é, sobretudo, a família que arca com o peso desta situação. No segundo, trata-se de apresentar os idosos como seres ativos, capazes de dar respostas originais aos desafios que enfrentam em seu cotidiano, redefinindo sua experiência de forma a se contraporem aos estereótipos ligados à velhice.” (Debert, 1992a:34)

O primeiro modelo, que Lars Tornstam (1992) denominou “perspectiva da miséria” (*apud* Debert, 1993), desempenha um papel importante para a institucionalização da Gerontologia como um saber legítimo, capaz de propor a velhice e o envelhecimento como uma questão social urgente,

definindo demandas de políticas públicas. Este mesmo autor identifica ainda outra perspectiva, que ele chama de o “idoso como fonte de recursos” (*apud* Debert, 1993). Nesta perspectiva, partindo de pressupostos contrários ao da “perspectiva da miséria”, os estereótipos negativos relacionados à velhice e envelhecimento são abandonados em favor de uma imagem mais positiva, na qual os idosos aparecem como pessoas ativas, criativas e capazes de responder às transformações na experiência de envelhecer.

Recentemente, frente à demanda por intervenções e um mercado crescente de pessoas idosas, um conjunto, muitas vezes contraditório, de representações e homogeneizações é acionado no sentido de demonstrar um envelhecimento adequado e uma transição bem sucedida a esta fase da vida. Esta outra face do discurso sobre a velhice é parte de um processo crescente de *socialização da gestão da experiência de envelhecer* (Debert, 1992a e 1997), e possui uma imagem mais positiva do envelhecimento. Essa imagem tende a enfatizar a responsabilidade de cada indivíduo perante a forma como envelhece (ou deixa de envelhecer) e, através dela, se divulga que cada pessoa faça da sua experiência de envelhecer um projeto desenvolvido em meio a uma crescente quantidade de recursos e discursos, desde as UNATIs e programas de pré-aposentadoria, até as tecnologias mais sofisticadas de “profilaxia” do envelhecimento, baseadas em drogas e hormônios.

No Brasil, a Gerontologia nasce do interesse de instituições e de pessoas que já trabalhavam no atendimento a idosos, e que, preocupados com a ausência de iniciativas para este segmento da população, e a carência de pesquisa e estudos científicos no país, sobretudo em comparação com outros países, importam o modelo produzido nos EUA e na Europa. Incentivando a formação dos primeiros gerontólogos brasileiros no exterior, a partir do anos 60, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Serviço Social do Comércio (SESC), pioneiros em atividades voltadas para idosos, começam a implantar no país os primeiros trabalhos para idosos não institucionalizados. Estes trabalhos estavam baseados na percepção de uma condição marginal dos idosos, situação esta que poderia ser invertida com atividades de lazer que contornassem a ausência de papéis e a solidão do idoso na sociedade contemporânea, tidas então como o principal problema de quem envelhece.

Com este modelo de intervenção, aparecem junto às formas tradicionais de assistência aos idosos, como os asilos e casas geriátricas, outras que, a despeito da imagem negativa proposta pela Gerontologia neste contexto - um idoso pobre, doente e marginalizado pela sociedade -, apresentam a velhice como uma etapa privilegiada da vida, voltada para a satisfação pessoal e o prazer. Hoje, nos principais centros urbanos do país, observa-se um aumento significativo do número e da variedade de iniciativas para pessoas idosas, que vão de cursos de teatro e dança, UNATIs,

programas de pré-aposentadoria, atividades de lazer e convívio organizadas por administrações municipais e estaduais, a agências de turismo com programações específicas para idosos, além de bailes, passeios e outras atividades.

Os “programas para terceira idade”<sup>8</sup> se tornaram um modelo aceito e implementado pela ação estatal, consolidando-se como uma alternativa de política social que assinala uma mudança na forma como o Estado se posiciona em relação à velhice. Sua forma de intervenção é determinada e justificada pelos *experts* com conhecimentos “técnicos” sobre velhice e envelhecimento. Além disso, estes programas constituem espaços significativos, uma vez que neles os *experts* se defrontam com pessoas idosas, objetos de seu saber, e nesse encontro podem construir sua legitimidade, testando os limites de seu “poder/saber”.

Nesses programas são atualizados, através de práticas concretas, muitos dos pressupostos que organizam as representações dos discursos da Geriatria e da Gerontologia. Neles, o alcance real do saber científico na constituição de seu objeto pode ser melhor observado, e sua reflexividade melhor avaliada, sobretudo, ao se considerar as formas como estes pressupostos são recebidos e utilizados por pessoas idosas.

#### **A pesquisa: estar lá, escrever lá...**

Nesta dissertação, a metodologia utilizada para estudo do universo e dos sujeitos investigados envolveu basicamente uma abordagem qualitativa com observação de comportamentos, entrevistas abertas e leitura do material institucional produzido na UnATI/UERJ, por seus profissionais e alunos, além de bibliografia sobre o tema nas áreas de Gerontologia e Ciências Sociais. Os dados a partir dos quais se compõem as interpretações aqui formuladas foram, em sua maior parte, originados do convívio com os participantes desta instituição e de entrevistas com seus profissionais. Serão também feitas referências a material publicado sobre a UnATI/UERJ por

---

<sup>8</sup> Os chamados “programas para terceira idade”, apesar das diferentes propostas voltadas para um público acima de 50 ou 60 anos e, em alguns casos, a partir de 45 anos, têm como principal característica a atenção ao idoso não institucionalizado, baseada no lazer e na ocupação do tempo livre. São um espaço no qual o convívio e interação com e entre os idosos permitem a construção de laços simbólicos de identificação, e onde é possível partilhar e negociar os significados da velhice, construindo novos modelos de envelhecimento. Sobre a adesão dos idosos e a possibilidade de constituição de novas identidades sociais ver Debert (1994b) e Attias-Donfut (1976). Além disso, como ressalta Debert (1994b:35): “... são formas de congregação da população idosa que ganharam não apenas grande visibilidade, mas uma visibilidade associada à idéia de que novos conteúdos podem ser atribuídos às formas como o envelhecimento é tradicionalmente pensado”. Para um levantamento dos programas para terceira idade, em São Paulo, ver Prata (1990).

diversos autores. As razões de se tomar o comportamento dos alunos como fonte privilegiada, em detrimento da análise do discurso deste alunos serão, em tempo oportuno, explicitadas.

Uma tentativa de produzir um conhecimento mais próximo da realidade da “terceira idade” não poderia prescindir de uma descrição densa (Geertz, 1989). Ou seja, uma descrição dos significados partilhados nos contextos nos quais ela é experimentada. Isto só é possível com a presença do investigador nestes contextos. No entanto, a observação direta e minha convivência com os participantes da UnATI/UERJ não se deram de forma sistemática, em meio a uma “pesquisa de campo” convencional, assim como, não envolveu um “distanciamento” entre pesquisador e pesquisados, pois ocorreram durante minha participação como docente na UnATI/UERJ, desde o segundo semestre de 1996, quando fui convidado a ministrar um curso intitulado “Antropologia e Envelhecimento”.

As condições que envolveram minha entrada nesse programa por si só são reveladoras de particularidades significativas das relações que ali se estabelecem. O convite me foi feito pela Gerência de Pesquisa da UnATI/UERJ, motivado por um *survey* realizado entre os alunos, cujos resultados haviam sido recentemente divulgados, e no qual era citado, entre as sugestões do alunos, para novas atividades, um curso de Antropologia. Mais tarde vim a saber que a sugestão foi dada por uma única pessoa, que veio a se tornar meu aluno, por razões familiares.

Esse aluno havia perdido um irmão, antropólogo, morto na década de 70 em condições que ele não soube ou não quis explicitar, e considerou um curso de Antropologia uma boa possibilidade de compreender um pouco mais a vida deste irmão, com o qual a família sempre tivera pouco contato pois, dedicou sua vida aos estudos e à movimento sociais. Para este aluno, era como se estudando a disciplina que foi tão importante para o irmão, fosse possível uma última tentativa de compreendê-lo e entender tanto seu afastamento da vida familiar, quanto seu prematuro desaparecimento.

Ao mesmo tempo, minha inserção no “campo” da Gerontologia, inicialmente motivada pelos interesses restritos desta pesquisa, me levaram a procurar cursos nesta área. Primeiro, o curso de Gerontologia oferecido pelo Departamento de Psicologia da UERJ, juntamente com a UnATI/UERJ e, na seqüência, o curso de Especialização sobre Envelhecimento e Saúde do Idoso, da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). Considerava então o estudo da Gerontologia um passo importante para a compreensão das representações sobre a velhice. Participar destes cursos

representou a possibilidade de conhecer melhor os atores e o funcionamento deste “campo”. Mas, também, deu novos contornos à minha presença no universo investigado.

Como decorrência, meu envolvimento com a instituição na qual se deu a investigação foi marcado por uma série de ambigüidades. Para os alunos, eu não era um estranho, mas parte de seu círculo de relações dentro da instituição. Ser um “professor” - posição simbolicamente muito marcada, dado o valor atribuído pelos alunos à “universidade” - e, além do mais, reconhecido como membro da equipe da UnATI/UERJ, tornou mais delicada a tentativa de compreender o modo como os alunos se relacionam com a instituição e entre si. Por outro lado, tornou possível compreender melhor o que ocorre durante as atividades. Seja pela quantidade de tempo em que lá estive, seja pela possibilidade de vivenciar, “de perto” e “de dentro”, o clima no qual se desenvolvem as relações entre os alunos e a equipe.

Ambigüidades também existiram em relação ao meu papel junto aos demais profissionais. Isto porque poderia ser visto como um “colega”, como apenas mais um “expert” em meio a outros “pares”, ou ainda ser visto como alguém “de fora”, interessado apenas em estudar o trabalho ali desenvolvido. A ênfase em uma dessas diferentes leituras sobre minha presença (embora não excluindo as demais), impunha a meus interlocutores um modo particular de representar a instituição, seus alunos e seu cotidiano. Estas particularidades envolvem, no primeiro caso maior cumplicidade e liberdade para partilhar críticas. No segundo caso, uma tendência a maior rigor no uso da linguagem - com o recurso de “jargões” - e nas avaliações sobre o significado dos trabalhos e das diferentes situações presenciadas, geralmente a partir do que seria um ponto de vista mais “técnico”, baseado em um repertório comum das questões recorrentes da Gerontologia. E, no último caso, sendo visto como “alguém de fora”, a tendência sempre foi no sentido de uma apresentação positiva da instituição, com ênfase nos seus aspectos de maior destaque. Evidentemente, todas as diferentes modalidades de interlocução foram, em grande parte, correspondidas por mim.

Além disso, “dentro” da Gerontologia, minha posição como “teórico”, uma vez que minha área, a Antropologia, não tem normalmente nenhuma intervenção “prática” para com os idosos, foi fundamental para a percepção das hierarquias que organizam o *campo*. A ênfase nas categorias que recortam a análise da Geriatria e da Gerontologia, ao longo desta dissertação, e que as caracterizam como ao mesmo tempo um *campo* de saber e de intervenção, é consequência da minha posição em relação a elas. Não que não tenham efetividade, mas, muito provavelmente, minha sensibilidade foi aguçada a percebê-las pelo meu envolvimento com o universo investigado, de uma forma que não aconteceria se tivesse tido outro tipo de inserção na UnATI/UERJ.

Por fim, outra situação não tradicional de um trabalho de campo é que, se para um etnólogo, por exemplo, a possibilidade de se tornar um nativo só existe, se é que existe, na teoria, como exercício de reflexão sobre as implicações resultantes do encontro entre pesquisador e pesquisado, no meu caso, além do fato de ter de certa forma me constituído como mais um “*expert*” entre os outros “*experts*”, a possibilidade de me tornar idoso é, espero eu, concreta. As implicações disto não estão explicitadas mas certamente existem.

Talvez a maior dificuldade dessa inserção atípica no universo investigado, para elaboração desta dissertação, tenha sido articular descrições e interpretações, menos resultados de minhas limitações narrativas, também significativas, e mais como consequência da falta de um distanciamento que me permitisse narrar objetivamente, como fatos externos, situações cuja observação me foi possível somente através do filtro de meu envolvimento pessoal. Lidas com um olhar “antropológico” por um dos personagens, que agora tem o privilegio de ser também autor, ao mesmo tempo em que iam acontecendo, estas situações geraram interpretações constantemente discutidas e refletidas na presença de outros personagens, que certamente irão se tornar leitores destas páginas. Embora me responsabilize pelas interpretações feitas neste trabalho, muitas impressões foram compartilhadas com outras pessoas, em longas conversas informais, não na condição de pesquisador/informante, mas de parceiros, com todas as possíveis implicações daí decorrentes.

Além disso, o ritmo em que as interpretações foram se constituindo, e este trabalho foi sendo escrito, sempre esteve subordinado à minha inserção profissional na UnATI/UERJ. As defasagens entre a proposta inicial deste estudo e o que aqui está registrado se devem, em grande parte, a ter sido várias vezes “atropelado” por novas questões à medida que estas iam aparecendo. O caráter aberto e assumidamente experimental da instituição, bem como o ritmo de suas mudanças institucionais, lhe imprimem um caráter dinâmico que dificilmente estará representado em toda a sua intensidade e matizes pelas descrições feitas aqui.

Da mesma forma, a diversidade dos alunos dificilmente pode ser retratada em todos seus matizes. E, embora exista o risco de diminuir seu significado e extensão, ou mesmo apagá-la, sempre que for dito “os alunos...” ou “todos os alunos...”, é preciso ter em mente que este é um recurso para realçar traços ou características gerais, porém não absolutas, desses alunos e do modo como se comportam em público. Para cada afirmação feita aqui, haverá sempre uma ou mais exceções. A relevância dos traços ou características sublinhados frente às exceções, não podem ser dissociadas de minha experiência pessoal com estes alunos.

\*

Esta dissertação se distribui da seguinte forma: A primeira parte, composta pelos três primeiros capítulos, se constitui de uma discussão sobre formações discursivas que tenham por objeto a velhice/envelhecimento. Na segunda parte, que compreende os capítulos 4 e 5, procuro descrever o universo de um programa voltado para a “terceira idade”: a UnATI/UERJ. Quando destaco suas características mais marcantes, sobretudo aquelas relacionadas às características anteriormente discutidas dos discursos da Geriatria e da Gerontologia.

No primeiro capítulo, “A GERONTOLOGIA E A GERIATRIA”, não estou preocupado em escrever uma história do saber sobre a velhice e envelhecimento, nem ao menos de forma provisória ou esquemática, mas pretendo, analiticamente e não sistematicamente, enfocar seu desenho histórico e assim esboçar uma interpretação do “discurso” sobre a velhice. Essa interpretação pretende tornar visível alguns pressupostos que regem as representações da velhice, quando esta se torna “objeto” de saber científico disciplinar. Em particular as implicações de estar a “velhice” em um campo que é, ao mesmo tempo, um campo de saber e de intervenção. No segundo capítulo: “A GERONTOLOGIA COMO RETÓRICA”, pretendo discutir alguns aspectos da inserção da Gerontologia no contexto brasileiro, buscando compreender a especificidade do papel dos gerontólogos locais na estruturação de um campo de saber e intervenção. Além disso, argumentar sobre a dimensão retórica do discurso dos gerontólogos e geriatras.

No terceiro capítulo, “POLÍTICAS SOCIAIS E PROGRAMAS PARA A 3ª IDADE”, procuro, na primeira parte, descrever propostas de políticas sociais para idosos no Brasil, nos últimos 30 anos, e demonstrar mudanças da imagem do idoso e a percepção de suas condições sociais na formulação dessas políticas. Na segunda parte, procuro identificar os momentos em que diferentes programas para terceira idade se apresentam como uma alternativa de política social, para logo em seguida, descrever o papel destes programas na construção e divulgação de novas imagens e modelos de envelhecimento, e a forma como neles se estabelece um diálogo com a Gerontologia.

No quarto capítulo, “A UnATI/UERJ: ENTRE O SABER E O LAZER”, procuro mostrar como este programa se apresenta como representante do discurso científico sobre o envelhecimento, e como esse discurso nele se reproduz. Quem são os *experts* e que tipo de ambigüidades cercam sua relações com os alunos. No quinto capítulo “ALUNO? IDOSO? VELHO?”, busquei descrever algumas situações ocorridas no cotidiano da UnATI/UERJ para, através delas, formular algumas interpretações sobre o modo como os alunos agem em público. A principal preocupação que

percorre todos os tópicos deste capítulo é a identidade acionada pelos alunos no universo investigado. Assumindo que podem haver outras em outros contextos, que não o cotidiano da instituição, e que, portanto, escapam aos limites desta investigação. Minha preocupação foi compreender como as identidades de “aluno”, “idoso” e “velho” se relacionam com as identidades pessoais dos alunos.

Por fim, na última parte: “A VELHICE COMO ESTADO DE ESPÍRITO”, tento articular as questões discutidas anteriormente. No sexto capítulo: “A “TERCEIRA IDADE” COMO UM CÓDIGO: A VELHICE COMO ESTADO DE ESPÍRITO”, faço uma tentativa de articular as questões anteriores. Visando não a possibilidade de generalizações, uma vez que se trata de um grupo muito particular, em condições igualmente particulares, mas fazer sugestões teóricas que permitam construir uma ponte entre a novas formas de viver a experiência de envelhecer e os alunos da UnATI/UERJ. E, em “CONSIDERAÇÕES FINAIS”, tento apresentar uma visão de conjunto sobre o que foi discutido anteriormente.

**PARTE 1: FORMAÇÕES DISCURSIVAS SOBRE VELHICE  
E ENVELHECIMENTO**

## A GERONTOLOGIA E A GERIATRIA

O campo do saber científico em uma cultura cientificista de *biopolítica* (Foucault, 1993) pode ser uma instância privilegiada para se observar os investimentos culturais sobre o Homem e o corpo humano. Assim, a Geriatria e a Gerontologia, bem como as instituições voltadas para a velhice e envelhecimento podem, de determinada ótica, ser vistas como um *locus* privilegiado para se observar as transformações pelas quais vem passando a experiência de envelhecimento.

Este enfoque, apontado por Debert e Simões (1994) como uma alternativa, baseado sobretudo na obra de Foucault, tenderia a ver nos “programas para terceira idade”, e no conjunto de políticas sociais de assistência para velhice, estratégias típicas da época moderna de vigilância e controle social disciplinador sobre a população, através do controle sobre seus corpos. Não um controle direto, repressivo, mas, a exemplo do controle sobre a sexualidade que Foucault (1990) identifica na proliferação de discursos tendo-a como objeto. Este controle teria no desenvolvimento de instituições e discursos sobre “terceira idade” um suporte para constituição de mecanismos de poder.

Se, por um lado, esta perspectiva lança luz à estratégias de controle e dominação, por outro, incorre no risco de torná-la uma dominação abstrata. Mesmo considerando uma rede de micropoderes difusos, onde se revezariam, psicólogos, assistentes sociais, geriatras e gerontólogos, evitando assim o erro de procurar o poder em um centro, estes dispositivos não possuem a capacidade normativa pressuposta por esta perspectiva. Isto porque, entre outras razões, seus esforços não se concentram de forma exclusiva sobre a velhice, mas, têm de se voltar para a formação de sua legitimidade e identidade. Diante disso, torna-se importante prestar maior atenção aos conflitos que envolvem a constituição da velhice como uma questão legítima, e dos *experts* como agentes autorizados a normatizá-la, bem como o papel dos destinatários destes discursos - as pessoas idosas - e suas estratégias frente aos discursos sobre eles produzidos.

Uma investigação que ponha ênfase sobre o papel normatizador e regulador do discurso da Geriatria e Gerontologia, sem levar em conta o contexto das relações sociais nos quais este discurso se atualiza e, reflexivamente, se transforma, corre o risco de ofuscar as especificidades das relações dos idosos entre si e com os representantes desse saber/poder, deixando de lado aquilo que torna as

experiências dos idosos singulares e originais, bem como seu papel na reformulação das representações sociais da velhice.

A trajetória tanto da Gerontologia quanto da Geriatria, em sua constituição como especialidades científicas, está longe de ser uniforme, linear e inequívoca<sup>9</sup>. A observação das disputas internas e da produção e circulação das diferentes teorias sobre o que é a “velhice”, revelam a constituição de um *campo* como definido por Bourdieu (1983), cuja organização, e a evolução dos seus principais “paradigmas”, bem como sua “meta-teoria”, traduzem sensibilidades distintas em relação à velhice e envelhecimento. Este capítulo é uma tentativa de avaliar, em alguns aspectos, o alcance e os limites de duas disciplinas - Geriatria e Gerontologia - na construção de seu objeto<sup>10</sup>. Para tal, procurei analisar formações discursivas sobre velhice e envelhecimento, destacando contradições e pressupostos destas distintas sensibilidades que condicionam práticas concretas.

Esta análise, antes de responder em que medida o discurso dos *experts* pode influenciar, de modo “causal”, práticas sociais, serve para compor um pano de fundo que permita a inteligibilidade destas práticas.

\*

A velhice e os fenômenos ligados ao envelhecimento do corpo sempre foram alvo de reflexão e elaboração de teorias, uma vez que sempre existiram pessoas envelhecendo. Não importa até qual idade ou em que quantidade<sup>11</sup>. Desde os mais remotos registros da escrita (Simone de Beauvoir chega a citar textos egípcios de 2500 A.C.), a velhice aparece como objeto de reflexão, algo que tem de ser explicado e, eventualmente, descrito. Todo discurso sobre a velhice é sempre condicionado pela *visão de mundo* da época e contexto em que é elaborado. Deles retira os argumentos, as imagens e elementos causais de que se serve para tornar visível, descrever e explicar a velhice. Mesmo a modalidade científica e disciplinar recente deste discurso, inicialmente ligado à

<sup>9</sup> Uma apresentação mais sistemática da Gerontologia teria de levar em conta vários paradigmas e sensibilidades convivendo simultaneamente, de forma mais ou menos integrada, em um discurso que se apresenta como interdisciplinar por exigência de seu objeto. Porém, diante da dispersão e da pluralidade das “gerontologias”, consequência menos de sua “juventude” e mais da complexidade de seu objeto, qualquer sistematização implicaria tal nível de abstração que provavelmente a tornaria irreconhecível.

<sup>10</sup> Disciplina aqui é entendida como a define Luz (1988:3): “A disciplina assinala um campo particular de afirmações do saber científico, um domínio de enunciados científicos num campo específico de ‘objetividade’, isto é, de construção de objetos de discurso.”

<sup>11</sup> A expectativa de vida na Grécia na época de Hipócrates, por exemplo, era algo em torno de 25 anos, com variações evidentes entre os cidadãos e os escravos, e isso não impediu que este médico e

medicina, que supostamente opera somente com dados da natureza, não pode prescindir da *visão de mundo* que, aliás, é quem lhe confere legitimidade para falar sobre seu objeto<sup>12</sup>. É esta fase científica, sua relação com uma *visão de mundo* e suas pretensões de intervir sobre o “objeto”, que descreve e explica, que será considerada a seguir.

As questões ligadas à velhice começam a ganhar visibilidade, e ser objeto de discursos e práticas específicas, com a criação de instituições especializadas no tratamento da população de mais idade, isto na Europa, no final do século passado e início deste (Benoit-Lapierre, 1979; Lenoir, 1979; Guallimard, 1986; Debert e Simões, 1994). Neste contexto, marcado ao mesmo tempo pelo cientificismo e pelas transformações na estrutura social advindas da expansão do capitalismo, o discurso sobre a velhice entra no que se pode chamar sua fase científica disciplinar<sup>13</sup>. Sua especificidade é afirmada, e começa a se delinear um campo autônomo de estudos sobre o tema, a partir de duas grandes frentes, até pouco tempo hegemônicas na produção de discursos sobre a velhice e envelhecimento: uma baseada na ciência médica e outra intimamente ligada às questões de políticas públicas e assistenciais, correspondendo respectivamente ao surgimento de duas disciplinas: a Geriatria e a Gerontologia.

### **Velhice e Medicina: Geriatria**

Em 1868, Jean Martim Charcôt escreveu sobre a velhice em seu livro: *Lessons on the Maladies of the Age and on Chronic Diseases*:

“Esta faceta de la medicina, tan interesante, ha sido largamente descuidada, y sólo en nuestros tiempos ha logrado, con dificultad, lograr su *autonomia*. Antes, las enfermedades de la vejez apenas si se mencionaban. Si dejamos de lado las obras de Floyer (1724), de Ficher (1766) y la más reciente de Welsted, la mayor parte de los trabajos médicos, en el último siglo, que se refieren en especial al período senil, tienen un *carácter especialmente literario o filosófico*; ellos son de una u outra manera, distorsiones ingeniosas del famoso tratado DE SENECTUDE del orador romano Cicerón”. (Charcôt, 1868, citado em: MOTLIS, Jaime, *La Vejez e Sus Múltiples Caras* Editorial Aurora. Israel, 1988, os grifos em itálico são meus)

---

filosofo, se preocupasse com a velhice. Hipócrates teria sido o primeiro a utilizar a metáfora “inverno da vida”, em um sentido depreciativo (Secco, 1992; Canôas, 1985).

<sup>12</sup> Como afirma Guallimard: “La médecine a toujours cherché à expliquer les causes du vieillissement comme a retarder les effets. Ses diverses interpretations, elaborés au fil du temps, sont indissociables d’une representation de la vie et de ses rythmes, elle-même incluse dans la conception du monde qui domine chaque époque” (Guallimard, 1986)

<sup>13</sup> A distinção de uma “fase” científica e disciplinar é antes analítica que histórica, embora pudesse ser historicamente descrita, e se justifica por permitir algumas considerações acerca do lugar de destaque ocupado pelo discurso científico atualmente e sobre sua reflexividade.

O diagnóstico de Charcôt revela sua percepção da ausência de caráter científico no estudo da velhice e do envelhecimento. O uso dos termos em destaque são um indicador de que este autor compreende a necessidade de tratar a velhice em um campo autônomo, e apoiado unicamente na ciência; livre, portanto, de pressupostos não baseados na observação direta da realidade. No entanto, somente no início deste século essa autonomia ganha visibilidade e nome. Surgem aí os termos mais importantes ligados ao estudo da velhice. O termo “gerontologia” (*Geras*: velho, *Logia*: estudo, descrição) foi criado em 1908 pelo médico russo, radicado em Paris, Élie Metchnikoff<sup>14</sup>, significando o estudo do envelhecimento. Já o termo “geriatria” (*Geras*: velho, *Iatrikos*: tratamento) foi criado pelo médico austríaco, radicado nos EUA, Ignaz Nascher, em 1909. Porém, as condições da emergência de um campo autônomo de estudo da velhice e do envelhecimento, do qual se recente Charcôt, começam a aparecer um pouco antes.

Segundo Foucault (1993 e 1994), o hospital era, antes do século XVIII, uma instituição de assistência aos pobres, mas que também significava exclusão e separação. Nos hospitais, abrigavam-se idosos e indigentes que não podiam se sustentar. Com o tempo, a problemática à qual ficou ligada a instituição hospitalar foi restrita ao corpo humano que precisava de algum tipo de cuidado, enquanto as funções asilares foram transferidas para entidades filantrópicas. A dissociação entre velhice e doença ocorreu paralelamente a um processo de tornar autônomas as doenças. No contexto do surgimento da clínica médica, a medicina começa a instaurar uma nova dimensão do visível, do invisível e do insondável (Foucault, 1994). A partir daí, ela passaria a configurar quadros sintomáticos para constituir seu patrimônio de significados, delimitando doenças e patologias específicas.

Como demonstra Foucault (1994), a lógica por trás do surgimento da clínica médica não é apenas instituir o singular, o individual, como foco da prática médica, mas de tornar a doença algo mais significativo que o corpo onde esta se assenta, e aí, então, formar uma nova percepção do conhecimento médico. No hospital, o médico se volta para o doente e nele descobre qual a doença residente em seu corpo. Na clínica, ao contrário, o doente não é o sujeito para o qual se volta a prática médica, mas apenas um corpo que a doença toma emprestado<sup>15</sup>. Nesse contexto, a medicina

<sup>14</sup> Metchnikoff neste ano recebeu o Prêmio Nobel de Medicina por seus estudos sobre fagocitose ao mesmo tempo em que idealizava uma teoria explicativa do envelhecimento, segundo a qual este seria uma consequência de intoxicação crônica do organismo causada por micróbios que produzem putrefação progressiva no interior do intestino. Ver Metchnikoff (1917).

<sup>15</sup> Como afirma Foucault (1994:66, grifos do autor): “No hospital, o doente é sujeito de sua doença, o que significa que ele constitui um *caso*; na clínica, onde se trata apenas de *exemplo*, o doente é o acidente de sua doença, o objeto transitório de que ela se apropriou.”

pode propor a distinção entre envelhecimento normal e patológico, possibilitada pela grande concentração de pessoas idosas nos hospitais, onde o saber se constrói e se transmite, e onde idosos ofereciam seus corpos à observação em troca de cuidados e assistência (Foucault, 1993). Assim como a doença, a velhice passa a ser vista como um fenômeno que se apodera do corpo dos homens.

Esta dissociação gerou a possibilidade de nascimento da Geriatria atuando, a partir de então, em duas frentes complementares: (1) A Geriatria como especialidade clínica, voltada para o cuidado individual, tendo como objeto as manifestações particulares de um processo natural, ainda não completamente conhecido, em corpos de “pacientes”, através do acompanhamento de casos singulares com finalidades terapêuticas. (2) A Geriatria ligada ao estudo das causas do envelhecimento, tendo como área de atuação a pesquisa voltada para processos gerais do envelhecimento fisiológico.

Esta dualidade está assentada na dupla paternidade do estudo científico do envelhecimento na área médica: Nascher seria o “fundador” da primeira, e Metchnikoff, com suas teorias sobre o envelhecimento, da segunda. À primeira vista, esta dualidade poderia ser identificada com a distinção feita por Foucault (1990) entre *anátomo-política* do corpo e *bio-política* da população<sup>16</sup>. No entanto, os dois processos arrastam a interpretação para uma ênfase sobre o exercício do poder. Se por um lado, apontam para dois objetos distintos, o corpo individual e o corpo espécie (ou corpo social), estruturantes do discurso sobre o envelhecimento, como será visto adiante, por outro, sua “unidirecionalidade” ofusca o que se pretende destacar aqui, ou seja: a interdependência entre ambas, e as implicações que decorem de sua presença no estudo científico sobre o envelhecimento até hoje. Estas duas faces complementares da área médica refletem uma dualidade que acompanha o discurso científico sobre a velhice em sua fase disciplinar: **ser ao mesmo tempo um campo de saber e de intervenções.**

Nos primeiros modelos que buscavam caracterizar a velhice, surgidos nesta fase científica disciplinar, a ênfase era posta no biológico como *locus* privilegiado, a partir do qual se poderia produzir conhecimento e intervir sobre a velhice. Era no corpo que envelhece que se buscava a velhice. Este, como um dado da natureza, se curvaria resignadamente ao olhar científico. Assim, o vínculo entre *visão de mundo* e explicação sobre o objeto do discurso estaria fora do processo de

<sup>16</sup> Ambas seriam formas do exercício do poder disciplinar sobre a vida que se desenvolveram, segundo este autor, a partir do século XVII. *A anátomo-política do corpo*, primeira a surgir, teria como foco o corpo humano, visto pela metáfora da máquina, ou seja, pela sua utilidade, e teria como “objetivo”, potencializar as funções dessa máquina a serviço do desenvolvimento do capitalismo. Já a *bio-política da população*, surgida no século XVIII: “... centrou-se no corpo espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos” (Foucault, 1990:131), o “objeto” de sua atenção seria a espécie humana.

produção de saber, ao mesmo tempo em que estaria garantida, como consequência da homogeneidade fisiológica humana, a universalidade deste saber<sup>17</sup>. O conjunto de representações sobre a velhice e o envelhecimento, acionado e difundido em nome da Ciência, desde então, tem encontrado limitações sempre que tenta dar conta das transformações da experiência de envelhecer, que acompanham as mudanças da sociedade, pois sua forma de representar a velhice guarda heranças de sua origem, quando se caracterizava por tomar o fato natural do envelhecimento biológico como dimensão privilegiada e daí derivar todas suas teorias<sup>18</sup>.

O processo, que isolou a velhice da sociedade e da cultura, bem como outras fases do “ciclo da vida”, decretando-as como naturais, se representou, ele mesmo, como natural e inevitável, foi, porém, resultado de uma construção social, de acordo com Birman:

“Não obstante sempre ter sido representado, na história do Ocidente, que a existência humana atravessa diferentes momentos no seu percurso, isto é, sempre se soube que as individualidades nascem, crescem, amadurecem e morrem, a transformação desta inevitável seqüência empírica numa ordem necessária, fundada biologicamente, foi uma invenção recente da história ocidental. Esta invenção se realizou na passagem dos séculos XVIII para o XIX. A ideologia científica do *evolucionismo* foi a caução científica que fundou o ciclo biológico da existência humana em faixas etárias bem delineadas.” (Birman, 1995:31, grifo do autor)

Embora tivesse mais a ver com o “Cientificismo” da época (ou seja, a crença de que o comportamento humano poderia ser explicado cientificamente através da observação empírica e de sua fundamentação em algum tipo de natureza universal, seja física ou psicológica), do que propriamente com o *evolucionismo*, o contexto ao qual se refere Birman foi propício a este tipo de representação científica do ciclo da vida humana. Primeiro a infância (Ariès, 1981), a adolescência, (Lasch, 1991; Mead, 1949), depois a fase adulta e, por fim, a velhice ganham configurações específicas e descrição científica dos conteúdos atribuídos a cada fase, ainda de acordo com Birman:

“Portanto, foi somente neste contexto histórico que a existência humana passou a ser periodizada não apenas com maior sutileza e detalhes positivos mas principalmente onde as idades passaram a ser

<sup>17</sup> Este processo se deu como parte de um movimento de representação científica do homem, sobre o qual afirma Duarte, (1984b:143-144): “Como víamos, o Homem só se apresentou como objeto de um investimento científico a partir do momento em que se o encarou sob a forma - literalmente transposta das Ciências Naturais - de uma ‘espécie’ composta de ‘indivíduos’, desnudados das qualificações culturais tradicionais e assim apresentado à análise tão igual entre si como são iguais dois sapos da mesma espécie sob a lupa e o bisturi de um biólogo vivissecante.”

<sup>18</sup> Esta visão atribui ao homem que envelhece a linearidade e homogeneidade pretendida pela biologia no trato com a degenerescência dos seres vivos de um modo geral, sejam células ou organismos complexos. Do ponto de vista biológico, a velhice significa declínio das capacidades físicas do organismo. O “velho” é um organismo que se degenera cumprindo o ciclo vital: nascer, crescer, reproduzir e morrer, sendo a velhice uma espécie de “limbo” entre as duas últimas. A diminuição das funções vitais, capacidade de readaptação, e a perda dos sentidos, etc., compõem a imagem da insuficiência orgânica por trás da representação freqüente dos idosos como biologicamente incapazes.

fundadas cientificamente, a princípio no discurso biológico e posteriormente no discurso psicológico.” (Birman, 1995:33)

Atualmente, no discurso e na prática da Geriatria têm de ser simultaneamente expressas tanto a perspectiva de que o idoso é alvo de uma prática médica específica - assim como a criança -, quanto a de que o estudo da fisiologia do envelhecimento é o investimento “mais promissor” para atuação na área. As relações entre estas perspectivas se desenrolam em um mercado emergente e estão apoiadas em uma crença na capacidade de controle do envelhecimento através de algum tipo de tecnologia<sup>19</sup>, que, por sua vez, está fundamentada em alguma teoria sobre o que é velhice. Do ponto de vista deste mercado, o envelhecimento humano representa uma área de grande potencial, dada a amplitude de seu alcance, que abarca não somente pessoas idosas mas, virtualmente, qualquer pessoa viva.

Os investimentos na pesquisa de base, na área de envelhecimento, são, quase todos, financiados pelo chamado “complexo industrial farmacêutico”, que envolve um mercado em expansão controlado pelas indústrias farmacêuticas<sup>20</sup>. Este “complexo” faz da prática médica uma “mercadoria”, reduzindo-a, em grande parte, à intervenção terapêutica no corpo humano através de farmacoterapia. O acelerado desenvolvimento da medicina, a partir da Segunda Guerra, e a consolidação de um modelo baseado no desenvolvimento tecnológico, como resposta aos principais problemas médicos (Queiroz, 1986), se deram paralelamente à consolidação de um processo que localiza na célula o foco da pesquisa médica, que sai da clínica para o laboratório, do corpo doente para a célula.

Este processo, fortemente sedimentado no início do século pelas pesquisas de Koch, Pasteur e de Metchnikoff, ganha grande impulso com a descoberta das sulfamidas e, a seguir, dos antibióticos. Em particular, da penicilina, intensamente utilizada durante e logo após a Segunda Guerra. Tais medicamentos, e seu sucesso terapêutico, foram considerados como prova da eficácia

---

<sup>19</sup> Em relação a tecnologias de intervenção sobre o corpo que envelhece, duas tendências podem ser observadas: a primeira, envolve desde soluções relativamente simples como cremes anti-rugas, até injeções que provocam paralisias temporárias sobre áreas da face, visando minimizar os efeitos do tempo sobre a expressão facial, e, no limite, intervenções cirúrgicas variadas, todas estas tecnologias têm em comum a intenção de controlar os efeitos da idade sobre a dimensão visível do corpo e, embora possam, em outro plano, ser justificadas por algum benefício subjetivo, seu alvo primeiro e seu escopo de ação é o corpo. Outra tendência é intervir sobre a fisiologia a nível micro-biológico, visando controlar supostos efeitos do envelhecimento sobre o comportamento, com a promessa de devolver a “vitalidade”, o élan, a “energia perdida”, “o desejo”, etc. Sua arena de intervenção fica dentro do organismo, freqüentemente no interior das células, mas seu escopo de ação se apresenta com desdobramentos sobre a sociabilidade humana.

<sup>20</sup> Sobre a indústria de medicamentos no Brasil ver Cordeiro (1980).

da manipulação química da fisiologia humana. Completando este movimento, as pesquisas mais recentes se deslocam da fisiologia celular para a Engenharia Genética, aprofundando ainda mais o foco no interior do núcleo da célula, o que irá, certamente, determinar em um futuro não muito distante uma nova arena de intervenção e novas modalidades tecnológicas.

Um dos aspectos mais significativos da homogeneização da velhice baseada na universalidade, até prova em contrário real, da bioquímica humana envolve as possibilidades abertas a produção de mercadorias<sup>21</sup>. Embora em determinadas partes do mundo populações inteiras alcancem médias de idade muito elevadas, não se pode comercializar seus padrões de vida e comportamentos, ao passo que se pode vender vitaminas, anti-oxidantes e betacarotenos, etc., em qualquer parte e a qualquer pessoa.

O avanço em direção a genética<sup>22</sup>, acionando uma série de promessas, tem renovado o otimismo de que a ciência poderá intervir eficazmente sobre o envelhecimento humano e, sobretudo, tem contribuído para circunscrever a velhice (tanto sua dimensão fisiológica, quanto a vasta gama de comportamentos a ela associados) à natureza<sup>23</sup>. Esta ênfase no nível biológico, portanto, é plena de significados culturais e sociais. Além das perspectivas abertas na terapêutica, seja dos fatores degenerativos da senescência, seja no trato das doenças relacionadas à idade, enfatizar a biologia celular representa uma tentativa de explicar o fenômeno do envelhecimento minimizando, do ponto de vista simbólico, a importância de fatores extra biológicos, difundindo a idéia de que é possível controlar o envelhecimento através de tecnologias de manipulação química sobre a fisiologia da célula<sup>24</sup>.

---

<sup>21</sup> Sobre o consumo de medicamentos enquanto “mercadorias” ver Temporão (1984). Ver também Sevalho (1992). Sobre o consumo de medicamento entre os idosos, do ponto de vista das implicações, ver Rosenfeld (1997).

<sup>22</sup> Os mais recentes estudos na área médica sobre o envelhecimento, a partir de pesquisas com a mosca *Drosophila* e no nematóide *Caenorhabditis Elegans*, identificaram-se os gerontogêneses AGE I que, ao final do ciclo da vida da espécie, determina a senescência pela produção de um “death compound”.

<sup>23</sup> Este retorno à bioquímica, como dimensão privilegiada para definição tanto do que é o envelhecimento, quanto do modo como se comportar diante dele, é apenas uma face de uma tendência mais geral de retorno à dimensão “natural” do homem, ou seja, àquela que partilhamos com os animais, e que, ao contrário de toda a relatividade e fluidez da cultura, se assenta em bases sólidas e invariáveis. O livro da antropóloga Helen Fisher, que pretende explicar o comportamento humano diante do sexo oposto pela biologia ilustra esta tendência. As formulações mais explícitas sobre esta perspectiva têm origem na *sociobiologia* de Edward O. Wilson. Para uma crítica desta perspectiva, a partir da Antropologia, ver Stolcke (1986), Rabinow (1991) e, de certa forma, também Geertz (1988). Ver também Marshall Sahlins: *The Use and Abuse of Biology: an anthropological critique of Sociobiology*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1976.

<sup>24</sup> Outras esferas da vida humana têm sido reduzidas à biologia em um processo onde fatores extra biológicos são desconsiderados, abrindo espaço para “soluções” técnicas. A psicofarmacologia-

A dependência que se estabelece entre a perspectiva que reduz a velhice ao biológico, com toda a produção científica que a acompanha, e o “complexo industrial farmacêutico”, não pode ser ignorada nem julgada de forma simplista ou maniqueísta (Debert, 1997:53). Isto porque estas tecnologias envolvem campos que, embora se apresentem como neutros, possuem implicações profundas na organização da vida social sendo, portanto, importante a compreensão do tipo de lógica que organiza as concepções de seus produtores (Debert, 1997). Uma dessas implicações, como já foi dito, é o reforço da crença na capacidade da ciência e da tecnologia controlarem o envelhecimento<sup>25</sup>.

No entanto, em um exemplo daquilo que Giddens (1997) chama *fabricação da incerteza*, uma das conseqüências de tornar a velhice objeto de discursos científicos, e das tecnologias de intervenção que daí surgiram, foi tornar a velhice um “problema” técnico e uma fonte de ansiedades e preocupações, que se distingue de preocupações e ansiedades que possam ter existido anteriormente, exatamente por sua origem, entre os próprios especialistas encarregados desta autonomização.

Um dos modos como esta *incerteza fabricada* se mostra é na concorrência entre diferentes especialistas que, por sua vez, acionam formas diversas de conhecimento - em torno e contra a ciência estabelecida. A prática médica geriátrica, ao menos uma parte dela, se encarrega de disseminar, ao lado da publicidade, tanto esta intervenção “molecular” sobre o organismo, quanto às críticas a ela levantadas, assim como outras tecnologias como, yoga, meditação, homeopatia, etc.

A chamada “medicina ortomolecular” e a teoria dos “radicais livres”, que lhe serve como um dos pilares de sustentação mais importantes, se apresentam como o que há de mais moderno contra o envelhecimento, e exemplificam as relações entre pesquisas sobre o envelhecimento fisiológico e a criação de novas tecnologias de controle do envelhecimento. Ambas estão baseadas em pesquisas feitas com cobaias não humanas ou testes *in vitro*, a validade de seus efeitos ainda não é consensual

---

estética, através de drogas lícitas como o Prozac, e outras ilícitas, sugerem a resolução de distúrbios de personalidade e ajustamento social através de intervenção química, e o recente sucesso de vendas, o Viagra tem, de certa forma, impacto semelhante sobre a sexualidade.

<sup>25</sup> Esta crença tem certamente continuidade com o otimismo que se expressa nas palavras de Metchnikoff (1917:315): “L’*e* etude scientifique de la vieillesse et des moyens de modifier son caractere pathologique, contribuera sans doute à rendre la vie plus longue et plus heureuse. Malgré l’état imparfet de la science moderne, il n’y a done aucune raison pour mentenir à ce sujet les idées pessimistes”. Este exemplo se torna ainda mais significativo por, de um lado, reconhecer a “imperfeição da ciência”, não como sua condição, mais provavelmente como um estágio a ser superado pelo progresso, e por outro, se for considerado que este comentário aparece em uma obra cujo título é: “Études sur la nature humaine: Essai de philosophie optimiste”.

e, sobretudo, as dosagens e interações entre vitaminas não foram ainda complementemente pesquisadas. Assim, não está livre de críticas quanto à seus fundamentos científicos<sup>26</sup>, e toda expectativa anunciada por seus adeptos somente se justifica pela perspectiva de que os possíveis efeitos nos seres humanos podem vir a ser semelhantes aos descobertos em ratos.

Além disso, produtos normalmente apresentados como destinados à prevenção do envelhecimento, como a Ginko-Biloba<sup>27</sup>, que buscam fundamentação na “teoria dos radicais livres”, possuem uma propriedade extra que permite uma associação com produtos mágicos e uma compreensão adicional do sucesso destas modernas versões de “elixir da longa vida”. Estes produtos situam-se na fronteira entre o moderno e o tradicional, e assim possuem características ambíguas que a antropologia clássica, sobretudo Mauss e Hubert (1973), identifica como condição de todos os objetos e práticas mágicas.

Os animais tradicionalmente identificados, em nossa cultura ocidental, com rituais de bruxarias e feitiços, como os morcegos, ratos e cobras, são sempre animais que se encaixam com alguma dificuldade nos sistemas classificatórios (Darton, 1995), a exemplo dos animais, plantas e objetos utilizados em outras culturas para os mesmos fins. Esta dificuldade os tornam ambíguos e polissêmicos, e facilita sua utilização como símbolos. Produtos como a Ginko-Biloba, por possuírem uma dupla origem, na ciência e na tradição, têm uma classificação ambígua. Assim, ao situar-se em uma zona fronteira, tornam-se polissêmicos e mais aptos a atuar como símbolos. O consumo e o sucesso comercial destes produtos reside tanto ou mais em sua eficácia simbólica que em sua eficácia química.

A vitalidade e jovialidade das pesquisas sobre envelhecimento, e do mercado que resulta das modalidades tecnológicas por elas estabelecidas, criam produtos cuja eficácia é apresentada como independente de qualquer singularidade, individual ou cultural. Seus principais produtos são, na verdade, a idéia de “eterna juventude”, ou pelo menos de eterna jovialidade, e a crença na capacidade individual de controle tecnológico sobre a velhice. Isto ocorre no contexto de uma

---

<sup>26</sup> No momento em que este trabalho está sendo escrito, o Conselho Federal de Medicina proibiu que médicos utilizem técnicas e métodos sem fundamentação científica comprovadas. A “medicina ortomolecular” não foi exatamente proibida, mas o Conselho proibiu que fosse veiculada como terapia contra o envelhecimento. O fato de esta nova tecnologia estar baseada em vitaminas e não fármacos lhe permite melhor facilidade de comercialização, pois não fica sujeita a registro no Ministério da Saúde.

<sup>27</sup> A Ginko-Biloba aparece em um texto publicitário, pretensamente científico, destinado a demonstrar os efeitos do produto, como a droga mais prescrita na Alemanha (280 milhões de dólares em vendas anuais e a 5ª droga mais vendida na França), de acordo com este mesmo folheto, o uso desta planta teria origem na China há pelo menos 2000 anos (sic).

cultura de consumo, onde as imagens da velhice desempenham um papel significativo. Como afirma Featherstone:

“Na cultura de consumo, a velhice é apresentada com imagens que a retratam como uma fase da vida na qual sua juventude, vitalidade e atratividade podem ser mantidas. Isto está em contraste com imagens mais tradicionais da velhice, nas quais homens e mulheres são apresentados como pessoas resignadas, calmas e dignas que aceitam as traições do corpo, a perda da atividade física, mobilidade e atividade com estoicismo.” (Featherstone, 1994:68)

A Geriatria, por estar situada em uma área que possui grande prestígio, a medicina, tem um papel importante na disseminação dessa crença, ao mesmo tempo em que a competição entre seus especialistas cria incertezas. O resultado dessa crença e dessa “incerteza fabricada” é a coexistência de diferentes tecnologias de controle individual do processo de envelhecimento que operam via “descobertas” científicas ou através de “tecnologias tradicionais”<sup>28</sup>, como, por exemplo o *Taichi Chuan* ou a *yoga*<sup>29</sup>.

### **Velhice e Política Social: Gerontologia**

O momento em que a questão da velhice começa a ganhar visibilidade e ser objeto de discursos e práticas específicas (final do século passado e início deste) é um período de grande atividade intelectual e de profundas transformações sociais. A Europa vive as conseqüências da expansão do Capitalismo e, nesse momento, os principais esforços intelectuais vão se voltar para a análise dos problemas daí decorridos, a partir de uma perspectiva secular. Ou seja, localizando na sociedade, sem referências transcendentais, as causas e respostas dos principais problemas vividos na época, entre eles, as condições de pobreza e marginalidade envolvendo parte da população que, com o avanço da idade, enfrentava dificuldades para garantir uma subsistência mínima. Desde então, uma parte significativa do discurso sobre a velhice esteve relacionado às transformações na sociedade<sup>30</sup>, e a velhice passou a ter uma presença crescente na esfera das preocupações sociais.

<sup>28</sup> Como afirma Giddens (1997:220): “O fato de os especialistas muitas vezes discordarem entre si tornou-se lugar comum para quase todo o mundo. Entretanto, mais que isso, a reivindicação de legitimidade universal da ciência torna-se muito mais discutida do que antes. Todos os tipos de conhecimento, cult e folk, e as orientações tradicionais voltam a reivindicar algum tipo de hegemonia ao lado dos domínios da ciência ortodoxa”.

<sup>29</sup> O interessante livro do “Prof. Hermôgenes”, por exemplo (Hermôgenes, 1996), apresenta a *yoga* como um instrumento individual de alcance da longevidade, e a saúde na terceira idade como uma “obra de arte”, cujos artistas são os próprios indivíduos idosos.”

<sup>30</sup> Como observa Attias-Donfut (1979a:14): “... as teorias do envelhecimento nasceram ao mesmo tempo em que as idéias de reforma social, portanto, em relação com a consciência e o sentimento de que podemos agir sobre a estrutura social com a confiança na capacidade humana de aprender continuamente, literalmente até o momento da morte.”

Se na Geriatria, a construção da autonomia do discurso sobre a velhice e o envelhecimento se deu a partir do reconhecimento das especificidades do organismo envelhecido, e da necessidade de se representá-lo cientificamente, na Gerontologia, o mesmo processo pode ser compreendido em três aspectos: 1) pelo reconhecimento da existência de aspectos biopsicossociais envolvendo o envelhecimento humano; 2) reconhecimento da dimensão social da velhice - e sua tradução no discurso como um problema -, ou seja, de que a velhice é algo mais que o envelhecimento fisiológicos de indivíduos e representa, portanto, um problema não só para o indivíduo e sua a família, mas para a sociedade; 3) pelo reconhecimento de que as especificidades dos idosos justificam um tratamento diferenciado em relação às demandas de outros grupos sociais e, portanto, exigem uma “especialização”; ou seja, que as práticas de assistência “leiga”, deveriam ser substituídas por práticas “profissionais”.

O reconhecimento, por parte daqueles empenhados em conhecer e descrever a velhice e o envelhecimento, de que a experiência humana responde não só a determinantes biológicos, mas também a fatores sociais e psicológicos, trouxe a necessidade de instrumental de diferentes disciplinas para enfrentar a complexidade deste objeto, e dos diferentes recortes que o condicionam. Outros domínios foram sendo incorporados sob a denominação de Gerontologia, como a Sociologia e a Psicologia, cuja contribuição teria sido, segundo Birman:

“A contrapartida, do ponto de vista psicológico, foi o estudo dos processos psíquicos humanos segundo a seqüência das faixas de idade. A psicologia do desenvolvimento se constituiu, desde a segunda metade do século XIX, para pesquisar as estruturas cognitivas e afetivas das individualidades psíquicas de acordo com as diferentes faixas etárias.” (Birman, 1995:31)

Ao voltar-se para o estudo científico da velhice e do envelhecimento, uma característica que a Psicologia manteve em comum com a Medicina foi tratar a velhice como um fato natural e universal, cujas variantes seriam patologias ou desvios individuais. As representações da velhice elaboradas a partir do olhar homogeneizador destas disciplinas se impõem por, supostamente, refletirem uma verdade natural. Perspectiva que ainda pode ser encontrada na Gerontologia, como sugerem as críticas feitas a ela por Neri (1991).

A partir do reconhecimento de que a velhice é algo além do envelhecimento fisiológico e psicológico de indivíduos, as práticas de intervenção puderam mudar significativamente, e a Gerontologia estendeu sua esfera de intervenção a uma dimensão social<sup>31</sup>, tornando os agentes

---

<sup>31</sup> Uma das passagens mais significativas no reconhecimento desta dimensão social da velhice é a introdução de fatores sociais como elementos causais determinantes do modo como se envelhece em uma determinada sociedade. Um dos marcos desta passagem pode ser localizado nos anos 40, no

especializados capazes de propor políticas públicas e novos modelos de intervenção. Desde então a Gerontologia tem espelhado, em suas práticas, nas representações de seus profissionais e em seu corpo teórico, uma outra dualidade: o **individual** e o **social**.

Ao reconhecer a dimensão social como fator condicionante do envelhecimento, a Gerontologia de certa forma rompe com esta representação “natural” da velhice, porém não abandona inteiramente a constituição de seu objeto como um “universal”. A velhice sai dos limites do corpo, sem que os pressupostos homogeneizadores da representação da velhice sejam desfeitos. Para a face sociológica da Gerontologia, por exemplo, até recentemente, os problemas decorrentes da velhice nas sociedades modernas seriam sempre os mesmos e, de tal forma intensos, que se anulariam diferenças de gênero, etnicidade e classe social<sup>32</sup>. A linearidade e homogeneidade do processo de envelhecimento biológico se transfigura na linearidade e homogeneidade das fases do desenvolvimento psicológico, do *status* social (ou falta dele)<sup>33</sup> e das etapas de vida definidas a partir de papéis sociais determinados pela inserção dos indivíduos no processo produtivo ou no ciclo familiar (Fortes, S/D).

Segundo Debert (1992a), só recentemente estes pressupostos homogeneizadores começam a ser revistos em pesquisa nos EUA e Europa. Até então, o reconhecimento da dimensão social da velhice se vinculava a sua representação enquanto um “problema”. Nessa representação, dois eixos foram importantes para institucionalizar um campo de intervenções para a Gerontologia: as condições de pobreza e marginalidade dos trabalhadores idosos e uma correlação negativa entre velhice e modernidade.

Na Europa do século XVIII, a expansão do trabalho assalariado tornou o trabalhador responsável por seu sustento através de venda de sua força de trabalho, em um contexto no qual as condições de vida da classe operária não eram nada favoráveis, como bem as descreve Engels

---

trabalho de Leo Simmons (1945), *The Role of the Aged in Primitive Societies*, em que o autor, investigando os arquivos etnográficos da universidade Yale (Human Relations Area Files), nos Estados Unidos, em 1943, selecionou 71 sociedades, modernas ou da antiguidade, classificadas por variáveis culturais e ambientais, como o clima e o meio ambiente físico, a economia, a organização social e política, crenças e rituais, entre outras, para depois agrupá-las em tipos de sociedades e correlacioná-las com o *status* dos idosos e o tratamento a eles dispensados em cada sociedade. O tipo de perspectiva exemplificado pelo trabalho de Simmons, ao incorporar elementos de ordem sociocultural, se esforça por demonstrar como a velhice deixa de ser uma questão apenas da esfera privada ou familiar, sendo consequência do modo de organização da sociedade, e permite, assim, que se postule uma dimensão pública de intervenção.

<sup>32</sup> Para uma resenha da mudança desta perspectiva no discurso gerontológico ver Debert (1993)

<sup>33</sup> Burgess, 1960 (*apud* Debert. 1992a), por exemplo, pensa a velhice nas sociedades modernas pela ausência de papéis (roleless role).

(1975). O envelhecimento das primeiras gerações de operários marcaram a associação entre velhice, pobreza e incapacidade, pois, tratava-se de um segmento da população que não podia, devido ao avanço da idade ou da incapacidade física, vender sua força de trabalho, constituindo-se como um grupo dependente de algum tipo de assistência, ao mesmo tempo em que, o declínio da produção familiar, seja na agricultura, seja em pequenas empresas domésticas, reduziu o sistema de remuneração familiar que permitia aos filhos cuidar dos pais envelhecidos (Debert e Simões, 1994).

O processo de reconhecimento da velhice como uma questão social se inicia, justamente, com estas primeiras gerações de operários que envelhecem (Benoit-Lapierre, 1979). Como uma das primeiras medidas para responder a esse problema, a aposentadoria significou, em parte, a separação da velhice de outras categorias da população alvo de assistência social, pois não significava apenas mais um tipo de assistência, mas direitos associados à condição de trabalhadores, que surgiu em substituição às intervenções pontuais de caráter filantrópico, dirigidas à população pobre de uma maneira geral (Debert e Simões, 1994; Benoit-Lapierre, 1979; Lenoir, 1979).

Segundo Benoit-Lapierre (1979), esta dissociação progressiva entre a população pobre e os idosos, assistidos por algum tipo de assistência previdenciária, implicou uma especialização e profissionalização no atendimento aos idosos. Com isso, a superação da imagem de inválido associada à velhice levou as práticas leigas assistenciais a serem vistas como ilegítimas, e contribuiu para reforçar uma identidade específica aos trabalhadores velhos (Debert e Simões, 1994; Benoit-Lapierre, 1979; Lenoir, 1979).

A partir do pós-guerra, com as transformações e grandes mudanças político-econômicas no países capitalistas centrais, e com o advento do Estado de Bem-Estar, a saúde e assistência social foram deslocadas para o interior de dispositivos de securidade social. Embora em alguns países já existissem, desde o final século XIX, políticas de proteção aos idosos, aos incapacitados e às mulheres (Teixeira, 1990), somente com a expansão e institucionalização do modelo do Welfare State, após os anos 50 - em um processo que, segundo Lenoir (1979), teria sido um dos fatores responsáveis pelo surgimento e expansão da “terceira idade” -, a aposentadoria e proteção aos idosos, assim como a saúde, se tornam direitos de todos os cidadãos.

Acompanhando a generalização dos sistemas de aposentadoria, surgiram novas instituições como asilos e alojamentos, e os hospitais, como já mencionado, se especializaram apenas no tratamento médico da velhice, transferindo em definitivo sua assistência de caráter filantrópico para

instituições especializadas, e promovendo uma conseqüente separação entre velhice e doença, que até então estavam intimamente associadas.

A partir do reconhecimento da população idosas como um segmento social que possui especificidades, foi possível torná-la uma variável e correlacioná-la, não só a diferentes sociedades e culturas, mas a diferentes estágios de desenvolvimento social. A Gerontologia, desde então vem estabelecendo, através de seus teóricos, uma correlação entre velhice e modernidade. De acordo com esta visão, a urbanização, industrialização e modernização, teriam levado ao declínio do *status* social do idoso e sua degradação nas sociedades contemporâneas. Embora, de acordo com Debert:

“Pesquisas recentes sobre a velhice exigiram uma revisão dessas concepções. Hoje há um acordo entre os historiadores, considerando-se que, dada a precariedade dos dados disponíveis, é muito limitado o conhecimento que se pode obter da situação dos velhos, em períodos históricos distantes, ou mesmo em épocas relativamente próximas, de modo que a idéia de uma Idade de Ouro da velhice não se sustenta.” (Debert, 1997:41)

Apesar disso, freqüentemente aparece no discurso dos gerontólogos uma narrativa histórica que justifica correlações negativas entre velhice e modernidade<sup>34</sup>. Os principais aspectos de mediação entre os processos sócio-econômicos modernos e a condição da velhice, teriam sido: (1) a passagem da família extensa à família nuclear, (2) as mudanças no mundo do trabalho e (3) o advento da “cultura de massas”. Estes processos têm como pano de fundo uma comparação com épocas não modernas (e, eventualmente, com contextos não-modernos contemporâneos). Tal comparação torna possível destacar uma condição desfavorável da população idosa, por oposição a uma “idade de ouro” pré-moderna, onde os idosos seriam respeitados e valorizados.

Nessa narrativa, frente ao declínio do padrão familiar baseado em unidades domésticas multigeracionais, dentro da qual os idosos, supostamente, teriam sido membros privilegiados, personalidades sociais importantes e de prestígio (ou pelo menos poderiam contar com seus familiares para assisti-los na velhice), e sua substituição pelo padrão de organização doméstica baseado na família nuclear moderna, este espaço de assistência e de manutenção de papéis específicos para os idosos teria se perdido (França & Soares, 1997; Peixoto, 1997) e, além disso, invoca-se um passado mítico onde a experiência de vida dos mais velhos permitia-lhes acumular grande sabedoria. Isto, diante dos limites da transmissão oral de conhecimento, fazia deles grandes

---

<sup>34</sup> Na resenha que fez dos trabalhos de Gerontologia, entre os quais, os que correlacionam velhice e modernidade, Neri (1991) sugere que estes podem ser predeterminados por um viés cultural, que leva a visão “ingênua e romântica do idoso nas sociedades pré-industriais” e por métodos de pesquisa em que a definição de *status* do idoso é determinada pela forma como ele é conceituado e medido.

“contadores de história” (Fontes, 1996), figuras assim centrais e de grande importância na comunidade.

Com a decadência da forma oral de transmissão de conhecimentos, e sua superação pela moderna comunicação de massa, os idosos teriam perdido sua condição de guardiães do saber e deixaram de exercer a tarefa de transmitir conselhos aos mais jovens. Teria se perdido o elo de ligação entre o passado e o presente e, neste novo universo sem lembranças, as estórias dos idosos, assim como eles mesmos, não interessariam a mais ninguém (Secco, 1992). Os idosos estariam associados à memória e tradição, e por isso marginalizados por um tipo de sociedade que opõe, de forma hierárquica, o novo ao velho, o moderno ao tradicional. Condição agravada pela perda do valor de uso dos corpos dos trabalhadores. Velhice, como sinônimo de incapacidade para o trabalho, significaria, nas modernas sociedades, inutilidade e marginalização.

Dentre os desenvolvimentos mais significativos da perspectiva que correlaciona velhice e modernidade, o mais importante e melhor articulado foi a chamada “Teoria da Modernização”, formulada por Cowgill e Holmes em um congresso preparado por eles em 1966, com o objetivo de discutir o impacto da modernização em sociedades tradicionais (San Román, 1989). As discussões deste congresso foram publicadas por ambos em 1972, com o título de *Age and Modernization*. Esta obra possui desdobramentos e é bastante citada e comentada até os dias de hoje. Nela, os autores fazem uma revisão das teorias então usuais em Antropologia e, a partir das conclusões do congresso, formulam suas próprias propostas teóricas. O objetivo dos autores era estabelecer generalizações sobre os processos de mudança que ocorreriam em todas as sociedades à medida que iriam se modernizando, e que teriam, invariavelmente, como consequência a perda de *status* para os idosos.

Com um enfoque evolucionista, estes autores aplicam a tipologia tradicional/moderno, emprestada das Ciências Sociais e Econômicas, para estudar as condições de vida dos idosos, a partir do seguinte cenário: à medida que os Estados anteriormente colonizados pelo ocidente vão sendo incorporados ao mercado mundial, um processo de modernização, com profundas repercussões, altera as estruturas sociais tradicionais. O primeiro problema com que Cowgill e Holmes se defrontaram foi estabelecer critérios para medir os estágios de modernidade em que estariam as diversas sociedades. Imaginado grau de modernização, quatro conjunto de variáveis independentes foram propostos como indicadores: (1) o nível de desenvolvimento tecnológico, (2) o nível de desenvolvimento da urbanização, (3) o índice de mobilidade social e (4) o nível de

aculturação<sup>35</sup> (Cowgill e Holmes, 1972, *apud* San Román, 1989). Os autores, então, formulam suas próprias conclusões. Entre elas, a de que, apesar da melhora geral nas condições de vida da população, ou parte dela, o *status* social dos idosos declina na mesma proporção e velocidade que as sociedades se modernizam (Cowgill e Holmes, 1972 *apud* Cohen, 1994 e San Román, 1989)<sup>36</sup>.

Este tipo de correlação entre velhice e modernidade pode ser visto como fruto de uma perspectiva mais geral e amplamente disseminada de encarar a modernização dos Estados anteriormente colonizados. Perspectiva que Oliven (1984) chama de “ideologia da modernização”. Dentro desta perspectiva, foram os autores citados acima que deram a formulação mais coerente no que se refere à velhice. A força com que estas correlações se impõem no discurso dos gerontólogos reside mais em sua coerência e elegância explicativa que por demonstrações empíricas, pois raramente vêm acompanhadas de dados, o que faz com que, muitas vezes, se sobreponham à própria realidade.

Isto pode ser exemplificado pelo uso freqüente, por parte dos gerontólogos, das mudanças na organização familiar doméstica como uma referência da marginalização contemporânea do idoso, e como um índice da correlação negativa entre modernidade e velhice. A passagem de família extensa para família nuclear é considerada como tendo impacto negativo para o *status* dos idosos, mesmo quando os dados desmentem, ou não autorizam afirmar a existência de uma “idade de ouro” com os idosos valorizados e respeitados dentro da família extensa, por oposição ao isolamento decorrente da família nuclear.

---

<sup>35</sup> Dentre as variáveis propostas por Cowgill e Holmes, a que, certamente, mais chama a atenção, é a última citada: o nível de aculturação. Este nível significa o grau de proximidade da cultura de uma determinada sociedade em relação à cultura “ocidental”, entendida como sendo a americana. Em relação a este ponto, como de resto em outras partes do trabalho de Cowgill, como demonstra Cohen (1994), Cowgill e Holmes desenvolvem sua argumentação dentro de uma visão evolucionista que supõe todas as culturas avançando em direção a cultura ocidental, à medida que a sociedade se moderniza.

<sup>36</sup> Discutindo o trabalho de Cowgill e Holmes, dentro do contexto de seu surgimento e desenvolvimento, San Román (1989) destaca os principais problemas e as insuficiências dessa abordagem. Segundo esta autora, quatro críticas podem ser atribuídas às pretensões implícitas de seus autores quanto a formular uma teoria geral de alcance universal. Em primeiro lugar, sua teoria está baseada em um conjunto de generalizações empíricas, reunidas à força, com dependência de um só fator de variação: a mudança em direção a modernização e ocidentalização. O segundo aspecto diz respeito às dificuldades de operar com esta mudança, através de conceitos pouco definidos como modernização e mobilidade social. O terceiro aspecto refere-se à consideração do idoso como uma categoria homogênea. Por último, como uma consideração mais de ordem metodológica, San Román considera que os quatorze exemplos selecionados pelos autores não formam uma amostra que justifique suas pretensões quanto ao alcance universal de suas formulações.

As dificuldades de se trabalhar com este pressuposto podem ser exemplificadas pela fala a seguir, pronunciada em um dos primeiros cursos de Gerontologia oferecidos no Brasil:

“Gostaria de concluir observando que pode haver uma certa contradição entre a desmistificação feita no início sobre a diminuição da família e os resultados que eu dei no final da exposição sobre o enfraquecimento do papel da família junto aos idosos. Na realidade é numa dialética, numa forma múltipla de família que devemos compreender o problema, pois o fato é que na maioria dos casos a família ampla e global subsiste e que há um sistema de intercâmbio bastante intenso, mas há uma grande proporção em que a família é deficiente, devendo essa problemática ser estudada sob pontos de vista específicos e em função da industrialização de cada país ou região”. (Attias-Donfut, 1979a:40).

O discurso dos gerontólogos, ao representar a velhice não como um dado da natureza, mas como um fenômeno social, se esforça para apresentá-la como um problema típico das sociedades contemporâneas. Nesse esforço, velhice passa a designar uma questão social, o que não ocorre sem um intenso trabalho social, como mostra Lenoir (1990), para quem:

“Os estigmas físicos e, de forma mais geral, as características biológicas como sexo e idade, servem freqüentemente como critérios para classificar os indivíduos no espaço social. A elaboração destes critérios está geralmente associada ao surgimento de instituições e agentes especializados que encontram nessas definições a força e o fundamento de sua atividade. Estes princípios de classificação não têm pois sua origem na ‘natureza’, mas em um trabalho social de produção de populações que operam, segundo critérios juridicamente constituídos, diferentes instituições, dos quais os mais conhecidos são o sistema escolar, o sistema médico e os sistemas de seguridade social.” (Lenoir, 1990)

A construção da velhice como uma questão social não é uma consequência natural do aumento dos idosos no conjunto da população, tampouco é consequência de descobertas da ciência, desvendando dimensões da velhice e do envelhecimento que não poderiam ser identificadas pelo senso comum. Neste processo de construção de uma questão social estariam envolvidas, de acordo com Lenoir (1990), quatro dimensões: *reconhecimento*, *legitimação*, *pressão* e *expressão*.

A primeira destas dimensões, que o autor chama de *reconhecimento*, responde à necessidade de tornar visível uma situação sobre a qual se deseja chamar atenção e intervir. Supõe a ação de grupos ou agentes interessados. Porém, a *legitimação*, segunda dimensão envolvida na constituição de uma questão social, não decorre automaticamente da visibilidade pública do problema, mas prescinde de um esforço para incluí-la entre preocupações sociais do momento. Para tal, esses agentes devem não apenas tornar a situação com a qual estão envolvidos uma questão legítima, mas também tornar a si próprios agentes legítimos, a fim de desenvolver formas de *pressão* (terceira dimensão envolvida). Esses agentes podem, então, se apresentar, dada sua posição privilegiada, como porta-vozes daqueles que não podem falar por si mesmos. Por fim, a quarta dimensão, a *expressão*, é a tradução de novas definições dos problemas, e dos agentes, acionadas nesta *pressão*.

As quatro dimensões acima podem ser utilizadas para desenvolver uma compreensão da transformação da velhice em um problema social, como o fazem o próprio Lenoir (1990), Debert (1994b) e Simões e Debert (1994).

O discurso dos Gerontólogos no Brasil tem tido dificuldades em avançar no processo contraditório de *socialização e reprivatização da experiência de envelhecimento*. Esses processos têm levado as questões associadas à velhice para uma dimensão pública, ao mesmo tempo em que as novas imagens de envelhecimento enfatizam a velhice como *autoconvencimento* (Debert, 1993). A constituição da velhice como uma “problemática”, da qual depende diretamente a Gerontologia, foi parcialmente abortada pela contradição envolvida na *socialização da gestão da experiência de envelhecimento*, pois ao mesmo tempo que se enfatiza a velhice como um problema social (através de imagens negativas que apresentam o idoso como uma vítima), tem de se legitimar frente à seus clientes idosos, “vendendo” a idéia de que a velhice pode ser uma fase privilegiada da vida (através de imagens da velhice como uma época de lazer, auto-satisfação, prazer, etc.). Ao fazê-lo, a Gerontologia corre o risco de negar seu próprio objeto, a velhice (Debert, 1993).

Nas suas tentativas de transformar a velhice em um problema social, a Gerontologia no Brasil apresenta algumas contradições entre as imagens geradas no discurso gerontológico e as experiências de pessoas idosas com as quais ela lida. Assim, ao mesmo tempo em que busca a constituição de um campo autônomo, sobre o qual pretende hegemonia, cede espaço para um conjunto de intervenções “leigas”, como cursos de teatro, dança e mesmo modelos mais sofisticados como as UNATIs, que não se sentem, necessariamente, comprometidos com a “Gerontologia”.

Esta ausência de “monopólio” da Gerontologia sobre todas às instâncias voltadas para a população idosa se deve, em parte, a sua incapacidade de superar a imagem que criou para representar a velhice como um problema, que demanda respostas científicas, dadas por *experts*; e isso por dois motivos: (1) a especificidade da institucionalização da Gerontologia no Brasil, em um contexto em que já existia uma prática local “leiga” em relação à velhice e um conjunto de discursos em nível internacional; (2) discrepância entre a homogeneidade atribuída pelo discurso científico à velhice, e a heterogeneidade das experiências de envelhecimento, recortadas por gênero, classe social, etnia, etc. No próximo capítulo, irei apresentar algumas das estratégias do discurso da Gerontologia no Brasil.

## A GERONTOLOGIA COMO RETÓRICA

A seguir, buscarei interpretar algumas características recorrentes do discurso dos gerontólogos no Brasil. Na primeira parte, apresento os pressupostos teóricos utilizados na análise deste discurso. Análise esta inspirada nas interpretações feitas por Cohen (1994), ao estudar a inserção da Gerontologia na sociedade Indiana. Estes pressupostos são ilustrados, na segunda parte, com material produzido em torno do grupo que, no Rio de Janeiro, vem se dedicando à Gerontologia a partir da ótica da Medicina Social ou da Saúde Coletiva. Sobretudo, por estar este grupo intimamente ligado à UnATI/UERJ, alvo primeiro deste trabalho. Tal limitação, privilegiar um determinado segmento da Gerontologia, só seria comprometedora a análise aqui desenvolvida tivesse a pretensão de abarcar toda a Gerontologia. Não a tem.

### A Gerontologia como retórica

Retórica, em uma definição operacional e provisória, deve ser entendida como uma dimensão inerente à todo e qualquer uso da linguagem, e não como um conjunto separado de usos ou como um domínio particular do discurso, pois todo discurso possui uma dimensão performativa. Ou seja, tem efeitos práticos no contexto em que é acionado. Pode-se dizer que ele “faz” coisas através da criação de sentidos, ainda que nem sempre estes efeitos sejam antecipados ou plenamente controlados. Retórica, portanto, será aqui entendida como uma estratégia de construção discursiva, baseada na manipulação de um código e/ou de um sistema de valores, visando a criação de sentidos e os efeitos que se supõe irão resultar da enunciação dos discursos.

No discurso dos gerontólogos, valores e significados atribuídos à velhice e ao envelhecimento aparecem “costurados” tendo em vista consolidar e legitimar um *campo* autônomo de estudos e intervenções ligados à velhice/envelhecimento, bem como, legitimar os gerontólogos como agentes capacitados a ocupá-lo e estabelecer suas regras. Para isso, o discurso dos gerontólogos se refere a Gerontologia como um conhecimento “científico” especializado, como uma espécie de *sistema perito*<sup>37</sup>, com competência técnica para conhecer e definir estratégias de intervenção sobre a velhice/envelhecimento. Tanto em nível individual quanto social.

---

<sup>37</sup> *Sistemas Peritos* são, de acordo com Giddens, “... sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas do ambiente material e social em que vivemos hoje”

Mesmo quando se reconhece que, no Brasil, a Gerontologia “real” tem limitações que a distanciam deste ideal, o discurso dos gerontólogos apresenta este ideal como uma “meta” a ser atingida. Para alguns, isto seria inevitável e consequência natural do desenvolvimento científico e cultural do país. Para outros, dependeria do esforço dos gerontólogos em promover sua causa, sensibilizando o Estado, a sociedade e indivíduos idosos. Em todo caso, é através dessa representação da Gerontologia como sendo uma “ciência” que se fundamentam as pretensões de legitimidade dos gerontólogos<sup>38</sup>.

No entanto, interessa-me, nesse momento, menos o real *status* científico da Gerontologia, e mais o fato de que grande parte do discurso dos gerontólogos é dedicado a afirmar o caráter científico da Gerontologia e sua competência técnica. Explicitamente ou através da manipulação de códigos reconhecidos como próprios dos discursos científicos. Esta manipulação organiza o discurso gerontológico (enquanto um discurso que visa a produção de sentido) em pelo menos dois níveis: na linguagem em que apresenta seus dados e na representação sobre a forma de obtê-los.

O discurso gerontológico apresenta seus dados na forma de conceitos, e estes como “descobertos” e não “inventados”. De fato, são descobertos, mas não na realidade, e sim no discurso da Gerontologia internacional. A cientificidade do discurso da Gerontologia se reduz, muitas vezes, à manipulação, mais ou menos consistente e consciente, de pressupostos importados da Gerontologia internacional. Em alguns momentos, não vai além da reprodução mecânica de seus conceitos. A literatura gerontológica no Brasil, que tenha por objetos pesquisas desenvolvidas a partir da realidade local, é, salvo honrosas exceções, praticamente inexistente. Seus dados são literalmente importados de outros países, ou transportados de outras áreas do saber como se fossem pedaços da realidade, e não construções (e como se a cientificidade pudesse ser adquirida de áreas

---

(Giddens, 1991:35). Este conceito traz como uma de suas maiores vantagens incorporar a “crença” e “confiança” como parte capital de sua própria definição. Hoje, os *sistemas peritos* atuam influenciando comportamento social a partir de diversas fontes. Os manuais de auto-ajuda e as formas esotéricas de auto-conhecimento não se diferenciam tanto de outras que derivam de métodos mais científicos, como a neurolinguística pôr exemplo, ou a própria terapia analítica, apesar de todas as diferenças, se vistas como *sistemas peritos*, ou seja, um saber específico controlado pôr agentes especializados e que determinam uma tecnologia capaz de influir sobre praticas e relações sociais, prescrevendo padrões de comportamento, sobretudo por serem alvo de *confiança* pôr parte daqueles que os procuram.

<sup>38</sup> Ainda que os gerontólogos eventualmente façam uma imagem da Gerontologia como uma cruzada moral (para restituir à humanidade os idosos) ou uma cruzada cívica (para lhes restituir a cidadania), freqüentemente é sua representação enquanto um saber que vai além do senso comum, e dos gerontólogos como representantes desse saber, que autoriza a Gerontologia a exercer estes papéis.

de saber consolidadas como que por contágio). Seus objetos se reduzem, frequentemente, a uma construção de terceiros não questionada.

O outro aspecto da organização do discurso gerontológico envolve o uso de uma linguagem supostamente ascética e precisa. Ou seja, livre de preconceitos e de ambigüidades. Esta linguagem permitiria à Gerontologia representar seu objeto como um retrato fiel da realidade<sup>39</sup>. No entanto, a própria realidade que ela supostamente representa e explica é, em grande parte, uma construção, cujas dimensões, sobretudo em termos de valores, não se prestam a uma tradução na linguagem científica com a qual a Gerontologia pretende se apresentar.

Analisando o discurso da Gerontologia na Índia, Cohen (1994) identifica um tema constante - a Família Extensa - que domina todas as formulações da Gerontologia indiana, constituindo-se em uma poderosa narrativa, cujo poder reside e se revela no ato de repeti-la reiteradamente. Para este autor, as formulações da Gerontologia na Índia se desdobram em níveis e, para identificar seu poder, ele passa do “catalogo aberto de significantes da narrativa para a sua estrutura metonímica” (Cohen 1994:96), ou seja, listados os principais ícones do discurso gerontológico, parte-se para a estrutura que lhe seria subjacente. Este autor assim descreve o que ele chama: “Narrativa da Queda”, insistentemente repetida pela Gerontologia indiana:

“A narrativa é mais ou menos a seguinte: (1) antigamente, todas as famílias indianas faziam parte de unidades multigeracionais ‘extensas’; (2) nessas unidades domésticas, os velhos dispunham de todas as atenções e cuidados, eram ouvidos e respeitados, quase não se queixavam: a velhice era uma época de prazer; (3) com o advento da várias ‘zações’ - ocidentalização, modernização, industrialização e urbanização - as famílias começaram a se dissolver e entraram em declínio o apoio social e o respeito aos velhos, juntamente com sua qualidade de vida.” (Cohen, 1994:73)

Para este autor, a repetição sistemática dessa narrativa, com variações sutis dependendo de quem narra, é comparada com o que Barthes chamou de “obsessão enumerativa”, apontando “um ‘vácuo’ para além da linguagem” (Cohen, 1994:96). Ou seja, sua repetição sugere que sua função é preencher alguma lacuna na estrutura da narrativa. Utilizando a morfologia dos contos de Propp como modelo, Cohen identifica homologias entre a narrativa e essa morfologia, podendo assim determinar esta lacuna. De acordo com Cohen, esta morfologia seria a seguinte:

“(1) A vítima é raptada de seu lar; (2) um herói (a própria vítima ou um salvador) (i) é testado e passa no teste, (ii) recebe presentes mágicos do doador e (iii) localiza a vítima; (3) o herói e o vilão raptor lutam, até este ser derrotado; (4) o herói é recompensado e se casa.” (Cohen, 1994:96)

<sup>39</sup> Talvez as maiores dificuldades da consolidação da Gerontologia enquanto uma disciplina que se reconheça em um conjunto de paradigmas, como uma “ciência normal” (Kuhn, 1974 e 1990), resida menos nas dificuldades resultantes de seu caráter interdisciplinar, e mais na sua busca de um modelo científico de representação da realidade, nos moldes da ciência natural.

À partir desse modelo, Cohen traça um paralelo com a narrativa gerontológica indiana, segundo o qual:

“Na narrativa gerontológica, a vítima frequentemente é o velho, mas, geralmente é uma presença vaga em primeira pessoa, que podemos chamar de auto-identidade (*self*). Os autores dos artigos da coleção, ou as centenas de pessoas de classe média que me relataram o Declínio da Família Extensa em entrevistas, confundem sua própria voz narradora com a figura do velho-vítima. ‘Ele’ ou ‘Ela’ imediatamente se torna ‘nós’: ‘nós não teremos mais o apoio dos filhos; nossas famílias estão se dissolvendo’. O que está em jogo não é apenas o seqüestro da velhice, mas da auto-identidade de quem narra.”

“O seqüestro refere-se à perda do estado de integridade é perfeição marcado com a família extensa. O ato de narrar implica que a vítima/narrador experiencia como uma violência a distância deste estado de perfeição. Nas narrativas orais, o vilão raptor frequentemente é a modernidade, mas, mais geralmente aparece como ‘o Ocidente’; (...). O ponto de partida da seqüência temporal da narrativa localiza-se assim na ação violenta perpetrada pelo Ocidente-vilão. (Cohen 1994:96).

A medida em que a narrativa se repete, outros personagens vão ocupando seu lugar na estrutura. Ora o herói é o gerontólogo ou a Gerontologia internacional, ora esta é o presente mágico e o herói é o gerontólogo indiano, ou o Estado aparece como o pai da vítima, ou este mesmo Estado pode ser o vilão, etc. A estrutura comporta variações, senão infinitas, bastante extensas. Seu poder heurístico reside em parte nessa sua capacidade de revelar articulações presentes na narrativa que, de outra forma, seriam apenas reduzidas à algum tipo de manipulação da Gerontologia internacionalista e seus discípulos locais<sup>40</sup>.

Também do discurso dos gerontólogos brasileiros, não é ao nível dos conceitos teóricos explicitamente utilizados, quando os são, que se encontra a base única sobre a qual se assenta sua dimensão performativa. Estes conceitos se apresentam de modo mais ou menos claro, dependendo da capacidade lingüística dos autores e, mais frequentemente, dependendo do grau de consciência e domínio dos conceitos por parte dos gerontólogos. A existência e a expressão de “não ditos” são um dos aspectos importantes da retórica do discurso gerontológico. Este, como de resto todo discurso científico, possui uma dimensão anterior às suas formulações teóricas usuais, este nível se constitui como uma meta-teoria, que desempenha o papel de construção da realidade que ele representa e explica.

---

<sup>40</sup> A partir deste modelo, é possível ainda identificar estratégias sutis da Gerontologia indiana para contestar a Gerontologia internacional. Ele permite ainda sobrepor esta narrativa à outras como a identidade indiana, por exemplo. Prosseguindo sua interpretação, Cohen mostra como o papel destacado do ocidente como vilão permite opor a Índia ao Ocidente, destacando elementos que revertem a perspectiva inferiorizada da identidade indiana, herança do colonialismo, e apresenta como alternativa uma identidade positiva, ainda que representada como perdida.

No esforço de afirmar um campo autônomo, o discurso dos gerontólogos no Brasil “constrói” uma representação de seus objetos (velhice e envelhecimento) como um problema que a Gerontologia deve descrever, explicar e resolver. Nesta construção estão envolvidos e combinados valores e estereótipos da sociedade abrangente. Muitas vezes, trata-se de um esforço de desconstruí-los. Mas, outras vezes, eles acabam enfatizados ou reificados em meio à estratégias de afirmação da importância de se investir na constituição de um discurso científico sobre velhice e envelhecimento. Daí decorre que um dos efeitos da retórica do discurso gerontológico no Brasil é um descompasso entre a Gerontologia e seus destinatários, as pessoas idosas.

### **A Gerontologia como ciência internacionalista**

A Gerontologia internacional começa a se desenvolver, como já mencionado, depois da Segunda Guerra<sup>41</sup>. Em 1982, a ONU realizou em Viena a “Assembléia Mundial Sobre o Envelhecimento”, instituiu o ano internacional do idoso e divulgou o “Plano de Ação Mundial sobre o Envelhecimento”. Esta Assembléia detém *status* de “paradigma” destinado a orientar os vários países na solução dos problemas do envelhecimento da população. Sobre ela, Cohen (1994) afirma:

“A assembléia mundial sobre a velhice de 1982 constituiu-se numa extensão do arquétipo da conferência gerontológica americana dos anos 50, com as mesmas duas funções: (1) *nomear* a velhice como um problema e (2) *doutrinar* os ignorantes para estabelecer a uniformidade de soluções. A ‘gerontologia internacional’ é, portanto, o esforço de universalizar uma epistemologia cultural específica por meio da comunicação unidirecional. Qualifico de ‘internacionalista’ o procedimento de invocar uma comunidade global de saber, a fim de difundir as pretensões de verdade de uma visão de mundo particular. A epistemologia subjacente à Assembléia Mundial, com sua especificidade ‘coletiva’ é internacionalista, não internacional!” (Cohen, 1994:82, grifos do autor).

Com o objetivo de universalizar o problema da velhice, a ONU estimula, em encontros como esse e outros que lhe seguiram, bem como em suas publicações periódicas<sup>42</sup>, a comparação entre países. Para que a velhice de diferentes países seja comparável é preciso algum “parâmetro”, ou conjunto de variáveis consideradas significativas para a caracterização da velhice em qualquer lugar. A apresentação dos “casos particulares”, nesses encontros e publicações, ao se utilizar dessas variáveis em arranjos particulares, traz embutida explicações sobre a condição dos idosos nos

<sup>41</sup> Sobre a constituição da Gerontologia a nível internacional, através da IAG (International Association of Gerontology), ver Kuplan (1961).

<sup>42</sup> Como desdobramentos da conferência de Viena se seguiram: International Symposium on Population Structure and Development, Tokyo, 1986(7); International Conference on Ageing Population in the Context of the Urbanization, Sendai (Japão), 1988 e International Conference on Ageing Population in the Context of the Family, Kitakyushu (Japão), 1990. As séries “Populations Studies” e o “Demographic Yearbook”, ambos editados por agências da ONU, respectivamente em 1992 e 1993, tiveram números especiais dedicados ao envelhecimento populacional.

diferentes países. Explicações que reproduzem um modelo inicial, mesmo que na forma de “variações”.

A simples visualização dos títulos apresentados em uma dessas conferências: “International Conference on Ageing Population in the Context of the Family”, realizada em Kitakyushu (Japão) 1990, ilustra esta afirmativa. Os papers tinham títulos como: “Ageing and the Family in the Context of Western-type Develop Countries”, “Ageing and the Family in the Develop Countries and Areas of Asia: continuities and transitions”, “The Change Role of the Family in Meeting the Needs of the Ageing Population in Developing Countries, with Particular Focus on Eastern Africa”, “Family Support for the Elderly in Latin America: the role of multigenerational household”, “Ageing and the Family in the Develop Asian and Pacific Countries”, entre outros. Cohen (1994), em seu trabalho sobre a Gerontologia Indiana, considera significativa a recorrência de títulos como: “A Velhice na Índia” em inúmeros trabalhos da Gerontologia nesse país, segundo este autor, isso pode ser interpretado da seguinte forma:

“A repetição é significativa, e a expressão merece análise. ‘Ageing’ (‘A Velhice’) implica algo universal, o objeto idealizado da gerontologia, que poderia estar acontecendo *in Índia* (‘na Índia’). Mas a ‘Índia’ não é universal. Usar a expressão ‘Velhice na Índia’ é criar um oxímoro. A Índia é um outro a ser incorporado: a expressão sustenta uma relação entre um universo totalizante e outro subordinado. Existem poucas obras de gerontologia na Índia intitulados simplesmente ‘Ageing’. “Velhice”, por si só, não basta para articular a relação do Outro com aquelas obras”(Cohen, 1994:88, grifos do autor)

O que chama a atenção nos títulos acima é a existência de uma estrutura semelhante à analisada por Cohen, mas que sugere, no entanto, não um objeto - “a velhice” - incorporado em contextos particulares, mas uma relação: velhice-família, apresentada em contextos que são distinguidos por um elemento adicional, o desenvolvimento.

As conferências que se seguiram a Assembléia de Viena serviriam, em princípio, para aprofundar as discussões sobre os pontos identificados como significativos durante a Assembléia: A família, o desenvolvimento sócio-econômico, o envelhecimento populacional e a urbanização. No entanto, na forma como foram realizadas, os nexos - entre família e velhice, por exemplo - foram pressupostos como problemas e as contribuições particulares se limitaram a ilustrar, através de exemplos, a relação causal que assumem em diferentes contextos.

Nessa estrutura, a velhice aparece como um fenômeno universal que se manifesta da mesma forma (problemática) em vários países, sob o efeito das mesmas causas. No entanto, apesar da pretensões *internacionalistas* da Gerontologia Internacional, a absorção do conteúdo dessa

Assembléia nos diversos países não foi simples. Cohen (1994) mostra como estes conteúdos foram matizado por características locais nas formulações de teóricos da Gerontologia Indiana.

No Brasil, uma das especificidades do significado dessa Assembléia foi sua instrumentalização por parte da gerontológica local. Um dos usos mais freqüentes desta Assembléia e seus produtos, por parte Gerontologia no Brasil, é afirmar como legítimas e relevantes as questões sobre o envelhecimento, usando o interesse internacional pela velhice, exemplificado pela Assembléia (e recentemente por ações da OMS), que contrasta com o desinteresse local. Tendo um papel mais instigador que doutrinador, a Assembléia se torna um ícone da relevância das questões ligadas à velhice, e um instrumento para singularização do “caso” brasileiro.

Considerando-se os conteúdos acionados durante a Assembléia Mundial, a epistemologia cultural à qual se refere Cohen, e que teria servido de substrato às discussões e deliberações, é caracterizada por este autor através dos seguintes pressupostos:

“(1) *Universalidade*: O velho e o corpo envelhecido são fundamentos legítimos de uma ciência cujas proporções são universalizáveis. Existe um velho universal, um corpo envelhecido universal, bem como um modo universal de falar a respeito disso, e a gerontologia versa - e deve versar - sobre esses universais. Os objetos universais da Gerontologia não são localizáveis em discursos culturais e históricos específicos.

(2) *Problematicidade*: O velho e o corpo envelhecido - e não a velhice - são conceitualizados e representados *a priori* como problemas. Essa problematicidade não pode ser desviada para outras estruturas, tais como a família.

(3) *Imperativo moral*: Falar a respeito dos velhos e do corpo envelhecido é um ato moral e necessário.

(4) *Ameaça*: O problema do velho e do corpo envelhecido não é apenas fundamental e digno de análise, mas também inerentemente ameaçador. Essa ameaça é acompanhada por uma meta-narrativa de ‘normalidade’ e ‘funcionalidade’ que se sobrepõem à problematicidade fundamental do velho ou do corpo envelhecido, tornando-a parcialmente invisível.

(5) *Possibilidade para coerção*: A ambigüidade geradas pelas sucessivas camadas de problematicidade e normalidade possibilita a expressão simultânea, no discurso e na prática da gerontologia, de autonomia e coerção, militância e discriminação etária.

(6) *Reificação da ambigüidade*: Essa ambigüidade é reificada e apresentada como essência natural da velhice, fechando-se as possibilidades de sua crítica.” (Cohen, 1994:82-83, grifos do autor)

No Brasil, pelo que se pode apreender das referências à Assembléia Mundial, seu conteúdo é deslocado para uma importância secundária, a não ser quando, resignificado, permite compor novos argumentos. Por exemplo, afirmar a velhice como um problema, e não apenas o velho e seu corpo envelhecido, ao contrário do que teria sido apresentado na Assembléia da ONU, se torna estratégico,

pois permite incorporar a singularidade da cultura local e, conseqüentemente, estabelece uma função para a Gerontologia nacional.

A universalidade do velho e do corpo envelhecido, assim como a validade de uma ciência universal não são negadas, mas, no caso do Brasil, aspectos culturais locais impediriam (ainda) que estes sejam devidamente considerados. Daí a importância da Gerontologia nacional, cujo domínio da realidade local permite, não compreender melhor seu objeto, visto que este é universal, mas transitar melhor em uma sociedade que deve ser primeiro educada. Sem isso, a simples transposição da Gerontologia internacional para a realidade local teria sido suficiente e os gerontólogos locais deveriam ser apenas “técnicos” bem treinados<sup>43</sup>.

Entre os parâmetros propostos pela Gerontologia *internacionalista* particionada pela ONU, que autorizam as comparações entre os países, dois se destacam: o envelhecimento populacional e o desenvolvimento econômico e social. Ambos permitem dividir os países em dois grupos: os países desenvolvidos - produtores do saber gerontológico - e os países em desenvolvimento. Estes eixos são particularmente importantes para a Gerontologia no Brasil, pois vem servido como instrumentos importantes para singularizar o “caso Brasileiro”. De acordo com Debert (1993), quatro elementos recorrentes organizam a transformação da velhice em uma questão política e a caracterizam como uma condição desfavorável. O primeiro se refere à dinâmica demográfica do país. O quadro desfavorável para os idosos nas sociedades contemporâneas se completa, no caso específico do Brasil, com referências a estatísticas que demonstram que o país está deixando de ser um “país de jovens”, e envelhecendo rapidamente, sem o devido preparo para esta nova condição. Outro elemento recorrente seria uma crítica ao capitalismo e a forma selvagem como este se implanta no país. A modernização e urbanização acelerada, a partir dos anos cinquenta, fomentada por migrações da área rural, bem como, a industrialização, o declínio da família extensa, etc. comporiam um quadro responsável pela marginalização dos idosos, uma vez que esta modernização não se fez acompanhar de estruturas de proteção típicas do Estado de Bem-Estar, como nos países desenvolvidos, onde os mecanismos tradicionais de amparo à velhice, sobretudo a família, foram substituídos por políticas sociais. Esta ausência de alternativas de proteção e a crítica ao Estado brasileiro, que daí decorre, formam o terceiro elemento que organiza o discurso dos gerontólogos. Por fim, o quarto e último elemento seria uma crítica à cultura brasileira que valoriza o que é jovem e novo em detrimento de suas raízes e tradições, encarnadas no idoso.

### *A metáfora estatística*

De fato, uma das mais marcantes características da produção brasileira, nas diversas áreas, sobre a velhice e o envelhecimento, é o recorrente uso de dados demográficos sobre o envelhecimento da população no Brasil. Artigos em jornais e revistas - especializados ou não -, teses, livros e programas de televisão dedicados a algum aspecto do tema velhice e envelhecimento costumam apresentar, geralmente como introdução, uma referência ao aumento da população idosas no país, onde os principais significantes não são os números, mas a estrutura que os apresenta.

Construções teóricas a partir de dados estatísticos, enquanto modelos heurísticos, constituem uma ferramenta explicativa importante na área da demografia. Porém, quando utilizados em outra área, por si só nada significam, a não ser que sejam devidamente “politizados” dentro de uma estrutura interpretativa própria. Através das formulações importadas da Demografia e dos Estudos Populacionais, o discurso dos gerontólogos constrói uma representação da situação do país, mais ou menos sofisticada, dependendo dos dados utilizados e da competência em manipulá-los, a partir da qual se justificam previsões e a formulação de ações e estratégias adequadas.

A representação quantitativa da realidade é vista aqui não pela adequação à realidade que pretende representar, evitando-se assim a recorrente e provavelmente insolúvel polêmica quantitativo/qualitativo, nem pela sua capacidade de embasar ações concretas de políticas sociais. O que se busca é o papel específico que se depreende da sua utilização no discurso dos gerontólogos. Importa saber quando e de que forma são acionados e interpretados estes dados.

A despeito de toda importância, que não pode ser negada, a caracterização dos idosos pelo seu número na sociedade se volta para cumprir uma função específica no discurso dos gerontólogos: demonstrar a relevância dos estudos sobre a velhice no Brasil e a urgência da formulação de políticas para a população idosa e, em um nível mais geral, justificar a velhice como uma questão social.

Além disso, com a representação quantitativa dos idosos se evita considerá-los por algum tipo de comiseração especial, o que poderia lembrar o assistencialismo, a caridade, a piedade<sup>44</sup>,

---

<sup>43</sup> Para assessorar a implementação das recomendações da Assembléia nos países em desenvolvimento, promovendo atividades de “treinamento” em Geriatria e Gerontologia, a ONU criou o International Institute on Aging (INIA), com sede em Malta, que conta com representantes no Brasil.

<sup>44</sup> Na resenha que faz dos trabalhos que lidam com a velhice, Barros (1998:120) comenta: “O objeto de estudo parece realmente suscitar em vários autores um temor em não poder discernir entre uma análise teórica e a piedade que estes podem provocar”. É bastante freqüente que trabalhos sobre a velhice se iniciem por referências a algum tipo de sensibilização do autor pela velhice, por vezes

contra as quais a Gerontologia se desenvolve. Representados de forma numérica, os idosos são, por um lado, iguais as outras categorias da população e, por outro, não podem ser considerados insignificantes, assim se lhes atribui valor pelo que representam “objetivamente”, e de forma inquestionável, pois atada aos fatos. A representação numérica funciona, portanto, como uma metáfora.

Os principais “argumentos” da estrutura interpretativa através da qual a Gerontologia recupera e apresenta seus dados são dois processos conhecidos como *Transição Demográfica* e *Transição Epidemiológica*, que juntos explicariam o envelhecimento da população em qualquer país. A *Transição Demográfica* se refere a um processo de alteração do perfil etário de uma população, passando de um predomínio de jovens para uma maior participação de adultos e idosos, consequência da passagem de altas taxas de mortalidade e fecundidade para taxas mais baixas. Isto produziu significativas alterações em todos os países em que ocorreu. De acordo com a definição da ONU:

“The demographic transition, which is a shift from high to low levels of fertility and mortality, change the age structure of a population from a younger one an older one. Fertility decline reduces the proportion of children, and mortality decline raises the likelihood of survival up the old ages. The shape of the population pyramid thus changes from one with a wide base a narrow top to a steeply sloped, barn-shaped form. This dichotomous scheme, however, is too simple for describing the dynamics of actual changes in the age distribution. The typical sequence of age structure changes that the occurred in a number of countries is better described by a four-stage model that has recently been developed.” (ONU, 1993:6)

Monteiro e Alves (1995), em um volume produzido pela UnATI/UERJ sobre a “terceira idade”, exemplificam a *Transição Demográfica* no Brasil, através desse modelo de 4 fases, da seguinte forma:

“A *primeira etapa* é anterior à transição demográfica: a combinação de altas taxas de mortalidade e fecundidade determinam uma estrutura etária da população onde as idades mais jovens predominam.

A *segunda etapa* começa com o declínio da mortalidade e, como a fecundidade conserva-se alta por algum tempo, o ritmo de crescimento da população aumenta. No início desta etapa também há um

---

tendo por origem familiares idosos. Seguem esta linha, por exemplo, Frutuoso (1996) e Haddad (1986), entre outros. Para ambas, a experiência de convívio com as avós é citada como motivação de seus interesses pela velhice, e este interesse, como motivação para realização de seus trabalhos. O idealizador da primeira UNATI na França, Pierre Vellas, cita o convívio com seus avós e outros idosos em sua infância como um determinante de seu interesse pela velhice. A considerar as sugestões de Caldeira (1988), acerca do papel marginal e ao mesmo tempo legitimador de tornar explícita a subjetividade do autor em textos científicos, os sentimentos pessoais de simpatia do autor pelo seu “objeto” aparecem, ao mesmo tempo, como um “selo de garantia” do conteúdo ético de suas propostas, e apelo a “cumplicidade” do leitor. Porém só ocorrem em momentos onde não há riscos de contaminação do conteúdo científico, como nas “introduções”, por exemplo.

rejuvenescimento da população, porque a mortalidade diminui mais entre as crianças (a mortalidade é mais dificilmente evitável entre a população idosa).

Mas com o passar do tempo aumenta a idade destas crianças que nasceram em épocas de rápido crescimento populacional e cujas probabilidades de sobreviver são maiores, formando uma espécie de 'onda', que provoca mais adiante um aumento das taxas de crescimento dos grupos etários adultos. Dessa maneira, a aceleração no ritmo de crescimento começa a se estender gradualmente do grupo de idade mais jovem para os outros grupos de idade.

A *terceira etapa* começa com a queda da fecundidade, que tem efeito em diminuir o ritmo de crescimento da população jovem. A proporção de crianças diminui e conseqüentemente há um aumento da proporção de pessoas idosas. Nessa etapa, o envelhecimento é devido principalmente à redução da natalidade.

Na *quarta etapa*, a taxa de fecundidade total é próxima a 2,1 filhos por mulher (nível de reposição). Nesta etapa, a mortalidade continua caindo, e progressivamente substitui a baixa da fecundidade como fator preponderante de envelhecimento da população. (Monteiro e Alves, 1994:66-68, grifos dos autores)

O outro processo determinante do envelhecimento populacional, a *Transição Epidemiológica*, refere-se à dinâmica da morbidade de uma população, e é assim caracterizado por Prata:

“Este processo, o qual Omran (1971) descreveu como de transição epidemiológica, caracteriza-se pela evolução progressiva de um perfil de alta mortalidade por doenças infecciosas para um outro onde predominam os óbitos por doenças cardiovasculares, neoplasias, causas externas e outras doenças consideradas crônico-degenerativas.” (Prata. 1992:168).

*Transição Demográfica* e *Transição Epidemiológica* são construções que, no contexto onde aparecem, são desenvolvidas através de intenso debate. Representam tentativas de caracterizar processos ocorridos em vários países, indicando a possibilidade de formular teorias gerais de amplo alcance. A validade da utilização destes conceitos para dar conta de expressar processos gerados em realidades muito distintas não é consensual<sup>45</sup>. Ignorando estes debates e nuances, o discurso dos gerontólogos se apropria destas ferramentas como dados “prontos”, realidades concretas, servindo-se deles para compor seus argumentos. Sua utilização, no discurso dos gerontólogos, visa a demonstrar: (1) que o processo de envelhecimento populacional é real, a exemplo do que aconteceu em outros países, e que (2) no caso do Brasil é particularmente acelerado, e sua diferença em relação ao que ocorre em outras partes do mundo reside apenas neste fato.

A *Transição Demográfica* no Brasil acontece de uma forma muito particular, pois a queda da taxa de mortalidade, a partir da década de 40, não foi acompanhada de um declínio das taxas de fecundidade, somente ocorridas a partir da década de 60. Esses fatores associados a uma diminuição

<sup>45</sup> Sobre o poder cognitivo e os limites de generalização da *Transição Demográfica*, ver Patarra (1994).

das taxas de mortalidade infantil (entre as crianças a mortalidade por doenças infecto-parasitárias sempre é maior) produziu um fenômeno de “bolha” ou “onda”, assim a *Transição Demográfica* e o conseqüente envelhecimento da população, que na França ocorreu ao longo de 115 anos (Frias, 1994), no Brasil estaria se desenvolvendo em pouco mais de 70, representando uma rápida concentração de idosos.

Além disso, no Brasil, a literatura pertinente indica que o outro processo determinante do envelhecimento populacional, a *Transição Epidemiológica*, também não ocorre da mesma forma que nos países desenvolvidos e, embora caminhemos para uma involução das mortes por doenças infecto-parasitárias, um aumento das mortes por causas externas (acidente de trânsito, de trabalho e assassinatos) e de mortes por doenças cardiovasculares e neoplasias, convive-se ainda com um perfil heterogêneo de doenças novas e velhas, que de tempos em tempos voltam a representar ameaças. Como os casos recentes de dengue, tuberculose e malária urbana, sobretudo pelas desigualdades ao longo do território brasileiro (Prata, 1992).

Assim, o envelhecimento da população responde a diferentes causas em diferentes contextos, e é resultado de inúmeras transformações sócio-econômicas que não permitem que se possa avaliar as conseqüências do envelhecimento populacional tomado isoladamente. Ganhos de qualidade de vida e de cidadania por parte da população que hoje está na faixa adulta, e que portanto irá compor o grupo dos idosos no futuro, são tão ou mais significativos quanto seu o aumento no conjunto da população. Assim, não se pode antever com clareza como será a velhice daqui a alguns anos. Da mesma forma, do ponto de vista cultural, os significados do envelhecimento variam de geração para geração, com mudanças cada vez mais intensas e rápidas.

Uma das principais estratégias do discurso da Gerontologia envolve exatamente a ignorância destas dimensões, e de seu efeito na interpretação do impacto social do envelhecimento populacional<sup>46</sup>. Os dados demográficos compõem um quadro que alegoricamente apresenta uma realidade que por si só faria despertar uma consciência em relação ao tema e sua importância<sup>47</sup>. A

---

<sup>46</sup> Sobre os limites para prognósticos sobre o envelhecimento populacional ver Collado (S.D.)

<sup>47</sup> Como afirma Salgado (1982b:19): “Assim acontece no Brasil onde, face ao considerável aumento da população de idosos, se vê surgir uma consciência da necessidade de medidas que garantam o bom nível de integração ao meio para aqueles que envelhecem...” Outro fator importante, nesta demonstração da necessidade de uma consciência, é a referência ao nível de atenção dada à velhice nos países avançados, tomando como indicativo o volume de suas produções nas áreas de Geriatria e Gerontologia, em países como os EUA e a França, que nunca se cansaram de exportar este tipo de informação. Estas referências são, além disso, uma forma de argumentar sobre a validade e importância de se implementar estudos nessa área no Brasil, e assim pleitear recursos e incentivos para a Gerontologia local.

velhice não seria apenas mais um problema social, mas um problema grave, se ela ainda não se constituiu como tal, será em breve, os dados funcionam como prova desta iminência.

Além disso, é bastante comum que o tom de alarme criado pelas projeções estatísticas de envelhecimento populacional seja reforçado pela denuncia de “descaso” das autoridades e população em geral. Reproduz-se assim a crítica de que a situação “marginal” da população idosa seria consequência do atraso cultural do país. Na fala dos gerontólogos brasileiros aparecerem expressões como: “tomada de consciência da velhice”, como se de fato tivesse existido aqui o “complô do silêncio” de que fala Beauvoir (1970), e que agora a velhice estivesse sendo, pela atuação dos gerontólogos, enfim liberada de seus estigmas.

O papel auto-atribuído dos gerontólogos, e de seu discurso, nesta fase de institucionalização da Gerontologia, é justamente demonstrar esta eminência e fazer despertar esta consciência, uma vez que a cultura nacional imbuída de preconceitos e ignorância não consegue vislumbrar tais questões, relegando a velhice a segundo plano. A absorção acrítica de modelos da Gerontologia internacional tende a desconsiderar a especificidade do envelhecimento populacional brasileiro, não só do ponto de vista demográfico, mas dentro do quadro das condições gerais de desenvolvimento do país.

O modelo do envelhecimento populacional dos países desenvolvidos é generalizado para os países em desenvolvimento, pressupondo-se que as fases vividas nos países europeus e nos Estados Unidos, tanto no envelhecimento da população, quanto no crescimento econômico, se repetiriam nos países em desenvolvimento, como transparece na fala proferida por uma socióloga francesa, em um dos primeiros cursos de formação de gerontólogos no Brasil:

“Ao discorrer sobre o envelhecimento da população, vamos mencionar sobretudo o caso da Europa, porque o envelhecimento da população européia é um processo de sociedade desenvolvida, não sendo portanto específico de uma região, mas representando um modelo que pode ser transposto para várias partes do mundo à medida em que vão atingindo graus semelhantes de desenvolvimento.” (Attias-Donfut, 1979a:5)

Esta analogia estende-se ainda mais. A necessidade de se desenvolver estudos sobre as particularidades do envelhecimento da população no Brasil e de formular políticas tem feitas como modelo os países desenvolvidos e a forma como neles a velhice se tornou um problema, ainda de acordo com a autora:

“Atualmente, neste país [Brasil], há uma proporção limitada de pessoas que tem mais de 65 anos, e é justamente uma boa época para se pensar em estabelecer uma política racional e bem definida para a velhice. É muito mais fácil estabelecer hoje esta política do que esperar que o problema surja ou que se torne muito mais difícil de resolver, como acontece na Europa”. (Attias-Donfut, 1979a:11).

As teorias, de conteúdo evolucionista, que correlacionam “velhice” a estágios de desenvolvimento sócio-econômico se desenvolvem dentro de contextos socioculturais que deixam nelas marcas significativas, sempre (re)interpretadas. No Brasil, a absorção da correlação entre modernidade e velhice se deu sob influência da “ideologia da modernização”, que tende a explicar a transformação da sociedade com ênfase em aspectos culturais como determinantes do “atraso” social (Oliven, 1980). Assim, o discurso dos gerontólogos tendeu a explicar a marginalização social dos idosos pelo preconceito<sup>48</sup>, poupando o desenvolvimento da “culpa” pela situação desfavorável dos idosos e preservando o progresso como um valor.

---

<sup>48</sup> Em 1969 Bluter criou o neologismo “ageims” significando discriminação com base na idade” (Neri, 1991:56). No início da década de 70, Filizzola usa, no Brasil, o termo “etarismo” no mesmo sentido. Nos dois casos trata-se de um preconceito das sociedades modernas contra tudo que se refere às pessoas idosas.

## POLÍTICAS SOCIAIS E PROGRAMAS PARA A 3ª IDADE

Neste capítulo são consideradas, brevemente, mudanças na sensibilidade em relação à velhice expressas nas propostas de política social formuladas pelo Estado brasileiro, nos últimos anos, que tenham como alvo pessoas idosas. Serão também, ainda que de forma superficial, consideradas as relações que se estabelecem entre as propostas de política social, o discurso corporificado na Gerontologia e os programas voltados para a “terceira idade”. O papel dos *experts*, detentores legítimos do discurso científico sobre envelhecimento/velhice, na formulação dos programas de política social fazem destas propostas um material privilegiado para a observação de como se constrói um diagnóstico da situação vivida pelos idosos e, ao mesmo tempo, como as soluções baseadas neste diagnóstico reproduzem o discurso gerontológico. Como afirma Debert:

“O discurso gerontológico é um dos elementos fundamentais no trabalho de racionalização e de justificação de decisões político-administrativas e do caráter das atividades voltadas para um contato direto com os idosos. Mesmo quando o poder de decisão não é do gerontólogo, ele é o agente que, em última instância, tem a autoridade legítima de definir as categorias de classificação dos indivíduos e de reconhecer nos indivíduos os sintomas e os índices correspondentes às categorias criadas.” (Debert, 1997:52-53)

Estratégias de atenção à população idosa podem ser mapeadas em um conjunto disperso de iniciativas desde o início do Estado Brasileiro, se for considerada, por exemplo, a política previdenciária (Teixeira, 1990). Porém, falar em políticas sociais para a velhice, no mesmo sentido em que se fala de “política de habitação” ou “política de saúde”, por exemplo, supõe uma integração e articulação que só recentemente parece se iniciar, resultado do esforço dos *experts* em transformar a velhice numa questão pública.

Uma política social especificamente voltada para idosos, que supõe este grupo etário com especificidades que os faz distintos da população de um modo geral, tem uma introdução recente no país. Seu desenvolvimento se acelera a partir da década de 70, coincidindo com a intensificação do papel do Estado como agente promotor de bem-estar social<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> Embora o modelo de intervenção estatal que se convencionou chamar de Estado de Bem estar ou Estado Protetor, tendo como paradigma os países europeus, não seja uma noção plenamente adequada a realidade brasileira (Draibe, 1989).

### Políticas sociais para a terceira idade

As políticas sociais no Brasil sempre tiveram como uma de suas principais características a centralização e planificação. Isto faz com que os planos e projetos do Governo Federal, em âmbito nacional, sejam sempre, se não um bom índice da atuação concreta do Estado, pelo menos um material privilegiado para análise da forma como as questões nacionais são diagnosticadas por seus agentes, ou técnicos por estes recrutados. Nos anos 70, se desenvolvem várias políticas setoriais de alcance nacional, expressas em instituições e planos, como por exemplo, a FUNARTE e o PNC (Plano Nacional de Cultura); A SEMA, entre outras. Nesta época, o Estado brasileiro começa a se preocupar com a formulação de uma política social para velhice, iniciando-se assim a fase a partir da qual se pode com mais propriedade falar em uma “autonomização” da questão na esfera da ação governamental.

O conjunto de textos aqui analisados, publicados entre 1977 e 1996 (Andrade *et alli*, 1977; LBA, 1986; ANG, 1989 e MPAS, 1996), representam momentos em que se buscou justificar a criação de uma política social autônoma para a velhice<sup>50</sup>. Não serão consideradas as aplicações dessa política, visto que isto exigiria um esforço muito além do possível nesta dissertação. As considerações a seguir irão, portanto, se restringir às imagens da velhice presentes na formulação dessas políticas, e ao papel dos *experts* mobilizados para produzi-las.

Estas tentativas de dar autonomia às “questões da velhice” no âmbito das políticas sociais podem ser dividida, para fins analíticos, em três fases: 1) Políticas para Velhice, 2) Políticas para Idosos e 3) Políticas para Terceira Idade<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> Todos os textos foram produzidos em momentos de especial interesse dos governos em relação à velhice, em que a reformulação de políticas exigiu a cooperação de especialistas em envelhecimento. Estes foram recrutados entre as associações, entidades que reconhecidamente desenvolvem trabalhos junto aos idosos e, por fim, junto aos próprios idosos. Motivos diferentes tornam estes contextos propícios a se repensar e reestruturar a atenção à pessoa idosa: no caso do seminário de 1976, o impacto da universalização do direito de assistência; 10 anos depois, a chamada “Transição Democrática” e a “Nova República”, bem como as repercussões imediatas da “Conferência de Viena” e, por fim, 10 anos mais tarde, a “era do real” e, em especial, um momento particularmente sensível devido ao episódio ocorrido na Clínica Santa Genoveva, no Rio de Janeiro, onde vários idosos morreram vítimas de mau trato.

<sup>51</sup> Estes termos são mantidos por falta outros melhores, basicamente se referem ao fato de que: os textos da primeira fase normalmente designam a população de mais de 60 anos como “velhos”, na segunda como “idosos”, e na terceira, o termo “Terceira Idade” aparece como sinônimo de velhice. Peixoto (1996) mostra, em relação a outro contexto, que este movimento semântico, de “velho” à “Terceira Idade” pode significar, tanto um eufemismo para a “velhice”, em seus aspectos pejorativos, quanto reflexo de um ganho de dignidade por parte desta população.

A primeira tentativa consistente de tratar a velhice nacionalmente, e que pode ser considerada como marco inicial da primeira fase, foi um conjunto de seminários realizados em 1975 e 1976 pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, descritos logo abaixo. A importância desse evento se deve, sobretudo, por ele “alterar o modo de encarar a questão da velhice” (ANG, 1989), que passou a ser considerada assunto técnico, com crescente participação dos gerontólogos na formulação das propostas de política e de ações. A velhice sai da esfera “leiga” da caridade e do assistencialismo, os *experts* ganham legitimidade frente ao Estado e a velhice passa a ser considerada, por influência destes técnicos, na sua dimensão psicossocial.

As características mais significativas da segunda fase podem ser encontradas em outro seminário, este realizado pela LBA em 1986. Nele fica evidente a dimensão política envolvida na questão do idoso, bem como a permeabilidade desta questão ao contexto político no qual se insere a formulação de políticas sociais. A sua principal inovação diz respeito a uma nova sensibilidade que reforça a visão do idoso como um cidadão, um sujeito portador de direitos e capaz de participar ativamente na reformulação de suas condições de vida.

A terceira fase teria como marco a aprovação da lei que estabelece a “Política Nacional do Idoso”, em 1994. Baseada em formulações discutidas e apresentadas alguns anos antes (ANG, 1989). A principal característica desta terceira fase seria o maior reconhecimento da autonomia do idoso e de seu papel como sujeito social e político. Inclusive com sua participação na formulação de propostas dos órgãos responsáveis pelas diretrizes da ação governamental frente à população idosa. Além disso, é nessa terceira fase que se observa a consolidação dos “programas para terceira idade” como uma alternativa de política social e, conseqüentemente, não só de uma nova sensibilidade em relação a velhice, mas de uma nova concepção do Estado e das políticas sociais. Ao mesmo tempo que transfere responsabilidades à instituições como as UNATIs e o SESC, o Estado opta pela profilaxia do envelhecimento, legitimando, de certa forma, a responsabilidade de cada indivíduo pelo modo como envelhece. Os idosos deixam de ser clientes do Estado e passam a consumidores de serviços “tercerizados”.

### *Políticas para a velhice*

No ano de 1975, sobre o patrocínio do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), foram realizados três seminários regionais com o tema “A Situação do Idoso no País”. Nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza. Estes seminários serviram de base para a realização, no ano seguinte, de um seminário nacional em Brasília, intitulado: “Estratégias de

Política Social para o Idoso no Brasil”. O documento produzido pela ANG, *Políticas para a Terceira Idade nos Anos 90* (ANG, 1989), considera o ano de 1976 como um marco. De acordo com este documento, a diferença entre o tratamento da questão dos idosos anterior e posterior aos seminários realizados pelo MPAS está na forma como passou a ser encarada a velhice, pois, anteriormente aos seminários:

“A questão social da velhice na realidade brasileira teve durante muitos anos encaminhamento semelhante ao das demais questões sociais, ou seja, as ações propostas tinham uma natureza assistencialista, objetivando suprir algumas carências básicas dessa população. Nessa perspectiva, a filosofia da política para esse setor confundia-se com a caridade e, na sua maior parte, efetivava-se através de instituições asilares que atentavam, exclusivamente, à manutenção biológica do idoso.” (ANG, 1989:6)

Também no documento que sintetiza as discussões destes seminários, “O Idoso na Sociedade Brasileira: Diagnostico Preliminar” (Andrade *et alli*, 1977), eles são apresentados como “um marco de referência para novos trabalhos nesse campo” (Andrade *et alli*, 1977:8). O documento analisa a situação das entidades assistenciais, a situação da clientela - “com ênfase no seu estado carencial e de marginalização” (Andrade *et alli*, 1977:7) - e, por fim, apresenta as conclusões dos seminários na forma proposições.

A primeira parte do documento é voltada para o diagnóstico da situação do atendimento ao velho<sup>52</sup> no país. Logo de início, se reconhece que as transformações na sociedade, resultantes do processo de modernização, impõem a necessidade de instituições específicas para idosos, nas quais o usuário fique permanentemente abrigado. Porém, estabelece uma distinção entre o “idoso indigente” e “aquele que dispõe de recursos para sua manutenção”. Frente à diversidade de instituições e programas que, segundo o documento, se ressentiam da falta de uma política social definida para a questão, o documento reconhece também a necessidade e o surgimento de alternativas não asilares:

“Outros pontos a serem lembrados são as transformações sociais e as de natureza demográfica e tecnológica, responsáveis por um complexo de fatores que, em última análise, impedem ou dificultam a permanência do velho no meio familiar. Para enfrentar tal situação, surgiram organizações com novos padrões de atendimento.”

“Enquanto os asilos com suas deficiências abrigam aos economicamente carenciados, os demais casos têm possibilidades de recorrer a serviços com melhor padrão, mantidos por órgãos oficiais ou particulares.”

<sup>52</sup> A partir dessa época cada vez mais se deixa de usar o termo “velho”, substituído por “idosos” em quase todos os documentos oficiais, a partir da segunda metade dos anos 80 a expressão “idoso” passa a ser de uso generalizado.

“Atualmente outras instituições passam a dar ênfase ao idoso não abrigado, minimizando, até certo ponto, os problemas relacionados com o processo de envelhecimento, através de atividades que permitem criar condições para sua integração na família e na comunidade.” (Andrade *et alli*, 1977:8)

Enquanto nas instituições de tipo asilar, a ênfase é posta na manutenção das condições de vida dos internos, onde os problemas da velhice “já existem”, a alternativa para idosos “não abrigados” aparece com um caráter de profilaxia, minimizando os aspectos negativos da velhice - solidão, marginalidade e incapacidade física - e dividindo responsabilidades com a família e a comunidade. O documento classifica as instituições existentes na época em três grupos, reconhecendo que as diferenças entre elas não estão apenas nas distintas estruturas organizacionais e tipos de assistência, mas também “na conceituação do idoso”. Para cada grupo são identificadas características, destacadas do próprio texto:

Asilos	Casas de repouso	Centros Sociais
“destinados a abrigar, por tempo indeterminado, os idosos economicamente carentes, sem família ou abandonados.”	“Entidades que prestam assistência especializada a uma clientela com disponibilidade econômica para custear as despesas decorrentes da internação”	“Unidades de prestação de serviços onde o idoso não abrigado é atendido através de programas que visam a sua promoção social”
“idosos economicamente carentes, sem família ou abandonados”.	“Assistência especializada” e “clientela com disponibilidade econômica”	“Prestação de serviços” e “Promoção social”.

Em relação às Casas de Repouso, o documento crítica a ênfase nos aspectos biofísicos e a ausência de estímulos à clientela: “para desenvolver atividades que respondam a seus possíveis interesses”. Estas atividades, enfatizadas nos Centro Sociais, lhes permitiriam melhor responder à necessidade de “profilaxia” da velhice. Os asilos, por sua vez, são criticados pela falta de suporte técnico e pela dependência financeira em relação à comunidade o que, segundo o documento:

“demonstra que nem sempre a resposta da comunidade pode ser interpretada como de conscientização para o problema da velhice, constituindo-se muito mais uma forma de ação assistencialista dirigidas aos ‘pobres’ e ‘desvalidos’” (Andrade *et alli*, 1977:9)

Aqui o “problema da velhice” aparece como algo que deveria ser distinguido dos problemas da pobreza de um modo geral, devendo, portanto, ser tratado de forma distinta, como questão técnica, fora dos moldes da filantropia e do assistencialismo. Outra idéia enfatizada é que a comunidade não pode dar uma resposta adequada a esta necessidade de especialização. Assim, embora o documento reconheça a necessidade de dividir responsabilidades, argumenta que a

combinação: comunidade/assistencialismo, ou leigos/caridade, deveria ser substituída por uma nova forma de relação, com o Governo e *experts* de um lado, e a Comunidade de outro:

“A conjugação de esforços, portanto, não deve ocorrer, somente a partir da comunidade. É fundamental envolver os Poderes Público sem atribuir, contudo, a estes, a integral e exclusiva responsabilidade da prestação de assistência. Entende-se que esta co-participação deve processar-se através de uma soma de recursos e ação. De um lado, os órgãos governamentais fixando diretrizes, injetando recursos e prestando assessoramento técnico, de outro, a comunidade identificando disponibilidades existentes, necessidades da clientela e criando, inclusive, oportunidades para o idoso, através da promoção de atividades compatíveis com suas limitações.” (Andrade *et alli*, 1977:22)

Os “centros sociais”, uma referência implícita aos Centros de Convivência do SESC, aparecem então como a forma de atuação que melhores resultados pode oferecer diante da necessidade de novos modelos de parceria entre Estado, comunidade e técnicos:

“Novas possibilidade de integração Governo - Comunidade podem ser conduzidas através dos Centros Sociais Urbanos que incluem o idoso entre sua clientela. Essa integração, traduzida em uma divisão de responsabilidades nesse atendimento, deverá ser, progressivamente, ampliada, na medida em que as formas de atuação se tornarem mais efetivas.” (Andrade *et alli*, 1977:22)

A parte seguinte do documento é voltada para o diagnóstico e explicação da condição marginal do idoso na sociedade brasileira. A velhice é vista como problema social que varia de acordo com o grau de desenvolvimento de cada país ou região, e a marginalização do idoso ocorre porque:

“A industrialização e o acelerado processo de urbanização trouxeram como conseqüências mudanças sociais que [se] incluíram na estrutura da família, nos critérios de participação no mercado de trabalho, nas modificações dos padrões e valores culturais a nível da sociedade e do comportamento individual.” (Andrade *et alli*, 1977:19)

Enquanto na área rural, a “presença de traços culturais ainda predominantes” - relacionados à família patriarcal - indicam, segundo o documento, não existirem atitudes manifestamente negativas em relação à velhice, nas cidades, onde a “família patriarcal de ontem está sendo substituída pela nuclear”, o idoso se torna mais vulnerável ao asilamento, além disso:

“O trabalho dos membros da família fora do lar, a falta de companhia de outras pessoas de sua idade que possam melhor compreendê-lo, as suas limitações físicas e mentais, restringindo a sua participação, conduzem a um relacionamento pais-filhos cada vez mais difícil: os pais envelhecem sozinhos.” (Andrade *et alli*, 1977:19)

As diferenças regionais no Brasil são citadas a fim de explicar a variabilidade dos tipos de assistência ao idoso. As disparidades econômicas e sociais são citadas porque:

“Isto explica, em parte, a existência de entidades que se pautam por diferentes padrões de organização, de administração, e de objetivos, bem como a fase de transição pela qual passam as

**instituições**, em decorrência da presença e/ou sobreposição de valores característicos de etapas históricas distintas.” (Andrade *et alli*, 1977:19, grifo meu)

A correlação negativa entre velhice e modernidade aparece aqui com todo o seu conteúdo evolucionista. A industrialização, urbanização e modernização, aparecem como a manifestação de um *continuum* de desenvolvimento. Diferentes regiões estariam em etapas distintas, à cada uma correspondendo uma *sensibilidade* em relação à velhice e uma forma de intervenção junto aos idosos. Quanto mais adiantada, neste processo de modernização, estivesse uma região, maior a discriminação imposta ao idoso, porém, mais sofisticadas e modernas seriam as respostas ao problema da velhice. Por isso, nas áreas rurais, mais “atrasadas” ou “arcaicas”, sobretudo nos aspectos relacionados à família e à cultura, a situação dos idosos não seria “ainda” tão problemática:

“Em princípio, pela presença de traços culturais ainda predominantes, tudo indica não existir uma atitude manifesta de rejeição ostensiva a velhice. Em determinadas áreas, o idoso de família tradicional, pertencente ao meio rural, assume e lhe é outorgada posição de ascendência, resquícios, ainda, da estrutura da família patriarcal.” (Andrade *et alli*, 1977:19)

Independente da precisão com que este tipo de análise se relaciona com a realidade - em tempo algum são citados quaisquer trabalhos ou dados que demonstrem ser a situação marginal do idoso maior nas cidade e nas regiões mais adiantadas e menor no campo - o argumento se impõem por sua coerência e pela persuasão do modelo que correlaciona, de forma negativa, velhice e modernidade.

Os mecanismos desta correlação, quando são explicitados, propõem como eixo: ora a questão da família, que teria passado de “patriarcal”, “extensa” ou “arcaica”, para nuclear; ora o mundo do trabalho que, tornando-se competitivo, marginaliza o idoso por sua suposta improdutividade. Estes dois eixos e sua existência em uma “cultura” que discrimina o idoso, seriam aspectos de um mesmo processo: o desenvolvimento econômico e social. Este processo, no entanto, está livre de quaisquer críticas diretas, uma vez que também promoveria a superação - via conhecimento técnico e ação estatal - destes traços discriminatórios em relação aos idosos, além de promover uma melhora geral das condições de vida da população.

A “fase de transição pela qual passam as instituições”, reconhecida pelo documento, aponta a passagem de um modelo assistencialista, baseado na caridade e na alternativa asilar, para um modelo de serviços. Ainda assim, o documento reconhece que boa parte dos problemas da velhice estão relacionados à pobreza e à falta de condições sociais adequadas, presentes em amplos contingentes da população brasileira, que obrigam a manutenção da institucionalização como alternativa. Permanece, portanto, a demanda por uma política social do governo. Porém, a questão central passa

a ser evitar a marginalização que torna necessária a manutenção do modelo asilar, atacando não o desenvolvimento econômico e social em si, mas seus efeitos, como a desvalorização dos idosos. Para isso, é preciso atuar sobre a dimensão “cultural” do problema:

“O que se pretende, ao ser adotada uma nova perspectiva, é que mesmo admitindo as limitações decorrentes do processo de envelhecimento, seja neutralizada a marginalização do idoso como resposta a uma imagem criada que se fundamenta na sua negação como pessoa.” (Andrade *et alli*, 1977:21)

Aos poucos, o documento vai deixando clara a necessidade de profilaxia e elege a integração social com prioridade. Esta, por sua vez, dependeria da revisão dos preconceitos contra os idosos. Ao enfatizar questões culturais como um dos principais fatores responsáveis pela situação social dos idosos e, ao mesmo tempo, a integração social como estratégia de intervenção, o documento aponta os centros sociais como instrumentos privilegiados, pois melhor poderiam promover o combate à estigmatização e a valorização social do idoso.

“Um novo sentido vem sendo dado às formas comunitárias de atuar em relação ao velho, iniciando-se em movimentos de grupos com o objetivo de uma tomada de posição, quanto ao incentivo e adoção de procedimentos preventivos que, pela sua natureza, possam favorecer a formação de uma atitude adequada frente ao problema e neutralizar suas conseqüências.” (Andrade *et alli*, 1977:21)

Os “programas para terceira idade”, que começam a ser implantados no Brasil na década de 60, encontram neste seminário, marcado pela forte presença de avaliações “técnicas”, sua legitimação como alternativa de política social, destacando-se seu potencial de integração e, especialmente, sua capacidade de gerar novas imagens para a velhice.

### *Políticas para idosos*

Os anos 80 assistiram um aumento no número de iniciativas para os idosos. No ano de 1982, na Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada pela ONU, foi aprovado, pelos aproximadamente 120 países participantes<sup>53</sup>, o “Plano de Ação internacional”, cujo objetivo seria: “Orientar a los Estados en la solición de los problemas que plantea el rápido incremento del número de personas de edad en el mundo entero” (UNESCO, 1982). Nesse mesmo ano, o SESC realiza o I encontro Nacional de Idosos e se iniciam as atividades do NETI, Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina. Dois anos após, é realizado o II Encontro Nacional de Idosos, com 2000 participantes, durante o qual é elaborada a “Carta de Declaração dos Direitos dos Idosos Brasileiros”. Mais dois anos, em 1986, e a Associação Cearense Pró-Idoso

<sup>53</sup> Dois anos antes já havia sido realizada a “IX conferência Internacional de Gerontologia Social”, em Quebec, no Canadá, como uma preparação para a Assembléia Mundial.

realiza o I Fórum Nacional de Gerontologia Social (de 5 à 8 de maio de 1986 em Fortaleza), elaborando a “Carta dos Direitos dos Idosos”, a partir da qual se desenvolveu a mobilização que resultou na criação da Associação Nacional de Gerontologia.

Ainda no ano de 1982, foi criada uma Comissão Nacional<sup>54</sup> com a função coordenar e apresentar sugestões sobre a problemática do idoso. O mesmo decreto que criou esta comissão (Decreto N 86. 880, de 27 de janeiro de 1982) também instituiu 1982 como o Ano Nacional do Idoso. Foi criado também o Comitê Nacional de Saúde do Idoso, um programa de nível nacional da extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA), foi também realizada a Assembléia Nacional do Idoso, em 19 de maio de 1982, como preparação da participação brasileira na Assembléia Mundial. Ainda neste mesmo ano, o Ministério da Previdência e Assistência Social baixa a portaria nº 2864 de 5 de maio de 1982, que dispõe sobre a prestação da Assistência ao idoso nos campos de ação das entidades integrantes do “Sistema Nacional de Previdência Social” (SIMPAS): LBA, INPS, INAMPS e Central de Medicamentos (CEME)<sup>55</sup>. Esta portaria, quanto aos objetivos, estabelece, entre outras coisas:

“Prevenir a marginalização e promover a integração do idoso à família e à comunidade, mediante desenvolvimento de programas preventivos, terapêuticos e promocionais, organizados preferencialmente em regime de externato e de semi internato;

prevenir a segregação do idoso, através de incentivos e programas inovadores que aumentam a eficácia do atendimento das necessidades básicas do idoso, com sua ativa participação;

promover programas educativos visando estimular, na população em geral, a adoção de atitudes positivas em relação ao envelhecimento;”

Em meio a uma década pródiga de iniciativas para a população idosa, no ano de 1986, a LBA promoveu um seminário nacional: “O Idoso e a Política Social”, com o objetivo de analisar e adequar às políticas de assistência ao idoso, reciclar e treinar recursos humanos, e promover a integração de diversos setores e entidades envolvidos com a assistência ao idoso. O conteúdo deste

<sup>54</sup> Composta por representantes das seguintes entidades, indicados por suas respectivas direções: Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), a quem cabe a presidência da Comissão; Ministério da Saúde (MS); Legião Brasileira de Assistência (LBA); Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS); Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) e Serviço Social do Comércio (SESC).

<sup>55</sup> Quanto à natureza dos serviços, dispõem a portaria que serão classificados em de três formas: “de natureza preventiva”; “de natureza terapêutica” e “de natureza promocional”: “São consideradas ações de natureza preventiva as que se voltam, preferencialmente, para o desenvolvimento de atitudes positivas face ao envelhecimento”; “São consideradas ações de natureza terapêutica as que visam ao tratamento de dificuldades e problemas apresentados pelo idoso”; “São consideradas ações de natureza promocional as que propiciam ao idoso condições de ser social e útil frente à família e a comunidade.”

seminário, discursos, conferências e suas conclusões, estão reunidas em uma publicação do próprio MPAS: “Conclusões do Seminário ‘O Idoso e a Política Social’” (MPAS, 1986).

Neste seminário, a primeira coisa que chama a atenção é a heterogeneidade dos conferencistas: um médico, dois antropólogos, dois sociólogos e um assistente social e, falando de experiências na área de assistência ao idoso, vários assistentes sociais e um psicólogo. Nenhum gerontólogo ou geriatra portanto, embora a SBBG fosse citada como uma das entidades presentes. Esta ausência se deve, em parte, ao “tom” mais político envolvendo a própria realização do Seminário, como transparece pelos discursos proferidos, cheios de citações e referências a atuação deste ou daquele administrador frente às instituições envolvidas, e pela presença de políticos e outras “autoridades” no evento.

Deve-se ressaltar, também, que o momento político do país, com o fim o regime militar e o advento da “nova república” e, de certa forma também do “plano cruzado”, criaram um clima de politização propício à inovações. Os técnicos e novos dirigentes das organizações públicas, especialmente àquelas cujas atividades podiam ser “acusadas” de compactuar com a “legitimação” do regime militar, como o caso das políticas “paternalistas” promovidas pela LBA, tinham, em oportunidades como esta - um seminário nacional - um espaço para defender e testar suas inovações, bem como, se manifestar contra as políticas desenvolvidas nos anos anteriores.

Como disse uma das participantes de uma mesa redonda durante o seminário: “O Estado autoritário, na área da política geral, vai interferir na sociedade civil de duas maneiras: via repressão e via assistência, completamente articuladas” (MPAS, 1986:46). Os participantes estavam empenhados, portanto, em renovar e redesenhar a atuação da LBA, em oposição à suas práticas anteriores, isso fica bastante claro em todo o seminário, sobretudo pela ênfase constante em afirmar o compromisso “político” da instituição com seus “clientes”. Tendo como lema “tudo pelo social”, uma das dirigentes da LBA, ao final de seu discurso se perguntava: “Como fazer do idoso um cidadão participativo?” A preocupação com a valorização do idoso como cidadão, bem como do cliente da política social de um modo geral, aparece em diversos discursos, como o trecho abaixo ilustra:

“A atual administração da LBA procura rever e redirecionar o atendimento ao idoso, dentro do mesmo enfoque que tem conduzido toda a sua ação, valorizando o cidadão como sujeito de todo o processo de transformação social, percebendo-o na realidade de sua comunidade e respeitando-lhe a voz e voto” (Lyra, 1986:11)

Como já foi dito antes, interessa-nos aqui menos a efetividade destas propostas, em termos de atuação concreta das entidades envolvidas, e mais a percepção acionada nestes momentos em relação ao idoso. O que se observa das falas proferidas neste seminário é que o idoso deveria ser valorizado como cidadão participativo e integrado, e não mais como um cliente passivo de práticas paternalistas e assistencialistas, outro trecho da mesma fala acima reforça esta percepção:

“Parece-me que este seminário poderá, ao criar condições para a reflexão e o aprofundamento destas questões, contribuir para que os programas, voltados para as pessoas idosas, possam avançar no sentido de promover uma imagem favorável do velho, de integrá-lo à família e à comunidade e de utilizar seu potencial participativo para a transformação da nossa Sociedade.” (Lyra, 1986:11)

Fora dos discursos “oficiais”, as falas se mostraram menos entusiasmadas e otimistas, até mesmo bastante críticas, como demonstra o exemplo a seguir, proferido em uma das conferências:

“Quando disse que velhice é uma instituição política é porque ela tem sido usada no sentido de sustentar uma atitude conservadora, de um lado, é aliená-la. Essa é a crítica que eu faço sobre a política assistencial em geral, e à da Legião em particular.” (Nahoum, 1986:17).

Para elaboração do documento que apresenta as conclusões finais e a síntese das discussões e debates, os técnicos da LBA, responsáveis pela redação, organizaram os conteúdos em 3 tópicos: “o usuário”, “o espaço da prática profissional” e “o significado dessa prática em termos de responsabilidade social do técnico” (MPAS, 1986:53). O texto aqui analisado, além destes tópicos, reproduz: cinco discursos, quatro conferências (duas sobre a velhice como fenômeno social, uma sobre a ideologia da velhice e uma sobre instituições asilares), duas mesas redondas, nove relatos de experiências diversas e um painel sobre política social, todos realizados durante o evento.

Este seminário envolveu uma politização das questões ligadas à velhice em dois aspectos: em primeiro lugar, pela consideração das dimensões políticas envolvidas na prática profissional de assistência em geral, e ao idoso em particular, ressaltando-se a necessidade de sua valorização como cidadão. Em segundo lugar, pela própria utilização política do interesse pelo idoso dentro de um contexto social e institucional específico, como foi o da chamada “nova republica”, e a intenção de marcar uma distinção em relação à práticas anteriores:

“Se é verdade que 20 anos de autoritarismo, obviamente, refletiram-se de modo nítido na LBA, gerando gestões autocráticas, restringindo as possibilidades de reciclagem e comunicação técnica e dificultando uma prática mais política, neste momento, sente-se a necessidade de refletir e rever a ação não apenas a nível metodológico, mas principalmente ideológico; é preciso que o técnico exerça uma percepção mais ampla de suas possibilidades de intervenção, buscando adequá-la ao novo momento político e social que estamos vivendo no País.” (MPAS, 1986:54)

Em um seminário intitulado “O Idoso e a Política Social”, outra coisa que chama a atenção é a falta de tentativas de esclarecer ou estabelecer relações entre idoso e política social. Nos momentos

em que se discutiram políticas sociais, a figura do idoso esteve praticamente ausente, contida na figura genérica do “cliente”, ou “usuário”. Fora das conferências - com temas específicos e realizadas por convidados que não eram ligados a LBA - e dos relatos de experiências, o idoso pouco aparece. Entre as conclusões aprovadas em plenário no final do seminário, listadas a seguir, apenas uma (a de número 11) faz uma referência específica aos idosos, ainda que indiretamente:

1. “Modificação da portaria MPAS/SAS nº25.
2. Não setorizar a clientela, mas atendê-la globalmente no âmbito de sua comunidade.
3. Desenvolver uma prática profissional comprometida com as classes subalternizadas.
4. Reconhecer a Assistência com um direito da população pauperizada e como tal, compatível com a prática transformadora.
5. Necessidade de reciclagem do profissionais para adequar sua prática às exigências de uma mediação transformadora.
6. comprometimento do profissional implica sua participação em suas Associações e órgãos de categoria.
7. Não se elaborem Planos ou Projetos de atuação sem levar em consideração as pessoas envolvida na Ação.
8. Garantir mecanismos para que a Ação seja articulada com diversas Instituições, em todos os níveis.
9. democratização das informações e decisões em todos os níveis, População/Técnico/Instituição.
10. Que não haja prioridade de Programas e sim de Ações.
11. Que sejam buscadas, a nível regional, formas alternativas de evitar o asilamento.
12. Pleitear o maior carreamento de recursos, tendo em vista expansões das ações.
13. Que seja elaborado uma síntese das discussões que permearam os cinco dias de Seminário, contemplando todos os documentos produzidos. Essa síntese deverá ser encaminhada às Superintendências da LBA, bem como às demais instituições participantes deste Seminário.” (MPAS, 1986:54)

A dominante das falas, e de certa forma de todo o seminário, foi a relação entre as políticas sociais e a conjuntura da época, com destaque para o papel a ser desempenhado pela LBA, na “transição democrática”. Como consequência deste relativo esvaziamento de questões próprias ao “idoso”, e sua submissão a propostas mais amplas, como a transformação política da relação dos “técnicos” com seus “clientes”, o seminário parece apontar para a inadequação das práticas desenvolvidas dentro da instituição, a tal ponto que foi necessário reafirmar a possibilidade de intervenção:

“Assim, não se trata de negar genericamente a constituição de grupo de idosos como forma adequada de abordagem da questão ou o lazer como objetivo adequado do grupo de idosos ou ainda recusar a dimensão imediata da ação (a assistência) como espaço de intervenção; mas de assumir que o sentido

do trabalho deve se utilizar de todos os espaços, numa linha de conscientização e estímulo à participação, de modo a facilitar o desenvolvimento, no usuário, de uma consciência crítica, que lhe permita agir organizadamente, com vistas à reivindicação e conquista de seus direitos” (MPAS, 1986:54)

Mesmo diante deste esvaziamento, não deixa de ser significativa a sensibilidade expressa em relação a velhice, centrada na figura do idoso como cidadão. Mesmo reconhecendo que sua origem se deva, em grande parte, a politização do momento envolvendo o país como um todo, e a LBA em particular. Outra origem desta sensibilidade pode ser encontrada na prática profissional com os idosos, pois também aparece nos vários relatos de experiências, como resultado da percepção individual dos técnicos, e constituída no contato direto com seus “clientes”. Assim, dois sentidos desta sensibilidade podem ser observados na análise do material produzido neste seminário: a figura do idoso como instrumento de retórica política e a percepção de sua condição (desejada) de cidadão, um papel que muitas vezes não lhe seria permitido pela própria intervenção que lhe é destinada.

### *Políticas para a Terceira Idade*

O início dos anos 90 também foram significativos para a velhice, principalmente pela visibilidade que esta alcança. Nos primeiros anos desta década, o país viveu o impacto da mobilização contra o governo Collor, e o papel importante nela desempenhado pelos idosos, assim como também a mobilização pelos 147% de reposição nas aposentadorias (Simões, 1992). O Brasil assistiu pela mídia a apresentação de novas imagens da velhice e a proliferação de inúmeros programas para terceira idade, bem como a repercussão, inclusive na esfera política, do caso da Clínica Santa Genoveva no Rio de Janeiro, onde 102 idosos teriam morrido, em apenas dois meses, vítimas de maus tratos e falta de cuidados e condições inadequadas de alojamento. A mobilização em torno do caso foi, em parte, responsável pela aceleração da implantação, no estado do Rio de Janeiro, do Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa.

Esta década significou também mudanças no papel do Estado, com repercussões diretas e indiretas sobre a “questão” da velhice, como as sucessivas mudanças da previdência e a formulação de políticas sociais para os idosos de caráter nacional. Embora suas propostas já viessem desde o final dos anos 80, a “Política Nacional do Idoso” foi aprovada em 1994<sup>56</sup> e sancionada pela Presidência da República em 1996. Ela tem por finalidade: “assegurar os direitos sociais do idoso,

---

<sup>56</sup> Instituída pela lei 8. 842 de 4 de janeiro de 1994. Representa a consolidação de uma autonomização da questão social do idoso, na esfera governamental de âmbito nacional. Sua continuidade e ligações com o campo da Gerontologia se evidenciam pela própria origem da política nacional, formulada a partir do texto produzido pela ANG em 1989, de onde foram retiradas suas principais propostas.

criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”. É coordenada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, por intermédio da Secretaria de Ação Social, e conta com a participação de vários Ministérios<sup>57</sup>.

O *Plano de Ação Governamental integrado para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso* (PAG-PNI) foi elaborado pela Secretaria de Ação Social, em reuniões de trabalho com a participação de Organizações Governamentais e Não-Governamentais, com objetivo de viabilizar, em curto prazo, a implementação das diretrizes da Política Nacional do Idoso. Dentre todos os documentos analisados aqui este é, sem dúvida, o que tem aspecto mais profissional, revelando o cuidado de que foi alvo por parte do governo. Participaram de sua elaboração representantes dos Ministérios da Previdência e Assistência Social, da Cultura, da Educação e Desporto, da Justiça, da Saúde e do Trabalho; Representantes da Secretaria de Políticas Urbanas; bem como técnicos das Universidades Federais de Brasília, Goiás e Santa Catarina; a Assessoria Especial da Terceira Idade/GDF; as Associações de profissionais - ANG e SBBG; o SESC-SP; a Associação Cearense Pró-Idoso (ACEPI) e o Conselho Estadual do Idoso do Rio Grande do SUL.

Duas das referências mais comuns do discurso gerontológico aparecem como justificativa para o Plano: a “tão conhecida marginalidade social” (sic) dos idosos, e o aumento estatístico da população idosa. O documento, aliás, se inicia com uma tabela comparativa da posição relativa de 11 países quanto ao número de idosos (em números absolutos) de 1950 à 2025, utilizando-se de dados da OMS<sup>58</sup>. Pelos dados desta tabela, o Brasil em 1950 ocupava a 16ª posição entre os países com maior população idosa, em números absolutos, e em 2025 estaria em 6º lugar.

As diretrizes do PAG-PNI, em concordância com as diretrizes estabelecidas na Lei que estabelece a “Política Nacional do Idoso”, são:

“Viabilizar formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, proporcionando-lhe integração às demais gerações;

<sup>57</sup> Participam: os Ministérios da Educação e Desporto, Justiça, Saúde, Trabalho e Planejamento - por intermédio da Secretaria de Política Urbana - e o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto.

<sup>58</sup> A fonte citada como origem dos dados é o relatório estatístico de saúde *World Health Statistics Annuals/1979/1982*. É sintomático terem sido usados dados da área de saúde, e não os anuários estatísticos populacionais da ONU, como o: *Sex and Age distribution of World Population*, da *Série Population Studies*, de 1992, que traz dados mais atuais, ou o *Demographic Year Book*, entre outras publicações mais recentes da ONU, especificamente voltadas para comparação entre o envelhecimento populacional em diferentes países. Os dados são apresentados em uma única tabela, que não vem acompanhada de nenhuma explicação, como se eles devessem falar por si só.

Promover a participação e a integração do idoso por intermédio de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;

Priorizar o atendimento ao idoso por intermédio de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições de garantir sua sobrevivência;

Descentralizar as ações político administrativas;

Capacitar e reciclar os recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia;

Implementar o sistema de informações que permitam a divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos e programas em cada nível de governo;

Estabelecer mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento;

Priorizar o atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviço;

Apoiar estudos e pesquisas sobre as questões do envelhecimento.” (MPAS, 1996:11)

O Plano detalha a ação de cada órgão do governo envolvido, quanto a seus objetivos, estratégias para viabilizá-los e a integração com o demais órgãos, bem como cronogramas e recursos disponíveis. Do ponto de vista dos objetivos desta dissertação, a consolidação dos centros de convivência, ou “programas para terceira idade”, como alternativa de política social é o principal aspecto a ser destacado, embora certamente não esgote os significados deste plano, bem como não esgota o significado da “Política Nacional do Idoso”<sup>59</sup>. Portanto, apenas alguns setores do governo, cujas ações estão detalhadas no plano, bem como, apenas algumas destas ações serão consideradas a seguir.

O PAG-PNI, ao mesmo tempo em que restringe o asilamento à casos em que seja necessário, ficando claro o compromisso de uma política que reduza ao mínimo este tipo de intervenção e que privilegie a prevenção, apresenta os Centros de Convivência como alternativa prioritária, citando inclusive o compromisso de incentivar as Universidade para Terceira Idade (ver nota 59).

“A predominância de esquemas de institucionalização - asilos, subsidiados pelo próprio Estado - cujos efeitos são constantemente criticados, prejudica o investimento em outros modelos de intervenção com menores custos e melhores resultados sociais.” (MPAS, 1996:8)

<sup>59</sup> Entre as ações previstas pela Lei, estão: “estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como Centros de Convivência, Centros de Cuidados Diurnos, Casas Lares, Oficinas Abrigadas de Trabalho, atendimentos domiciliares, entre outros”, “incluir a Geriatria como especialidade clínica para efeito de concursos públicos”, “apoiar a criação de Universidade Aberta para a Terceira Idade” e “criar e estimular a manutenção de programas de preparação para aposentadoria nos setores público e privado”.

O compromisso com os Centros de Convivência chega ao ponto de o Ministério da Cultura apresentar, como uma de suas metas, atingir com suas ações 280 mil idosos em Centros de Convivências (*sic*) espalhados pelo país, indicando claramente quem é o idoso destinatário de suas ações, entre as quais:

“Contribuir, através do incentivo à participação do idoso no processo cultural, para que essa etapa de sua existência seja encarada também como período de crescimento pessoal e de participação na vida social.” (MPAS, 1996:30)

A participação do Ministério da Cultura, na implementação da “Política Nacional do Idoso”, prevê ainda ações para não idosos, através da mídia, como: “Contribuir para a valorização de uma imagem positiva da pessoa idosa, sobretudo através dos meios de comunicação de massa e do material didático” (MPAS, 1996:29). O Ministério da educação e Desporto, através da Secretaria de educação Superior - SESU, é quem, dada sua área de intervenção, melhor exprime a relação entre a Política nacional do Idoso e os Programas para Terceira Idade, suas ações para a efetivação desta política são:

“Apoio à criação de Centros de referência nas Universidades, integrados aos sistemas de saúde;

Viabilização da criação de Universidade Abertas à Terceira Idade, bem como prestar apoio às instituições que mantenham tais programas.

Desenvolvimento de programas educativos voltados a profissionais de diversas áreas, ao idoso, a família a comunidade, sob diversas formas: meios de comunicação, ensino a distância, cursos, palestras e seminários etc. Coordenação de estratégias para introdução de programas de pós-graduação em geriatria e gerontologia sob a forma de cursos de especialização, residência médica, mestrado e doutorado;

Apoio a estudos e pesquisas voltados para o aspecto prioritário do envelhecimento” (MPAS, 1996:33)

Nas ações visando a população idosa o Estado sempre esteve paralelo a outras iniciativas, que pouco a pouco vão se firmando como alternativas de política social. Na formulação da Política Nacional do Idoso, estas iniciativas ganham adesão e reconhecimento por parte do Estado e, localizadas entre sociedade civil e o governo, representam a consolidação da parceria comunidade/técnicos/Estado. A lei que fixa as diretrizes da Política Nacional do Idoso estabelece os seguintes princípios:

“A família, a sociedade e o Estado tem o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito a vida;

O processo de envelhecimento diz respeito a sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;

O idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;

O idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política; e,

As diferenças econômicas, sociais, regionais e as contradições entre o meio rural e urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei.”

Uma das principais conseqüências da Política Nacional foi a regulamentação dos conselhos Estaduais e Municipais de Defesa dos direitos da Pessoa Idosa, com a incumbência de implementar as diretrizes da Lei em suas respectivas jurisdições. O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Estado do Rio de Janeiro (CEDEPI), que tomou posse em maio de 1996, decretado ano estadual do idoso, possui 6 comissões. De acordo com a lei que o instituiu (Lei n. 1872, de 15 de outubro de 1991, e regulamentado pela Lei n. 2536 de 8/4/1996), a composição do conselho é a seguinte (dos membros atuais do conselho, 5 fazem parte da ANG e, pelo menos, 3 da SBGG):

1. Um representante da Defensoria Pública Geral do Estado.
2. Seis representantes de órgãos públicos estaduais (“cuja atuação esteja vinculada à política de atendimento ao idoso, nomeados pelo Poder Executivo”):
  - i) Secretaria de Estado de Educação;
  - ii) Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social;
  - iii) Secretaria de Estado de Saúde;
  - iv) Secretaria de Estado de Cultura e Esporte;
  - v) Secretaria de Estado de Transporte;
  - vi) Universidade do Estado do Rio de Janeiro;
3. Sete representantes de entidades não governamentais (“de atendimento direto, de defesa, de representação, de estudos e pesquisas e de promoção da socialização”):
  - i) Associação Nacional de Gerontologia - ANG/Rio;
  - ii) Serviço Social do Comércio - SESC/Rio;
  - iii) Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia - SBGG/Rio;
  - iv) Clube da Maior Idade;
  - v) Associação de Aposentados e Pensionistas Segurados da Previdência Social - ASAPREV/Rio;
  - vi) Casa Sant’Ana e
  - vii) Casa São Luiz para Velhice.

Com a aprovação da Política Nacional do Idoso e sua implementação nos termos fixados pelo PAG-PNI, fica claro o papel adotado pelo Estado frente a questão social do idoso: consolidar uma disposição em transformar o idoso de um sujeito assistido a um cliente com autonomia, ou seja: um cidadão; privilegiar prevenção no lugar de “tratamento”<sup>60</sup>, “cedendo”, ainda que indiretamente,

<sup>60</sup> Sobre a tendência a se priorizar atendimento comunitário em detrimento da institucionalização nas políticas públicas para os idosos, ver Menezes (1996).

parte das responsabilidades sobre a forma como se envelhece para o próprio sujeito, bem como estabelecer parcerias e divisão de responsabilidades com outros agentes.

Portanto, quando da consideração das políticas públicas em relação a velhice, é importante se atentar para a influência dos técnicos e sua predisposição em redefinir novas imagens do envelhecimento e novas alternativas de política, e para o quanto estas podem estar contribuindo para “tirar de foco” o idoso carente, doente e sem recursos que o discurso destes técnicos utilizou - e utiliza - quase a exaustão quando é preciso legitimar-se.

Os tópicos a seguir visam a apresentar os outros “parceiros” desta relação: os “programas para terceira idade”, e a Geriatria e da Gerontologia, institucionalmente representados por suas respectivas associações de profissionais: SBBG e ANG.

### **Capital gerontológico e a formação de um campo autônomo**

O processo de socialização da experiência de envelhecimento está relacionado ao surgimento de um *campo*<sup>61</sup> autônomo de saber e intervenção, no qual se relacionam instituições e indivíduos, cuja prática profissional é voltada para idosos, e que se empenham em disputas e conflitos pela definição de práticas legítimas e por reconhecimento de sua competência científica. O caráter “científico” se constitui, portanto, como uma importante “moeda” ou “ficha simbólica”<sup>62</sup>, e as instituições vão se esforçar em conquistá-la, fundamentando suas práticas no discurso teórico da Gerontologia ou buscando reconhecimento em outras áreas consolidadas, como a Medicina Social, a Demografia, a Sociologia, entre outras.

Os modos como indivíduos adquirem capital “gerontológico” e tornam-se aptos a participar deste *campo* revelam uma parte significativa das disputas que giram em torno de sua consolidação, e que envolvem instituições como o SESC, as universidades e as associações de profissionais. Para os

<sup>61</sup> Um *Campo científico* é, de acordo com Bourdieu (1983 cap. IV; 1987 cap. II e IV e 1989 cap. I, III), um espaço de disputas onde são expressas relações de força. Estas forças provem de posições conquistadas e capital acumulado, adquiridos em disputas anteriores. Nas palavras de Bourdieu (1983:122-123): “O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nesta luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.”

<sup>62</sup> De acordo com Giddens: “Por fichas simbólicas quero significar meios de intercâmbio que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com elas em qualquer conjuntura particular. Vários tipos de fichas simbólicas podem ser distinguidos, tais como os meios de legitimação política;” (Giddens, 1991:30)

profissionais de diversas áreas, capital “gerontológico” pode ser acumulado em sua experiência profissional diretamente com idosos<sup>63</sup>, ou pelo investimento em uma carreira mais “acadêmica”, através de cursos que podem tornar sua fala autorizada e permiti-lhes participar do “jogo” de uma posição que cada vez mais vem sendo valorizada.

Até recentemente, os principais nomes da Gerontologia no Brasil saíam do SESC. Que incentivava a formação de seus profissionais fora do país, ou através de cursos promovidos no Brasil com *experts* estrangeiros. Nos anos 90, o surgimento de alguns cursos em instituições universitárias demonstram não só o aumento do interesse pela questão da velhice e do envelhecimento mas, uma significativa passagem do “controle” da formação dos *experts* da área “prática” do SESC para a área mais “acadêmica”, contando para isso com a colaboração de organismos internacionais<sup>64</sup>.

Além de cursos formais (especialização, mestrado e doutorado), começam a surgir cursos de Gerontologia e de Geriatria de curta duração, geralmente chamados de “cursos de atualização”<sup>65</sup>. Estes cursos se destinam a profissionais interessados no mercado crescente de “terceira idade”. Eles

<sup>63</sup> A Gerontologia, antes mesmo de se consolidar no país como uma disciplina acadêmica, se tornou uma moeda de legitimação, que pode ser adquirida na experiência com idosos em programas para terceira idade. O maior deles, e que maior prestígio oferece, é o SESC de São Paulo, seguido de perto, pelo menos no Rio de Janeiro, pela UnATI/UERJ. Ambos os programas são procurados por prefeituras e empresas de todo o país para prestar assessoria e consultoria, e seus profissionais são constantemente convidados a participar de diferentes eventos na condição de *experts*.

<sup>64</sup> As primeiras iniciativas para a formação de gerontólogos no país datam do final da década de 70. O instituto Sedes Sapientiae iniciou um curso para a formação de Gerontólogos Sociais em 1979, após ter realizado em 1975 um seminário de Gerontologia que contou com a participação de 30 profissionais. Deste seminário surgiu o “Centro de Gerontologia Social” (Cunha, 1976). Em 1978, o SESC promoveu um seminário, que contou com a participação da socióloga francesa Claudine Attias-Donfut, e que se repetiu no ano seguinte para técnicos do SESC (Assis, 1979). O objetivo destes cursos era suprir as deficiências de formação na área de Gerontologia no País. Em 1986 foi ministrado pelo Departamento Nacional do SESC e a SBGG, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, um curso de Gerontologia Social, com apoio do Centre Internationale de Gerontologie Sociale (GIGS). No início dos anos 90, a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) realizou um treinamento avançado de Gerontologia, com o apoio da OMS e, atualmente, mantém um curso de especialização. A PUC do Rio de Janeiro tem, em parceria com a ANG, um curso de extensão em Gerontologia Social; em 1996 a UNICAMP inaugurou o curso de Gerontologia, (mestrado e doutorado). A UFRGS tem, desde a década de 80, um curso de Geriatria e Gerontologia. Atualmente a UFF mantém, no Hospital Universitário Antônio Pedro, um curso de especialização em Geriatria e Gerontologia Multidisciplinar. Em 1995, o International Institute on Aging, da ONU realizou, juntamente com Instituto de Gerontologia do Conjunto Universitário Cândido Mendes, o “1º Curso Avançado de Gerontologia Social”. A Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) criou o “Centro de Estudos do Envelhecimento”, e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) o “Núcleo de Estudos e Pesquisas do Envelhecimento”. Esta lista não é exaustiva, mas ilustra o crescente interesse de instituições acadêmicas pelas questões ligadas à velhice e ao envelhecimento.

<sup>65</sup> Dois exemplos deste tipo de curso são os cursos da SBGG, e o curso oferecido por um Plano de Saúde com parceria da UnATI/UERJ. No segundo, especificamente voltados para profissionais da área de saúde, a maioria das aulas é dada por professores da UnATI/UERJ.

são uma das maiores evidências de um mercado emergente de idosos como consumidores potenciais de serviços<sup>66</sup> e, além disso, são evidência de um meta-mercado onde a Gerontologia aparece como “produto”, cuja incumbência é qualificar/legitimar a atuação profissional voltada para idosos. Este meta-mercado é disputado entre os *experts* oriundos da academia e aqueles com formação “prática”.

A estrutura e conteúdo destes cursos, bem como o perfil de sua clientela, podem ser exemplificados tomando-se um deles como modelo. Trata-se do “Curso de Especialização Sobre Envelhecimento e Saúde do Idoso”, realizado pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). O curso é realizado anualmente, em período integral, durante 3 meses. Em 1996 estava dividido em 4 módulos “teórico-práticos” e um módulo de avaliação, são eles: “Epidemiologia do envelhecimento e iniciação à pesquisa” (2 semanas); “Problemas prevalentes de saúde manifestados em idosos” (6 semanas); Assistência ao idoso (2 semanas - este módulo incluiu visitas a diversas instituições de assistência à velhice, de caráter variado, de hospitais até UNATIs); Políticas e estratégias (1 semana) e Apresentação e discussão das monografias dos alunos (1 semana).

Embora a ênfase do curso esteja na área médica, que responde pela maior parte das aulas, o perfil dos alunos tem se diversificado a cada ano, demonstrando interesse por parte de profissionais de diversas áreas, bem como receptividade por parte dos coordenadores do curso. A seleção dos alunos para ingresso no curso é feita por análise de currículo. Em 1996, participaram do curso 37 alunos. Ao contrário dos anos anteriores, quando os médicos foram uma expressiva maioria, neste ano participaram: 12 médicos, 9 psicólogos, 6 assistentes sociais, 2 enfermeiras, 2 fisioterapeutas, 2 profissionais de educação física, 2 nutricionistas, um cientista social e uma terapeuta ocupacional. As aulas, cada uma abordando um tema, foram dadas por professores convidados, recrutados em diversas instituições, como hospitais, centros de convivência, UNATIs, universidades e instituições asilares, bem como das associações de profissionais, SBBG e ANG.

Entre os mais de 70 professores que participaram do curso, 43 eram médicos de diversas especialidades e outros 29 de diversas profissões, destacando-se, como entre os alunos, os psicólogos e assistentes sociais. Foram incluídas, como parte integrante do curso, a participação dos

---

<sup>66</sup> Uma parte significativa deste mercado voltado ao idoso é composta de atividades culturais. Cursos e palestras específicos e UNATIs ligadas à faculdades privadas, todos direcionados para a “terceira idade”, mas freqüentados por um público adulto de idades variáveis. As faculdades privadas que passam por processos de mudança de *status*, de faculdade à Faculdades Integradas, ou destas a universidades, incorporam estas atividades, usando ou não o nome de “Universidade para a Terceira Idade”, em meio a outros cursos abertos à comunidade e tem nisso mais um argumento a favor destas mudanças, pois aparecem sob a rubrica de extensão comunitária, e de acordo com diretrizes estabelecidas pela “Política Nacional do Idoso”.

alunos no 1º Seminário de Educação em Saúde na 3ª Idade, promovido pelo SESC e na III Jornada de Geriatria e Gerontologia da SBGG-Rio.

A maior parte dos alunos já tinha algum tipo de atividade profissional voltada para idosos, seja como atividade liberal, seja em instituições especificamente voltadas para idosos, como asilos, casas geriátricas e centros de convivência, ou em instituições nas quais, com frequência, são atendidos idosos, como hospitais. Uma parte pequena dos alunos era de recém formados. Três vieram de fora do Estado (2 do Espírito Santo e 1 do Mato Grosso do Sul) e outros três de fora do município, especialmente para o cursos.

Embora não seja possível levantar com detalhes a inserção destes alunos nas associações profissionais, o primeiro número do boletim da SBGG-Rio, publicado após a realização do curso, apresenta uma lista com 45<sup>67</sup> novas adesões à SBGG, entre as quais, 6 de alunos do curso.

#### *As associações de profissionais*

Apesar do aumento da visibilidade e importância dos idosos como sujeitos políticos e sociais, e das questões ligadas à velhice e ao envelhecimento, não se observa um igual desenvolvimento das associações que congregam os profissionais diretamente envolvidos nestas questões. Embora a Associação Nacional de Gerontologia (ANG) e a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) tenham um relativo crescimento, tem de competir com “leigos” e com outras instituições como o SESC e as UNATIs, que apresentam um crescimento proporcionalmente maior<sup>68</sup>.

O argumento aqui desenvolvido, sobretudo a partir do caso da SBGG, é que sua estrutura reflete uma ambigüidade expressa na dualidade: ciência pura/ciência aplicada, que, por sua vez, representa uma atualização da dualidade inerente ao objeto “velhice”: ser ao mesmo tempo um objeto de saber e de intervenção. Esta ambigüidade recorta suas áreas de atuação e as práticas de seus profissionais, e a priva de um desenvolvimento diferente do atual, impedindo-a, assim como a ANG, de se consolidar, apesar de seu esforços neste sentido, como referência e principal instância

---

<sup>67</sup> Este número é bem superior a média de adesões, e se deve ao número de adesões efetuadas durante a III Jornada de Geriatria e Gerontologia da SBGG-Rio.

<sup>68</sup> O crescimento das associações que, no Brasil, congregam os profissionais voltados para o envelhecimento e velhice pode, em parte, ser avaliado a partir de alguns indicadores, como por exemplo: aumento do número de filiados, do número de participantes em seus congressos, e da participação destas entidades na formulação de programas e políticas de governo. Vistas isoladamente, e a partir destes critérios, estas entidades podem apresentar algum crescimento. Porém, no quadro de crescimento das iniciativas “leigas”, ocupam uma posição quase marginal.

formadora e reprodutora de um *campo* que cresce mais do que sua capacidade de ocupá-lo. Pois, a cada dia, novas iniciativas surgem e novos profissionais voltam suas práticas para o segmento da população de mais idade sem, necessariamente, passar pelas associações. Sua função de reproduzir os quadros técnicos e os “militantes” do campo se reduz ao papel de legitimar a formação que ocorre, quase sempre, na prática profissional individual.

As principais atividades destas associações são, no caso da SBGG, fornecer os títulos de especialistas, através de uma prova e, no caso da ANG, sensibilizar a sociedade e os políticos para a questão social da velhice, através de publicações e seminários. A ANG foi oficializada em 1988<sup>69</sup>, atualmente realiza, em conjunto com o SESC, palestras e conferências, tem parcerias com diversas Universidades para realização de cursos, bem como uma série de publicações, em conjunto com o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS), na área de Gerontologia. A ANG possui representação em diversos Conselhos Estaduais e Municipais de direitos de pessoas idosas e, frequentemente, é convidada a participar, como órgão técnico, de diversas atividades e eventos sobre política social para idosos.

Recebendo quase somente profissionais não médicos<sup>70</sup>, a ANG tem sua atuação basicamente centrada na discussão de políticas públicas. Seus objetivos denotam um compromisso com o desenvolvimento da Gerontologia como um campo profissional, e apresentam a instituição como capaz de interpretar as necessidades dos idosos e por eles falar. De acordo com material de divulgação, distribuído pela entidade, seus objetivos declarados são: (1) Desenvolver constante ação política junto a órgãos e instituições públicas e privadas e à sociedade, interpretando as necessidades dos idosos e reivindicando a adoção de medidas adequadas ao atendimento das mesmas; (2) Valorizar a contribuição dos profissionais de Gerontologia, favorecendo o reconhecimento desse campo profissional; (3) Organizar e apoiar iniciativas de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal em todas as áreas de Gerontologia; (4) Divulgar matérias pertinentes ao tema através da coleção

---

<sup>69</sup> De acordo com entrevista concedida por uma dirigente da ANG, esta entidade surgiu em 1987, a partir de um grupo de estudos em São Paulo, como desdobramento do I Fórum Nacional de Gerontologia Social, realizado 1 ano antes, em Fortaleza. Nesta cidade funcionou sua primeira sede e, desde 1977, existia a ACEDI (Associação Pró-Idoso do Ceará), com a qual mantém relações muito próximas. Neste I Fórum foi divulgada a “Carta dos Direitos dos Idosos”, a partir da qual se reuniram grupos de estudo em vários estados funcionando isoladamente ao longo de 2 anos, até que surgisse a ANG. Sua primeira ação foi constituir um grupo de trabalho que, em 1990, redigiu o documento que serviu de subsídio para formulação da lei 8. 842 de 4 de janeiro de 1994, que define a “Política Nacional do Idoso”.

<sup>70</sup> A direção desta entidade não possui dados atualizados sobre o número de filiados à nível nacional.

Tempo e Vida; (5) Fazer intercâmbios e convênios com entidades congêneres, nacionais e internacionais.

A outra entidade que congrega profissionais ligados à questão da velhice, a SBGG, foi fundada como “Sociedade Brasileira de Geriatria”, em maio de 1961, por um grupo de cardiologistas, reumatologistas e clínicos do Hospital Miguel Couto no Rio de Janeiro. Após um curso de extensão da Universidade do Brasil, atualmente UFRJ, intitulado “Temas de Geriatria”<sup>71</sup>. Por delegação da Associação Médica Brasileira (AMB), a SBGG é quem outorga os títulos de Especialista em Geriatria e Especialista em Gerontologia. O exame para obtenção de título se realiza em seus congressos nacionais. Para o Título de especialista em Geriatria, os candidatos devem ser médicos formados a pelo menos 2 anos e o exame consiste em uma prova escrita, uma prova oral e exame do currículo. Para o título de especialista em Gerontologia, se exige do candidato 2 anos de experiência de trabalho no campo da Gerontologia<sup>72</sup>, uma monografia com tema relacionado à área de trabalho do candidato, e uma prova. A SBGG, mesmo sendo o órgão que outorga os títulos de geriatra e gerontólogo, tem em seus quadros um grande contingente de profissionais sem este título. Além disto, existe uma grande quantidade de médicos que atuam especificamente para uma clientela idosa<sup>73</sup> - particular ou em instituições públicas ou privadas - sem a formação reconhecida pela SBGG<sup>74</sup>.

---

<sup>71</sup> Segundo Lopes (1998), a ligação entre o grupo de médicos que fundou a SBGG e a universidade se efetivou com vistas a dar mais legitimidade a instituição, isto teria sido conseguido através da eleição de um renomado professor universitário, Deolindo Couto, como seu primeiro presidente (Lopes, 1998). Em 1968 ela passou a se chamar Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, filiando-se a Associação Médica Brasileira. Dez anos depois, em 1978, passou a receber profissionais não médicos, com a criação da “Comissão Especial de Gerontologia social” (Stucchi, 1994). A partir de 1987, com a mudança de seus estatutos, uma redistribuição de cargos aumentou a participação de não médicos na entidade. Foi então criado o departamento de Gerontologia, presidido pela 2ª vice-presidência, eleita exclusivamente pelos gerontólogos.

<sup>72</sup> São consideradas como experiência válida para a habilitação do candidato ao título de especialista em Gerontologia: “coordenação e orientação de grupo de idosos em atividades sociais, culturais e recreativas, filiados ou não a alguma entidade social; atuação direta em instituições que prestam atendimento a idosos; coordenação e docência em Universidade da Terceira Idade; estágios extracurriculares na área de Gerontologia.” (Boletim da SBGG-Rio 10, ano 4, junho 1996). Esta exigência em relação aos candidatos faz com que, por um lado, o título se restrinja à profissionais já atuando na área, e por outro, de uma forma particular, reconhece nas UNATIs, bem como demais programas para terceira idade, um espaço formador e reproduzidor do campo.

<sup>73</sup> De acordo com os dados da pesquisa “Perfil dos Médicos no Brasil”, realizada pela FIOCRUZ (pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Recursos Humanos de Saúde - DAPS/ENSP/FIOCRUZ) em 27 estados brasileiros, dentre as 64 especialidades reconhecidas pela Confederação Brasileira de Medicina, a Geriatria aparece em 49ª lugar (0,21% do total de questionários respondidos), assim distribuídos por região: Norte -0%; Nordeste - 0,4%; Sudeste - 0,2% e Centro-Oeste - 0,2%. Dados fornecidos pela SBGG indicam que foram concedidos até 1996

Por seu tamanho e importância relativa no *campo*, a SBGG espelha melhor uma aparente contradição: um grande crescimento da importância das questões ligadas à velhice e uma atuação, em comparação, discreta das associações, que dividem espaços com “leigos”, isto é pessoas que trabalham com idosos sem uma formação reconhecida, e com outras entidades.

Embora formalmente a SBGG detenha a hegemonia legal da formação e reprodução do campo, sua capacidade de colocar “*experts*” no mercado é diluída em meio a profissionalização que ocorre “na prática”. A regra na Geriatria, segundo depoimento de vários médicos, tem seguido geralmente, uma das três alternativas: (1) um médico, clínico ou de outra especialidade, ao envelhecer, acompanha o envelhecimento de sua clientela e acaba se dedicando à área; (2) por força de atuação em uma instituição voltada para idosos, o médico acaba adquirindo experiência, que o credencia como *expert* e, por fim, mais recentemente, (3) médicos preocupados com um mercado em expansão dedicam-se ao tema direcionando sua formação nesta área<sup>75</sup>. As associações, além de não possuírem o monopólio sobre os profissionais - uma vez que a legitimidade e o reconhecimento podem se construir fora deste espaço -, representam um dos polos de um campo dividido. O diretor de uma UNATI, que em entrevista fez questão de afirmar a sua ignorância em relação ao significado das siglas ANG e SBGG, muito embora participe de vários eventos promovidos por essas entidades, assim justifica a falta do “monopólio”, ao mesmo tempo em que estabelece uma marca de distinção:

“... é uma das percepções que eu tenho, que apesar desse campo do envelhecimento estar crescendo, a população estar cada vez mais velha, o espaço na mídia está extremamente ampliado, você não vê um paralelo com as associações de Geriatria e Gerontologia num crescimento de explosão, ou de produção de conhecimento. Eu acho muito pela própria concepção, essa ideologia, uma disputa interna muito grande, as pessoas não percebem que ao invés de uma pessoa só subir, se estiverem quinze, trinta se expressando de forma importante, todo mundo que está em baixo vai subir também, porque a área é tão importante. Há uma disputa muito grande aqui e acolá e, segundo é que eu vejo

---

48 títulos de gerontólogo social e, cerca de 300 de geriatra. Esta instituição possui aproximadamente 2200 filiados.

<sup>74</sup> Por exemplo, a Casa Gerontológica da Aeronáutica Brigadeiro Eduardo Gomes (CGABEG), destinada a abrigar por tempo indeterminado militares da Aeronáutica e seus parentes idosos, tem uma equipe interdisciplinar formada por civis e militares, compostas de médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, fisioterapeutas, nutricionistas, terapeutas ocupacionais, etc. Vários com cursos de especialização. Porém, apesar de ser reconhecidamente uma das melhores instituições geriátricas no país, apenas em 1996 realizou um concurso para contratação de um médico geriatra, ou seja, que tivesse o título concedido pela SBGG.

<sup>75</sup> Para estes, ao menos no Rio de Janeiro, os cursos de especialização em envelhecimento e saúde do idoso da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), o curso de Especialização em Geriatria e Gerontologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), assim como curso de Gerontologia Social da PUC, representam a possibilidade de legitimar e qualificar sua atuação diante de uma clientela potencial. A filiação à SBGG, quando ocorre, representa um segundo passo na legitimação destes profissionais, e a prova que outorga o título de geriatra ou de gerontólogo social, o coroamento final desta estratégia, que pode incluir ainda uma participação ativa na entidade.

que é nessa base de que a liderança maior e o médico mais bem sucedido, e que isso é um valor muito importante no julgamento, na escolha dos representantes, do presidente dessas associações.”

Entidades como a SBGG são vistas como modelos tradicionais, baseadas mais na figura e prestígio de seus presidentes e diretores que na competência científica. Estes, por sua vez, são eleitos pelo nome que dispõem, pela clientela e pelo reconhecimento de que são profissionais bem sucedidos. A SBGG estaria de acordo com este modelo, pois seria baseada em tipo de medicina como prática profissional liberal, ou seja, na Geriatria como cuidado individual. A oposição com o campo da saúde coletiva, neste mesmo depoimento, permite identificar as marcas que dividem o campo em eixos como ciência pura/aplicada ou social/individual.

“A saúde coletiva, apesar de ser, digamos, ter suas raízes no campo médico - quase todos os institutos de medicina social, saúde coletiva, preventiva e tal, saíram ou estão dentro de faculdades de medicina -, mas eles tiveram a grande qualidade de se estruturar em uma compreensão política, uma compreensão do que é a quantidade, de uma forma muito diferente das sociedades médicas tradicionais. E aí incluo a de Geriatria e Gerontologia, como todas as outras. Que são sociedades tradicionais. Sociedades que, na verdade, funcionam a partir do nome de seu presidente, ou da diretoria mais próxima, que não é aquela pessoa que tem maior capacidade política ou de articulação, não é a pessoa que consegue recursos em termos de projeto de pesquisa. Não. É aquele profissional bem sucedido que tem seu consultório bem cheio, uma pessoa respeitada não pela sua qualidade técnica, mas pelo número de clientes que tem em seu consultório (...) e mais do que isso, são pessoas que para dirigirem estas entidades, é uma certa vaidade, própria da pessoa, mas mais do que isso, é uma certa consolidação de que eu tenho um bom mercado, tanto tenho que os meus pares me elegeram. Então, não tem nenhuma preocupação do ponto de vista científico, da produção de conhecimento, não tem nenhuma preocupação na formação junto aos institutos ou junto às agências de pesquisa ou junto às universidades, por exemplo, na política de formação. E seus congressos e reuniões são congressos patrocinados por indústrias farmacêutica, laboratórios, empresas. Quer dizer, é alguma coisa que é um modelinho distinto do da área de saúde coletiva.”

A dualidade entre o papel da Geriatria e da Gerontologia de cuidar ao mesmo tempo de indivíduos ao envelhecer e da velhice como uma questão geral, leva a que o campo seja marcado de uma forma particularmente clara na Geriatria, mas também na Gerontologia, entre o profissional que atua como um profissional liberal e o que atua como um estudioso e produtor de conhecimento<sup>76</sup>.

A relações entre os geriatras e os gerontólogos se tornam, diante desta dualidade, uma questão significativa. A SBGG, embora tenha no nome Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, possui em seus quadros uma expressiva maioria de médicos, em alguns Estados só admite médicos como sócios. De fato, o campo é hierarquizado e dominado pelos profissionais da

---

<sup>76</sup> Estas duas características podem conviver em um mesmo profissional, uma vez que, a legitimidade do produtor de conhecimento é um fator importante na conquista de mercado. Na Gerontologia, esta ambigüidade se reflete em particular entre os psicólogos, que têm uma atuação marcante junto aos clientes individuais mas, também dependem da consolidação de um nome como referência, geralmente através da publicação de artigos ou, livros, mais ou menos elaborados a partir do “gênero” auto-ajuda.

área médica<sup>77</sup>. O que mais interessa, aqui, é chamar a atenção para o fato de que esta hierarquia entre os profissionais da área médica e os demais é, em certo sentido, expressão da distinção entre estudo e intervenção prática/terapêutica sobre o envelhecimento, ou seja, entre ciências puras/ciências aplicadas. **Entre teoria e prática.**

A dualidade: ação prática e estudo teórico, é percebida de inúmeras formas quando se está dentro do *campo*. Não se trata, certamente, de uma característica apenas deste *campo*, mas aqui toma configurações particulares. Um acontecimento reflete bem o modo como se apresenta esta dualidade. Trata-se de uma discussão por mim presenciada, que ocorreu durante a realização do Curso de Especialização sobre Envelhecimento e Saúde do Idoso, da ENSP, em 1996. Dois profissionais, de uma das mais respeitadas instituições gerontológicas do país, argumentavam enfaticamente que a denominação gerontólogos deveria ser restrita aos estudiosos do envelhecimento, como indicado pela etiologia do termo (*Geras*: velho, *Logia*: estudo, descrição), e que o termo Geriatria, pelo mesmo raciocínio, deveria ser restringir àqueles que se dedicam ao tratamento da velhice (*Geras*: velho, *Iatrikos*: tratamento). Sem considerar o mérito do debate, uma vez que Geriatria é uma especialidade médica e se destina, portanto, àqueles que têm formação nesta área, a mistura de ingenuidade, sinceridade e indignação manifestos na discussão, por parte destes dois profissionais, vale dizer que seus oponentes eram médicos, revelam uma característica que percorre todo o campo, embora raramente explicitada

O que estava sendo mobilizado, e que claramente se podia perceber, era o peso simbólico, evidente dentro do campo, atribuído à Geriatria. Os dois profissionais, da área de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, foram bastante claros ao afirmar o desprestígio que sentiam, em inúmeras situações profissionais e acadêmicas, diante dos geriatras. Mas, o que mais interessa nesse exemplo, é chamar a atenção para o fato de que esta polarização hierárquica entre os profissionais da área médica e os demais estava sendo interpretada - com toda sinceridade - por parte destes dois profissionais, como sendo expressão da distinção entre o estudo do envelhecimento e a intervenção prática/terapêutica sobre o mesmo, ou seja, uma diferenciação ente teoria e prática.

---

<sup>77</sup> Isto tem várias razões, entre elas o peso simbólico da profissão médica na sociedade de um modo geral. Segundo Bourdieu (1987:167): “Entre os fatores sociais passíveis de determinar as leis de funcionamento de um campo científico, quer se trate da produtividade de uma disciplina em seu conjunto ou da produtividade diferencial de seus diferentes setores, quer se trate das normas e mecanismos que regem o acesso à notoriedade, os mais importantes são, sem dúvida, os fatores estruturais como por exemplo a posição de cada disciplina na hierarquia das ciências (na medida em que esta posição comanda o conjunto dos mecanismos de seleção) e a posição dos diferentes produtores na hierarquia própria a cada uma destas disciplinas.”

Para tentar exemplificar alguns aspectos da relação entre médicos e não médicos serão apresentadas a seguir algumas observações feitas durante um evento, a III Jornada de Geriatria e Gerontologia da SBGG-Rio, que teve como tema: Qualidade na Assistência aos Idosos. É preciso destacar, porém, que a seção Rio da SBGG é considerada a que melhores relações apresenta entre médicos e não médicos.

A Jornada foi realizada em um dos melhores hotéis do Rio de Janeiro. Paralelamente foram realizados o IV Fórum das Instituições de Ensino Superior, o II Encontro com Idosos, o IV Fórum de instituições Gerontológicas e o IV Fórum de Municípios. Ocupando, ao todo, 6 salas (originalmente tinham sido previstas apenas 4) distribuídas ao longo de um corredor, totalmente ocupado por *stands* de laboratórios farmacêuticos, com farta distribuição de brindes e material de divulgação. Estes laboratórios foram os principais responsáveis pelo patrocínio do evento, que teve ainda apoio da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Instituto Oswaldo Cruz, (ENSP/FIOCRUZ), Universidade Federal Fluminense (UFF), CONASEMS, Ministério da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e Secretaria Municipal de Saúde de Niterói. O evento custou 140 mil dólares, em parte financiados pela FAPERJ, órgão do Estado do Rio de Janeiro responsável pelo incentivo ao desenvolvimento tecnológico e científico. Teve a duração de 4 dias (1 a 4 de maio de 1996). Suas atividades foram estruturadas a partir das seguintes formas de trabalho: 1) FÓRUNS: IV Fórum das Instituições de Ensino Superior, IV Fórum de instituições gerontológicas, IV Fórum de municípios, 2) TEMAS LIVRES: 3) CURSOS: Fundamentos de Geriatria Clínica, Intervenção gerontológica, Reabilitação do idoso, Gestão de serviços geriátricos e gerontológicos; 4) SESSÕES DO PROGRAMA: Estratégias de Prevenção, Diagnósticos Difíceis, Otimização da Abordagem Terapêutica, Superação de Seqüelas, Desafios da Prática Geriátrica; “Como Eu Trato”, Recursos Comunitários e Promoção de Saúde, Projeções Para o Futuro, Situações Emergenciais, Farmacologia em Geriatria, Grandes temas Geriátricos, Memória, Finitude e Vida, Sexualidade, Estética do Envelhecer.

Os trabalhos nas sessões de “temas livres” foram classificados em dois tipos: Geriatria e Gerontologia e distribuídos em módulos, todos coordenados por médicos. No total, os trabalhos apresentados ficaram agrupados da seguinte forma: Geriatria 2 sessões; Gerontologia 6 sessões e Geriatria/Gerontologia 1 sessão. Fora dos temas livres, a superioridade numérica da Gerontologia se inverte. O maior número de trabalhos de Gerontologia nas sessões de “temas livres”, em parte se explica pela dificuldade de se agrupar trabalhos muito diferentes entre si, que vão desde avaliações psicológicas relacionadas a atividades artísticas e físicas, até teatro experimental para idosos,

passando por mitologia, percepção da morte, da saúde, sexualidade, entre outros. Assim sendo, foram classificados como Gerontologia, e destinados aos “temas livres”, quaisquer trabalhos que não envolvessem estritamente a área médica. Enquanto na Geriatria, o perfil mais claro dos trabalhos e a maior facilidade de classificá-los, permitiu que sua distribuição fosse mais organizada, através sessões de programas de caráter temático.

No entanto, isto somente em parte explicaria a posição “secundária” dos temas gerontológicos em detrimento dos temas geriátricos. Estes ocupando as sessões mais importantes e aqueles as sessões menos concorridas. O volume de trabalhos de Gerontologia, supera o de Geriatria e, é preciso ter participado do evento para se compreender plenamente essa posição “secundária” da Gerontologia. Em muitos eventos desse tipo, em que participam um grande número de pessoas envolvidas no trabalho com idosos, são poucos os que se apresentam como gerontólogo/alguma coisa (psicólogos, sociólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas, biólogos, etc.), geralmente se apresentam como alguma coisa/gerontólogo.

A Gerontologia esteve institucionalmente representada pela ANG-RJ, ocupando uma única mesa, em um pequeno espaço junto a uma escada no fundo da área de circulação entre as salas. Esta mesa era dividida com o CBCISS (Centro Brasileiro de Intercâmbio e Cooperação em Serviço Social). Nessa mesa se revezavam dirigentes das duas entidades, buscando novas filiações e vendendo as inúmeras publicações do CBCISS na área de envelhecimento. Esta modesta participação da ANG, se torna ainda mais evidente, pelo contraste entre o espaço por ela ocupado e os luxuosos *stands* dos laboratórios farmacêuticos, ao longo do corredor.

Na sessão solene de abertura da Jornada, falaram: a presidente da regional Rio da SBGG (médica), o presidente de honra do congresso (médico, um dos fundadores e ex-presidente da SBGG) um representante dos convidados estrangeiros (um médico argentino), o Presidente nacional da SBGG (também médico), o diretor científico da SBGG (e da ANG também, médico), o Presidente da ASAPREV (jornalista aposentado) e a Presidente da ANG-RJ (assistente social).

A partir de observações sobre as relações entre os geriatras e os gerontólogos, em um evento semelhante ao descrito acima, o XI Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia, Lopes (1998) identifica como um fator a mais na distinção entre as duas áreas de saber o fato de, predominantemente, a Geriatria ser formada por homens, enquanto a Gerontologia, por se constituir de profissões “tipicamente” femininas, como o serviço social, e a psicologia, por exemplo, tem uma acentuada presença de mulheres. Assim, dentro deste encontro, bem como ao longo da história da

SBGG, a participação dos gerontólogos na instituição teve de ser construída superando os preconceitos não só relativos a posição secundária que ocupam na instituição, mas também em relação a questões de gênero (Lopes, 1998).

Ainda de acordo com as observações desta autora, a posição secundária do gerontólogos frente aos geriatras se explicaria, segundo os próprios gerontólogos, devido a diversos fatores como, por exemplo, a falta de autonomia financeira dentro da instituição, que é, institucionalmente de caráter médico, somente podendo ser presidida por médicos. A essas explicações, a autora acrescenta a falta de identidade entre os gerontólogos e de clareza em relação a seu papel no mercado de trabalho que, em parte, seriam consequência de modos distintos de se perceber a Gerontologia e sua “cientificidade” (Lopes, 1998). Em primeiro lugar, a Gerontologia pode ser vista como “ciência autônoma versus a Gerontologia como um campo de conhecimento dependente das demais disciplinas científicas” (Lopes, 1998:7). Ou ainda, a percepção de que a Gerontologia envolve tanto a “prática” quanto a “teoria” e se legitima ora por uma, ora por outra. Assim, as relações hierárquicas que se estabelecem entre os geriatras e os gerontólogos são também encontradas entre os próprios gerontólogos, o que, segundo Lopes (1998), aparece de forma mais evidente na valorização da prática profissional versus o desenvolvimento mais “teórico”. Isto tem se complexificado a medida em que o campo vai se distanciando de sua origem “prática”, buscando uma consolidação acadêmica.

### **Programas para Terceira Idade**

A partir da década de 60, instituições criadas no início deste século, algumas ainda funcionando, se tornam institutos de Gerontologia. A vulgarização do termo Gerontologia ocorre simultaneamente à uma especialização de instituições que, originalmente eram destinadas ao abrigo de indigentes<sup>78</sup>, passam atender pessoas idosas. Estas instituições sinalizam em suas histórias a separação entre os idosos e a população carente em geral. Bem como, a relação entre o saber científico e a superação do assistencialismo leigo baseado na caridade, laica ou religiosa. Ou seja, são evidências materiais da constituição de um *campo* autônomo de agentes e assistência especializada.

---

<sup>78</sup> Como, por exemplo, o Asilo São Francisco de Assis, no Rio de Janeiro, que teria sido fundado em 1854 como “Albergaria para Mendigos e Indigentes” (Filizzola, 1972), e se torna, em 1966, Instituto de Gerontologia da Guanabara, mais tarde denominado Instituto Municipal de Geriatria Miguel Pedro, funcionando assim até hoje, ou a Chácara Asilo Municipal de Mendicância, fundada em 1874, em São Paulo que, em 1964, passa a se chamar Instituto de Geriatria D. Pedro II (Canoas, 1985).

No entanto, a história destas instituições é fortemente marcada por um processo de questionamento do modelo asilar que, embora como afirma Groisman (1998), seja menos acentuado no que se refere a velhice do que em relação aos “loucos” e aos “órfãos”<sup>79</sup>, ofuscam o desenvolvimento da autonomia das questões próprias à velhice. Foram os “programas para terceira idade”, surgidos a década de 60, os principais responsáveis pelo desenvolvimento desta autonomização, buscando uma identidade própria, sem abrir mão do saber Gerontológico como sua inspiração.

### *Do lazer ao prazer*

O conjunto de representações sobre a condição do idoso, na época em que surgem os “programas para terceira idade”, e os trabalhos que buscam explicá-la, bem como propor soluções, apontam geralmente para a “culpa” da civilização moderna quanto às condições desfavoráveis de vida da população idosa. A sociedade industrial e de classes, com sua velocidade particular e a generalização do estatuto de descartável a tudo que não acompanhe essas mudanças, explicaria a marginalização a que os idosos são relegados no cotidiano. Valorização social e estratégias de (re)socialização aparecerem, então, como alternativas a esta condição marginal. Esta seria a origem e a razão de ser dos “programas para terceira idade”. Tentando uma definição, Attias-Donfut assim comenta os programas oferecidos à população idosa, na França<sup>80</sup>, como clubes para idosos e Centros de Convivência:

“Em uma ‘tentativa de definição’, Maryvonne Caillard situa o clube dentro da perspectiva de um serviço social que reflete as contradições e as ambigüidades da ação social. O ‘clube de lazer’, enquanto um serviço social, é definido por suas funções: a mais visível é aquela que poderíamos chamar de função de socialização, o que inclui uma resposta aos problemas da solidão, mas vai mais além. Segundo Maryvonne Caillard, ‘o clube visa a preencher as expectativas relacionais, permite um encontro com o outro, o orientador e os aposentados do grupo’, mas essa função mediatiza uma participação social mais ampla: o clube permite aos seus membros adquirir uma identidade. Num nível mais profundo, ele tem um papel de **‘terapia social’**, de **‘prevenção contra o envelhecimento’**. O clube está aqui situado dentro de uma perspectiva de política de ação social que permite colocar em evidência a importante impregnação do setor social no nascimento e no desenvolvimento dos clubes.” (Attias-Donfut, 1976:3-4, grifos meus)

<sup>79</sup> De acordo com este autor, um processo de medicalização dos espaços institucionais determinou a substituição dos “asilos”. Em relação a velhice, no entanto, segundo este mesmo autor, esse processo de medicalização não rompeu completamente como o modelo asilar, identificado com as instituições totais de Goffman (1992), persistindo até hoje, ainda que com nomes como “lar dos idosos” ou “recanto para a terceira idade” (Groisman, 1998).

<sup>80</sup> Segundo Attias-Donfut (1976), na França haviam, em 1972, 2040 Clubes para a Terceira Idade. Três anos depois já eram 7000. Na Inglaterra e no País de Gales, em 1973, somavam outros 7000. Ainda segundo esta autora, no Japão, onde estes clubes teriam surgido a partir de 1950, o número de clubes para a Terceira Idade passou de 112 em 1954 para 5900 em 1973.

O SESC o foi responsável pela implantação dos primeiros programas para terceira idade no Brasil<sup>81</sup>. De acordo com o relato de um assistente social do SESC (Assis, 1979), ao observar um grupo de aposentados que todos os dias passava as tardes em uma unidade desta instituição, técnicos que haviam tido oportunidade de conhecer centros sociais para idosos, nos Estados Unidos, iniciaram um contato com comerciários aposentados. Aqueles que já freqüentavam a unidade e outros que se reuniam informalmente em uma praça da cidade (Assis, 1979). Este contato tinha por objetivo o desenvolvimento de novas atividades, já que, segundo os técnicos, o principal problema dos idosos era o seu isolamento. As atividades foram direcionadas para favorecer o relacionamento entre eles, levá-los a participar e se integrar melhor ao meio social. O lazer foi eleito o instrumento mais adequado para este fim.

Como bem observa Stucchi (1994), os relatos sobre o início dos trabalhos do SESC com idosos deixam claro que, de início, não era a questão da velhice como “problema social” o objeto principal de interesse, mas a necessidade de intervenção direta para aposentados ociosos. Argumentos sociológicos de inspiração na Gerontologia internacional aparecem posteriormente como uma justificativa teórica da intervenção, bem como da metodologia utilizada. Em seu relato sobre o início destas atividades Canôas (1985), uma das responsáveis pelo início deste trabalho no SESC, sugere que a iniciativa não partiu dos técnicos diretamente envolvidos com o público alvo. Segundo esta autora:

“Estas observações remontam ao ano de 1963, quando foi pedido à equipe da qual eu fazia parte como orientadora social, em um centro social do SESC, um projeto de trabalho com pessoas idosas, pois aumentava dia-a-dia o número de aposentados e ninguém se preocupava com eles até então. Todos nós tínhamos experiência de trabalho social com crianças, adolescente e adultos, mas quanto a idosos não havíamos nem pensado no assunto ainda.

Debatemos muito a questão e em alguns momentos chegamos a conclusão de que seria desnecessário esse tipo de trabalho, de que não se chegaria a nada, de que seria um esforço vão. Particularmente me questionei e absolutamente não estava convencida da necessidade do projeto, nem da validade de se trabalhar com velhos.

---

<sup>81</sup> O SESC, instituição criada em 1946 para servir como o braço para-estatal de serviço social no Brasil, patrocinou sua primeira atividade destinada a idosos não institucionalizados em 1963, em São Paulo, (SESC/Carmo) com 12 participantes (Assis, 1979). Por volta de 1979, o SESC contava, no Estado de São Paulo, com aproximadamente 5500 participantes em programas para pessoas com mais de 50 anos. Hoje, em todo Brasil, conta com 150 mil idosos assistidos em 21 centros regionais (Rebouças, 1996). Trabalhando com cerca de 250 técnicos, as atividades são as mais variadas e se desenvolvem através de três projetos básicos: Centros de Convivência, Escolas Abertas da Terceira Idade e Programas de preparação para a Aposentadoria (Salgado, 1982b). Com este trabalho, o SESC se tornou uma referência para assuntos da “terceira idade”, participando da formulação de políticas em nível nacional, estadual e municipal, com assento em diversas comissões de direitos da pessoa idosa em todo o país.

Porém, como o órgão normativo havia definido, pusemo-nos a planejar e a propor uma estratégia de ação. Sendo o SESC uma entidade que trabalha prioritariamente com o comerciário, fomos às filas do IAPC para convidar aquelas pessoas a participarem de atividades de lazer, especialmente programadas para elas. Além do contato pessoal, entregamos uma carta convite marcando uma reunião inicial.

Como era de se esperar, não houve reações de entusiasmo, mas sim de muita desconfiança. Poucas pessoas, todos homens, vieram à reunião e estavam mais preocupadas com o que nos pediríamos a eles do que com o que nos ofereceríamos.” (Canôas, 1985:63)

Se, por um lado, o “problema” já existia, com um grupo de aposentados ociosos freqüentando o SESC, sua identificação com a velhice, enquanto um problema social e objeto de intervenção, ao que parece, estava parcialmente ausente da equipe inicial, mas não do “órgão normativo” da entidade. A alusão a uma viagem “de estudos” aos EUA em 1962 (Assis, 1979), onde técnicos do SESC teriam tido contato com um centro social para idosos, sugere que a percepção do problema, a explicação e as estratégias para sua solução, podem ter sido construídas em um diálogo ativo com especialistas estrangeiros. De acordo com outro membro do SESC, referindo-se a esta primeira experiência com idosos e aos técnicos que a sugeriram:

“Observaram estes técnicos que, de forma semelhante [aos EUA], o problema começava a surgir no Brasil, evidenciando-se acentuadamente na cidade de São Paulo, onde o crescimento rápido e sem planejamento provocava profundas mudanças no comportamento social, principalmente nas relações familiares, mudanças essas que colocavam a população idosa num estágio análogo à realidade americana. O novo modelo familiar e a sociedade nascente não ofereciam mais ao idoso uma estrutura de apoio e proteção.” (Silva, 1988:27)

A comparação com os EUA permite a importação do saber gerontológico e sua aplicação local, a partir daí, o SESC não só aumentou suas atividades, como também incentivou a formação de seus técnicos no exterior, ou promovendo atividades e cursos com *experts* estrangeiros no Brasil. Até o final da década de 60, duas teorias dominavam o cenário da produção gerontológica, cujo centro de influência se situava nos EUA: a Teoria do Desengajamento e a Teoria da Atividade<sup>82</sup>. O que ambas tinham em comum era que entendiam a velhice como um momento de perdas sociais, perda dos papéis específicos na família e no trabalho, perda de *status* e retração do *network*. Mas, se tornavam opostas quanto a perspectiva de como deveria ser o ajustamento do indivíduo à esta situação<sup>83</sup>.

<sup>82</sup> De acordo com Canôas (1985), que participou da primeira atividade do SESC com idosos: “Nesta época conhecíamos, a equipe e eu, duas teorias da Gerontologia Social, antagônicas entre si: uma pregando a desativação da pessoa idosa, e a outra definindo a necessidade de atividades na velhice”.(Canôas, 1985:64)

<sup>83</sup> De acordo com Debert (1993:34): “Enquanto a ‘teoria da atividade’ considera mais felizes os idosos que encontram atividades compensatórias, permanecendo ativos (Cavan, 1965), a outra teoria vê no

Segundo socióloga francesa Claudine Attias-Donfut, que por diversas vezes esteve no Brasil para ministrar cursos do SESC, a Teoria do Desengajamento, conforme apresentada por seus idealizadores, Helaine Cumming e William Henry, em 1961, teria críticas à Teoria da Atividade por ver nela uma desvalorização da velhice e a negligência de suas especificidades e dificuldades. Para estes autores, segundo Attias-Donfut (1979a:19-20), a Teoria da Atividade transporia “à velhice os modelos e as normas de vida do adulto; que se espera que os anciãos, os velhos, se comportem como se fossem jovens”. Em uma das oportunidades em que esteve junto aos técnicos do SESC, esta autora assim descreve as duas teorias:

“A Teoria da Atividade diz que o indivíduo deve continuar a trabalhar, deve continuar sendo membro do clube, a ver pessoas, deve continuar a manter-se ativo, deve tentar manter a máxima atividade que exerceu durante toda sua vida de adulto para dessa maneira passar uma velhice agradável. E a Teoria de Desengajamento, que eu vou desenvolver mais detalhadamente porque é muito importante no setor gerontológico, diz que, ao contrário, o indivíduo deve abandonar sucessivamente as funções e deve, portanto, tornar-se mais isolado, afastado da sociedade, numa função passiva portanto.” (Attias-Donfut, 1979a:19-20)

A Teoria de Desengajamento, mais presente no início dos programas para terceira idade, se constitui um dos primeiros marcos teóricos da Gerontologia. Sua influência no SESC é assumida por seus técnicos, e sua principal característica, absorvida no país, é propor como chave para um envelhecimento adequado o abandonar progressivo de atividades como o trabalho, que passaria a ser tido como ilegítimo na velhice, e sua substituição pelo lazer.

A centralidade do lazer na proposta do SESC tem levado a que, em diferentes momentos, esta entidade tenha promovido a discussão conceptual do que seria “lazer”. Nessas discussões, parte-se de diferentes concepções para eleger-se a mais próxima da realidade dos trabalhos com idosos. Três textos, todos publicados pelo SESC, ilustram estas discussões, Attias-Donfut (1979a e 1980), e Salgado (1982b). Ambos os autores reconhecem duas abordagens teóricas sobre o lazer, uma apoiada em trabalhos desenvolvidos sobretudo nos EUA, cujo principal expoente seria Max Kaplan (1960), e outra que teria em Joffre Dumazedier (1979), na França, a principal referência. A primeira se caracterizaria, nas palavras de Salgado por:

“Uma primeira, de ordem subjetiva, muito ligada a uma dimensão psicológica, propõe o lazer mais como uma atitude no fazer as coisas do que como um tempo específico dedicado a alguma atividade. Neste aspecto, prevaleceria a seleção particular da atividade, e sua qualidade se avaliaria na razão direta dos valores individuais. Dentro dessa linha, encontra-se a proposta de Kaplan, para quem o lazer abrange todas as atividades humanas que traduzem ao praticante uma grande satisfação, no ato de sua realização ou na simples expectativa de sua antecipação ou recordação. Ainda dentro dessa

---

desengajamento voluntário das atividades a chave de envelhecimento bem sucedido (Cumming e Henry, 1961)”.

posição, as atividades de lazer devem possibilitar o desenvolvimento pessoal ou, unicamente, a distração capaz de aliviar as tensões e de eliminar o desgaste físico-mental produzido pelos compromissos cotidianos.” (Salgado, 1982b:60-61)

Nessa abordagem, a definição sobre se uma determinada atividade é ou não lazer cabe ao próprio indivíduo que a executa. No limite, pode se dizer, como o faz Attias-Donfut, que nessa abordagem:

“... tudo poderia ser realmente considerado lazer, mesmo atividades úteis, atividades úteis que são também consideradas agradáveis poderiam ser definidas como lazer, pois o que o indivíduo considera como lazer é lazer, o que é mais ou menos comparável a noção de prazer.” (Attias-Donfut, 1979a:41)

Quanto a segunda abordagem, à qual optam ambos os autores, novamente se faz necessária uma extensa citação de Salgado, cuja interpretação do trabalho de Dumazedier, bastante clara e precisa, é reveladora do sentido atribuído ao lazer nas formulações originais de muitos programas para terceira idade:

“Com referência a esta questão, o sociólogo Joffre Dumazedier considera e diferencia a existência de três tempos: tempo do trabalho, tempo liberado e tempo livre, sendo este último aquele que possibilita a real prática do lazer. Explicando sua posição, Dumazedier coloca que, após o tempo do trabalho, dedicado ao exercício de uma ocupação profissional lucrativa, estabelece-se um tempo liberado, que não é totalmente livre, em virtude de ser utilizado em relação a compromissos do tempo anterior ou a outros. Aí estariam incluídas, por exemplo, as ações de preparar-se ou locomover-se para o trabalho, as atenções à família ou a compromissos sociais. O tempo livre seria, exatamente, o tempo que resta para ser utilizado em razão de quaisquer interesses, menos daqueles aos quais o indivíduo, por sua função social, tem a obrigatoriedade de atender. No tempo livre pode se situar o tempo de lazer, desde que as atividades assumidas estejam orientadas por uma escolha pessoal. Dessa forma, o verdadeiro lazer é aquele que produzido segundo os interesses do indivíduo, resultados de repouso, diversão, crescimento do relacionamento social, é realizado no seu tempo livre, descomprometido de outros compromissos.” (Salgado, 1982b:61)

Attias-Donfut (1979a) parte das especificidades do lazer, nas diferentes faixas etárias e classes sociais, para identificar o tipo de lazer que surge na velhice, consequência do tempo livre que acompanha a aposentadoria e o fim das obrigações familiares para, em seguida, assim como Salgado, manifestar sua preferência pela forma como Dumazedier aborda a questão, por considerar que esta permite melhor identificar o papel, segundo os autores, crucial do lazer na velhice.

Baseando-se em Dumazedier, esta autora vai conceber o lazer a partir da perspectiva do *tempo livre*, por oposição ao *tempo liberado*, concluindo que: “lazer é aquilo que é dedicado ao próprio indivíduo, voltado para o desenvolvimento de sua própria personalidade.” (Attias-Donfut, 1979a:42). Ainda sobre o tempo livre, esta autora afirma:

“De acordo com a definição de Dumazedier, esse tempo foi ganho por uma dupla evolução, a evolução científica e técnica que permitiu o aumento da produção, diminuindo-se a quantidade de trabalho, e uma espécie de evolução cultural que alterou as relações do homem com a natureza, com a

sociedade e consigo próprio, e que faz com que a expressão de sua própria personalidade, a expressão de seu próprio EGO, se torne um valor social, torne-se um valor em si; a individualidade é valorizada e ele tenta, portanto, liberar-se de uma série de limitações para conseguir expressar-se a si próprio em determinadas atividades de lazer.” (Attias-Donfut, 1979a:42)

Na abordagem proposta por Dumazedier, e endossada pelos autores acima, elementos de ordem social são destacados na caracterização do tempo, que se constitui como critério primeiro para definição do lazer. No entanto, o compromisso como o indivíduo e sua subjetividade não podem ser abstraídos. De fato, a citação acima apresenta o sujeito individualista moderno e a expressão de sua personalidade como, ao mesmo tempo, um resultado do *tempo livre*, que surge como consequência de transformações sociais e culturais, e fundamento do significado do lazer nos dias de hoje. O lazer se torna consequência e um dos veículos da individualização da sociedade.

Embora a rejeição da abordagem teórica do lazer proposta por Kaplan tenha como um dos argumentos a rejeição a uma psicologização exagerada, a dimensão subjetiva é retomada no plano da expressão da personalidade individual. A discussão sobre o lazer sinaliza a passagem de um modelo baseado na socioterapia como justificativa para a implantação de programas para terceira idade, para um modelo que incorpora os efeitos subjetivos das práticas de lazer, e indicam uma passagem de um modelo mais sociológico de individualismo (que supõe o indivíduo dado pelo social) para um modelo mais individualista e subjetivo (que supõe na dimensão subjetiva maior autonomia para autodeterminação). É como se os programas deixassem de representar apenas uma mediação entre o indivíduo e a sociedade para promover a mediação do indivíduo e seu *self*.

Inspiradas neste tipo de considerações, o SESC sofisticou suas práticas e, com assessoria de Gerontólogos franceses da Universidade de Toulouse, em 1977 inaugurou em Campinas sua primeira “Escola Aberta para Terceira Idade”, tendo como referência um modelo universal de velhice que torna possível o intercâmbio internacional<sup>84</sup>. O lazer ganha como aliado a educação, apresentada em conceitos como “educação continuada” ou “educação permanente”. De acordo com Cunha, escrevendo em uma publicação do SESC:

“Considero um dos objetivos da Educação Permanente o desenvolvimento pessoal do indivíduo. Ela lhe abre novos horizontes, dando-lhes condições para experimentar maior liberdade interior e exterior e para sentir e expressar sua personalidade de forma mais autônoma e autêntica. A pessoa em condições de se relacionar consigo mesma, que se aceita como amiga, apesar de suas falhas e

<sup>84</sup> De acordo com Salgado, as instituições educativas para Terceira Idade: “Embora variando no que diz respeito a tempo de duração, local de realização, metodologia empregada, maior ou menor nível de informação, pode-se dizer que há, em todas elas, um conteúdo programático básico comum, determinados pelos interesses e necessidades comuns às pessoas idosas em qualquer parte do mundo.” (Salgado, 1982b:114)

imperfeições, é também uma pessoa capaz de aceitar e respeitar os demais e de se relacionar significativamente com os outros e com o mundo.” (Cunha, 1980:7).

As discussões sobre a importância da educação para idosos e, por extensão, sobre a relevância de experiências como as Escolas Abertas Para a Terceira Idade, tem levado o SESC a patrocinar debates e publicar artigos de *experts* no assunto (Cunha, 1980; Pereira, 1980; Salgado, 1977; Washington, 1980). Nesses debates são vinculadas duas perspectivas teóricas: a primeira concebe a educação como estratégia de socioterapia, promovendo e estimulando a integração social. Nesta perspectiva, a educação é um instrumento de promoção social. A segunda concebe um envelhecimento melhor para aqueles que mantêm a mente ativa através de atividades educativas. Nesta perspectiva, a educação seria tanto uma espécie de ginástica mental - que evita a deterioração das atividades cognitivas - quanto um instrumento para aquisição de novos conhecimentos.

As discussões e desdobramentos da segunda perspectiva se tornaram um veículo para expressar uma concepção de envelhecimento fortemente derivada da Psicologia do Desenvolvimento e da Teoria do Desengajamento. Daí resultam atividades nas quais o conteúdo psicológico ganha novo *status*. A ênfase no aspecto “social” que inspira o surgimento dos primeiros programas para terceira idade, cede espaço para características mais recentes que tendem a “psicologizar” as atividades destinadas à idosos. O lazer continua sendo, ao lado da educação, o principal instrumento para a promoção de um envelhecimento adequado. Porém, atualmente, também ele aparece com frequência justificado mais pelos efeitos subjetivos que promove, do que por seu papel social. O que antes era visto como um antídoto ao tédio e a falta de atividades, e um recurso de promoção e integração social, passa a ser valorizado pelo seu papel no desenvolvimento da personalidade individual. A “Educação Permanente” tende a ser vista cada vez menos como uma atividade social e mais como uma disposição pessoal em aprender (Washington, 1980).

### **Universidade: ensino, pesquisa, extensão e “terceira idade”**

O objetivo das considerações a seguir é sinalizar alguns aspectos dos significados atribuídos à universidade para, a partir deles, tentar uma compreensão mais ampla do universo empírico desta pesquisa - a Universidade Aberta da Terceira Idade -, e dos canais que se estabelecem entre os “programas para terceira idade” e a Universidade. E ainda compreender quais significados assume, tanto para os profissionais, quanto para os alunos desta instituição e, de um ponto de vista mais amplo, para o conjunto de instituições voltadas para a “Terceira Idade”, o fato desta instituição em particular se apresentar como uma “universidade”.

O ensino superior no Brasil data do início do século XIX, com a vinda da família real portuguesa ao Brasil, trazendo consigo um modelo que combinava as concepções de ensino adotadas em Portugal e na França (Sampaio, 1991), cuja principal característica era a ênfase na formação profissional. De acordo com Sampaio: “Tratava-se de um sistema voltado para o ensino, que assegurava um diploma profissional, o qual dava direito de ocupar posições privilegiadas no restrito mercado de trabalho existente e assegurar prestígio social” (Sampaio, 1991:3). O principal objetivo de sua implantação era formar dirigentes para administração do Estado, marcando uma certa descontinuidade com a concepção de universidade da idade média, identificada como *locus* de produção de conhecimento. Como resultado dessa opção pelo ensino profissional, prevaleceu até os anos 30 um modelo de ensino superior em escolas isoladas, e não de instituições agregadas em universidades<sup>85</sup>.

Paralelamente à criação dos primeiros cursos de ensino superior no Brasil (cursos de medicina seguidos de cursos de direito), com seu modelo “profissionalizante”, surgiram instituições com um perfil mais voltado para pesquisa, como o Museu Nacional, o Observatório Nacional, O Instituto Soroterápico de Manguinhos (hoje, Fundação Oswaldo Cruz) e, a primeira delas a surgir, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1839, para, como observa Schwarcz (1995), suprir lacunas tanto na formação de uma “inteligência” no Brasil, recém tornado independente, quanto para a missão de “pensar” o país. Não bastava formar apenas médicos e advogados mas, como observa esta autora: “após equipar o país com médicos e advogados, era preciso modelar uma história para a nação, já que, como se comentava abertamente nas páginas do instituto, ‘não há país sem história’ (RIHGB, 1844)” (Schwarcz, 1995:52).

O exemplo do IHGB, mais do que ilustrar o modelo “napoleônico” (Sampaio, 1991), de divórcio entre pesquisa científica e ensino, que caracteriza o início do ensino superior no país, sinaliza distintos papéis que vieram a se unir quando atribuídos às universidades: formar profissionais (seja para mercado de trabalho, seja para uma elite dirigente), e servir como um

---

<sup>85</sup> A idéia de uma instituição que abrigasse faculdades isoladas, apesar da vantagens que traria às intenções da época de um controle centralizador do ensino superior, por parte do Estado, foi alvo de críticas ao longo do século XIX. De acordo com Sampaio (1991:5), os argumentos contrários a criação de universidades: “foram vários e se dividem em dois blocos: no primeiro, sustentava-se que os cursos especializados como a engenharia, minas e agronomia, por terem caráter mais pragmático seriam mais apropriados à ex-colônia, onde, segundo este tipo de argumento, faltavam as bases para os cursos mais amplos e desinteressados, conforme convém a uma universidade. No segundo Bloco, encontram-se aqueles que tomavam os cursos de caráter mais humanístico como fúteis e ultrapassados, uma vez que apareciam associados ao modelo escolástico da decadente universidade de Coimbra antes de sua reforma.”

instrumento de consolidação e modernização da “nação” brasileira, através da produção de ciência e tecnologia.

A primeira grande transformação dos sistemas de ensino superior na Europa, no início do século passado, e mais tarde também no Brasil, ainda que parcialmente, se deu pela absorção da pesquisa científica (Durham, 1993) junto à formação de profissionais nas universidades. Embora a pesquisa científica fosse um dos argumentos usados no início desse século para justificar a criação de universidades no Brasil, uma vez que as escolas profissionalizantes não poderiam oferecer um “espaço mais distanciado de resultados práticos, e com mais liberdade de experimentação e pensamento” (Sampaio, 1991:7), necessários a formação de pesquisadores, a institucionalização da pesquisa não ocorre automaticamente nas primeiras universidades, criadas a partir da regulamentação do ensino superior adotada pelo Estado Novo, conhecida como “reforma Francisco Campos”.

A concepção de universidade presente nessa legislação expressa apenas em parte o modelo construído em intenso debate nos anos 20, que concebia a Universidade como centro produtor e irradiador de ciência, e não apenas agregado administrativo de faculdades isoladas. Ainda de acordo com Sampaio:

“O compromisso por meio do qual as universidades são criadas, consiste em um modelo institucional que preserva boa parte da autonomia das antigas escolas, mas acrescenta uma unidade que traz uma formação nova: as faculdades de filosofia e ciências e letras. Nesse sistema, a universidade se apresenta como uma aglutinação de escolas isoladas, em que [cada] uma das quais se constitui como uma mini universidade. Ao incorporar os interesses dos integrantes do sistema anterior, as universidades não tiveram que se confrontar com interesses estabelecidos e continuaram a atender a uma sociedade que continuou prestigiando o antigo modelo de faculdades orientadas para a formação de profissionais liberais. A esse pecado original é atribuída grande parte das dificuldades de implantação da pesquisa nas universidades recém-criadas, embora fosse esse um dos objetivos centrais do novo sistema.” (Sampaio, 1991:11).

Este modelo de universidade, e suas contradições, se radicalizam nos anos 60, em meio a crescente demanda por um “diploma”, resultado da ampliação das camadas média urbanas, industrialização e o surgimento de uma burocracia administrativa (os White Colors), tanto no setor privado quanto na administração pública<sup>86</sup>, acesso crescente de mulheres à universidade e expansão do ensino secundário, bem com as crescentes reivindicações dos movimentos estudantis e de

---

<sup>86</sup> Ao lado de um crescente mercado de trabalho no qual o diploma de curso superior se constitui um requisito, transformações na estrutura produtiva da sociedade, desde o final da Segunda Guerra, contribuíram mundialmente para uma expansão do ensino superior. De acordo com Durham (1993:6), dois fatores foram importantes: “de uma lado, a elevação da renda média das famílias liberou uma

docentes pela democratização da universidade. A resposta do governo foi uma tentativa de “modernizar” o sistema universitário através de planejamento racional imposto pelo Estado “de cima para baixo” (Durham, 1986), que culminou com uma nova legislação em 1968.

De um ponto de vista mais amplo, a resposta do governo à necessidade de um sistema universitário mais “moderno”, para uma sociedade, ela mesmo se tornando mais “moderna”, urbana e industrial, foi, segundo Sampaio (1991): *repressão e expansão*. O primeiro caracterizado pela intervenção militar e/ou policial (nem sempre oficial) nas universidades, e o segundo pela ampliação do número de vagas nas instituições públicas e, sobretudo, pelo incentivo estatal às instituições privadas de ensino superior. Como parte desta tentativa de modernização do ensino superior no Brasil, a regulamentação dos curso de pós-graduação, em 1965, representou tanto um instrumento de reorganização da universidade quanto de institucionalização da pesquisa científica (Durham, 1986).

Na concepção que orientou as reformas, o duplo papel das universidades: ser um centro criador e difusor de ciência e cultura, e formar profissionais para o crescente mercado de trabalho qualificado, seriam distribuídos em uma nova hierarquia institucional, onde a pós-graduação responderia pelo primeiro e a graduação pelo segundo.

Quanto a formação de profissionais, de acordo com Castro & Schwartzman (1991), existem duas formas de teorizar o impacto no mercado de trabalho da educação em geral e da universidade em particular. De um ponto de vista mais “econômico” ou mais “sociológico” (sic). O primeiro considera a relação entre custos com educação e ganhos salariais, seja em níveis gerais ou em casos particulares, e mesmo frente a estratégias individuais de cálculo custo/benefício envolvidas na opção por uma trajetória profissional que dependa de formação superior. Já o segundo ponto de vista chama a atenção para a falta de relação direta entre produtividade e educação, segundo Castro & Schwartzman:

“A distribuição de bens e riquezas em uma sociedade, (...), não resultaria somente das relações econômicas de mercado, mas também de posições monopolísticas de prestígio e autoridade, cuja característica principal é, exatamente, a de não estarem submetidas aos azares de um mercado competitivo. A educação ocupa um lugar peculiar na interseção destas duas dimensões de estratificação social. Nas sociedades tradicionais, a educação formal era predominantemente um atributo ornamental dos estamentos castas de maior prestígio, e serviam principalmente para diferenciá-las dos estamentos mais baixos, sem que tivessem qualquer utilidade prática mais significativa (as habilidades práticas eram, tipicamente, atributos de estratos intermediários, como artífices e cirurgiões barbeiros).” (Castro & Schwartzman, 1991:4-5)

---

parcela crescente de jovens da necessidade de um ingresso precoce no mercado de trabalho; de outro, a expansão do trabalho não-manual em relação ao manual valorizou a escolarização mais avançada.”

Esta perspectiva, ao apontar para prestígio e autoridade, enfatiza o papel simbólico da educação formal como um elemento de distinção social e, conseqüentemente, um operador de estratificação social. No entanto, aponta ainda para identidade entre educação formal e elites sociais nas sociedades tradicionais, que teria como eixo uma distinção entre “habilidades práticas” e “erudição”. Se esse eixo for sobreposto às concepções sobre universidade anteriormente aludidas (espaço profissionalizante e *locus* de produção de saber), para caracterizar a universidade na época moderna seria necessário invertê-lo:

“As profissões modernas de base científica e técnica, como a medicina e a engenharia, a partir do século XIX, estabeleceram seu prestígio e sua aceitação social pela crítica às profissões tradicionais, e pela valorização do conhecimento técnico especializado. A utilização cada vez maior de conhecimentos técnicos na atividade comercial e industrial, que coincidiu historicamente com a expansão do ensino em todos os seus níveis, tornou quase óbvia a noção de que o aumento da competência proporcionada pela educação formal era um dos principais fatores explicativos do desenvolvimento econômico havido nos países desenvolvidos. Como a obtenção do conhecimento é algo que depende basicamente do esforço individual, e não pode ser simplesmente transmitido de pais para filhos, o acesso à educação passou a ser visto não somente como um importante fator para o aumento da produtividade, mas também como instrumento privilegiado para a democratização das oportunidades e da equidade social.” (Castro & Schwartzman, 1991:4-5)

Assim, a educação formal guardaria parte do prestígio social, mantendo-se como um operador de distinção social, e o ensino superior ainda simbolicamente marcado como elemento de ascensão social e cultural.

De acordo com Braga (1989), o ensino superior no Brasil, observando-se os últimos 30 anos, pode ser caracterizado em três momentos: de suas origens até a década de 60, marcado por um forte elitismo; a partir dos anos 60, quando o ensino superior vive um intenso processo de massificação e “democratização”, tornando-se acessível a setores mais amplos de classe média; e um terceiro momento, nos anos 80, caracterizados por crises sucessivas e busca de novos papéis. Os dois primeiros são assim caracterizados por Braga:

“O primeiro momento, que praticamente se estende até a década de 60, nos mostra um ensino superior como cópia da universidade elitista européia; poucos alunos, todos jovens e do sexo masculino, de origem aristocrática ou burguesa, a escola lhes dava um estilo estamental de vida, transformava-os em ‘homens cultos’, herdeiros do capital cultural da nação.”

“O segundo momento foi o que, a partir da década de 60, tentou modernizar a universidade brasileira e que realizou a transição para o ensino de massa. (...). Ao fim desse período, torna-se a universidade brasileira uma organização complexa: a visão tradicional cede lugar à visão político-burocrática. Há problemas de organização, de orçamento, de coordenação, de hierarquia, de comando e de autoridade. A universidade procura sua nova identidade, os segmentos internos movimentam-se em posições diferentes, fixando eixos próprios de união e pactos originais.” (Braga, 1989:5)

Como conseqüência das crises sucessivas por que vem passando, a universidade brasileira<sup>87</sup> teve que reforçar sua legitimidade e seu “papel social”. Em relação ao tríplice papel da universidade definido na reforma de 1968, *ensino, pesquisa e extensão*, uma maior atenção foi dada a terceira, dando origem a inúmeros “projetos de extensão”<sup>88</sup>. Ao lado da permanência de uma imagem “elitista” da universidade e do curso superior como elemento de distinção e ascensão social, os novos programas de “extensão”, e a massificação dos cursos superiores contribuíram para abrir brechas nas muralhas que isolavam a universidade das camadas mais baixas da população.

Particularmente significativo é o fato de que a população adulta, sobretudo a de mais idade, formou sua imagem da universidade em um período em que, de fato o curso superior era de difícil acesso e, efetivamente, significava possibilidades de ascensão profissional. Aqueles, dentre estes, que por diversas razões não puderam participar da expansão do ensino superior no Brasil, ou o fizeram indiretamente através de seus filhos, estão hoje entre o público alvo dos programas de extensão. A imagem que fazem da “universidade” guarda significados que a associam a “prestígio social” e “erudição”. Nesse novo espaço aberto nas universidades para a “extensão”, é que se inserem as UNATIs.

#### *As universidades para Terceira Idade*

A partir do final dos anos 60, na França, começam a surgir as primeiras atividades voltadas para idosos no meio universitário, ou que mantivessem algum tipo de colaboração com as universidades (Peixoto, 1997). A generalização do termo “Universidade”<sup>89</sup> se justifica, ao que parece, por envolverem atividades que visam à formação por meio de conferências e palestras,

<sup>87</sup> As razões desta crise e seus sintomas são vários e complexos, não sendo possível nem pertinente descrevê-los aqui. Considerações sugestivas podem ser encontradas Durham (1993) e nos comentários que lhe são feitos por diversos autores, em textos publicados conjuntamente (RBCS n° 23).

<sup>88</sup> De acordo com Durham & Schwartzman (1989:8): “O termo ‘extensão’ engloba pelo menos três tipos distintos de atividades: as de treinamento profissional dos estudantes, sob a supervisão dos professores, através de hospitais universitários, colégios de aplicação, escritórios-modelo e mecanismos semelhantes; atividades assistenciais a setores menos favorecidos da comunidade, na forma de serviços ou experiências de ‘pesquisa ação’ realizados por professores, com eventual participação de estudantes; e os cursos de aperfeiçoamento e reciclagem, dados geralmente por professores e cobrados dos alunos ou seus empregadores.”

<sup>89</sup> De acordo com Frutuoso (1996), estas atividades são designadas com diferentes nomes, tais como: Universidade dos Idosos, dos Aposentados ou dos Seniors, Universidade de Todas as Idades ou para Todos, Universidade do Tempo Livre ou do Tempo Disponível, Universidade Aberta à Terceira Idade entre outras. Embora se utilizem do nome Universidade, nem todas as iniciativas, de caráter educacional ou informativo, voltadas especificamente para um público adulto, surgidas nessa época

produção de conhecimento através de pesquisas, ou por desenvolver suas atividades dentro do *campus* universitário. No entanto, quando estas iniciativas aparecem, seus objetivos não se caracterizam unicamente pelo compromisso com a formação visando à algum tipo de aprimoramento intelectual. Com uma origem próxima à dos “programas para terceira idade”, as UNATIs surgiram, voltadas para promoção de sociabilidade através do lazer. Em seu início, assim as descreve Peixoto:

“Neste primeiro momento, estas Universidades estavam mais interessadas em criar um espaço voltado quase exclusivamente às atividades culturais e a sociabilidade, tendo como objetivo ocupar o tempo livre de seus integrantes aposentados e favorecer as relações sociais entre eles. Talvez por isso, elas eram mais conhecidas com Universidades do Tempo Livre. Nesta época, não havia ainda uma preocupação com programas dirigidos à educação permanente, educação sanitária e assistência jurídica. De fato seu objetivo era promover atividades ocupacionais e lúdicas.” (Peixoto, 1997:46)

Na condição de centros de produção e disseminação de conhecimentos (e de uma nova imagem do idoso), as UNATIs tem como interlocutores a sociedade, pessoas idosas e o Estado. Enquanto, como “Centros de Convivência”, tem por objetivo a promoção social ou de bem-estar entre os idosos, sendo o lazer e a “educação permanente” seus principais instrumentos.

A primeira UNATI voltada para o ensino e pesquisa, foi criada por Pierre Vellas, em 1973, na Faculdade de Direito da Universidade de Toulouse (Lenoir, 1979; Peixoto, 1997; Frutuoso, 1996). As atividades desta UNATI são apresentadas pelo seu idealizador como um instrumento de promoção de bem-estar. O lazer é deslocado para segundo plano, sendo substituído, ao menos em suas formulações, pela educação. De acordo com Peixoto (1997), esta iniciativa representou uma segunda geração de UNATIs, na qual:

“Suas atividades educativas apoiavam-se nos conceitos de participação e desenvolvimento de estudos sobre o envelhecimento; as pesquisas no campo da Gerontologia ganham suporte institucional e encontram neste espaço privilegiado um enorme campo de investigação, contribuindo para a elevação dos níveis de vida e saúde de seus estudantes, assim como do conjunto da população idosa.” (Peixoto, 1997:47)

Pouco tempo depois, surge na Universidade de Nanterre um curso em que, pela primeira vez, os idosos podem participar sem nenhum tipo de restrição quanto à formação escolar, o que significou acesso à universidade de pessoas com apenas o curso primário. As experiências deste tipo se expandiram dando origem, em 1975, a uma entidade internacional nascida da cooperação entre as

---

desenvolveram-se integradas à instituições universitárias, ou tiveram caráter estritamente voltado para atividades de formação (Frutuoso, 1996; Attias-Donfut, 1979a).

UNATIs em todo o mundo, a Association Internationale des Universités du Troisième Age - AIUTA - (Frutuoso, 1996)<sup>90</sup>.

Peixoto (1997) e Frutuoso (1996) apresentam classificações que, embora distintas em alguns critérios, reconhecem a existência de três gerações de UNATIs na França. A classificação de Peixoto apresenta critérios que permitem o desenvolvimento de questões pertinentes a esta dissertação, e pode ser resumida, de acordo com esta finalidade, em: uma primeira geração que se caracterizaria pelo lazer; uma segunda em que este é substituído pela educação como instrumento de promoção de sociabilidade e bem-estar, ao mesmo tempo em que se institucionaliza a pesquisa gerontológica junto às UNATIs, e uma terceira geração, assim comentada pela autora:

“Nos anos 80 entra em cena, na França, a terceira geração da UTI, que se caracteriza pela elaboração de um programa educacional mais amplo, voltado a satisfazer uma população de aposentados cada vez mais nova e escolarizada, exigindo cursos universitários ‘formais’ com direito a créditos e diploma. Desse modo, as UTI passam a elaborar uma programação baseada em três eixos: participação, autonomia e integração. Transforma o estatuto dos estudantes que, de simples consumidores, passam a produtores de conhecimento na medida em que participam das pesquisas universitárias.” (Peixoto, 1997:48)

Uma pesquisa citada por Peixoto (1997), realizada em UNATIs francesas, mostrou que 70% dos alunos eram, na época da pesquisa, do sexo feminino, 48% tinham entre 60 e 69 anos, 27% estavam abaixo desta faixa e 25% acima. Quanto ao Estado civil, 70% eram casados e apenas 3% viviam sós; 42% não terminaram o segundo grau, 39% sim; e 19% tinham, na época da pesquisa, nível superior completo. Outros dados, desta mesma pesquisa, são assim comentados por Peixoto (1997):

“No que tange aos motivos que os levaram a se inscrever na Universidade da Terceira Idade, 40% são de natureza intelectual (cursos de educação permanente), 30% de natureza pessoal (cursos de ginástica, saúde, etc.) e 30% de natureza social (jogos, danças, passeios, etc.). Se considerarmos que existe um comerciante, operário ou agricultor entre 10 dos que frequenta a UTI (quando eles devem ser 6 entre 10 na população total), podemos afirmar que os estudantes idosos franceses pertencem às camadas médias e superiores.” (Peixoto, 1997)<sup>91</sup>

Em meio a outras justificativas, como promover a integração entre gerações, ou a divulgação de novas imagens da velhice, para assim sensibilizar a opinião pública e as autoridades, as UNATIs

<sup>90</sup> Esta entidade, com sede em Bruxelas divulgou, em 1992, um relatório sobre as UNATIs em todo mundo, sem que fosse citada nenhuma no Brasil. De acordo com este relatório, citado por Frutuoso (1996), existiriam na época, cerca de 1200 UNATIs no mundo e, no Brasil, em levantamento local citado pela mesma autora, até 1995 poderiam ser identificadas 53 UNATIs funcionando, com diferentes formatos e concepções. A maioria junto à universidade privadas.

<sup>91</sup> Dados de Pierre Vellas sobre a “Universités du 3ème âge de Toulouse”, apresentados por Lenoir (1979) confirmam a tendência das UNATI na França de atraírem público junto às camadas médias.

sempre estiveram marcadas pela ambigüidade de serem centros de produção de conhecimentos e espaços destinados ao lazer. Como afirma Lenoir:

“Les programmes d’activités des ‘universités du troisième âge’ trahissent l’a ambigüité de ces organismes qui se veulent à la fois des institutions de ‘formation’ (ils dépendent souvent des institutions de ‘formation’ permanente rattachés aus universités) et d’animation.” (Lenoir, 1979:69)

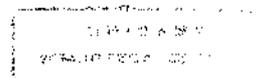
No Brasil, as UNATIs aparecem no final dos anos 80, evidenciando um interesse diverso daquele desenvolvido junto às práticas assistenciais tradicionais, e das experiências do SESC, inclusive as que envolvem atividades de educação, como as “Escolas Abertas da Terceira Idade”. A PUCCAMP foi a primeira UNATI a ser divulgada na mídia em caráter nacional<sup>92</sup>, servindo de exemplo, juntamente com o Plano de Ação Mundial da ONU, e as UNATIs francesas, para a implementação de várias outras UNATIs no país.

Nos próximos capítulos serão descritas algumas características de uma UNATI que tem origem no campo da saúde coletiva. Esta origem tem determinado ora o seu afastamento ora a sua aproximação com a Gerontologia e a Geriatria, dando-lhe uma posição singular frente às outras instituições voltadas para a velhice. Ela permite também que esta UNATI opere com uma concepção da velhice mais flexível, podendo assim adaptar-se melhor às demandas por parte de seus usuários. Isto seria uma possível explicação de seu relativo sucesso, que pode ser avaliado, por uma lado, pela quantidade de alunos mobilizados - até o 1 semestre de 1996, 2600 inscrições, para uma frequência de 600 a 900 alunos por semestre (UnATI, 1996) - e por outro lado, pela visibilidade que possui na mídia<sup>93</sup>.

<sup>92</sup> Parece não haver consenso quanto a primeira UNATI a surgir no país. A UNATI, da Universidade Federal de Santa Catarina, iniciou suas atividades em 1983, a partir da criação do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) e se apresenta como a pioneira no meio universitário brasileiro, sendo porém, seu modelo distinto em vários aspectos das demais UNATIs. Para uma apresentação deste trabalho junto aos idosos ver: Guedes (1990). Ainda na década de 80, em parceria com o SESC, a PUCCAMP realizou um levantamento do perfil dos idosos na região de Campinas, dos recursos e programas assistenciais disponíveis e, a partir daí, criou em 1990 a Universidade da Terceira Idade da PUCCAMP (Martins de Sá, 1991; Peixoto, 1997; Frutuoso, 1996).

<sup>93</sup> A UnATI/UERJ é o 2º programa da UERJ que mais detém espaço na mídia, perde apenas para o Centro de Produção da UERJ (CEPUERJ), órgão responsável pela realização de cursos para a comunidade, e que faz divulgação paga em jornais e na Televisão.

**PARTE 2: A UnATI/UERJ**



## INTRODUÇÃO:

Na primeira parte deste trabalho, procurei analisar a formação de discursos sobre velhice e envelhecimento. No primeiro capítulo, minha intenção foi apresentar alguns aspectos desta formação, que ainda hoje se fazem presentes na prática com pessoas idosas. Em especial, a dualidade inerente ao objeto “velhice”, que tem uma dimensão social e outra individual, nem sempre percebidas ou distinguidas por aqueles que lidam com a “velhice”. Além disso, na sua transformação em objeto de discursos, a “velhice” se torna tanto um objeto de saber quanto de intervenção, com implicações sobre o modo como se organiza um *campo* em torno do tema.

Estes aspectos reaparecem, por vezes como contradições, sempre que se tem a velhice como objeto. O universo no qual se desenvolveu a maior parte deste trabalho - A UnATI/UERJ - que será descrito a seguir, não é diferente, como espero demonstrar.

Quando tratei da *biologização da velhice*, minha intenção era mostrar as relações entre discursos “teóricos” sobre o que é a velhice e novas tecnologias de intervenção sobre ela, e enfatizar que a relação entre ambos não se dá fora de um contexto histórico que condiciona as possibilidades desta relação. Nesse sentido, uma das características do discurso médico sobre a velhice, na época atual, é a disseminação de uma crença na capacidade individual de controle tecnológico sobre a velhice.

Quando tratei da Gerontologia, procurei enfatizar outros aspectos desta mesma problemática. Ou seja, outras faces da tentativa de tornar a velhice um problema técnico que demanda soluções dadas por especialistas. No caso da Gerontologia, diferentes disciplinas cooperam - nem sempre de forma harmoniosa - para uma descrição da velhice e sua representação como um problema que não é só de indivíduos idosos, mas de todos os membros da sociedade, bem como, para representar a velhice como um problema inerente à sociedade industrial moderna.

O último capítulo desta primeira parte me permitiu formular algumas considerações sobre o *campo* onde se atualizam as formações discursivas sobre velhice e envelhecimento, ao considerar aspectos das formulações de políticas sociais, das associações de profissionais e, sobretudo, da profissionalização dos *experts* e os reflexos que apresenta da dicotomia teoria/prática. Com isso,

procurei apresentar o contexto em que surgem e se desenvolvem os “programas para terceira idade”, o modo como constroem sua legitimidade e se aproximam das Universidades.

Os capítulos que se seguem visam apresentar o universo empírico onde se desenvolveu a maior parte deste trabalho. O “trabalho de campo” propriamente dito. Início por uma descrição da instituição: seu espaço físico, sua organização e suas atividades, além de um breve histórico da mesma. Feito isso, irei partir para uma análise mais interpretativa, onde estarei descrevendo e interpretando não só a instituição em si, mas, principalmente, o comportamento dos alunos. As considerações a seguir, assim como muitas das anteriores, tomam por base minha experiência como coordenador de algumas das atividades da UnATI/UERJ. Corro, com isso, o risco de generalizar para todos os alunos impressões que poderiam ser particulares aos alunos que manifestam preferência por um determinado tipo de atividade.

Para “controlar” estas inferências, na medida do possível, procurei trocar experiências com outros coordenadores. Esta troca de experiências mostrou mais recorrências que diferenças. Corro ainda outros riscos. Por exemplo, o de construir generalizações a partir das particularidades de minha relação com instituição, ou mesmo de deixar que esta relação, que não é neutra, uma vez que fui um participante ativo das realidades descritas a seguir, se revele no texto. Para reduzir o primeiro “risco”, o mesmo expediente, de sempre discutir com os demais membros da equipe, foi, além de estimulante, um importante instrumento. O segundo risco vale a pena ser corrido, certamente um leitor atento saberá fazer dele um dado a mais, que por ora me escapa.

## A UnATI/UERJ: ENTRE O SABER E O LAZER

A UnATI/UERJ ocupa uma área de 700m<sup>2</sup> no 10º andar do campus da UERJ, que inclui um ambulatório multidisciplinar no local. Diante do grande número de atividades e da impossibilidade de se aumentar sua área dentro do *campus* - UnATI/UERJ faz divisa com o espaço destinado ao curso de Psicologia - são ocupadas outras salas no mesmo andar, o que gera constantes atritos com o departamento de Psicologia. Apesar da demanda crescente, a UnATI/UERJ não tem como expandir suas atividades.

O Prédio principal da UERJ é dividido em blocos, cada andar tem 5 blocos e está dividido em dois níveis, os blocos A, B, C, D e E no primeiro nível e o bloco F, no outro nível, um pouco acima, com uma área total próxima a da soma os blocos anteriores. Os dois níveis correspondem a duas seções do prédio principal, na verdade são praticamente dois prédios que seguem paralelos e unidos por escadas e rampas que permitem a passagem, tanto de um andar à outro quanto de cada bloco do primeiro nível ao bloco F. No nível inferior de cada andar ficam os blocos A, B, C, D, E e os elevadores, são 10 elevadores, distribuídos frente a frente, 5 de cada lado, formando entre si uma área de espera com uma janela de vidro opaco ao fundo. Exatamente em frente ao espaço entre os elevadores, fica uma sala reservada aos centros acadêmicos, onde são explorados serviços de xerox e pequenas lanchonetes.

O espaço formado pela área de espera dos elevadores, e pelo espaço cedido aos Centros Acadêmicos tem entre si um *hall*. Neste ficam, de um lado, o corredor que dá acesso aos blocos deste nível e, do lado oposto, ficam uma escada que dá acesso aos andares imediatamente abaixo e acima e duas rampas (uma de cada lado da escada), que levam ao segundo nível do mesmo andar e ao nível superior do andar de baixo. O segundo nível é formado de um *hall*, que se estende das escadas e rampa até a frente do prédio, onde fica uma janela de grande extensão, nos andares pares, e uma varanda nos andares ímpares. Este *hall* possui vários bancos fixos ao chão distribuídos nas laterais, e nele ficam as lanchonetes maiores, que costumam distribuir mesas e cadeiras próximas à janela ou nas varandas. Dois corredores se iniciam neste *hall*, um de cada lado. Nestes corredores ficam as salas que compõe o bloco F.

No 10º andar, no segundo nível, onde fica localizada a UnATI/UERJ, não existe lanchonete. Neste *hall*, e no espaço onde deveriam ficar as mesas da lanchonete, são realizadas diversas de suas atividades, como ensaios e apresentações de seus grupos de danças e de folclore, feiras e bazares destinados a venda de produtos, feitos ou trazidos por alunos. Devido a esta distribuição do espaço, este *hall* funciona como um espaço de convívio, e não apenas uma área de circulação. Em todos os andares os alunos usam este espaço entre as aulas e, freqüentemente, durante as mesmas para conversar. Dependendo dos cursos, são as áreas mais movimentadas do andar. Nelas é possível ficar lendo, conversando, namorando ou simplesmente ficar a toa. No mesmo andar da UnATI/UERJ funciona a graduação de Psicologia. Como não poderia deixar de ser, este espaço é ocupado, ou melhor disputado pelos alunos. Os alunos da UnATI/UERJ não são exceção, e é mais freqüente ocuparem este espaço para conversar, do que a área exclusiva da instituição.

A UnATI/UERJ ocupa uma parte do bloco F, ou seja, saindo deste grande *hall*, a direita, atravessa-se um corredor com as salas onde são dadas aulas do curso de graduação em Psicologia, bem como algumas das atividades para os alunos da UnATI/UERJ. Devido à falta de espaço para alojar todas suas atividades, estas são também distribuídas no corredor do outro lado do *hall*. Suas atividades são desenvolvidas, portanto, nas mesmas salas em que são dadas as aulas de graduação. Todas com o mesmo padrão, uma mesa destinada ao professor, fixa ao chão, em frente à qual ficam as cadeiras dos alunos. Além de um quadro negro e dois ventiladores de teto.

Dependendo do tipo de atividade, a utilização do espaço e destes recursos varia. Em algumas atividades as cadeiras são dispensadas ou distribuídas em círculos ou semicírculos, tendo a figura do coordenador como centro. Mesmo estando no décimo andar, nas salas cujas janelas estão voltadas para a rua principal, o barulho dos carros é intenso, sendo difícil tanto ligar os ventiladores, que aumentam ainda mais os ruídos, quanto fechar as janelas, devido ao calor. Nas salas opera-se uma distribuição dos alunos - recorrente, ainda que informal - que leva em consideração as dificuldades de audição apresentadas por alguns alunos, determinando uma ocupação dos lugares que foge à posição mais "tradicional", na qual os alunos se posicionariam de frente para o professor. Alegando ouvir melhor de um dos ouvidos, vários alunos assistem as aulas de lado e mais próximos do coordenador que os demais colegas.

Como área exclusiva, a UnATI/UERJ dispõe de um espaço delimitado por uma porta dupla com visores de vidro e grade, nela ficam afixados alguns avisos considerados importantes. Esta porta divide o corredor que vai do *hall* até a lateral do prédio. Acima desta porta há uma placa de metal prateado da largura do corredor e com aproximadamente 70 cm de altura com o logotipo da

instituição. Seu espaço físico é assim distribuído: transposta esta porta de entrada, à direita<sup>94</sup>, fica a sala da secretaria. Mobiliada com 6 bancadas integradas<sup>95</sup>. Nelas trabalham os funcionários da secretaria. Sobre elas ficam vários computadores e impressoras, em função dos quais esta sala está quase sempre cheia.

A sala é isolada do corredor por uma porta e por um balcão de cerca de 1,5 metros de altura, acima do qual fica uma janela de vidro (que os funcionários chamam de “aquário”), destinada ao atendimento dos alunos. Entre o balcão e o vidro existe um vão livre com aproximadamente de 20 cm, onde são colocados os informativos e material de divulgação à ser distribuído. A localização do balcão, junto a porta de entrada, é estratégica em relação sua função de fornecer informações. Funcionando como recepção, onde podem ser obtidas informações gerais sobre a instituição, restringe, de certa forma, o acesso ao interior da UnATI/UERJ à aqueles que irão participar de alguma atividade.

Em frente a este balcão, do lado oposto do corredor, fica uma mesa normalmente ocupada por uma “comissão de alunos” que organiza passeios e eventos. Nesta mesa, os membros da comissão prestam informações e recebem inscrições para suas atividades. Ao lado fica um painel montado sobre um cavalete, atualmente ocupado pelos avisos da comissão referentes aos passeios programados, bem como fotos de passeios e eventos anteriores. Eventualmente, esta mesa é ocupada por funcionários da secretaria, para distribuir informações sobre as atividades disponíveis e recolher inscrições, reduzindo assim, o tumulto comum próximo ao balcão da secretaria na época de inscrições.

A construção do prédio, projetado pelo atual prefeito do Rio de Janeiro na década de 60, foi feita através de placas de concreto pré-moldado, sem qualquer acabamento a não ser, em alguns locais, a pintura feita diretamente sobre o concreto, ficando com um aspecto ao mesmo tempo rústico e moderno. A parte do corredor, dentro do espaço da UnATI/UERJ, é pintada nas cores ocre (nas colunas e vigas de cimento), dois tons de amarelo, e azul nas portas, o que garante uma imagem mais para moderna que para rústica.

Do lado direito, após a entrada da secretaria, fica um recuo. Originalmente era um *hall* que dava acesso aos blocos A e B através de rampas localizadas nos fundos deste recuo. Atualmente está

---

<sup>94</sup> Na descrição a seguir, a lateralidade é sempre definida pelo ponto de vista de quem entra.

<sup>95</sup> Todo o mobiliário da UnATI/UERJ segue um mesmo padrão, definido no projeto elaborado por arquitetos na época de sua instalação, qualquer modificação procura, sempre que possível, respeitar este padrão, o que garante uma impressão bastante positiva sobre o ambiente.

isolado das rampas por uma porta constantemente trancada, possuindo inclusive alarme. Esta “sala” não é isolada do corredor, em suas laterais ficam 4 murais com, ao todo, aproximadamente 4 metros de largura, dois de cada lado, destinados à afixar a programação, em um lado, e à informes das gerências do outro. Também nestas laterais ficam dois conjuntos de cadeiras fixas à parede, estofadas em plástico vermelho. No fundo fica uma mesa redonda com 4 cadeiras, sobre a qual, eventualmente, é colocado um pequeno vaso de plantas.

Dois banheiros, cujas portas próximas uma à outra tem um bebedouro entre si, estão localizados ao lado desta sala de espera. Nesta parede, ao lado do banheiro das mulheres, fica um telefone público, o único do 10º andar, levando para a UnATI/UERJ muitos alunos da graduação de Psicologia. O banheiro dos homens fica constantemente com a porta fechada, dentro dele estão acondicionadas pilhas de sacos plásticos cheios de latas de refrigerante e cerveja recolhidas pelos alunos para diversas campanhas. Este banheiro praticamente não é usado, possuindo problemas hidráulicos nunca solucionados. Existe um banheiro exclusivo dos profissionais, que fica dentro do ambulatório, e outros banheiros, para todo o andar, no início do corredor onde está localizada a UnATI/UERJ. O descaso com o banheiro dos homens não é pouco significativo.

Após os banheiros, ficam duas grandes salas, as maiores dentre as únicas 3 destinadas às atividades dentro do espaço interno da UnATI/UERJ. Nestas salas são realizadas as aulas de dança e as atividades fisioterápicas, bem como as reuniões. Por serem as maiores e possuírem ar condicionado, são uma espécie de “ala nobre” das atividades. Lá também são realizados alguns cursos e eventos para pessoas de fora. Grandes eventos e palestras são sempre realizados em um dos auditórios da UERJ. Durante as reuniões são acomodados em uma destas salas até 50 ou 60 pessoas e, durante as aulas de dança de salão, são ocupadas por quase 50 casais.

Por fim, a última sala do corredor, no lado direito, é a sala da direção. Dividida em 3 ambientes. No primeiro, junto a porta, fica a mesa e o computador da secretária da direção. Ao fundo, uma sala onde ficam o diretor e a coordenação técnica, e à esquerda da porta, uma sala de reuniões com uma mesa grande e cerca de 8 cadeiras.

O fundo do corredor tem uma sacada e uma porta dupla, cuja metade superior possui duas janelas de vidro. Esta porta fica aberta durante todo o dia, garantindo boa circulação de ar. Na sacada estão vasos com plantas quase mortas devido à falta de cuidados e a exposição permanente ao sol. Ao longo deste corredor ficam 13 murais de fundo vermelho e 21 cadeiras, também, vermelhas, fixadas à parede em conjuntos de 3 ou 4. Os murais são, cada um, destinados a uma função

específica: divulgação de congressos e avisos de caráter “acadêmico”; eventos internos e externos; avisos da secretaria e “classificados”. Neste último são colocados anúncios dos próprios alunos. São oferecidos desde carros até vestidos de noiva, passando por louças e ofertas de aluguel e venda imóveis. São oferecidos também diversos tipos de serviços, como aulas e massagens para bebês. Nos corredores ficam também as portas dos quadros de luz, telefone e vários outros painéis de serviço, todas estas portas são pintadas no mesmo padrão das paredes, garantindo assim uma certa harmonia.

No fundo do corredor, a última sala à esquerda, cuja entrada está um pouco mais afastada da sacada do que a entrada da sala da direção, e oposta à esta, fica o ambulatório e a sala de exposições. Do corredor, uma porta dá acesso a uma sala ampla, usada como sala de exposições. Neste salão ficam apenas algumas cadeiras distribuídas ao longo das paredes, uma mesa redonda pequena e outra um pouco maior. Destinava-se, originalmente, apenas a exposição de trabalhos dos alunos, atualmente divide esta função com a de “sala de espera”<sup>96</sup> do ambulatório, ou seja, um espaço destinado à atividade de “educação para a saúde” e outras atividades informativas para os alunos que aguardam atendimento no ambulatório. Esta sala, e o complexo do ambulatório, tem um forte sistema de refrigeração. Ao entrar, tem-se à direita 6 cubículos formados por divisórias destinados ao atendimento individualizado das equipes de saúde, como nutrição e psicologia e também do serviço social e jurídico. Ao lado, os banheiros reservados aos profissionais e dois consultórios para atendimento médico.

Ao lado da entrada desta sala, fica a entrada das salas das gerências. Uma porta dá acesso a uma pequena área de circulação, onde ficam as salas das gerências. A Gerência de Pesquisa, que embora esteja na menor sala - na qual, com dificuldade estão instaladas três mesas, uma mesa com computador, uma estante e um armário - é considerada privilegiada, pois além de possuir ar condicionado, está separada das outras por uma parede de alvenaria que garante isolamento acústico. A sala da Gerência de Extensão, ao lado desta, é um pouco maior e nela ficam outras três mesas. Por fim, separada desta última por divisórias que vão até o teto, fica a sala da gerência de ensino, a maior entre as três. Em formato de “L”, possui três mesas individuais e uma outra, redonda, com 4 cadeiras. Nesta sala ficam também: um armário, uma estante com uma pasta

---

<sup>96</sup> No jargão hospitalar, atividades de “sala de espera” são serviços de informação ou atividades de “grupo”. Como, por exemplo, grupos de hipertensos ou diabéticos, oferecidos por equipes interdisciplinares, complementares às atividades ambulatoriais. São esclarecimentos e discussões dados por profissionais das áreas de Nutrição, Enfermagem, Serviço Social e Psicologia, enquanto os usuários aguardam o atendimento.

destinada a cada professor e um arquivo, no qual são guardados documentos referentes as atividades, como as pautas, os currículos de alguns dos coordenadores e alguns relatórios. As pastas dos coordenadores deveriam funcionar como um veículo de comunicação entre a Gerência de Ensino e os coordenadores. No entanto, raramente são utilizadas. Também nesta área de circulação, que liga as 3 gerências com o corredor, fica uma pequena saleta que serve de armário, nela ficam guardados os equipamentos como videocassete, projetores e equipamento de som, etc.

A próxima sala, neste lado do corredor, está sendo ocupada atualmente pelo Centro de Documentação e Referência sobre Envelhecimento. Anteriormente funcionava como sala de leitura. Com a implementação, recente, do Centro, subordinado a Gerência de Pesquisas, a sala está sendo remodelada. Neste corredor, ficam ainda, ao lado da entrada do Centro, uma pequena sala de aula, cuja ocupação é, preferencialmente, destinada às atividades de reflexão e discussão, pois, é a que melhor garante isolamento, e o refeitório, além de uma saída de incêndio, com uma porta “corta fogo”. O refeitório é dividido em dois ambiente, o primeiro ocupado por uma mesa e algumas cadeiras, está ocupado por computadores e impressoras abandonados, e, ao fundo, uma copa com geladeira, uma mesa redonda, pia e fogão. Os únicos espaços “abertos”, ou seja, poderiam favorecer algum tipo de convívio, que não aquele diretamente relacionado às atividades, são o corredor e o recuo onde ficava o acesso aos outros blocos. Este último fica quase sempre vazio, assim como a sala de exposições, que permanece quase sempre ociosa fora dos horários de atendimento do ambulatório, tanto que eventualmente serve de “refúgio” para trabalhos que requeiram tranqüilidade e isolamento.

O corredor alterna momentos de grande movimentação com outros em que fica praticamente deserto. O movimento é sempre determinado pelo ritmo das atividades. Alguns dias da semana têm maior concentração de aulas, logo maior circulação de alunos pelos corredores, sobretudo enquanto aguardam, fora de sala, o início de atividades como dança de salão, que tem muitos alunos. Nos dias de menos atividades, atividades com menos alunos, ou atividades dadas fora das dependências da UnATI/UERJ, os corredores ficam praticamente vazios. Um ou outro aluno permanece nos corredores, lendo ou esperando alguém. Parece haver um certo constrangimento em se permanecer parado, sozinho, nestes espaços de circulação, embora alguns poucos alunos eventualmente o façam. É mais comum encontrar alunos parados no *hall*, antes da entrada, exatamente como os demais alunos da UERJ. Ali, a razão de sua permanência solitária não pode ser identificada ao certo. É como se ficar parado sozinho nos corredores fosse denotar, para os colegas, uma “falta do que fazer”, algo extremamente desvalorizado.

Embora tenha surgido como um “programa”, ou seja, uma atividade de caráter temporário, o investimento e a alocação dos espaços não deixam dúvidas quanto a ter sido estruturada para ter um funcionamento permanente. Ao contrário de outras iniciativas semelhantes, que se iniciaram com salas improvisadas e cedidas em caráter temporário, a UnATI/UERJ já tinha uma parte de suas instalações prontas, ou a ela destinada, antes do início de suas atividades. Não há nenhum tipo de personalização deste espaço por parte dos alunos, a não ser o espaço a eles destinados nos murais para anúncios, e restrito a essa função. O aspecto original da decoração permanece intocado. Visitada em um dia de pouco movimento, a UnATI/UERJ pode ser confundida com, por exemplo, uma escola de segundo grau, uma vez que não existem marcas (físicas) de qualquer tipo que sinalizem ser uma instituição voltada para idosos.

O caráter impessoal de sua distribuição espacial e decoração é confirmado não só pela pouca utilização de seu espaço para convívio entre os alunos mas, em especial por uma atitude de indiferença com a qual os alunos ocupam este espaço. Uma das coisas que chama a atenção de qualquer visitante é a indiferença com que se passa pelos corredores, nos dias ou momentos de grande concentração de alunos, sem que se seja cumprimentado por ninguém. Em vários outros programas que trabalham com idosos, institucionalizados ou não, é comum o visitante ser sempre bem “recebido” pelos usuários, sempre ansiosos por conversar. Ao contrário, na UnATI/UERJ, é marcante a indiferença em relação aos “estranhos”. Os alunos permanecem nos corredores conversando, ensaiando paços de dança, alheios a quem passa. Talvez a UnATI/UERJ seja um centro de convivência, como afirmam alguns, mas certamente não é um centro de convívio, seu espaço deixa isso claro.

### **Quem são os alunos**

Em 1994, a Faculdade de Serviço Social da UERJ realizou uma pesquisa entre os alunos da UnATI/UERJ<sup>97</sup>. Os dados a seguir, salvo quando especificada outra fonte, se referem a esta pesquisa. Responderam ao questionário 250 alunos, em um universo de 820 inscritos, todos com mais de 60 anos<sup>98</sup>, com maior concentração na faixa entre 65 e 70 anos. Dos entrevistados, 35 (14%)

---

<sup>97</sup> A equipe que realizou a pesquisa era formada pelos professores Clarisse Peixoto e Alzira T. L. Nunes, e pelas alunas Adriana de Souza Santos, Cristiane de Castro Melo, Darci Cássia de Paula, Jurema Galisa Gomes, Paula Raquel Borges, Vera Lúcia da Costa Mendes e Luís Eduardo Freitas de Castro. Agradeço em Particular a Professora Clarisse Peixoto por me ter cedidos as tabelas originais, a pesquisa está parcialmente divulgada em Peixoto (1997).

<sup>98</sup> Com uma única exceção, que contraria as normas da UnATI/UERJ, que só aceita alunos com mais de 60 anos.

eram homens e 215 (86%) mulheres, o que corresponde, aproximadamente, a proporção média de homens e mulheres da UnATI/UERJ desde o início de suas atividades até hoje.

De acordo com Sant'Ana (1997), a partir de dados obtidos no cadastro geral dos alunos matriculados desde o início das atividades, a proporção de homens e mulheres varia ligeiramente: 83,8% mulheres e 16,2% homens. A maior proporção de mulheres, a exemplo do que acontece em geral na população idosa no Brasil<sup>99</sup>, pode ser explicada por fatores como maior sobrevivência do sexo feminino<sup>100</sup>. Porém, a proporção da participação feminina nos Programas para “terceira idade” extrapola em muito esta superioridade demográfica. Além disso, o entusiasmo e a dedicação por parte das mulheres, frente a maiores reservas e restrições dos participantes masculinos, tendem a marcar estes espaços como caracteristicamente femininos (Debert, 1994).

De acordo com Debert (1994), a explicação para a predominância de mulheres, e seu maior entusiasmo, tem a ver com o modo diferenciado como homens e mulheres concebem a velhice e a percebem nos contextos urbanos. Para as mulheres, a liberdade possível na velhice, em oposição a vida adulta e a juventude, onde o controle social e da família lhes impõem regras e expectativas, torna a velhice uma etapa da vida em que podem se sentir mais livres e donas de si. Para os homens, de forma distinta, o envelhecimento é percebido como perda da lucidez e de *status* sócio-econômico, ou seja, uma condição com menos aspectos favoráveis. Estas diferenças, segundo esta autora, explicariam o predomínio de mulheres nos programas para terceira idade, e dos homens nas Associações de Aposentados. A relação dos homens com mundo do trabalho e seu papel social de

<sup>99</sup> Em 1950, segundo dados do IBGE (1997a), haviam, na faixa etária acima de 60 anos, 92,87 homens para cada grupo de 100 mulheres. Em 1991, a razão de sexos para este grupo etário era de 85,15 homens para cada grupo de 100 mulheres. Ou seja, de 1950 à 1991, a participação das mulheres no contingente populacional acima de 60 anos passou de 51,85% para 54,1%.

<sup>100</sup> Em 1990, segundo dados do IBGE (1997a), a expectativa de vida no Brasil, ao nascer, do homem era de 62,28 anos e da mulher 69,09. Para calcular a expectativa de vida média ao nascer são consideradas as taxas de mortalidade atribuídas ao número de nascimentos. Ao completar 60 anos, um indivíduo já passou pelas fases de maior mortalidade, infância e idade adulta, onde são grandes as incidências de doenças infecto-parasitárias e mortes por causas violentas para os homens e problemas decorridos da gestação para mulheres. Assim, este indivíduo pode ser considerado um “sobrevivente”, e sua expectativa de vida acrescida de alguns anos. Isto é a chamada “sobrevivência”. No caso do Brasil, em 1991, ao chegar aos 60 anos, segundo dados do IBGE, citados por Sayeg (1997), esta sobrevivência média é de 18,2 anos para os homens, ou seja, esperava-se que, em média, um indivíduo homem que atingisse 60 anos em 1991, deveria viver até os 78,2 anos. Para as mulheres, esta sobrevivência era de 20,3 anos. Após os 70 anos esta sobrevivência era, segundo os mesmos dados, de 11,3 e 13,2 para homens e mulheres respectivamente. De acordo com Veras (1984), a sobrevivência maior entre as mulheres se explicaria por três fatores: 1) menor exposição às causas de risco no trabalho, 2) menor consumo de álcool e tabaco que, associados a hormônios femininos reduzem a incidência de doenças cardiovasculares e 3) diferenças de atitudes em relação à doença, as mulheres seriam mais

provedor, por um lado, e o aspecto mais lúdico dos programas, por outro, oferecem apelos distintos para homens e mulheres. De acordo com Sant'Ana (1997), o fato de grande parte das mulheres serem aposentadas, pensionistas ou "donas-de-casa", além de muitas morarem sozinhas ou serem solteiras, lhes daria maior flexibilidade para administrar o tempo livre e as tornariam mais predispostas à participar das atividades.

Entre os alunos da UnATI/UERJ, as diferenças quanto ao gênero se mostram não apenas na maior proporção de mulheres, mas também no perfil etário diferenciado, na escolaridade, na renda e no estado civil. O perfil etário se apresenta assim para homens e mulheres:

**Tabela 1.** Proporção de alunos por sexo e faixa etária na UnATI/UERJ:

Sexo	Faixa etária			
	54 a 59 anos	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 ou +
Homens	-	17%	46%	37%
Mulheres	1%	27%	38%	34%
Homens e mulheres	0,8%	25,6%	39,2%	34,4%

Fonte: Nunes & Peixoto (1994) e Peixoto (1997)

Para Peixoto (1997), a maior concentração de homens na faixa entre 65 a 69 anos e, diferentemente, a maior concentração de mulheres na faixa entre 60 a 65 anos, tem uma provável explicação no fato de os homens se aposentarem mais tarde que as mulheres, retardando um pouco mais seu ingresso em atividades não relacionadas ao trabalho, como freqüentar um programa para terceira idade.

A proporção de mulheres viúvas chega a 46%, enquanto entre os homens a maioria, 63%, é de casados (Peixoto, 1997; Nunes e Peixoto, 1994). A grande proporção de homens casados contrasta com a quantidade de mulheres viúvas ou solteiras, o que se explicaria, de acordo com a literatura gerontológica, pela combinação de três fatores: (1) A maior longevidade da população feminina, em relação a masculina, determinaria um maior número de viúvas; isto aliado a tendências de ordem cultural que fazem com que (2) as mulheres geralmente se casem com homens mais velhos e, portanto, fiquem viúvas em idade mais jovem do que os homens, além do que (3) culturalmente, é melhor aceito um segundo casamento para os homens que para as mulheres.

---

atentas à sintomas e menos resistentes aos tratamentos. Podem se acrescentar a estes fatores, o maior número de nascimento de mulheres que de homens e possíveis fatores genéticos.

De fato, os homens tendem a se casar com mulheres mais novas (Peixoto, 1996; Sant'Ana, 1997 e Veras, 1984). Esta tendência é encontrada na população de um modo geral. De acordo com dados do Anuário Estatístico do Rio de Janeiro 1995-1996, em 1994 foram registrados, neste Estado, 2034 casamentos civis de homens acima de 60 anos, contra 749 de mulheres acima de 60 anos. Enquanto, no Brasil, de acordo com dados do IBGE (1997a), neste mesmo ano foram registrados 13117 casamentos com registro civil de homens acima de 60 anos, 77,5% destes casamentos foram realizados com mulheres de menos de 60 anos, contra 3867 casamentos com registro civil de mulheres acima de 60 anos, dos quais, 73,33% realizados com homens de mais de 60 anos. Ou seja, no Brasil, para cada casamento com registro civil de uma mulher de mais de 60 anos, ocorrem 3,4 casamentos com registro civil de homens de mais de 60 anos<sup>101</sup>.

De uma perspectiva mais qualitativa, a proporção maior de homens casados na faixa etária acima de 60 anos, em relação a mulheres casadas, não pode ser interpretada superficialmente pois, se com o decorrer da idade existe uma redução do número de possíveis parceiros, muito maior para as mulheres, há também a opção, comum entre as alunas da UnATI/UERJ, de não voltar a casar depois da morte do marido ou dissolução de seus casamentos. Viver só, antes de ser sinônimo de solidão, é para muitas alunas sinônimo de liberdade e ausência das restrições que muitas viveram durante seus casamentos. Assim, embora haja 46% de viúvas, é preciso reconhecer que uma porcentagem muito grande é de mulheres casadas ou solteiras, de modo que não se pode caracterizar a participação feminina na UNATI/UERJ como sendo de mulheres viúvas, além do que, não se pode descartar a opção individual por viver só.

Esta opção entre as mulheres, de viver só, se reflete em outros dados, aproximadamente 71% dos homens mora com a cônjuge, 14% com filho(a) solteiro e apenas 14% mora só. Enquanto entre as mulheres, 37% mora só, 25% mora com o cônjuge, 17% mora com um filho(a) solteiro, 8,3% mora com um filho(a) casado e 11% mora com outras pessoas. O que torna mais significativo o fato de apenas 14% dos homens morar só, contra 37% entre as mulheres, é uma maior predisposição, apontada pela literatura gerontológica, de os filhos(as) cuidarem das mães na velhice que dos pais.

Ainda de acordo com dados da pesquisa realizada pela Faculdade de Serviço Social da UERJ, a maioria dos alunos é constituída de aposentados (52%) e/ou pensionistas (20%). Apenas algo em torno 4,8% ainda exerce alguma atividade remunerada.

---

<sup>101</sup> Dados obtidos a partir do Anuário Estatístico do Brasil 1996. Refletem apenas uma tendência, uma vez que se referem apenas a casamentos com registro civil.

**Tabela 2.** Fontes de rendimentos dos alunos da UnATI/UERJ:

Fonte de rendimento	Número de alunos	Porcentagem
Aposentadoria	130	52,0%
Pensão	50	20,0%
Pensão/aposentadoria	33	13,2%
Renda do marido/ filho(a)	16	6,4%
Aposentadoria e trabalho	08	3,2%
Trabalho	04	1,6%
Não informaram	09	3,6%
Total	250	100%

Fonte: Nunes & Peixoto (1994) e Peixoto (1997)

A tabela a seguir apresenta as faixas de rendimento entre os alunos da UnATI/UERJ, e permite a constatação de que os rendimentos, embora variando em uma grande amplitude - de nenhum à mais de 20 salários mínimos - tem uma maior concentração nas faixas mais baixas, com 33% dos alunos recebendo entre um e 2 salários mínimos.

**Tabela 3.** Proporção de alunos por classe de rendimento e sexo na UnATI/UERJ:

Classe de rendimento	Sexo		
	Homens	Mulheres	Homens e Mulheres
1 a 2 salários mínimos	29%	33%	33%
2,5 a 3,5 salários mínimos	11%	14%	13%
3,5 a 4,5 salários mínimos	11%	11%	11%
5 a 7,5 salários mínimos	20%	10%	12%
7,5 a 9,5 salários mínimos	6%	9%	9%
10 a 20 salários mínimos	14%	12%	12%
20 ou + salários mínimos	6%	3%	3%
Sem renda	0%	1%	0,3%
Sem resposta	3%	7%	6%

Fonte: Nunes & Peixoto (1994) e Peixoto (1997)

De acordo com dirigentes da UnATI/UERJ, uma das compensações para a relativa ausência de alunos de camadas mais “populares” em suas atividades ocorreria pelo encaminhamento dos

usuários idosos dos serviços de saúde do NAI<sup>102</sup> e do Hospital Universitário Pedro Ernesto, muitos vindos das comunidades carentes próximas - a UERJ é vizinha da Mangueira, por exemplo - no entanto, entre os motivos declarados para ingresso na UnATI/UERJ, a indicação médica representa apenas 3,7% das respostas:

**Tabela 4.** Motivos de inscrição na UnATI/UERJ:

Motivos de inscrição na UnATI/UERJ	Percentual
Atualização e novos conhecimentos	30,5%
Fazer novas amizades, preencher o tempo e busca de lazer	27,6%
Vencer a depressão, a solidão e a timidez	18,8%
Cursos gratuitos	1,0%
Indicação médica	3,7%
Indicação de terceiros (família, vizinhos, amigos)	12,7%
Outros	5,7%

Fonte: Peixoto (1997)

A escolaridade média entre os alunos é relativamente alta, sobretudo se comparada à escolaridade da população idosa no Brasil<sup>103</sup>. É ligeiramente maior para os homens. A maior frequência é de alunos com segundo grau completo, como pode ser visto na tabela abaixo, que apresenta o nível de escolaridade na UnATI/UERJ:

<sup>102</sup> O NAI, Núcleo de Ação Multidisciplinar de Atendimento ao Idoso, funcionava em uma unidade médica de saúde, PAM, ao lado do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), da UERJ, hoje está funcionando nas instalações da UnATI/UERJ, que também opera um posto de atendimento especializado em idosos com deficiências cognitivas e funcionais (CIFI - Cuidado Integral à Pessoa Idosa) na Policlínica Piquet Carneiro, próximo ao *campus*.

<sup>103</sup> De acordo com pesquisa "Contagem da População", realizada pelo IBGE em 1996 (IBGE, 1997b), entre a população no Brasil de 60 anos ou mais: 40,99% tem menos de um ano de estudo ou nunca estudou; 22,01% tem entre 1 e 3 anos de estudo; 17,81% tem 4 anos, 5,84% tem 5 a 7 anos; 4,35% tem 8 anos; 5,10% tem entre 9 e 11 anos; 3,41% 12 anos ou mais e 0,47% sem determinação do número de anos estudados. Estes Números podem variar ligeiramente pois, entre a população de 60 anos ou mais, se encontra um grande número de pesquisados que não souberam determinar com precisão sua idade, sendo seus dados sobre anos de estudos tabulados a parte, não incluídos na classificação acima.

**Tabela 5.** Nível de escolaridade na UnATI/UERJ:

Escolaridade	mulheres	homens	mulheres e homens
1ª grau incompleto	23,72%	17,14%	22,8%
1ª grau completo	22,79%	17,14%	22%
2ª grau incompleto	7,91%	5,71%	7,6%
2ª grau completo	28,37%	28,57%	28,4%
Superior incompleto	1,39%	8,57%	2,4%
Superior completo	14,41%	22,85%	15,6%
Analfabetos	1,4%	0%	1,2%

Fonte: Nunes & Peixoto (1994) e Peixoto (1997)

Comentando os dados acima, adverte Peixoto:

“Entretanto, não se pode deixar de considerar que essas pessoas nasceram em períodos, antes de 1920 e 30, em que baixos percentuais da população tinham acesso à escola, sobretudo as mulheres. Estas pertencem, ainda a uma geração que foi socializada para o casamento e pouco importava a escolaridade; foram preparadas para cuidar da casa, do marido e dos filhos.” (Peixoto, 1997:61)

Isto torna ainda mais significativo o número de alunos da UnATI/UERJ que passaram por cursos universitários (18%), principalmente considerando-se que o fizeram antes da expansão do ensino superior no Brasil, ocorrido nos anos 60, quando o acesso a universidade era ainda mais restrito. E sinalizam que, embora entre as mulheres a escolaridade seja um pouco menor que a dos homens, considerando-se o perfil de sua geração, pode-se considerar que o público feminino da UnATI/UERJ tem uma escolaridade média significativamente maior em relação a média nacional, dentro da faixa etária de 60 anos ou mais, do que a escolaridade média dos homens da UnATI/UERJ.

### **As atividades**

Não há nenhum tipo de grade curricular na UnATI/UERJ, que possui, entre as principais UNATIs do país, a maior variedade de atividades. No início de seu funcionamento - segundo semestre de 1993 - foram oferecidas cerca de 24 atividades, tais como: cursos, palestras e oficinas, além do atendimento interdisciplinar oferecido pelo NAI. Até o segundo semestre de 1997, tinham sido oferecidas algo em torno de 160 diferentes atividades voltadas exclusivamente para idosos, além de outras para profissionais de alguma forma interessados na “terceira idade”. O quadro abaixo apresenta a evolução do número de atividades.

**Tabela 6.** Evolução do número de atividades oferecidas aos alunos na UnATI/UERJ, de 1993 até 1997:

Ano/Semestre	93/2	94/1	94/2	95/1	95/2	96/1	96/2	97/1	97/2
Número de atividades	24	46	51	57	61	63	64	72	75

Entre as atividades para idosos se incluem, por exemplo: ensino de línguas estrangeiras através de música, cursos sobre plantas ornamentais da cidade, oficinas de texto, fisioterapia, biodança, medicina natural, etc. No primeiro semestre de 1997, as atividades estavam divididas nas nove áreas discriminadas abaixo, cada uma tendo um coordenador como responsável. A tabela mostra ainda o número de atividades, de turmas e de inscrições em cada área, que constituem um índice aproximado do interesse dos alunos por cada área.

**Tabela 7.** Número de atividades, de turmas e total de inscrições por tipo de atividade no primeiro semestre de 1997:

Tipos de atividade	N. de atividades	N. de turmas	Total de inscrições
Ativ. Fisioterápicas	5	12	228
Ativ. Físicas	5	9	262
A Arte da Dança e da Música	13	19	447
Artes Plásticas e Artesanato	8	10	225
Arte, Literatura e Filosofia	10	10	179
Línguas Estrangeiras	5	15	295
Ativ. Informativas/Formativas	9	12	265
Ativ. de Integração e Reflexão	8	12	226
Educação Para a Saúde	7	10	199
totais	70	109	-

A posição da direção em relação a grande variedade de atividades exemplifica algumas sutilezas que envolvem esta questão. Embora seja sempre apresentado, nas falas e documento oficiais, que a UnATI/UERJ oferece mais de 100 atividades, na verdade são aproximadamente de 80 atividades diferentes, algumas com mais de 1 turma, perfazendo, no total mais de 100 turmas, nas quais, no segundo semestre de 1997, estavam inscritos pouco mais de 1200 alunos. De qualquer modo, mais de 80 atividades é reconhecidamente um problema devido às dificuldades que traz à

administração e ao acompanhamento de seus conteúdos por parte da Gerência de Ensino<sup>104</sup>, no entanto, este número é mantido por dois motivos: em primeiro lugar, a variedade é, fora da instituição, um dado que impressiona e, em segundo lugar, mobiliza uma quantidade de alunos dificilmente alcançada por atividades que se restringissem ao papel que a própria UnATI/UERJ se atribui e que correspondessem à imagem que a instituição faz de si, como será visto adiante, por oposição aos Centros de Convivência do SESC e às outras UNATIs.

Cada aluno pode se inscrever a cada semestre em, no máximo, 3 atividades diferentes ou, no caso de atividades compostas de mais de 1 módulo, e que portanto duram mais de um semestre – como, por exemplo, Dança de Salão, que tem níveis I, II, III - os alunos que participarem de um módulo estarão automaticamente inscritos no módulo seguinte, que não contará como uma das três inscrições permitidas. Os alunos poderão ainda participar de atividades de curta duração e das palestras e eventos abertos aos não alunos. Frequentemente estas regras são burladas, uma vez que a falta de registros informatizados não permite um controle mínimo das inscrições por parte da secretaria. Há alunos que participam de até 11 atividades diferentes em um semestre, enquanto outros não conseguem, por falta de vagas, assistir as atividades de sua preferência.

Isto tem sido fonte de constante preocupação, tanto entre os alunos, quanto na Gerência de Ensino. A restrição quanto ao número de atividades que cada aluno pode participar, bem como a constante discussão sobre o tempo de permanência do aluno frequentando a UnATI/UERJ - estimulada pela Gerência de Ensino -, visam criar uma maior mobilidade e evitar que um mesmo público se perpetue nas atividades. A tabela abaixo, feita a partir de um levantamento dos nomes dos alunos nas pautas de frequência das atividades, indica o número inscrições dos alunos do 2º semestre de 1997. Os números apenas indicam uma aproximação, visto que refletem apenas as inscrições, sendo muito comum, embora oficialmente não permitido, alunos ouvintes, ou seja, não matriculados. Assim como é comum o aluno se inscrever e acabar desistindo das atividades, sem que sua inscrição seja retirada.

---

<sup>104</sup> A função do “coordenador de área” seria justamente mediar a relação entre a Gerência de Ensino e os coordenadores das atividades, através de relatórios e reuniões periódicas em datas predeterminadas, tendo seu trabalho assistido por uma coordenação pedagógica, no entanto, os coordenadores, que têm suas respectivas atividades, não costumam realizar estas reuniões, ficando sua função restrita a cobrar e repassar os relatórios à Gerência de Ensino. A própria coordenação pedagógica tem sua atuação bastante limitada, pois é oferecida por um profissional cedido de outra área da Universidade, com uma carga horária mínima de dedicação à UnATI/UERJ.

**Tabela 8.** Alunos por número de atividades em que se inscreveram (2ª semestre de 1997):

Número de alunos	665	291	115	44	26	13	4	2	2	0	2
Número de atividades	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11

A maioria das atividades oferecidas na UnATI/UERJ não possui um perfil considerado “acadêmico”<sup>105</sup>, e são essas exatamente as mais procuradas e que mais mobilizam os alunos. Segundo a pesquisa realizada pela Faculdade de Serviço Social da UERJ em 1994 (Peixoto, 1997 e Nunes & Peixoto, 1994), as atividades de maior procura foram, na época: Ginástica e Yoga 18,9%; Memorização 13,8%; Dança de Salão 12,6% e Artes 11,1%.

Esta particularidade não é negligenciada pela direção, que convive com o seguinte dilema: qualificar sua equipe e direcionar suas atividades para trabalhos com perfil mais próximo do ensino formal - com compromisso de dotar o aluno de alguma qualificação e/ou informação -, ou continuar como hoje, aparentemente com grande sucesso, mantendo boa parte de suas atividades dentro de um perfil mais próximo do encontrado nos centros de convivência, como o SESC, por exemplo. Como alternativa, é incentivado que os coordenadores escrevam artigos e participem de congressos e seminários, fazendo relatos de suas experiências e, se possível, com algum tipo de reflexão sobre suas práticas, oferecendo assim uma “contribuição” ao desenvolvimento da Gerontologia, e justificando sua especificidade “acadêmica”<sup>106</sup>, mesmo que em atividades semelhantes às desenvolvidas nos Centros de Convivência.

Uma das conseqüências dessa grande variedade de atividades, e de um público muito heterogêneo, é que algumas atividades são consideradas “estranhas” para alguns alunos e “normais” para outros. Para os alunos, por mais que uma atividade pareça “estranha” ou simplesmente, como é mais comum, não seja de seu interesse, não se deve manifestar isso ao coordenador, assim como não

<sup>105</sup> O Adjetivo “acadêmico” é constantemente acionado para circunscrever um determinado universo - freqüentemente aparece na forma de “meio acadêmico” ou “universo acadêmico”-, sinalizando fronteiras de um espaço altamente valorizado, e que ao mesmo tempo indica a existência de outro espaço, oposto, mas que não possui nome. É usado sem um sentido preciso. Atividades acadêmicas são aquelas que envolvem ensino e aprendizagem em áreas consolidadas no meio universitário e com coordenadores com algum tipo de qualificação, como mestrado e doutorado, ou que envolvam pesquisa e produção científica, como livros e artigos especializados.

<sup>106</sup> A direção da UnATI/UERJ reconhece nos congressos da SBGG um importante espaço de legitimação científica, em especial porque neles estão presentes também o SESC e demais UNATIs. Durante o XI Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia da SBGG, realizado no Rio de Janeiro em dezembro de 1997, foi incentivada, por parte da direção, a apresentação de trabalhos pela equipe através de dois argumentos: 1) trata-se de um espaço para mostrar a relevância acadêmica da UnATI/UERJ e de seus profissionais, e 2) representa um investimento pessoal de cada um em sua carreira. O resultado foram cerca de 50 trabalhos inscritos neste congresso.

se deve esconder isso dos colegas. Isto torna bastante comum encontrar os alunos fazendo críticas às atividades. Estas críticas tem em geral uma peculiaridade: embora sejam geralmente formuladas aos colegas e tenham por objeto o modo como se comportam os alunos durante as atividades, indiretamente se referem também aos coordenadores, aos conteúdos e à proposta das atividades.

Os alunos são particularmente críticos com as atividades que incluem algum tipo de apresentação pública, pois estas veiculariam uma imagem dos alunos - e da instituição - fora da UnATI/UERJ. Como parte da política institucional, a direção incentiva ao máximo que todas as atividades apresentem algum “produto” em eventos públicos, tanto da própria universidade, quanto de outras instituições. Nesses eventos são feitas apresentações do Coral, dos grupos que lidam com dança, teatro e folclore, bem como murais e painéis descrevendo as demais atividades. A predileção por estas atividades como alvo de críticas resulta, obviamente, do fato de serem as mais visíveis. Mas, também é indicativa do esboço de uma identificação, mesmo que tênue, dos alunos enquanto um grupo.

A forma como surgem as críticas e a acidez de seu conteúdo revelam que os alunos avaliam as apresentações públicas dos colegas com a mesma perspicácia com que avaliam a performance dos coordenadores. É como se essas apresentações representassem a “cara” dos alunos. Frequentemente, uma “cara” na qual muitos alunos não se reconhecem. Estas críticas são a expressão do desconforto destes alunos ao se verem “representados” publicamente por determinadas atividades, principalmente as que veiculam uma imagem lúdica da velhice. Tais atividades - geralmente as que envolvem algum tipo de expressão corporal<sup>107</sup>, se utilizam de roupas estilizadas, ou expressam atitudes e ações tidas como infantis ou hedonistas - são melhor aceitas quando circunscritas à UnATI/UERJ, do que quando acontecem fora dela.

Para aqueles que participam destas atividades, elas tem sua razão de ser e suas justificativas, e é natural que queiram comunicar isso a outras pessoas. Para os alunos que não participam destas atividades não há motivos para questionar sua adequação. Porém, a estes incomoda serem associados, enquanto alunos da UnATI/UERJ, a um tipo de atividade que não corresponda às imagens com as quais representam sua inserção na “Universidade”.

Uma das justificativas mais comuns que envolve a apresentação pública das atividades é que elas contribuiriam para desconstruir imagens estereotipadas dos idosos. Determinadas atividades, por exemplo, tem por objetivo primeiro algum tipo de efeito “terapêutico”, através de técnicas

específicas que envolvem exercícios, brincadeiras, etc. Mas, quando se estimula sua apresentação pública, e isto realmente ocorre<sup>108</sup>, seu eixo se desloca para uma função didática: mostrar que velhice não é sinônimo de incapacidade e que os idosos podem viver livres das restrições que lhes seriam impostas por uma imagem preconceituosa do idoso. A construção destas apresentações tem uma lógica programática, enquanto sua leitura por parte dos alunos é uma questão muito pessoal. Assim, se é importante que nessas apresentações se enfatize uma certa “negação” da velhice, através de um conteúdo diametralmente oposto àquela imagem preconceituosa, para muitos dentre os alunos, a intensidade com que isto é feito foge a qualquer “bom senso”, e seu resultado é menos contribuir para uma imagem mais positiva da velhice, do que cooperar para construção de novos estereótipos.

Também para alguns dentre os coordenadores existiria uma distorção entre a imagem dos alunos veiculadas pelas apresentações públicas das atividades e a que os alunos se auto-atribuem. Assim como haveriam exageros na ênfase com que determinadas apresentações afirmam a inexistência ou flexibilidade de limites impostos pela velhice. Embora, por questões éticas, não sejam expressas na forma de críticas às atividades, como ocorre entre os alunos. Estas apresentações são vistas como um meio para divulgar o ideário da instituição, que prega a possibilidade de um envelhecimento mais saudável e mais proveitoso, assim como do tipo específico de trabalho desenvolvido pelo coordenador em sua atividade. Além de contribuírem para, supostamente, superar barreiras e preconceitos contra os idosos. Nessas apresentações, quanto maior a alegria e vitalidade acionada pelos alunos, assim como, quanto menos identificada com a velhice forem suas práticas, maior seria a força de seus argumentos em prol de uma velhice ativa e livre de preconceitos.

### **Uma “micro universidade temática”**

A UnATI/UERJ foi criada oficialmente em maio de 1992, mas apenas começou suas atividades em agosto de 1993. Está vinculada à Sub-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Sua aula inaugural foi proferida pelo responsável pela área de envelhecimento da Organização Mundial de Saúde. Embora sua origem esteja ligada à área médica -

---

<sup>107</sup> Com exceção da dança de salão, que é uma unanimidade entre os alunos, e tem suas apresentações sempre muito apreciadas e elogiadas, por quem delas participa ou somente as assiste.

<sup>108</sup> Para a instituição, ocupar espaços em eventos públicos e na mídia em geral é uma estratégia importante tanto para divulgar sua imagem de “centro de referência” quanto para suas pretensões de se transformar em “Instituto da Terceira Idade”. Para os coordenadores, contribuir para esta estratégia é visto como algo que aumenta o prestígio da atividade frente às outras, e as tornam mais interessantes para a instituição. Esta visão é estimulada pela direção.

a UnATI/UERJ surgiu a partir do NAI - foi formada a partir de uma compreensão distinta da expressa na área médica “tradicional”, representada pela Geriatria clínica. Dentro da área médica existem dois caminhos para a ‘especialização no estudo e tratamento da velhice e envelhecimento, um mais ligado à medicina social ou saúde coletiva e outro mais próxima da prática clínica.

A UnATI/UERJ surge deste primeiro caminho, da percepção de que o sujeito de intervenção não deveria ser o homem individual, mas sim a coletividade, e que os fatores causais determinantes da saúde e da doença, bem como do bem-estar geral, incorporam dimensões psicossociais. Assim, mesmo o atendimento médico oferecido em suas duas unidades, NAI e CIPI, está, ao menos em princípio, vinculado a uma proposta que extrapola o atendimento imediato, e valoriza a construção de conhecimento a partir de um atendimento interdisciplinar.

Esta concepção vinha se desenhando já no final dos anos 80, quando idealizador da UnATI/UERJ, Piquet Carneiro (um dos fundadores do Instituto de Medicina Social da UERJ, e mais tarde reitor), reuniu um grupo de profissionais interessados na questão da “terceira idade”, tendo em vista a: “criação de um centro de referência numa Universidade pública que pudesse propor, de modo abrangente, soluções específicas para a ‘terceira idade’” (Veras, 1995:24). De acordo com seu atual diretor, a UnATI/UERJ:

“... é um projeto que tem essa característica do Prof. Carneiro, do IMS, do campo da saúde coletiva, ou seja, a preocupação é uma preocupação muito mais ampla não e assim uma preocupação do ponto de vista médico, ou mesmo quando se fala do ponto de vista médico, as pessoas hoje em dia incorporam a enfermagem, nutrição, não sei o que, mas incorporam chamando como os ‘paramédicos’, como os ‘auxiliares’, e mesmo as pessoas mais abertas, que vêem a importância desses profissionais, têm uma visão muito fechada.” (Entrevista concedida em 1996).

Outra singularidade da perspectiva que orienta a concepção da UnATI/UERJ é que, devido a sua origem acadêmica, entende que as UNATIs devem ser um fórum para a produção de conhecimento e pesquisa, segundo Camargo e Veras (que são ou já foram dirigentes desta instituição):

“Ali, os idosos, além de receberem assistência e ensino, e participarem de atividades culturais e de lazer, propiciam uma coorte inestimável para pesquisa em várias áreas do conhecimento; ajudando, assim, na formação de profissionais de alta qualificação e alavancando a produção de conhecimento sobre a Terceira Idade.” (Camargo e Veras, 1995:13)

Embora em muitos pontos haja convergência entre as propostas da UnATI/UERJ<sup>109</sup> e alguns dos conceitos do discurso gerontológico, em nome do qual ela se apresenta, assim como

<sup>109</sup> De acordo com material de divulgação, a UnATI/UERJ tem como metas: “Assessorar órgãos governamentais e não governamentais na formulação de política específicas para o grupo etário de

convergências com as propostas de diversas outras instituições, na prática ela tem que diferenciar-se, afirmando sua originalidade, tanto frente a esse discurso, quanto frente a estas outras instituições. Constrói, assim, uma identidade própria, justificando sua posição diferenciada frente as instituições congêneres. A fala a seguir, de seu diretor, reflete parte das estratégias de diferenciação, enfatizando como argumento sua posição dentro da universidade:

“... eu vejo que esse projeto nosso da UnATI, ele tenta fugir dessa questão específica ou desse ponto da Geriatria e da Gerontologia, eu até defino que é um projeto, um grande centro de convivência, esse projeto da UnATI é um projeto onde você tem o idoso como objeto central e onde você então estrutura o que há de mais moderno e avançado na universidade para, a partir desse objeto - o idoso - trabalhar na pesquisa, trabalhar na extensão, trabalhar no serviço, da forma mais radicalizada possível, ou seja, incluindo todos os segmentos todas as áreas, criando novas tecnologias, novas formas de abordagem, pesquisando, ou seja, a partir do idoso trabalhar em todos esses campos” (Entrevista concedida em 1996)

Ao ser enfatizada a origem acadêmica e sua ligação orgânica com a universidade, a UnATI/UERJ se distingue, por um lado, do SESC e do modelo de atenção aos idosos desenvolvido nesta instituição e, por outro, se diferencia também da Geriatria e Gerontologia, corporificadas em suas respectivas entidades profissionais, a SBBG e a ANG. Esta identificação entre a UnATI/UERJ e a universidade se dá por uma analogia à academia, em função de seu papel comum na produção de conhecimento, ou através de uma identificação metonímica com a universidade, da qual ela seria um modelo em miniatura. Assim, a UnATI/UERJ é estruturada e apresentada como a união de: *ensino, pesquisa e extensão*.

“A concepção de uma microuniversidade temática, ou seja, a conjugação de atividades em três áreas de atuação da Universidade - ensino, pesquisa e extensão - voltadas para o cuidado do idoso, possibilita a criação de alternativas inovadoras com interações sinérgicas entre produção de conhecimento, formação e aperfeiçoamento de recursos humanos e prestação de serviços. Os participantes das atividades numa UNATI, usuários e profissionais, são também artífices de um grande experimento, onde continuamente se buscam novas alternativas para as demandas da população idosa.” (Camargo e Veras, 1995:15)

De acordo com este modelo, a UnATI/UERJ é dividida em três módulos: “Ensino e Desenvolvimento de Recurso Humanos”, “Pesquisa” e “Extensão”. Cada módulo é coordenado por

---

mais de 60 anos; Contribuir para a elevação dos níveis de saúde física e mental e social de pessoas idosas, utilizando-se as possibilidades existentes na universidade; Promover cursos para idosos visando atualizar seus conhecimentos e integrando-os na sociedade contemporânea; Prestar assistência médica, jurídica e física à população idosa; Oferecer à população idosa um local qualificado, fazendo da UnATI/UERJ uma instituição de saúde pública, de socioterapia, de serviços comunitários, além de pesquisas e de ação gerontológica; Capacitar profissionais de várias áreas de conhecimento para lidar com problemas da população idosa; Promover análises comparativas entre os estudos sobre a “terceira idade” realizados em diferentes países; Realizar seminários, publicações, documentos e qualquer outras modalidades que tornem públicas as informações e os estudos desenvolvidos pelo núcleo”.

um gerente<sup>110</sup>. O módulo “Ensino e Desenvolvimento de Recursos Humanos” foi inicialmente idealizado para, nos dois primeiros anos, funcionar junto aos profissionais da UnATI/UERJ visando capacitá-los para interlocução interna e externa nas áreas de Geriatria e Gerontologia, incentivando, sempre que possível, o aperfeiçoamento de seus profissionais, bem como oferecendo fundamentos teóricos mínimos sobre o tipo de público mobilizado pela instituição. Atualmente, esta gerência oferece e coordena todas as atividades voltadas aos alunos.

O módulo “extensão”, que tem por objetivo oferecer serviços gratuitos, é o responsável por coordenar as atividades de assistências médica (através do NAI), psicológica (através do Serviço de Psicologia Aplicada do Instituto de Psicologia da UERJ) e jurídica (prestada por professores e alunos da Faculdade de Direito). A pesquisa, de acordo com material produzido para divulgação, é considerada uma atividade prioritária, visto que os alunos são considerados “fonte inestimável de dados em várias áreas” e, principalmente, porque reforça a identidade acadêmica da UnATI/UERJ. Porém, esta é a parte ainda menos desenvolvida. Uma série de dificuldades tornam complexa a atuação desta gerência. A principal delas é que, apesar de suas intenções acadêmicas e a pretensão de ser uma instituição de referência no Brasil e no mundo, em seus quadros não se encontra um contingente com perfil capaz de efetivar estes planos. Além do que, por estar vinculada a área de extensão, obtém pouco respaldo da universidade para desenvolvimento de pesquisas. Apesar disso, lá de desenvolverem algumas pesquisas e trabalhos, até mesmo com repercussão internacional. Estes são exceção e não a regra, e devem-se a iniciativas individuais, ou são teses e dissertações resultado de pesquisas realizadas na UnATI/UERJ e defendidas em outras instituições<sup>111</sup>.

Atualmente, está sendo discutida a transformação da UnATI/UERJ em “Instituto da Terceira Idade”, criando uma graduação que viabilize uma carreira para os alunos, através de um curso formal de 3 anos, e uma pós-graduação que ofereça cursos de Gerontologia. Nesta condição, ela teria autonomia para contratações e realização de convênios visando gerar recursos próprios. No entanto, o que mais se espera da UnATI/UERJ, ao se transformar em Instituto, é consolidar-se como um centro nacional e internacional de referência nas questões de “terceira idade”, uma vez que já se

---

<sup>110</sup> Por não se tratar de uma unidade acadêmica formal, as gerências não são cargos oficiais dentro da estrutura da UERJ, que só reconhece os professores e funcionários da própria UERJ, cedidos à UnATI/UERJ. Os demais profissionais são “técnicos” vinculados por contratos temporários de prestação de serviços à outros órgãos da UERJ, que dispõem de autonomia para este tipo de contratação, e depois cedidos à UnATI/UERJ. Estes contratos estabelecem uma carga horária de 10 horas semanais, o que significa, para a maioria, manter paralelamente outras atividades profissionais.

<sup>111</sup> Um levantamento realizado pela Gerência de Pesquisa identificou 16 dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado baseadas em pesquisas realizadas dentro da UnATI/UERJ e/ou por seus profissionais, tendo como objeto a “terceira idade” ou aspectos relacionados à velhice.

considera “o que há de mais moderno no país em Ensino, Pesquisa e Assistência nas áreas de Gerontologia e Geriatria” (UnATI, 1996). No documento que define a proposta do Instituto da Terceira Idade, a UnATI/UERJ se apresenta como “centro irradiador do pensar gerontológico no Brasil” (sic) e, ainda neste mesmo documento, afirma ser considerada pela OMS como Centro de Referência Mundial na área de atenção à “terceira idade” (UnATI, 1996).

A idéia original da UnATI/UERJ era reunir profissionais, de diversas áreas, interessados na questão do envelhecimento, recrutados na própria universidade. Com a ampliação da concepção, não somente reunir uma equipe voltada para o estudo, mas também se constituir como um grande centro de promoção de saúde, oferecendo atividades para idosos, outros profissionais tiveram que ser contratados. Seus quadros se compunham, no segundo semestre de 1997, de cerca de 70 pessoas, a maioria professores da UERJ com parte de sua carga horária alocada na UnATI/UERJ. Contava ainda, neste semestre, com 28 profissionais contratados em regime de 10 horas mensais, e 2 voluntários. Os profissionais que formam a equipe da UnATI/UERJ são: os coordenadores dos cursos; os responsáveis pelos atendimentos do ambulatório (médicos, assistentes sociais, nutricionistas, etc.), os gerentes das três áreas e um coordenador pedagógico. A direção é composta do diretor e um coordenador técnico que tem a função de “vice diretor”. Esta equipe se reúne uma vez por semana, numa reunião que dura cerca de 1 hora. Nela são divulgadas as principais atividades em andamento, informes de natureza variada, bem como a participação dos presentes em diversos eventos. São apresentadas também questões institucionais e seus encaminhamentos.

Uma análise superficial do currículo dos coordenadores revela trajetórias variadas. Trabalham ali: médicos, psicólogos, nutricionistas, fonoaudiólogos, músicos, poetas, artistas plásticos, professores de dança, artesãos, sociólogos, jornalistas, professores de educação física, professores de Taichi Chuan e assistentes sociais. A maioria adquiriu sua experiência de trabalho com pessoas idosas na própria UnATI/UERJ, poucos tiveram algum tipo de formação em cursos de Gerontologia. Entre os que fizeram estes cursos, a maioria o fez por estímulo da direção, quando já trabalhava lá. Muitos iniciaram atividades em outros programas para terceira idade após sua inserção na UnATI/UERJ. Participar de suas atividades significa a possibilidade de convites para outros trabalhos. Este fato, ao qual todos se referem como “fazer currículo”, é bastante enfatizado pela direção como um estímulo. Poucos membros da equipe fazem parte de entidades profissionais da área, (mais da SBBG que da ANG), ocupando cargos ou como simples associados.

### Entre o Saber e o Lazer

Um dilema de difícil resolução envolve a identidade da UnATI/UERJ: ser um Centro de Convivência ou um centro de ensino e pesquisa<sup>112</sup>. Para alguns dos membros da equipe, a denominação “centro de convivência” chega a ser ofensiva, enquanto outros a utilizam normalmente. A UnATI/UERJ é corriqueiramente definida como uma “micro universidade temática”. Esta forma de se referir à instituição a representa como uma superação dos Centros de Convivência tradicionais, cujo objetivo seria promover atividades de lazer e ocupação do tempo livre. Além disso, por inserir a intervenção destinada à idosos no universo acadêmico, a UnATI/UERJ poderia tornar mais conseqüentes tais práticas, pois seus objetivos se estendem para além dos limites imediatos do atendimento direto. Nas palavras de seus dirigentes:

“Para os idosos com autonomia e independência, pode-se pensar em introduzir o bem-sucedido projeto francês *Les Universités du Troisième Age* (Universidades da Terceira Idade), apesar do mesmo restringir-se apenas ao campo do ensino. Uma versão mais ambiciosa de um projeto de centro de convivência, no interior de uma Universidade, deve incluir também serviços de atenção integral à saúde e outros ligados à perspectiva acadêmica e científica da Universidade. Seu principal objetivo é desenvolver iniciativas culturais e intelectuais, incentivando o estudante mais idoso a participar do ensino e do aprendizado. O currículo deve ser bastante amplo e incluir tanto atividades de lazer, como projetos acadêmicos e de pesquisa.” (Camargo e Veras, 1995:14)

Ao mesmo tempo, tem como objetivo contribuir para reduzir o isolamento e solidão dos idosos e, reintegrá-los à sociedade, resgatando sua cidadania e sua participação na produção de novos valores, bem como atuar na redefinição das imagens da velhice e do envelhecimento, e das relações entre as gerações, aproximando-se, com estes objetivos, das propostas mais gerais dos Centros de Convivências. Na definição abaixo, transcrita de um documento da instituição, os Centros de Convivência são caracterizados de acordo com a auto-imagem pretendida pela UnATI/UERJ, ao mesmo tempo em que estabelece critérios para diferenciá-la de atividades que apenas “ocupem o tempo vago dos idosos”:

“Assim, projetos de Centros de Convivência, espalhados por todo o mundo, procuram mais do que simplesmente ocupar o tempo vago dos idosos; trata-se de proporcionar-lhes condições para gerir de modo equilibrado, autônomo e produtivo suas vidas. Isto significa reintegrá-los à sociedade e torná-los elementos indispensáveis à construção de uma memória histórica, aptos a interferir na produção de valores éticos, políticos, sociais e culturais.” (UnATI, 1996:12)

<sup>112</sup> A dualidade da UnATI/UERJ, quanto ser uma “micro universidade” ou um Centro de Convivência, se reflete nos termos usados para designar suas atividades, “cursos” ou simplesmente “atividades”, assim como na forma como designar os responsáveis pelas atividades, chamados de “professores” ou “coordenadores”, embora todos estes termos apareçam indistintamente, há uma tendência a restringir curso/professor, à atividades que envolvam aulas, e “atividades”, à todas as outras. Por questões de facilidade, optou-se aqui, salvo quando necessário efetuar distinções, pelos termos atividades e coordenadores.

O tempo livre, o lazer, a educação, a pesquisa e a socioterapia, entre outras questões recorrentes nas instituições voltadas para idosos, são destacadas nas propostas da UnATI/UERJ como significativas ou secundárias de acordo com o contexto em que estas propostas são acionadas, tendo em vista a imagem com a qual a instituição pretende se apresentar, ou com a qual se contrapor a outras instituições. Porém, as defasagens entre estas imagens e o que de fato acontece nas atividades da UnATI/UERJ correspondem a um dilema reconhecido e mantido pela instituição, e refletem contradições próprias à este universo freqüentado por pessoas muito diferentes entre si. Esta questão será retomada adiante, e tem a ver com o fato de a UnATI/UERJ oferecer atividades que não podem ser definidas com clareza como didáticas ou recreativas, se situam entre o saber e o lazer.

A referência ao trabalho do SESC, como modelo de centro de convivência, é uma constante. É do confronto com esta entidade que surge a necessidade de se apresentar como uma proposta original, cuja especificidade seria seu caráter “acadêmico”. A principal característica dos Centros de Convivência, que leva alguns dos *experts* da UnATI/UERJ a contestar este tipo de iniciativa, é o núcleo da sua proposta, em torno da “socioterapia”, ou seja, ocupar o tempo livre, através de atividades de lazer, visando a promoção da sociabilidade e o desenvolvimento da personalidade individual, sem que isso seja feito através de reflexões teóricas e sem um compromisso com a “qualidade acadêmica”. Essa “qualidade” - que se revelaria na qualificação dos técnicos e na produção pesquisas, artigos, participação em congressos, etc. -, ausente dos “Centros de Convivência”, os tornariam, na visão desses *experts*, mais próximos do assistencialismo das atividades “leigas”.

O “saber” é um fator constantemente acionado para diferenciar a UnATI/UERJ do SESC e de outros programas para terceira idade. Ele é simbolizado não somente pela inserção desta instituição em uma universidade, ou pela qualificação acadêmica de seus *experts*, mas, esse “saber” também aparece como um dos principais produtos oferecidos pela UnATI/UERJ, e aquele que torna suas atividades distintas das oferecidas por outras instituições.

Na UnATI/UERJ, de acordo com dirigentes: “Não se oferecem cursos para ocupar o tempo vago do idoso, procura-se transmitir os conceitos mais atuais objetivando com isso sua valorização como cidadão.” (Camargo e Veras, 1995:16). No entanto, nas atividades desenvolvidas, o dilema da UnATI/UERJ se sustenta tendo como eixo a dicotomia entre, por um lado, atividades de lazer e recreação (que a associam aos modelos de centro de convivência do SESC), e de outro, atividades

didáticas, que repassam algum tipo de “saber” aos alunos - e conferem uma identidade própria a instituição.

A transformação da UnATI/UERJ em “Instituto da Terceira Idade” seria a coroação de sua identidade acadêmica e o fim das dúvidas sobre suas especificidades em relação aos Centros de Convivência. Tal transformação é vista pelos dirigentes como uma necessidade para a manutenção de suas atuais atividades e para a implementação de outras, como por exemplo, aprimoramento e divulgação da Gerontologia através de pesquisas e publicações, além de cursos formais que ofereçam diplomas aos alunos, criando assim atividades consideradas necessárias e inovadoras, que se destacam por “materializar” e instrumentalizar a formação dada aos alunos, ou seja, dar visibilidade ao “saber” repassado aos alunos.

Embora na formulação de qualquer atividade, bem como, na perspectiva da maioria dos alunos, ambas características, *saber* e *lazer*, estejam sempre presentes<sup>113</sup>, freqüentemente estas questões se tornam objetos de disputas e conflitos. Em maior número e com maior visibilidade, as atividades voltadas para o lazer despertam algumas críticas e reforçam o argumento de que a instituição promova a “infantilização” dos alunos e, sobretudo, criam a necessidade de uma constante ênfase no lado mais “acadêmico”. Tais conflitos extrapolam a dimensão dos *experts*, contaminando os alunos que, respondendo a isso em um jornal interno, afirmam:

“Embora o lado festivo, sempre exposto ao público, faça mais barulho. Isso não significa que descuidamos do ensino, da pesquisa e da extensão (...) Significa apenas que celebramos constantemente a alegria de viver, que também faz parte do conceito adotado pela UnATI”. (Nosso Tempo, 1995:2, citado por Frutuoso, 1996:92)

Nas propostas das atividades, o tempo livre valorizado pela Gerontologia como um tempo em que se pode dispor para o próprio indivíduo, é associado a um tempo que deve ser usado para acréscimo. Assim, sempre se enfatiza o aproveitamento e a utilidade do aprendizado desenvolvido nestas atividades, que são classificadas como: “cursos formativos/informativos”; “cursos profissionalizantes” (aqueles que capacitam o aluno a exercer alguma atividade profissional fora da instituição); e “atividades terapêuticas”. Na UnATI/UERJ, como expressa uma coordenadora: “... o

<sup>113</sup> Quase todas as atividades, mesmo aquelas que tipicamente têm um caráter de lazer, se apresentam, na definição dada por seus coordenadores, como sendo atividades que acrescentam algo aos alunos. Não são, portanto, apenas para passar o tempo. Por outro lado, mesmo aquelas atividades consideradas formativas, como os cursos, são freqüentados por alunos cujo único objetivo é ocupar o tempo, estes alunos escolhem as atividades e participam delas com uma indiferença que contrasta com o entusiasmo que apresentam ao falar da UnATI/UERJ.

tempo livre se apresenta não como um tempo para passar, e sim como um tempo para aproveitar, compartilhar, aprender e criar.” (Azambuja, 1995:98).

O aspecto simbólico da universidade tem um papel importante neste dilema saber/lazer. Tanto para a instituição quanto para seus alunos. A valorização da Universidade no universo sócio-simbólico ao qual pertencem os alunos é comum, não somente devido a uma parte destes alunos ter curso superior, mas também por terem filhos ou netos cursando, ou já tendo cursado, a universidade, normalmente associada ao saber e à possibilidade de ascensão social, profissional e mesmo existencial. Comparando as UNATIs Francesas, predominantemente de classe média, com os Clubes para Terceira Idade, de caráter mais popular, Attias-Donfut (1976) identifica na distinção social um fator determinante da participação em um ou outro tipo de programa, para a autora:

“O sucesso dessas ‘Universidades da 3ª Idade’ coloca uma interrogação quanto a adequação do conteúdo da programação dos clubes à sua vocação: não seria a pobreza dos programas que afasta uma parte de seus membros potenciais? Seja como for, esse sucesso revela não somente as aspirações sócio culturais de certos grupos de pessoas idosas, mas também a tendência dessa população a buscar participação de movimentos que agrupam membros da mesma geração.” (Attias-Donfut, 1976:8)

A valorização da universidade aparece bastante na relação que os alunos estabelecem com a UnATI/UERJ. Frutuoso (1996) e Guerreiro (1993) destacam o peso simbólico da Universidade como importante na opção por freqüentar uma UNATI, sobretudo entre os alunos que não tiveram oportunidade de ingressar em um curso universitário. De acordo com Frutuoso, em um estudo desenvolvido com alunos da UnATI/UERJ:

“Mas, numa perspectiva de síntese, cabe mencionar que, segundo as expectativas dos idosos que entrevistei, as participações nas atividades da UnATI/UERJ se orientam para entrar em um mundo novo que não é aberto a todas as pessoas; por essa razão, é percebido como privilégio ou bênção. Nesse contexto, a busca de atualização, reciclagem ou o desejo de ‘saciar a sede de saber’ acadêmico tem lugar destacado. (...) Pelas expectativas dos entrevistados, pode-se inferir que a universidade continua a ser representada socialmente como o velho ‘templo do conhecimento’, pouco acessível e restrito a uma elite de ‘iluminados’” (Frutuoso, 1996:99)

O peso atribuído a fazer uma universidade foi, segundo esta autora, bastante enfatizado pelos alunos por ela entrevistados. De forma semelhante, nas conversas que tive com os alunos, estes sempre ressaltaram uma valorização diante dos familiares, amigos e vizinhos, ocorrida como consequência de estarem “estudando na UERJ”. Estes alunos passariam então a serem vistos e tratados com “mais respeito”. Isto é reconhecido por todos e é usado como um dos argumentos que justificam o papel deste tipo de iniciativa na valorização do idoso, como se pode ver na citação abaixo:

“Com efeito, situações desse tipo tem se multiplicado com os freqüentadores da UnATI; a incorporação de novos estoques de capital cultural, para utilizar a terminologia proposta por Bourdieu, tem levado, com freqüência, a um rearranjo da própria estrutura familiar, com a revalorização do membro idoso, anteriormente relegado a uma posição secundária. Nunca é demais lembrar a importância que se dá, em nosso meio, por se freqüentar uma universidade, especialmente em determinados setores de classe média e baixa cujos idosos não tiveram essa oportunidade na juventude.” (Camargo e Veras, 1995:16)

A disposição em valorizar a participação numa universidade não significa que os alunos não façam distinção entre a sua participação na Universidade e fazer um curso superior. Para a maioria dos alunos, a UnATI/UERJ não é, de fato, um curso superior, o que não impede que alguns deles negligenciem esta distinção, favorecendo uma certa ambigüidade entre seus amigos e parentes. Alguns alunos comentam, com mal disfarçado orgulho, como se divertem com o impacto que provocam entre os amigos, familiares e mesmo entre desconhecidos - no ônibus ou na rua -, quando dizem coisas como: “estou indo para a faculdade”, ou “ontem, lá na UERJ...”. A percepção de que não estão, de fato, fazendo um curso superior, não diminui o entusiasmo e a identificação dos alunos com esta UNATI, tampouco minimiza o peso simbólico da Universidade como um determinante de sua participação. Mesmo para aqueles que não a vêem como um curso superior, ou sequer um curso formal, participar dela significa algo mais que estar em um centro de convivência, nas atividades destinadas a idosos nas praças e praias ou simplesmente estar em casa.

A manipulação simbólica da “universidade” revela também aspectos diversificados do significado de envelhecer para alunos cuja origem social é marcada por acentuadas diferenças de *status*<sup>114</sup>. Para muitos alunos, a participação nas atividades da UnATI/UERJ significa a inversão “ritual” de uma posição socialmente desprestigiada, não apenas enquanto “velhos”, mas de pessoas que não tiveram acesso à estudo formal. Sobretudo de nível superior. Mas, para outros, este mesmo “ritual” significa a confirmação de um *status* social anteriormente adquirido.

Para estes, participar de uma “universidade” é uma tentativa de não permitir que a velhice anule marcas de distinção social, freqüentemente ameaçadas por outras circunstâncias como queda dos padrões de rendimentos, redução do consumo cultural (apresentações de dança, teatro, cinema, livros, etc.), retração de círculos de convivência social etc. Enquanto para os primeiros, a participação na UnATI/UERJ traz a possibilidade, ainda que simbólica, de anular traços dessa diferenciação. Para estes alunos, estar na “universidade” simboliza aquisição de saber e cultura,

<sup>114</sup> Peixoto (1997), reconhece diferenças de aspirações e as relaciona com diferenças de *status* social, ainda que de forma distinta da que aqui está sendo sugerida. Para esta autora: “A UnATI corresponderia, assim, a um lugar de aspirações diferentes: aqueles pertencentes às camadas média-

aspectos manipuláveis como elementos de distinção social, geralmente em detrimento das camadas mais baixas da sociedade. Assim, estes alunos podem representar a velhice como oportunidade de aquisição de *status*<sup>115</sup>.

### “Infantilização” e “maternalização”

Uma das formas em que aparece o valor atribuído à “universidade”, por parte dos alunos, é a postura cobrada dos coordenadores em coisas simples como, por exemplo, manter uma pauta de frequência, fazer esquemas no quadro, chegar na hora, ter e respeitar um programa pré-estabelecido ou, em geral, qualquer coisa que imprima um caráter mais formal às atividades. Estes pequenos detalhes são valorizados sobretudo porque demonstram que o coordenador está desempenhando de forma satisfatória seu “papel”. No entanto, muitos alunos valorizam e criam expectativas quanto ao estabelecimento de laços afetivos e informais com os coordenadores, que se sobrepõe ou se alternam a “formalidade” exigida durante as atividades<sup>116</sup>.

Embora a opção por informalidade e por relações mais afetuosas se deva, na maioria dos casos, tanto entre os alunos quanto entre os coordenadores, a questões de temperamento e personalidade, quando é iniciativa exclusiva de um coordenador soa para muitos dos alunos como um tipo de “populismo”. Este “populismo” se expressaria também nas atitudes dos funcionários e de demais profissionais quando estes, por exemplo, lidam com os alunos de modo excessivamente lúdico ou se dirigem a eles como “vovozinhos”, “bonitinhos”, etc. Uma das críticas, tanto de alunos quanto de coordenadores, à este padrão de relações é que nele estaria implícito uma “infantilização” dos idosos.

---

média, que buscam maior informação, e aqueles pertencentes às camadas média-baixa, que procuram um espaço de sociabilidade”(Peixoto, 1997:62).

<sup>115</sup> Isso é reforçado pelas políticas de incentivo ao acesso de pessoas de mais de 60 anos a teatros, cinemas e apresentações de música e/ou dança, seja através da redução do preço dos ingressos, seja com a realização de sessões especiais para a “terceira idade”. São comuns na imprensa relatos de pessoas que somente após os 60 anos, e devido a estas iniciativas, puderam assistir apresentações de música clássica, ou conhecer o Teatro Municipal, por exemplo.

<sup>116</sup> Não se trata, na verdade, de dois tipos de alunos: os que frequentam a UnATI/UERJ buscando estabelecer relações afetivas com os colegas e com os coordenadores, de um lado, e de outro, aqueles que estão lá para adquirir novos conhecimentos. Expectativas quanto ao estabelecimento de relações mais formais e distanciadas - entre alunos e coordenadores, e circunscritas aos papéis de “professor” e “aluno” - podem estar presentes, em um mesmo aluno, que também tenha relações informais e pessoais com alguns dos coordenadores, como bem exemplifica Guerreiro (1993), em relação aos alunos da UNATI da PUCCAMP. Assim como, um coordenador pode ter relações, mais ou menos pessoais, de forma diferenciada para com seus alunos. O que, aliás, é bastante comum em qualquer instituição de ensino.

No entanto, se de fato ocorre uma “infantilização” dos alunos, esta corresponde em grande parte a uma “maternalização” dos coordenadores e demais profissionais, por parte de alguns alunos, que muitas vezes lhe é anterior. Por “maternalização”, entendo as expectativas dos alunos quanto à atitudes paternalistas dos profissionais. Estas expectativas se revelam na forma afetuosa e hedonista com que alguns alunos tratam os coordenadores, lhes conferem uma aura de autoridade e, sobretudo, o modo como os alunos assumem trejeitos infantis e atitudes lúdicas quando junto aos coordenadores, principalmente com aqueles com os quais mantém relações mais próximas<sup>117</sup>. Nestas situações, os alunos não poupam elogios ao profissional, destacando suas qualidades como pessoa, falam o tempo todo do prazer que experimentam nas atividades, do bem-estar e da felicidade que elas lhes proporcionam, trocam abraços afetuosos e, não raro se emocionam ao ponto de ter a fala dificultada. Embora o tom em geral seja de descontração e brincadeiras. Nem todos os alunos agem desta forma, ou assim o tempo todo. Quando falo de “expectativas”, tenho em mente que os alunos freqüentemente “testam” os profissionais com esta “maternalização”. Quando esta é aceita e estimulada pelo profissional, tem continuidade, quando não, o aluno tende a se tornar mais formal e circunspecto.

A afetividade na relação aluno/coordenador é, ao lado de outros, um critério usado por muitos alunos ao escolher uma atividade. Assim, sempre que um coordenador alimenta estas expectativas, mobiliza em torno de si um bom número de alunos, e principalmente, alunos entusiasmados e envolvidos com a atividade.

Olhar o problema desta forma tem a vantagem de não restringir o foco da observação para apenas um dos lados de uma relação complexa: a que se estabelece entre os membros da equipe e os alunos. Assim, não se perde de vista as mediações e o sentido de “mão dupla” dessas relações. A margem de manobras destas relações, alternando a formalidade e impessoalidade de uma aula fortemente marcada pela hierarquia entre professor e aluno, com momentos de pura informalidade, quando são valorizadas as relações afetivas, encontram terreno fértil na UnATI/UERJ, devido exatamente a persistência de seu dilema: estar entre o *saber* e o *lazer*. E talvez seja um dos pontos de sustentação desse dilema. Além disso, são uma das manifestações mais significativas da tendência dos alunos de exprimirem seus sentimentos pessoais como uma forma de relacionarem-se entre si e com a equipe.

---

<sup>117</sup> Comportamento que Birman (1995) chamou de *travestismo juvenil*, uma forma, segundo o autor, de negação maníaca da velhice que se manifesta em comportamentos caricatos nos idosos, enfatizando o caráter lúdico e características e atributos da juventude.

De fato, a despeito das inúmeras formas através das quais podem ser interpretadas, tanto a postura de alguns membros da equipe - que teria uma *infantilização* dos alunos como consequência e pressuposto -, quanto a postura de *maternalização* dos coordenadores, por parte de alguns alunos, o que se deve reter nesse momento é o caráter inequívoco dos sentimentos pessoais e das trocas, mais ou menos intensas, de afetividade e/ou confidências pessoais como instrumentos para o estabelecimento e manutenção de relações no interior da instituição.

O interesse e envolvimento dos alunos com as atividades é considerado um dado importante entre os coordenadores. Em qualquer das atividades sempre se encontra, ao lado de participantes entusiastas, outros com pouco envolvimento e mesmo indiferença. Entretanto, admitir claramente que uma parte de seus alunos poderia estar freqüentando uma determinada atividade “apenas para passar o tempo” é visto como algo que poderia soar como desinteresse causado, ou por um curso pouco atrativo, ou por alguma dificuldade de relacionamento do coordenador para como os alunos. Muitos membros da equipe são pagos através de contratos temporários e provisórios. A instabilidade da instituição sempre traz à tona a ameaça de cortes. De certa forma, aulas cheias, com alunos interessados e dentro do perfil mais “acadêmico”, são vistos como critérios que poderiam representar uma garantia à mais na manutenção de determinada atividade. Não se pode afirmar que isso tenha, com freqüência, relação com algum tipo de “populismo” por parte dos coordenadores, visando atrair muitos alunos. Embora isso ocorra, de acordo com relatos dos próprios alunos. O ambiente é propício, e a posição como professor favorece o desenvolvimento de algo como “lideranças carismáticas”. Ou, mais propriamente, uma atuação personalista exercida a partir da posição, privilegiada, de quem pode falar em nome do saber. O tipo de prática docente que Weber condenou entre os professores universitários de sua época. A situação descrita por Weber (1995 [1917]) pode, quase integralmente, ser transposta à UnATI/UERJ:

“Todo professor terá observado que o rosto de seus alunos se iluminam e que eles se tornam mais interessados quando ele começa a fazer uma profissão de fé, e que o compadecimento a suas preleções aumenta entremente pela expectativa de que irá agir desse modo. Além disso, todo mundo sabe que, em sua competição pelos estudantes, quando as universidades tomam decisões relativas à promoção de docentes, freqüentemente dão primazia a um profeta, ainda que de menor importância, que possa lotar as salas de aula, sobre um estudioso muito mais ponderado e mais equilibrado que não apresente suas próprias avaliações.” (Weber, 1995:368)

A citação acima apresenta dois aspectos que podem ser encontrados na UnATI/UERJ. A manifestação de posições pessoais, freqüentemente polêmicas, do professor em sala de aula e, mais genericamente, a expressão de uma “personalidade” ou de um “carisma” como atrativo nas aulas, bem como a utilização disso como um recurso para conquistar mais alunos. Não está ausente da

prática de muitos coordenadores este tipo de postura durante suas atividades, seja por questões de personalidade, seja por razões mais pragmáticas, assim como não está ausente da proposta da UnATI/UERJ que tais artifícios sejam usados.

Isto não passa despercebido para muitos alunos que, em geral, tem uma opinião bastante perspicaz sobre as pessoas de seu convívio. Os alunos constantemente, avaliam e divulgam entre si a performance dos coordenadores e a maioria escolhe as atividades mais pelo coordenador que pelo conteúdo da atividade. O que remete às afirmações da citação acima, que sugerem, como de fato ocorre na UnATI/UERJ, que determinadas posturas dos coordenadores são, em parte, respostas a uma demanda específica dos alunos. O repertório de respostas inclui tanto o “carisma” de um coordenador, visto pelos alunos como uma pessoa de grande conhecimento, quanto a “infantilização” dos alunos.

Se o peso simbólico atribuído à universidade é determinante, em muitos sentidos, da própria concepção da UnATI/UERJ e da participação dos alunos, nas práticas e relações cotidianas as referências à universidade - enquanto modelo - são flexibilizadas dentro de limites que permitem à instituição mobilizar um contingente significativo de alunos muito diferentes entre si. A flexibilidade do modelo “universidade” se revela, por exemplo, nas pautas de frequência, que até 1996 eram exatamente as mesmas pautas oficiais utilizadas pelos demais cursos regulares da universidade. No entanto, aparentemente sem a mesma função, uma vez que nem sempre eram preenchidas pelos coordenadores (e raramente de forma correta), tampouco eram exigidas pela secretaria.

A falta de controle sobre a frequência dos alunos, e sobre o número de atividades nos quais estes se inscrevem, apesar de somente serem permitidas 3 inscrições (ver página 111), são exemplos da percepção - ou resignação - da equipe quanto a inadequação de regras rígidas. Assim como, a relativa facilidade com que os alunos entram e saem dos cursos, e burlam esta e outras normas sem grandes constrangimentos, são exemplos de uma certa resistência destes à plena efetivação do modelo “universidade”.

Esta flexibilidade permite também aos coordenadores manter alunos com diferentes expectativas frequentando as atividades e, sobretudo, permite aos alunos, negociar sua relação com a instituição, ou com atividades particulares, de forma a instrumentalizá-la, compatibilização suas expectativas de “lazer”, com suas pretensões de “saber”, pois os alunos podem ao mesmo tempo

satisfazer suas demandas por atividades de lazer, afirmar sua participação na “universidade”, assim como podem obter novos conhecimentos.

### **Público e privado**

A observação mais atenta das demandas e expectativas que os alunos trazem às atividades possibilita algumas interpretações adicionais sobre a UnATI/UERJ. Como já foi de certa forma aludido, duas tendências podem ser observadas com maior frequência na forma como os alunos se comportam, sobretudo em relação aos coordenadores. Uma passa pela expectativa quanto ao estabelecimento de laços afetivos entre alunos e coordenadores (que no limite assumem formas caricaturais que podem ser descritas como: *infantilização* e *maternalização*), e a outra passa pela formalidade e impessoalidade que caracterizariam este espaço como continuidade do “espaço público”, em que o desempenho é regulado pela avaliação das habilidades cognitivas e a sujeição do comportamento, sobretudo das expressões de emoções, à normas mais rígidas de “etiqueta”. Enquanto, ao serem valorizados laços afetivos, pesariam mais as habilidades dos alunos em expressar emoções capazes de criar e manter momentos de intimidade e cumplicidade. Estas questões nos remetem a uma discussão sobre papel da UnATI/UERJ na organização das relações sociais cotidianas de alunos que são também idosos.

Peixoto (1996), preocupada com a sociabilidade dos idosos e suas estratégias de interação, compara a situação de idosos no Rio de Janeiro e Paris, apontando diferenças entre as duas cidades, mas afirmando a possibilidade de comparação quando se tem como critério a “criação de manifestações espontâneas de sociabilidade no espaço público” (Peixoto, 1996:138), e a criação de laços de identificação entre territórios urbanos específicos - como as praças e jardins de Paris, e as praças e a parquia no Rio de Janeiro - e o grupo etário dos idosos. Na análise da autora, os idosos participam do espaço público e se associam por laços de identificação em um espaço territorial próprio, sem se constituir, no entanto, como uma cultura à parte, visto que seu *ethos* é fortemente marcado pelos valores inerentes à camada social a qual pertencem. Estes espaços são simbolicamente marcados como “territórios de velhos”, com efetividade mas também com flexibilidade suficiente para permitir contato com outras gerações, ao contrário dos clubes e associações para a “terceira idade” onde, por definição, o pertencimento é dado pela idade. Da mesma forma, outros critérios, como *status* social, embora se manifestem na seleção de amigos e parceiros para jogos amorosos, são também suficientemente flexíveis para garantir um estoque de contatos e interação entre diferentes gerações.

Essas estratégias de sociabilidade garantiriam, segundo a autora, a conquista de um espaço e de um sentimento de pertencimento, distinto dos sentimentos e da dependência envolvidos nas relações familiares. Assim, os espaços públicos podem se constituir como alternativa para a retração das relações sociais que acompanham o envelhecimento, constituindo-se uma forma de assegurar a sociabilidade em que a performance individual não é desconsiderada. A autora destaca que a construção da sociabilidade dos idosos nesses espaços públicos se dá através de comportamentos codificados como, por exemplo: o modo como se comportar durante partidas de cartas e trapaceiras nas restrições impostas por familiares aos “jogos amorosos” nos bailes públicos, bem como a própria sedução envolvida neles, entre outros.

Nos jogos de cartas observados pela autora, por exemplo, em uma praia do Rio de Janeiro onde se reúnem aposentados que formam um “clube” dedicado a jogos de carta, gamão e xadrez, a lógica que controla a seleção de parceiros e adversários - que podem ser, em diferentes proporções: honestos ou trapaceiros, alegres e divertidos, ou jogadores hábeis - expressa a própria representação que se tem do jogo e, conseqüentemente, do significado que tem estar jogando. A maneira de jogar cartas, dançar ou se portar em público são, portanto, parte constitutiva das estratégias de sociabilidade dos idosos, que dependeria, assim, também de performances individuais e modos de agir convencionados, aos quais a autora se refere apropriadamente como uma *mise-en-scène*.

Esta mesma autora, a partir da pesquisa anteriormente citada (Peixoto, 1997 e Nunes & Peixoto, 1994), lista os motivos declarados pelos alunos para se inscreverem na UnATI/UERJ (ver: Tabela 4, página: 108). Estes, segundo a autora, revelariam ser a sociabilidade a principal razão que levaria os alunos a participar desta UNATI<sup>118</sup>. O número alto de alunos que declararam ter feito novas amizades, em contraste com um número significativamente menor de alunos que cultivam estas amizades fora do espaço da UnATI/UERJ, é interpretado pela autora como um indicador da dificuldade dos alunos em: “transformar as relações tecidas no espaço público e, portanto, efêmeras, em relações privadas” (Peixoto, 1997:86). Refletindo especificamente sobre a UnATI/UERJ, afirma a autora:

“Um mergulho na análise de representações do espaço nos permite distinguir dois eixos classificatórios: um de uso coletivo e aberto, como a rua, as praças, as escolas e o trabalho, etc. E o outro privado e fechado, como a casa, principalmente. Assim, as relações que se desenvolvem nestes lugares pertencem conseqüente e respectivamente, aos domínios público e privado. Ou seja, a

118

Segundo a autora: “De um modo geral, as pessoas de mais idade não encontram na vida cotidiana a grande diversidade de práticas sociais, a gama de sentimentos e sensações que ainda desejam viver. É por isso que invadem certos espaços públicos como as praias e praças, assim como voltam aos bancos de escola.” (Peixoto, 1997:66)

apropriação simbólica do espaço público se constrói através de uma gama de sentimentos de pertencimento e identidade. Na verdade, na lógica da representação social do espaço nada é exclusivamente público ou privado; o recorte simbólico do espaço urbano é relativo (Vogel, 1981). No imaginário das pessoas de mais idade que freqüentam programas para terceira idade, a UnATI simboliza um território suspenso entre o público e o privado, entre a rua e a casa ou, simplesmente, o salão de festas de antigamente.” (Peixoto, 1997:86)

Embora a questão da “terceira idade” não seja diretamente o foco de seu trabalho, Barros (1998) desenvolveu um estudo de caso com um grupo de mulheres entre 60 e 80 anos, de camadas médias do Rio de Janeiro, que participam de atividades em uma instituição ligada à igreja católica. Atividades representadas como um “trabalho”, ainda que não formalizado por relações trabalhistas, e que já era realizado antes que estas mulheres pudessem ser classificadas como idosas. Através de um estilo de vida que privilegia o trabalho e relações sociais não familiares ou domésticas, estas mulheres acionavam uma identidade pública, associada a uma imagem de mulher que trabalha, por oposição a uma imagem de mulher-idosa, cujo universo se restringe a esfera privada e familiar. Com isso, deslocam a questão da velhice para um plano secundário e se fortalecem como indivíduos.

A partir de um determinado momento da vida de cada uma das mulheres entrevistadas pela autora, ocorre uma intensificação da dedicação à estas atividades, que passam a ser vividas como um “projeto para a velhice” (Barros, 1998:153). O que motivou essa nova relação foi a “idéia de um fim de vida que podia ser concretizado pela morte ou pela perda da consciência de si mesmo” (Barros, 1998:154). O trabalho dá um aspecto público à suas vidas, uma marca específica à velhice que viviam, e representa uma recusa, enquanto indivíduos, de envelhecer de forma reclusa em um espaço - família e o âmbito doméstico - onde são menores suas possibilidades de individualização.

“O projeto que estabeleceram para velhice é um projeto que, se por um lado, é elaborado por elas enquanto indivíduos, por outro se concretiza de fato na exacerbação dessa individualidade - é a própria realização dessa individualidade. Sua expressão se dá por um movimento de exteriorização em relação à família, que representa o aspecto de não-indivíduo, aspecto que é relacionado a uma estrutura familiar em que a mulher velha é particularmente situada.” (Barros, 1998:164).

As considerações das duas autoras indicam como podem ser são complexas e cheias de matizes as relações entre público e privado, sobretudo quando aplicadas a situações em que estejam envolvidas pessoas idosas. De fato, a aplicação mecânica de categorias como “público” e “privado” impede que se avalie a UnATI/UERJ em toda a sua complexidade, pois se trata de um programa que oferece a seus alunos uma alternativa ao “espaço público” - que a velhice lhes teria subtraído, sobretudo com a aposentadoria - através de uma “imagem” da instituição como um espaço altamente formalizado e impessoal, com as relações mediadas por papéis como professor e aluno, e marcadas por hierarquias nas quais o “saber” e o “carisma” são importantes critérios de classificação.

Manter viva a idéia de que se trata de uma “universidade” parece atender as expectativas dos alunos quanto a participar de atividades que gozam de um certo prestígio social e os associam a uma vida pública ativa, por oposição a uma dependência da vida doméstica e familiar. Cabe, principalmente, à equipe, mas também aos alunos, em menor proporção, manter esta idéia ativa através de uma *mise-en-scène* própria. O que não significa dizer que as atividades sejam “artificiais” ou “falsas”, mas que tão importante quanto seu “conteúdo” são as possibilidades que abrem para os alunos representarem, através delas, o modo como estão gerindo sua experiência de envelhecer.

Ao mesmo tempo, estes alunos buscam imprimir às relações cotidianas aspectos de intimidade e afetividade normalmente opostos ao que seria típico da vida pública, em momentos nos quais a formalidade passa a ser vista como “artificial” e uma restrição à plena integração entre alunos e coordenadores. Se a *mise-en-scène* que se caracteriza por papéis como professor e aluno, e que tem a universidade como referência, tem sua origem e significados mais facilmente compreendidos, a tendência paralela de imprimir às relações um tom mais emocional, e assim construir maior intimidade, tem um significado um pouco mais complexo. Esta Segunda tendência não deve ser vista como uma tentativa de se reproduzir nesse espaço características do ambiente doméstico e familiar.

A capacidade individual dos alunos de superar a formalização dos papéis de professor e aluno e converter, através de sua performance, as relações com os coordenadores em relações de “intimidade” são critérios de avaliação de seu desempenho tão ou mais importantes e convencionados que suas habilidades enquanto alunos. Nesse sentido, a intimidade e afetividade são estratégias de construção e manutenção de relações sociais. Esse estilo de comportamento, que eu aqui chamarei de “intimidade pública”, é marcado por uma “pessoalidade” exacerbada, que se caracteriza pela exposição sistemática de emoções através de ações ou da verbalização de sentimentos pessoais. A esta exposição eu me refiro como “expressões de subjetividade”.

O próximo capítulo, ao apresentar situações encontradas durante as atividades, procura adicionar elementos para uma definição mais clara das afirmações acima, bem como pretende formular interpretações sobre as relações entre os alunos e a instituição.

## ALUNO? IDOSO? VELHO?

Em geral, impera entre os coordenadores uma tendência a ajustar o ritmo das aulas ao da maioria dos alunos, mais como resultado de bom senso de que como estratégia pedagógica propriamente dita. Em turmas muito heterogêneas, as diferenças de motivação entre os alunos, aliadas a uma contínua disposição de falarem de si próprios, sobretudo quando se está discutindo um assunto pelo qual não há interesse ou que não é considerado pertinente, causam inúmeras dificuldades. Uma estratégia dos alunos é, quando o assunto abordado não está sendo compreendido, ou quando é algo com o qual eles não concordam, sem o menor constrangimento, um deles muda de assunto e começa a contar histórias pessoais, que muitas vezes não guardam qualquer relação com o assunto abordado.

Além disso, outro momento em que os alunos tendem a assumir a condução das aulas, com grande entusiasmo, é quando se discutem temas do cotidiano, principalmente se forem assuntos polêmicos ou de evidência na mídia. A predisposição dos alunos em discutir determinados temas é um indicador das demandas que esperam serem atendidas na UnATI/UERJ. A preferência por temas do cotidiano, sobretudo relativos a assuntos pessoais, revelam que informações novas e originais sobre a “vida” que levam em seu dia-a-dia são de grande interesse, assim como é grande o interesse em manter-se atualizado e com informações mais “qualificadas” sobre a realidade que lhes chega através da televisão ou de outra mídia, e sobre o qual seu repertório de informações é mais restrito. O interesse por informações prosaicas do dia-a-dia e por assuntos mais abrangentes pode tanto ser entendido como uma tentativa dos alunos de buscar recursos com os quais melhor se situar no mundo em que vivem quanto, mais simplesmente, como uma fonte de assuntos e subsídios para discutirem com seus familiares e amigos.

No entanto, o que mais chama a atenção é como o interesse dos alunos se alterna constantemente entre os conteúdos das aulas, histórias pessoais e de familiares, e a própria UnATI/UERJ: seus alunos, professores, o cotidiano da instituição e questões mais “políticas” sobre a universidade. Todas estas questões fazem parte do repertório comum a todas as atividades, mesmo aquelas que não envolvam aulas propriamente ditas.

Se tópicos de conversação podem ser considerados como indicadores das fronteiras simbólicas de um grupo, os conflitos sinalizam suas áreas limite. Por vezes velados, outras vezes explícitos, os conflitos mais freqüentes entre os alunos giram em torno de acusações de que determinados alunos “só querem aparecer”, ou que: “não deixariam o coordenador falar”, além de divergências de opinião sobre um assunto qualquer. De fato, para muitos alunos, se expressar e obter algum tipo de retorno do coordenador sobre suas opiniões e comentários é mais importante que o aprendizado dos conteúdos da atividade, e os conflitos ocorrem mais pelos excessos derivados disto e menos em função de divergências em relação a um assunto determinado.

Estas divergências, resolvidas ou não, permanecem circunscritas à duração da atividade, enquanto as críticas ao comportamento de colegas extrapolam estes limites, denunciando, de certa forma, uma maior gravidade. Por mais de uma vez fui procurado por alunas queixando-se de que alguns colegas tentavam monopolizar as aulas. Na segunda vez, as críticas foram subtilmente direcionadas à minha tolerância em relação a estes alunos, mais do que a eles próprios.

Os alunos têm uma rotatividade grande entre as atividades, pois muitos se inscrevem em várias delas ao mesmo tempo, apenas para conhecê-las ou ao coordenador. Se um coordenador muda uma de suas atividades, é comum alguns de seus alunos acompanharem-no para a nova. Quando o aluno, por uma razão qualquer, deixa de freqüentar uma atividade, faz questão de se justificar de forma enfática com o professor. Sempre através de argumentos que deixem claro que ele, aluno, não está deixando a atividade por vontade própria, mas por circunstâncias que lhe são alheias. Esses argumentos vêm sempre acompanhados de elogios à atividade e ao coordenador e enfatizam o interesse do aluno pela atividade, bem como promessas de retorno “assim que der”.

Casos pouco comuns em que o coordenador deixa a instituição revelam aspectos significativos das relações afetivas que se estabelecem entre os alunos e os coordenadores. Dois exemplos ilustram bem esta situação. No primeiro, o contrato de uma coordenadora, psicóloga, foi suspenso pela UERJ (com o argumento de que os quadros da UERJ poderiam suprir a instituição de profissionais de Psicologia) uma semana antes do reinício das atividades. Seguiu-se grande mobilização e comoção entre seus alunos, sem que fosse possível contornar a situação. Até hoje, cerca de três anos depois, ex-alunas da atividade suspensa manifestam sua inconformidade.

No segundo, uma coordenadora optou, por razões profissionais, por encerrar suas atividades na UnATI/UERJ. Seus alunos passaram a lhe enviar cartas ou ligar diariamente para sua casa, alguns

chorando ou muito emocionados, tentando dissuadi-la. A situação só foi minimizada com o compromisso de se reunirem, informalmente, pelo menos uma vez por mês.

A intensidade das relações entre os alunos e os coordenadores varia de acordo com o perfil da atividade e o temperamento do coordenador, sendo uma preocupação comum a equipe como um todo que estas relações não se cristalizem em algum tipo de dependência que crie situações de constrangimento como as citadas acima, e que vão em direção contrária aos ideais de autonomia e independência na velhice que inspiram a instituição. O que contrasta, em parte, com as estratégias, tanto de alguns coordenadores, quanto da instituição como um todo, visando atrair e manter mobilizado um grande número de alunos muito diferentes entre si, que inclui, matizar as atividades com laços afetivos e com o “carisma” dos coordenadores.

### **O “idoso” da Gerontologia e os alunos**

Não raro as atividades são encaradas como uma espécie de “terapia”, em sentido próximo ao que as ciências psicológicas emprestam ao termo. Enquanto algumas admitem parcialmente ter este caráter, na maioria delas não se cogita qualquer proposta “terapêutica”. O que não as tornam isentas de serem assim encaradas pelos alunos e, de certa forma, desempenharem algum papel nesse sentido, apesar de haver no ambulatório atendimento psicológico.

No entanto, os coordenadores não recebem nenhum tipo de orientação sobre como lidar com essa questão. Assim como não são orientados sobre como lidar com inúmeras características que o discurso gerontológico atribui ao “idoso”, tais como deficiências auditivas, de compreensão, ou mesmo com situações excepcionais como problemas de saúde que podem ocorrer entre os alunos durante as atividades. A inexistência, na UnATI/UERJ, de uma pedagogia específica para idosos é percebida como um vácuo a ser preenchido, e é uma evidência das dificuldades da equipe em lidar com as diferenças entre seus alunos e as ferramentas teóricas da Gerontologia. A instituição não prepara e não está preparada para atender o “idoso”, objeto de discursos da Gerontologia, em parte pela própria imagem de velhice que fundamenta suas atividades e inspira seus ideais e, também, pelo perfil dos seus alunos.

Dois aspectos dessa discrepância entre os alunos da UnATI/UERJ e o “idoso”, objeto de discursos da Gerontologia, podem ser exemplificados, ainda que sumariamente, pela forma contraditória com que a instituição lida com a idéia de morte e depressão.

O discurso e a prática da Gerontologia admitem que é freqüente a depressão entre idosos<sup>119</sup>, ao mesmo tempo que, quando intermitente e sem origem em um evento específico, a consideram um dos principais sintomas de um “envelhecimento não adequado”. Na UnATI/UERJ “sintomas depressivos”<sup>120</sup>, ou melhor, a ausência deles, são considerados um indicador preciso, e a maior evidência de que suas atividades contribuem significativamente para uma melhor adaptação à velhice, pois não são poucos os alunos que relatam a superação de crises depressivas através da participação nestas atividades.

No entanto, não há nenhum preparo dos coordenadores para lidar com manifestações de depressão entre seus alunos, e nenhuma rotina institucionalizada de encaminhamento para atendimento psicológico. Manifestações de depressão entre os alunos ocorrem, como provavelmente devem ocorrer em qualquer instituição que mobilize um grande contingente de pessoas quotidianamente, mas esta só é reconhecida e discutida quando ausente, ou seja, quando pode ser utilizada como um indicador de envelhecimento “bem-sucedido”.

Quando há indícios de que algum aluno está muito “triste” ou “chateado”, nem sempre isto se traduz na percepção de que o aluno estaria “em depressão”. Mesmo quando a depressão é “reconhecida”, a tendência é considerá-la como circunscrita a uma particularidade desse aluno, e de algum evento de sua vida privada. Fora, portanto, da esfera de ação da instituição. Ao menos da esfera formal de ação.

É claro que nesses momentos uma rede informal de apoio e solidariedade se aciona, dependendo do caso e dos laços constituídos em torno do aluno, que podem inclusive envolver coordenadores e demais membros da equipe. O que, no entanto, não diminui o significado da ausência de preparo dos coordenadores para lidar com este tipo de situação.

---

<sup>119</sup> A depressão no idoso, e o repertório de possibilidades de medi-la e tratá-la, são um dos temas mais recorrentes tanto na literatura gerontológica quanto em seus congressos e seminários, bem como tópicos obrigatórios em todos os cursos de Gerontologia. A atual tendência é considerar que um idoso depressivo foi um adulto depressivo. Além do que, não se conhece haver indícios na fisiologia do corpo envelhecido que o tornaria mais propício a crises depressivas, sendo a maior incidência de depressão entre pessoas de mais de 65 anos, comparado com outras faixas etárias, justificada como consequência da discriminação contra os idosos e ausência de papéis sociais para pessoas mais velhas. Sobre a incidência de depressão entre os idosos, em particular na cidade do Rio de Janeiro, ver Veras (1994).

<sup>120</sup> Tais como tristeza, fadiga, desesperança, pessimismo, irritação freqüente e sem motivos aparentes ou suficientes, alterações no sono, falhas na memória, lentidão no pensamento, desinteresse pelas atividades habituais ou desinteresse por tudo e por todos, dores inexplicadas, etc. O que é um sintoma de depressão, e se sua presença é ou não indicativo de depressão, varia muito entre os Gerontólogos.

Embora não seja abertamente discutida, a presença de sintomas de depressão entre os alunos é uma preocupação constante de cada coordenador, pois tem reflexos no comportamento dos alunos durante as atividades, porém, não há uma discussão formal sobre o assunto, nem recomendações sobre como proceder nestes casos.

Em contraste com isso, casos de alunos que passaram por crises agudas de depressão, mais ou menos intensas, e que relatam ter obtido uma melhora freqüentando as atividades da UnATI/UERJ, são rotineiramente lembrados e acionados, nos mais diversos momentos, com requintes de elaboração, sempre como evidência do papel positivo da instituição na promoção de um envelhecimento adequado.

Ainda mais complexa é a forma como a instituição se relaciona com a idéia de “morte”, e que só se torna manifesta em situações limite. Durante uma atividade, uma aluna sentiu-se mal vindo a falecer poucos minutos depois, apesar de prontamente atendida, em uma situação em que pouco poderia ter sido feito. A reação imediata, em meio a muito desconforto, foi a constatação de que a morte de um aluno é uma possibilidade que não pode ser prevista e que deveria ser melhor discutida, até mesmo devido ao fato de o contingente mobilizado pela UnATI/UERJ estar envelhecendo dentro da instituição, pois a tendência dos alunos é de continuar indefinidamente participando das atividades. Assim, argumentou-se na época que a “morte” não poderia ser tratada, a exemplo do que aconteceria na sociedade em geral, como *tabu*, ou seja, um assunto não abertamente discutido, em relação ao qual todos teriam dificuldades de lidar e, em especial, não poderia ser visto como um assunto a ser evitado pelos supostos constrangimentos que criaria aos alunos. Ao contrário, todos - alunos e equipe - deveriam abertamente discuti-la<sup>121</sup>.

No entanto, apesar do desconforto que se seguiu à morte dessa aluna, não mais se voltou ao assunto. Certamente menos por se tratar de um *tabu* na cultura ocidental, como se argumentava, e mais pela percepção de que a “morte” é uma realidade que não combina com o ideal que a instituição transmite, nem com o modo como os alunos se comportam, tampouco com suas condições gerais de saúde<sup>122</sup>. De fato, em apenas duas ocasiões, nos dois anos em que estive na

---

<sup>121</sup> Uma pesquisa relacionada à morte, proposta à Gerência de Pesquisa, foi rejeitada por se utilizar de um questionário com perguntas que fazia alusão a eventuais mortes recentes de pessoas próximas ao entrevistado, este questionário foi considerado, na época, potencialmente depressivo.

<sup>122</sup> Em geral, pelos dados disponíveis no ambulatório, e pelo que se pode constatar com os profissionais de saúde da instituição, as condições de saúde dos alunos estão acima do perfil geral da população brasileira nessa faixa etária. Para dados sobre a saúde dos alunos, em comparação com ao perfil da população, idosos ver Andersen (1997). Ver também Veras (1994), sobre as condições de saúde dos idosos na área urbana do Rio de Janeiro.

UnATI/UERJ, a morte de um aluno foi tratada nas reuniões de equipe. No caso acima e quando uma aluna, muito popular, faleceu em um acidente de carro durante uma viagem de férias. Novamente se cogitou uma discussão sobre a morte que preparasse os alunos e a equipe para conviver com essa possibilidade. O resultado foi a realização de uma cerimônia ecumênica na capela da universidade, proposta por um coordenador - médico - com a intenção de não só homenagear esta aluna, e outros alunos que tenham falecido mas, em suas palavras: “criar um ritual para lidar com a morte”<sup>123</sup>.

Fora do contexto imediato a estes episódios, o assunto não repercute entre alunos, e não mobiliza os profissionais na adoção de qualquer iniciativa. Porém, ressurge eventualmente em conversas informais. Sempre que o assunto foi mencionado, nas conversas em que estive presente, não me pareceu, contrariamente à opinião disseminada, que houvesse qualquer necessidade de tornar esse tema explícito, mesmo porque nunca me pareceu que ele estivesse “deliberadamente oculto”. A ausência desse assunto no conteúdo das aulas (que, em grande parte, é determinado pelos interesses dos alunos), não é, como várias vezes foi sugerido, um sintoma de medo da morte por parte dos alunos ou do *tabu* que na nossa sociedade envolveria esse fenômeno, embora ambos possam existir.

Sempre me pareceu que esta relativa ausência não seria mais ou menos significativa que qualquer outra, e que a necessidade que alguns profissionais afirmavam existir, baseados nessa ausência, de se desenvolver um modo qualquer com o qual deveriam lidar com a “morte”, embora tivesse seus argumentos ancorados na possibilidade empírica (ainda que não determinada) da morte de algum aluno, tinham como origem o pressuposto de uma proximidade entre velhice e morte. Sempre me pareceu, também, que esta associação - velhice e morte - fosse mais uma preocupação da equipe que dos alunos, e circunscrita a alguns momentos particulares. Se ela de fato existe, entre os alunos, tem conseqüências que extrapolam o âmbito da instituição, afinal se eles aceitam tal proximidade com a morte, isto deve perpassar todo seu comportamento em, provavelmente, todos os momentos de sua vida<sup>124</sup>. Enquanto para os profissionais, o escopo em que lhes afeta a possibilidade real de um episódio como o descrito acima, diz respeito ao cotidiano imediato da instituição e ao contato que tem com os alunos, isto limita o alcance de suas conseqüências e dos constrangimentos que podem lhe suceder, a uma intensidade que não justifica nenhuma iniciativa concreta, sequer uma elaboração mais clara quanto a forma como abordar o problema. No entanto, a associação lógica

---

<sup>123</sup> Estes termos foram usados pelo coordenador, durante a reunião de equipe em que apresentou a proposta, para justificar a realização periódica deste tipo de cerimônia, e não apenas quando ocorresse a morte de algum aluno.

<sup>124</sup> Para um exemplo sobre o impacto da idéia de morte, ou mais propriamente, da idéia de fim da vida sobre o comportamento cotidiano de mulheres idosas, ver Barros (1998).

entre velhice e morte permanece viva no horizonte, a ponto de reiteradamente confundir a ausência de discussão sobre morte com um indício de sua presença.

A forma ambígua de se lidar com a depressão, associando-a a um “envelhecimento não adequado”<sup>125</sup>, apenas para fazer de sua ausência um índice de um “envelhecimento adequado”, considerando menos sua existência concreta que sua existência “teórica”, assim como, de modo inverso, uma suposta necessidade (teórica) de preparar alunos e profissionais para lidar com a morte, revelam que, muitas vezes, os profissionais estão mais preocupados com a velhice e suas possíveis conseqüências que os próprios alunos.

O fato de estas preocupações não encontram eco no comportamento cotidiano dos alunos, bem como, serem “relativizadas” pelos ideais da UnATI/UERJ, sinalizam a dificuldade de se lidar simultaneamente com o “idoso” objeto da Gerontologia e os alunos da UnATI/UERJ. Essa dificuldade aparece também na resistência dos profissionais aos conteúdos do discurso da Gerontologia. Estes se fazem presentes através de uma coletânea de textos selecionados por um gerontólogo, e que fica a disposição de todos, cuja utilização, ao que parece, não é comum, e em 3 atividades: um curso de Gerontologia oferecido pelo departamento de psicologia da UERJ, juntamente com a UnATI/UERJ; o “Seminário de educação Gerontológica” e um conjunto de seminários com o nome de “Noções Básicas de Geronto-Geriatria”.<sup>126</sup>

O “Seminário de Educação Gerontológica” se destina aos alunos e tem por objetivo: “permitir ao aluno através do repertório potencial do passado, redimensionar o seu cotidiano e o devir”. O curso oferecido pelo departamento de Psicologia tem em seu programa aulas que são oferecidas por diversos professores, da UnATI/UERJ ou convidados. Os temas variam bastante e, durante o segundo semestre de 1994, quando tive oportunidade de assisti-lo integralmente, foram

<sup>125</sup> A pluralidade de atividades reflete a amplitude de ofertas de “tecnologias” de profilaxia do envelhecimento. Na UnATI/UERJ, podem ser encontradas práticas como Taichi, medicina natural, atividades fisioterápicas, prática de exercícios físicos, antiginástica, atividades lúdicas, “educação gerontológica”, etc. Todas, de alguma forma, apresentam uma noção de envelhecimento “não adequado”, e se justificam como recursos para evitá-lo.

<sup>126</sup> Os textos são organizados pelo mesmo gerontólogo que coordena as atividades a seguir, trata-se de um apanhado de textos publicados originalmente no Brasil ou outros países, todos dedicados a velhice e envelhecimento, e agrupados em volumes temáticos. A bibliografia de textos publicados por profissionais da UnATI/UERJ praticamente ignora estes textos, daí a impressão de não serem uma referência usual, segundo o coordenador, em opinião expressa em comunicação pessoal, isto se deve ao desinteresse dos profissionais por atualizações bibliográficas, por pesquisas e estudos sistemáticos das fontes disponíveis, fruto de um desinteresse, na opinião dele ainda maior e mais grave, em se estudar sistematicamente a Gerontologia.

distribuídos nos seguintes módulos: Sociedade e Envelhecimento; Desenvolvimento Psicológico e Redes Sociais; Aspectos Biológicos; Políticas Sociais, Promoção e Educação em Saúde do Idoso<sup>127</sup>.

O curso inclui ainda visitas às instituições voltadas para o cuidado de idosos, como asilos e casas geriátricas, seu público alvo são os estudantes de graduação da UERJ, principalmente do curso de Psicologia. Tanto o “Seminário de Educação Gerontológica”, quanto o curso acima, são concebidos “pelos” e não “para” os profissionais da UnATI/UERJ. Ou seja, representam uma sistematização dos conteúdos da Gerontologia na forma de um produto a ser fornecido pela UnATI, e não para consumo próprio. Já os seminários: “Noções Básicas de Geronto-Geriatria”, que existem desde o início das atividades, seriam, em princípio, destinados a equipe da UnATI/UERJ.

A idéia inicial dos seminários era discutir os principais conceitos da Gerontologia, apresentados por um gerontólogo, responsável pela organização, e por alguns dos coordenadores. No início da UnATI/UERJ, diferentes pessoas foram recrutadas ou se ofereceram para lá trabalhar, muitas das quais sem nenhum tipo de experiência com idosos, e os seminários foram idealizados para suprir o que era percebido como uma deficiência, não apenas a falta de experiência propriamente dita, mas daquilo que deveria ser a principal marca da instituição, ou seja, um conhecimento especializado. A fala a seguir, extraída de um entrevista feita com o gerontólogo responsável tanto pelos seminários, quanto pela seleção dos textos mencionada logo acima, ilustra isto:

“[eram, os profissionais] pessoas que não tinham nenhum trabalho junto com idosos. Se tinham, mais não tinham uma leitura, entendeu, metodológica, entendeu, quais os referenciais que tem que trabalhar, não tinham. As pessoas um pouco, digamos, (...) improvisadas! Com boa vontade, e outra coisa também, muitas pessoas entravam e apresentavam um projeto porque, achavam que era currículo, achavam não, acham, quer dizer, você ter uma atividade na UnATI é currículo para o profissional”

<sup>127</sup> Neste semestre, o programa do curso foi: Apresentação do Curso: O que é a UnATI; **unidade I: SOCIEDADE E ENVELHECIMENTO**; O que é Gerontologia; Ética, Saúde e Envelhecimento; Produção Social e Envelhecimento; Epidemiologia e Envelhecimento; Direitos Sociais e Legislação; Trabalho e Aposentadoria. **unidade II POLÍTICAS PÚBLICAS**; Políticas Sociais em Saúde; Espaços de Atenção; Meio Ambiente e Terceira Idade; Barreiras Arquitetônicas. **Unidade III DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO E REDES SOCIAIS**; Criatividade e Auto Expressão na 3ª Idade; Psicologia do Envelhecimento; Características Psicológicas do Idoso; Relação Familiar e Relação Interpessoal; Sexualidade e Velhice; Espiritualidade e Envelhecimento; Velhice e Morte; estágio de Psicologia junto à 3ª Idade. **Unidade IV PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE DO IDOSO**; Alteração Fisiológica do Envelhecimento; Fatores de Risco. Medidas Gerais de Manutenção de Saúde e Qualidade de Vida; Atividades Físicas na Terceira Idade; Nutrição e Terceira Idade; Discussão Interdisciplinar; Conceito ampliado da Saúde; Abordagem Multidisciplinar da Questão da Saúde; Trabalho de Grupo de Prevenção e Promoção da Saúde (GPPS); Trabalho com Cuidadores.

A realização desses seminários, bem como a própria inserção desse gerontólogo, simboliza a presença da Gerontologia na UnATI/UERJ, ambas se confundem, como neste trecho, ainda da mesma entrevista, que tem os Seminários como referência:

“(...) o objetivo, inclusive o meu quando vim para aqui, é tentar um pouco trabalhar essa questão da Gerontologia, quer dizer, (...) não digo um certo nivelamento (...), mas, eu vim um pouco para fazer esse seminário de formação gerontológica exatamente para colocar alguns conceitos e categorias que são comuns à Gerontologia e à Geriatria, quer dizer, eu vim um pouco digamos assim, não digo um diapasão, quer dizer, um pouco mexer com essa carpintaria gerontológica. (...) e a gente sentiu no início muita dificuldade de passar essa idéia”

No primeiro Seminário, foi proposta uma lista de 17 temas que deveriam ser abordados ao longo dos seminários seguintes. O coordenador pediu que os participantes listassem estes temas de acordo com seus interesses e dúvidas, para assim determinar uma prioridade. Sintomaticamente, o item mais citado foi: “o que é uma UNATI?”. Embora todos sejam muito reticente quando comentam o início destes seminários, pode-se perceber que nele surgiram conflitos que fizeram o responsável se aborrecer e desistir da participação dos demais coordenadores nas discussões, reforçando sua percepção de que os profissionais, na sua maioria, não teriam interesse pela Gerontologia. Estes conflitos estariam, pelo que me foi possível perceber nas alusões aos primeiros seminários, principalmente relacionados ao nível de abstração dos conteúdos apresentados e a distância que os separa da realidade cotidiana da UnATI/UERJ.

Atualmente, os seminários são freqüentados quase exclusivamente por pessoas de fora, e o coordenador se responsabiliza integralmente pelos conteúdos dos seminários. Se forem considerados os relatos sobre estes seminários, pode se inferir que eles não se constituíram como um espaço para preparar a equipe para lidar com o público mobilizado pela instituição, nem ao menos um espaço para troca de experiências. Seu formato sempre esteve mais próximo de uma transferência de saber gerontológico, sendo esta uma crítica que o próprio coordenador relata ter lhe sido feita várias vezes, embora não concorde com ela. No entanto, capacitar os profissionais para trabalhar com idosos talvez não fosse o único, ou nem mesmo o principal objetivo dos seminários.

Como já foi dito, o módulo “Ensino e Desenvolvimento de Recursos Humanos”, foi inicialmente idealizado para, nos dois primeiros anos, capacitar a equipe da UnATI/UERJ para interlocução interna e externa, nas áreas de Geriatria e Gerontologia. De acordo ainda com este mesmo gerontólogo:

“Isso no período de aproximadamente dois anos, para o universo interno (...) as pessoas não tinham ainda uma, (...) uma certa massa crítica para começar a fazer interlocução com outros grupos de fora,

então primeiro para formar uma certa massa crítica interna, para ter realmente uma certa capacidade de interlocução aí para a rua. Sair, digamos assim, sair do privado e passasse para o público”

A Gerontologia, ainda hoje, se faz presente na UnATI/UERJ na medida exata em que lhe permite fazer-se representante dela externamente. Sua presença é tanto um instrumento de aperfeiçoamento de suas práticas - embora, em alguns momentos as tornam ainda mais complexas e difíceis - quanto um símbolo que a diferencia de outras instituições voltadas para idosos. Ao mesmo tempo em que, internamente, apesar de alguns significativos esforços em consolidar o saber gerontológico, este concorre com outros, como procurei mostrar, que são mais atraentes e estimulantes na relação entre os diferentes profissionais e os alunos.

### **A inscrição e a fila do INPS: “velhos” x alunos**

O entusiasmo que os alunos demonstram ao participar das atividades e a ênfase com que afirmam o valor por eles atribuído à UnATI/UERJ, não significam que não existam também críticas. Por trás destas críticas quase sempre há uma vontade compartilhada de discutir a UnATI/UERJ. O que transparece para quem participa de momentos em que os alunos discutem ou criticam algum aspecto da instituição, é que são preocupações constantes entre eles entender e ter um pouco mais de controle sobre a sua relação com a instituição. Daí alternarem momentos de crítica e elogios, desconfiança e confiança, conduzindo a discussão para saciar uma curiosidade comum e uma busca de respostas à perguntas não formuladas. Isto não significa também que não existam queixas específicas.

As queixas mais freqüentemente ouvidas nas conversas entre os alunos são relacionadas à secretaria e sua suposta ineficiência. Todos os funcionários são identificados como “funcionários públicos” (enquanto sinônimo de incompetência e indiferença em relação ao trabalho), pois chegariam sempre atrasados, ficam o tempo todo conversando e não teriam respeito pelos “idosos”. Algum tempo passado na secretária, principalmente durante a época das inscrições, revela que não são críticas de todo destituídas de sentido.

As informações consideradas relevantes para os alunos são colocadas em cartazes no vidro sobre o balcão de atendimento da secretaria. No entanto, seguidamente os funcionários são interrompidos de seus afazeres com perguntas cujas respostas são exatamente as informações registradas nos cartazes. Por vezes, os alunos não lêem os cartazes e voltam a repetir, de forma insistente, as mesmas perguntas. Isto não é generalizado para todos os alunos, mas ocorre com tal freqüência (durante o período mais movimentado centenas de alunos passam diariamente pela

UnATI/UERJ), que depois de alguns minutos a boa vontade e bom humor dos funcionários vai rareando e, como consequência, o atendimento perde qualidade. Isto inevitavelmente é associado por alguns funcionários da secretaria ao fato de serem alunos “idosos”, agravando ainda mais as relações entre alunos e estes funcionários, que acabam voltando as costas para o balcão, ignorando os chamados.

As inscrições nas atividades são, desde o início da UnATI/UERJ, um dos eventos mais complicados, sobretudo devido ao número de pessoas envolvidas e a disputa por vagas. Neste período, são comuns conflitos entre alunos e funcionários. A matrícula inicialmente era feita pelos alunos em um dia determinado. Com o aumento da procura, começou a faltar vagas nas atividades mais solicitadas. Passou-se então a fazer um sorteio das vagas. Os alunos não gostaram e a Gerência de Ensino combinou com seus representantes que voltaria funcionar o esquema de inscrição por ordem de chegada, ou seja, os primeiros a chegar formariam uma fila, e à medida em que fossem atendidos poderiam fazer a matrícula nas atividades que de sua preferência, até o limite de vagas. Para que isso voltasse a ocorrer, os alunos se comprometeram a não guardar lugar na fila, distribuir senhas ou qualquer outro subterfúgio. Porém, na inscrição para o 1 semestre de 1997, os alunos não apenas se serviram destas estratégias, como também os “veteranos” deram informações erradas aos alunos novos, de forma a que estes não pudessem se inscrever.

Nesse dia, o início da inscrição estava marcado para as 9 horas da manhã, os primeiros alunos começaram a chegar por volta das 5 horas da manhã. Como nesse horário os elevadores ainda não estão funcionando, muitos deles, para garantir um lugar, subiram os 10 andares de escada. À medida que os “calouros” iam chegando e pedindo informações, eram instruídos, por alguns dentre os alunos antigos, a voltar no dia seguinte, quando então seria feita a matrícula para os “alunos novos”. Embora para os alunos de graduação dos cursos regulares, fazer a inscrição em dias diferentes para calouros e veteranos fosse um procedimento existente, esse não era o procedimento da UnATI/UERJ. Outro recurso utilizado pelos “veteranos” foi avisar aos “calouros” que a idade mínima era de 65 anos, evitando assim que alguns tentassem se inscrever. O esquema de sorteio voltou a funcionar.

Outro problema envolvendo a inscrição, é a distribuição dos programas. Neles são colocadas informações sobre os cursos, horário, professor e um pequeno resumo das atividades, bem como o calendário de eventos e palestras para cada semestre. É um peça indispensável para selecionar as atividades. Sua distribuição é anunciada com vários dias de antecedência, bem antes da época das inscrições. Quando é, também, fixada em um mural próprio.

No dia da distribuição do programa de atividades, para o segundo semestre de 1997, duas horas antes do horário marcado para início, havia uma fila com aproximadamente 80 alunos. Diante da insistência dos alunos em antecipar o início da distribuição, e da resistência dos funcionários da secretaria, os ânimos se exaltaram, fila foi deslocada para fora da UnATI/UERJ e as portas foram fechadas. Um funcionário sentou-se à mesa, junto à porta de entrada, para anotar o nome de cada aluno que recebesse uma cópia do programa, uma vez que muitos se utilizavam do expediente de apanhar vários exemplares para colegas. No semestre anterior, a gráfica teve de reproduzir uma cota extra, pois faltaram exemplares, apesar da quantidade original ter sido cuidadosamente calculada em função do número de alunos, levantado a suspeita de que muitos alunos distribuíssem os programas a parentes, amigos e vizinhos. Este procedimento tornou ainda mais complicada e lenta a distribuição, indignando muitos alunos que já haviam, insistentemente, sugerido que fosse feita a distribuição na fila, antes da hora marcada, alegando serem idosos e estarem de pé há muito tempo. Diante destes argumentos, o funcionário respondia, com razão mas sem muito tato, que todos tinham sido avisados do horário e que quem veio antes o fez porque quis, além do que, iniciar a distribuição antes da hora, não seria justo para aqueles que chegassem no horário marcado.

Toda essa situação foi polêmica. Várias pessoas, tanto da UnATI/UERJ, quanto professores e alunos do curso de Psicologia, reagiram indignados, ora com a secretaria, ora com os próprios alunos. Neste momento se iniciavam as aulas, e a reação dos alunos em sala foi uma quase unanime crítica aos colegas que estavam na fila, muito embora alguns deles tivessem “lugar guardado na fila”. Uma aluna inclusive disse que tinha um exemplar já reservado para mim. Um pouco mais distante do “front”, ou seja, da fronteira entre o funcionário responsável pela distribuição e os primeiros alunos da fila, o clima estava menos tenso, e alternavam-se manifestações de indignação e ironias com as quais os alunos “na fila do INPS”, como diziam, zombavam de si mesmos. A distribuição não durou tanto tempo quanto se temia de início e, durante o resto do dia, o mesmo funcionário permaneceu sentado à mesa com uma pilha dos programas. Uns poucos alunos, talvez prevendo isso, deixaram para apanhar os programas bem depois do horário marcado e não tiveram nenhum problema. Estes não pouparam críticas aos colegas pois, segundo eles, tal comportamento denegria a imagem do idoso. As críticas ouvidas pelo corredor, bem como em sala de aula, ainda dentro do clima geral de desconforto que o evento criou, giravam em torno do seguinte: “esse pessoal não tem o que fazer e adora fila”.

Estas situações são típicas, e o que revelam é que, como em qualquer rotina institucional, os conflitos explicitam processo de tipificação, tanto por parte alunos como por parte dos funcionários

e coordenadores. Entre os alunos, a tipificação sobre sua própria condição de envelhecer é recorrente, fazendo parte da rotina dos alunos negociar constantemente com a imagem que fazem do “velho”. O mesmo fato sinaliza, ainda que superficialmente, como os alunos manipulam sua condição de idosos, e a representação desta como uma condição desfavorável. O que nos remete a forma complexa como os alunos representam e manipulam sua condição de “alunos”.

### **O significado da UnATI/UERJ: aluno x indivíduo**

O convívio diário com os alunos da UnATI/UERJ revela a recorrência de algumas características comuns de comportamento que, na forma de um texto, sinalizam questões importantes<sup>128</sup>, tanto para os alunos, quanto para quem esteja interessado em compreendê-los. Talvez, o que mais chame a atenção de quem passa algum tempo entre os alunos é sua loquacidade, o quanto eles gostam e se dedicam ao ato de falar. Para a maioria dos alunos, falar parece ser uma atividade compulsiva, e não raro pode se perceber no uso de frases feitas e na forma ansiosa com que são invocados determinados assuntos, que a eloquência, a fluidez e outros atributos estéticos da fala são alvo de algum tipo de preparação ou ensaio. Diante disso, para as interpretações que se seguem, parte-se do pressuposto de que o ato de falar, bem como a forma como se comportam rotineiramente os alunos, devem ser considerados tão significativo quanto o conteúdo de suas falas.

Outra coisa logo percebida, por qualquer um que passe algum tempo ouvindo os alunos, é a forma como se referem à UnATI/UERJ, valorizando-a com grande entusiasmo<sup>129</sup>, seja pelo peso simbólico que atribuem à universidade, pela atenção a eles dispensada, pelo “carinho” dos coordenadores ou qualquer outra razão. De fato, sempre que têm oportunidade, os alunos aproveitam para elogiar enfaticamente as atividades, os coordenadores e a proposta da UnATI/UERJ. Esta valorização<sup>130</sup> e o entusiasmo que a acompanha se expressam de modo ainda mais evidente quando

<sup>128</sup> Descrever o comportamento dos participantes de um programas para terceira idade, através de uma descrição densa é, como afirma Geertz (1989:20) a propósito da etnografia: “Fazer a etnografia e como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios do comportamento modelado”.

<sup>129</sup> A adesão e o entusiasmo que os alunos manifestam podem ser vistos como características gerais deste tipo de iniciativa. Guerreiro (1993), Frutuoso (1996) e Rebouças (1996), com pesquisas dentro de UNATIs, destacam este entusiasmo dos idosos em participar das atividade e no modo como se referem a elas.

<sup>130</sup> Esta tendência a valorizar enfaticamente a UnATI/UERJ não passa despercebida, tanto que ganhou nome, a principio em tom de brincadeira, mas, a medida em que foi se percebendo sua constância, coerência e capacidade de expressar um sentimento sempre presente, porém, nem sempre formulado, passou a designar este sentimento que pode ser observado em quase todos os momentos divididos com alunos, sem que, no entanto, seja avaliado com mais atenção. Nas conversas informais entre os

associados ao medo que os alunos tem de que este espaço - ou alguma entre suas atividades - não tenha continuidade. Tais receios são constantes, possivelmente devido a sentimentos pessoais e à percepção da condição institucional precária da UnATI/UERJ. No entanto, em situações particulares eles se intensificam, assim como o entusiasmo dos alunos, se constituindo, portanto, em momentos nos quais se clarificam aspectos importantes da forma como os alunos percebem e se relacionam com a instituição. As discussões sobre a criação do Instituto da Terceira Idade constituíram uma dessas situações.

As dificuldades, entre os alunos, de entender o significado da transformação da UnATI/UERJ em Instituto, em parte devido a uma divulgação pouco clara, mas também por contrapropaganda feita de forma velada, fizeram com que a proposta não fosse, em um primeiro momento, muito bem compreendida, e que fosse vista como uma ameaça. Para muitos alunos, ao se transformar em Instituto, a UnATI/UERJ poderia adotar os mesmos critérios presentes nos outros institutos da universidade, como vestibular para ingresso, exigência de escolaridade mínima, provas, etc., bem como o fim das atividades menos “acadêmicas”. Pensando desta forma, alguns alunos se posicionaram contra a mudança, revelando o quanto temem perder a possibilidade de frequentar este espaço. As dificuldades em entender a proposta do Instituto se tornaram tão evidentes, que se fez necessária a convocação de uma reunião entre a direção, a equipe e os alunos. Para que nela pudessem ser esclarecidas dúvidas à respeito da proposta, e para que os alunos fossem convocados a participar do processo<sup>131</sup>.

Nesta reunião, após serem esclarecidas as principais dúvidas, os alunos iniciaram uma série de depoimentos espontâneos, todos manifestando seu apoio à proposta e à UnATI/UERJ. Devido ao clima de mobilização e militância criado pela direção, que subtilmente vinculou a manutenção das atividades à aprovação do Instituto, os depoimentos foram bastante eloquentes, revelando um sentido no seu uso por parte dos alunos que, talvez, em outras circunstâncias não se apresentaria com a mesma clareza.

---

profissionais com tendência a uma perspectiva mais crítica, esta valorização ganhou o nome de: “o ideal unatiano”. Este ideal não é exclusividade dos alunos, tem reflexos nos profissionais e na direção. Para alguns dos profissionais, a expressão é pejorativa e corresponderia a uma crítica ao trabalho desenvolvido, para outros é a existência dessa tendência não relativizada, que se constitui motivo de preocupação, pois expressaria relações que se estabelecem na instituição, fora do controle “técnico” dos profissionais, no entanto, para a maioria essa questão é indiferente.

<sup>131</sup> Na primeira reunião do Conselho Universitário em que foi discutida a proposta, esta não foi considerada devido a um pedido de vistas ao processo. A pouca pressão dos alunos, poucos estavam presentes na reunião, foi tida como um dos fatores que reduziu as chances da proposta ser discutida

Neste dia, como normalmente acontece em qualquer manifestação pública dos alunos, sejam elas espontâneas ou não, apareceram afirmações como: “a UnATI/UERJ é a realização do sonho do idoso”, “a UnATI/UERJ é tudo para mim” e coisas do gênero. Estas falas são quase sempre precedidas ou seguidas por outras como, por exemplo: “estou na UnATI/UERJ desde o início”, “freqüento a UnATI/UERJ há dois anos”, “participo de todas as atividades”. Há, em depoimentos assim, um vínculo entre a participação pessoal na UnATI/UERJ e as falas entusiásticas de apoio à mesma, que revela aspectos do significado que para os alunos tem participar das atividades. O subtexto de falas como: “UnATI é tudo para mim” é: *eu participo da UnATI/UERJ e, mais do que isso, valorizo este tipo de iniciativa, e não outras como, por exemplo, ficar jogando cartas nas pracinhas*. Ou então, ao dizer: “A UnATI foi uma tábua de salvação”, a participação nas atividades é usada para demarcar dois momentos distintos. Um antes e um depois da UnATI/UERJ, e com isso sinalizar dois estilos de vida (ou de envelhecimento), hierarquicamente relacionados. A ênfase do enunciado é: *hoje sou mais feliz, pois participo de atividades como esta*. Na pesquisa que realizou na UnATI/UERJ, Frutuoso comenta este mesmo tipo de manifestação da seguinte forma:

“Numa tentativa de síntese relativa às **repercussões na própria vida**, tomando como referência as representações dos participantes da pesquisa, posso dizer que é clara a visão positiva dos idosos quanto ao seu envolvimento nas atividades da UnATI/UERJ. As falas apresentadas nessa seção são indicadores de que, à conhecida relação entre velhice e doença, desalento, exclusão e impotência, os idosos entrevistados destacaram o **rejuvenescimento**, a **recuperação de espaços**, de **projetos de vida** e de **autoconfiança**, como decorrência de sua participação nas atividades da Universidade da Terceira Idade.” (Frutuoso, 1996:112, grifos da autora)

Parte desta valorização é certamente resultado de mudanças ocorridas quando estes alunos passaram a participar da UnATI/UERJ<sup>132</sup>. Se, de fato, estas mudanças ocorrem, muitas vezes não são controladas pelos profissionais. Embora um melhora geral dos alunos, em diversos aspectos subjetivos e de condições de saúde, ao freqüentarem a UnATI/UERJ, seja reconhecida e comentada por todos, sobretudo naqueles que manifestavam anteriormente sintomas de depressão, ninguém pode, ao certo, identificar exatamente como as atividades operam esta melhora. Uma das intenções,

---

neste dia. Dessa forma, foi avaliado que, no decorrer do processo, a presença dos alunos deveria ser incentivada como uma forma de pressão junto aos Conselheiros.

<sup>132</sup> Procurando investigar as possíveis mudanças de atitudes em indivíduos que passam por grupos de convivência da UnATI/UERJ e do SESC, tendo como premissa que estes grupos de estimulam a participação social, a elevação da auto-estima e o poder de decisão dos indivíduos, Rebouças (1996) aplicou em dois períodos, no início das atividades dos grupos de convivência e três meses depois, 231 questionários a indivíduos com idades entre 58 e 82 anos. Sendo que, 151 na UnATI/UERJ. As diferenças significativas entre a primeira e a segunda aplicação ocorreram, segundo a autora: “na direção prevista: os sujeitos passaram a se sentir mais interessantes, mais conformados e mais independentes.” (Rebouças, 1996:59) Avaliando o nível de satisfação dos indivíduos com os grupos

ao se buscar um projeto pedagógico para a UnATI/UERJ, é tornar claro de que forma isto ocorre. Enquanto isso, os conceitos do discurso gerontológico e da Psicologia seguem suprindo esta lacuna, através de categorias como “recuperar a auto-estima” ou recompor o “EGO fragilizado”.

No entanto, sem querer contestar a efetividade dos efeitos “terapêuticos” da participação nas atividades da UnATI/UERJ (de fato, para muitos alunos, a UnATI/UERJ significa a prosaica mas fundamental possibilidade de ter algum lugar para ir ao invés de ficar em casa enquanto, para outros, representou uma possibilidade de superação de crises depressivas agudas e persistentes) é preciso reconhecer que existem também aqueles cuja passagem pela UnATI/UERJ é quase acidental e esporádica, e que apesar disso se referem à UnATI/UERJ com o mesmo entusiasmo e nos mesmos termos utilizados indistintamente por quase todos os alunos.

Isto sugere que, em um determinado nível, haveria uma discrepância entre o significado atribuído pelos alunos à participar da UnATI/UERJ, o ato de falar entusiasticamente desta participação, e a participação em si (incluindo aí seus efeitos “terapêuticos”). Ou seja, os condicionantes por trás de falas, como as proferidas pelos alunos durante a reunião, não estariam localizados apenas nas relações concretas que se estabelecem entre os alunos e a instituição mas, em outras que se tornam possíveis e presentes pelo ato de delas falar. O significado de expressões como: “a unati é tudo para mim” ou “a unati foi uma tábua de salvação” não é mimético, pois seu significado reside mais no ato de repeti-las constantemente do que na “verdade” de seu conteúdo literal. A forma como os alunos se referem à UnATI/UERJ, ou à sua participação nas atividades, possui, portanto, uma dimensão ritual<sup>133</sup>.

Em função disto, esta dissertação sugere uma interpretação que pode ser estendida àqueles alunos cuja identificação com a UnATI/UERJ não seja irrestrita e tão intensa a ponto de vincularem a participação em suas atividades ao próprio sentido de suas vidas, tal como aparecem nas falas de quase todos os alunos, mesmo que, não raro, também estes alunos reproduzam estas falas.

Embora seja possível distinguir os alunos em dois grupos, de um lado, aqueles que participam de várias atividades e, de outro, aqueles que freqüentam a UnATI/UERJ de forma menos

---

de convivência, através de instrumental estatístico e de Psicologia Social (Escala Neri), a autora identificou um alto índice de satisfação.

<sup>133</sup> Uso aqui “ritual” de uma forma deliberadamente vaga, que passa ao largo da literatura antropológica dedicada ao tema, ou que a ele faz referências. Quando falo que uma determinada ação dos alunos tem uma “dimensão ritual”, estou me referindo à possuírem uma certa padronização que se revela por sua continuidade e semelhança em diferentes circunstâncias, e que sua repetição serve para expressar uma mensagem e chamar a atenção para algum aspecto apenas latente no contexto em que se dá essa ação.

integrada, ou seja, fazem uma única atividade, e se envolvem pouco com os demais alunos, do ponto de vista das questões que aqui estão sendo abordadas, esta divisão não informa sobre a relação dos alunos com a UnATI/UERJ tanto quanto aparenta à primeira vista. Mesmo para aqueles que a frequentam pouco, a intensidade desta relação e seu significado podem superar em “densidade” a relação daqueles que fazem atividades todos os dias ou que passam lá a maior parte do dia. Isto, no entanto, não contradiz o fato de alguns terem, efetivamente, um envolvimento bem menos “denso” que outros, e torna mais significativo o fato de que todos se utilizem de uma mesma forma enfática para descrever seu envolvimento com a UnATI/UERJ, seja ele qual for.

Esta interpretação sinaliza que, antes de ser uma evidência incontestável do sucesso da UnATI/UERJ na promoção de um “envelhecimento adequado”, como aparece no discurso dos profissionais e, frequentemente, em estudos sobre programas para terceira idade, esta adesão entusiástica dos alunos, seja no plano da fala ou, de forma mais diluída, na forma como se comportam em relação às atividades, é um instrumento de que se utilizam em pelo menos dois sentidos, não excludentes e, freqüentemente, combinados.

Em primeiro lugar, as falas dos alunos podem ser vistas como parte da construção de suas identidades pessoais e, em segundo lugar, são uma “representação” (no sentido teatral do termo) do significado de participar das atividades da UnATI/UERJ, dirigida à equipe, elaborada nos termos do “ideal unatiano” (ver nota 130, página 144), e do discurso dos profissionais.

Diante da necessidade de produzir visibilidade sobre a efetividade das ações, seja da instituição, como no caso da reunião descrita logo acima, seja dos profissionais em práticas isoladas, os alunos manifestam sua adesão irrestrita com requintes sobre como isso lhes permite uma experiência de envelhecer, que contrasta com àquelas representadas tanto pelos estereótipos normalmente associados à velhice (muitas vezes incorporados como acessórios a estas falas) quanto dos estereótipos acionados pelo discurso da equipe. Os alunos fazem isto, em parte, com intenção de assinalar o caráter positivo das iniciativas, e assim contribuir para assegurar sua continuidade. Para isso, se utilizam da perspectiva do que, segundo eles, seria para a equipe um envelhecimento adequado e, em algumas ocasiões, usam inclusive o mesmo vocabulário técnico adotado pela equipe.

De fato, a certeza que todos têm, quanto a presença destes depoimentos e da valorização que sempre promovem da instituição, por apresentá-la como tendo uma importância decisiva na transformação do modo como encarar a velhice, é tanta, que se passa a contar com ela em momentos

mais “políticos”, como a pressão frente o Conselho Universitário a favor da implantação do Instituto da Terceira Idade. A manipulação dos alunos como instrumentos de pressão é vista como ilegítima por toda a equipe. No entanto, é com sinceridade que se acredita serem as falas dos alunos expressões reais das conseqüências do trabalho nesta instituição. Assim, na visão da equipe, não se trata de manipulação, e sim de se fazer justiça a um trabalho valoroso que precisa ser reconhecido<sup>134</sup>.

Falar bem da UnATI/UERJ, nesta e em outras ocasiões, é para os alunos uma possibilidade de contribuir para manter ativas relações recíprocas de confiança com a instituição e sua equipe. Os alunos sabem exatamente o que se espera deles em momentos como este, e desempenham este papel com uma cumplicidade mal disfarçada, como se dissessem, nas entrelinhas: *já entendemos o recado...* No entanto, se no entendimento da equipe, com poucas exceções, as manifestações dos alunos são tidas como expressões reais do efeito que tem participar da UnATI/UERJ na transformação do modo de vida dos alunos - resultado de uma relação mecânica de causa e efeito, cujo *modus operandi* não é explicitado -, para os alunos, a percepção de que se trata de um “jogo” é mais acentuada. Os alunos consideram parte deste jogo (talvez a parte mais “divertida”) se fazer acreditar e acreditar que a equipe está acreditando, daí tanta ênfase na performance de seus depoimentos, não apenas nas palavras usadas mas, sobretudo, no tom emocional com que se expressam. Estas manifestações são “autenticadas” pelo conteúdo subjetivo que as acompanha, e os alunos tanto afirmam verbalmente, quanto se esforçam por demonstrar em suas atitudes entusiásticas o nexos causal entre participar das atividades e poder experimentar um “envelhecimento adequado”, e o fazem através de um código próprio, construído no contato entre equipe e alunos, como será visto adiante. No entanto, há ainda outro sentido nessas falas.

Estudando as representações dos alunos da UnATI/UERJ, quanto as repercussões da participação nas atividades em suas vidas, Frutuoso (1996) comenta assim o depoimento de uma aluna:

“Outro ponto a salientar é a relação que a entrevistada estabelece com a UnATI/UERJ, definindo-a como um marco em sua vida. Essa inferência apoia-se não só no uso enfático da primeira pessoa pronominal, como também pela referência ao ‘antes não aproveitei nada’; ‘agora é que estou

<sup>134</sup> Para os alunos, que tem sempre uma perspicácia surpreendente, isto não passa despercebido. E geralmente é aceito como fazendo parte do jogo. Antes dessa reunião entre a direção, a equipe e os alunos, alguns destes se colocavam expressamente contra a transformação e, nas conversas sobre o assunto, foram claros em afirmar que acreditavam que os alunos seriam usados para promover politicamente dirigentes da UnATI/UERJ frente a reitoria. Para estes, o Instituto seria apenas mais um instrumento com essa finalidade. A maioria, no entanto, achava que sua participação realmente era fundamental, assim como, apesar da dúvidas, acreditavam que o Instituto seria uma conquista positiva.

aproveitando'; '**depois que** (...) é que acho que estou vivendo...'. Além disso, é preciso destacar que a entonação e o ritmo da fala, quando abordou este assunto, deixou clara a emoção com que Ceci avalia a repercussão positiva de sua participação nas atividades da UnATI. Falando aos borbotões, a entrevistada empertigava-se, movimentava-se muito, segurava firmemente meu braço e olhava-me nos olhos, sublinhando, com a linguagem corporal, a mensagem que expressava oralmente." (Frutuoso, 1996:100, grifos da autora)

Para esta autora, os depoimentos sobre a participação nas atividades da UnATI/UERJ sinalizam dois momentos: "o **antes**, onde a ênfase recai em doença, depressão, ociosidade e o **depois** com possibilidade de convívio, rejuvenescimento e ocupação do tempo de forma interessante e dinâmica." (Frutuoso, 1996:108, grifos da autora). A interpretação que se está propondo aqui, embora reconheça a existência desse **antes** e **depois**, sempre que os alunos se referem à UnATI/UERJ, aponta para uma leitura diferente, na qual a emoção expressa em falas como esta citada acima, e tão bem representada pela autora, que em outro momento assume estar "contagiada" pelo entusiasmo dos alunos, sinaliza menos a efetividade e intensidade da passagem de um **antes** a um **depois**, e mais o efeito da distinção entre estes dois momentos e seu impacto na auto-identidade de quem a faz.

Ou seja, a entrada na UnATI/UERJ aparece nas falas dos alunos como um marco que divide uma biografia em duas, não por necessariamente operar esse recorte na vida "real" dos alunos, embora isso realmente ocorra para muitos, mas por possibilitar a distinção e valorização do modo de vida que levam hoje, diante daqueles representados, tanto hipoteticamente pelos estereótipos negativos associados aos idosos, quanto aqueles que realmente se constituem como alternativa à participar da UnATI/UERJ. Sempre que os alunos se referem ao significado que tem em suas vidas participar das atividades, suas falas se constituem em narrativas articuladas por dois eixos sobrepostos, um temporal - que enfatiza um antes e um depois da UnATI/UERJ - e outro que efetua a distinção entre um "velho" estereotipado e a singularidade de quem narra. Esta articulação pode ser estendida para quase todas os depoimentos, espontâneos ou não, dos alunos.

De fato, em quase todas as manifestações dos alunos, independente do tipo de solicitação ou contexto, as falas tendem a se tornar pessoais e a girarem em torno da própria biografia de quem fala, ou, em casos raros mas sintomáticos, ignorá-la por completo. Os mecanismos contrastivos que condicionam a formação de identidades, sejam coletivas ou individuais, neste caso são articulados e reatualizados pela fala dos alunos, tendo como cenário versões esquematizadas de suas próprias biografias. Isso, em parte, dá novos contornos ao fato de os alunos terem como assunto preferido suas próprias vidas, pois esses momentos se constituem oportunidades de reconstruí-las. Assim como ao fato de, nessas falas, serem constantemente acionadas as imagens estereotipadas do

“velho”, muitas vezes confundidas com a própria auto-imagem anterior à participação nas atividades da UnATI/UERJ.

Isto pode ser ilustrado pelos depoimentos enfáticos emitidos durante a reunião em que foi apresentada e discutida a proposta de transformação da UnATI/UERJ em Instituto da Terceira Idade. Como já foi dito, essas falas elogiosas à UnATI/UERJ são quase sempre precedidas, ou seguidas por outras emitidas em primeira pessoa, que enfatizam como sujeito o próprio narrador, por exemplo: “estou na UnATI/UERJ desde o início; a UnATI/UERJ é a realização do sonho do idoso”. Estes depoimentos revelam, em sua forma mais sintética, uma estrutura recorrente que combina referências a um “velho” genérico, muitas vezes subentendido, com elementos que tornam a fala uma manifestação particular de um sujeito singular, através da expressão de uma experiência que é própria e única de quem fala.

Quando se tem a oportunidade de conversar mais demoradamente com algum aluno, em particular ou na presença de apenas poucos alunos, e sem restrições de tempo, esta “estrutura” se mostra aos poucos, de forma diluída, porém revela com maior intensidade e nitidez o contraste entre a figura de um “velho” estereotipado e a experiência singular de quem fala. Nestes momentos, os alunos podem contar histórias do seu trabalho e família, intercaladas pela representação que fazem do “idoso” e da forma como ele é tratado hoje. Representações do “velho” e de sua situação social que chamam a atenção por não serem fixas, homogêneas e imutáveis, mas uma combinação de atributos negativos acionados de acordo com o que se queira enfatizar por contraste. Este “velho” aparece na fala dos alunos como: inútil, improdutivo, deprimido, pouco sociável, triste, queixoso, rancoroso, mal educado, desesperançado, conservador, etc.; e pode ser representado por uma combinação qualquer desses atributos ou mesmo todos eles. Esta lista não é exaustiva ou sistemática, a própria representação do “velho” não tem uma elaboração clara entre os alunos, ela designa um “outro” avaliado negativamente, e é com esse sentido que é utilizada, os atributos que justificam o caráter “negativo” desse “outro” são um acessório circunstancial<sup>135</sup>.

---

<sup>135</sup> Ainda que estes aspectos apareçam sem muita elaboração na fala dos alunos, há uma tendência sutil que sugere uma diferença no uso das categorias “velho” e “idoso”, que não necessariamente significa haver duas categorias distintas percebidas enquanto tal. Os alunos utilizam muito pouco o termo “velho”, e quando o fazem se referem ao “velho” estereotipado de que falo acima, sempre como um “outro” identificado pejorativamente, é usado inclusive como pejorativo. Já o termo “idoso” tem uso mais disseminado e é usado preferencialmente quando se faz referências a uma situação concreta, como por exemplo, a situação social dos idosos, ou sua situação na UnATI/UERJ, sempre em terceira pessoa (*os idosos são discriminados... o idoso não é respeitado...*), raramente se ouve um “nós idosos”. Disso pode-se inferir que exista um diferença de abstração entre os termos “velho” e “idoso”. O primeiro tem uma função adjetiva de maior destaque, daí ser usado para distinguir

O modo como a fala é vazada por esse contraste faz dela expressão de uma busca de singularização do sujeito que narra, ou seja, é como se os alunos, alternando momentos em acionam a figura genérica e imprecisa do “velho”, com outros em que narram sua própria experiência como singular (uma “biografia” feita de eventos que são pessoais e que tornam quem narra uma pessoa singular), estivessem tentando se expressar, de forma coerente, enquanto uma pessoa singular, cuja singularidade e coerência são (re)construídas no ato de narrar e nos contrastes que ele estabelece. Em outro nível, a construção dessa singularidade, da qual estes depoimentos são uma metáfora, é buscada pela participação na UnATI/UERJ, que faz desses alunos “alunos” e não só “idosos”. Estes depoimentos devem, portanto, ser vistos a partir do pressuposto de que o modo como esses alunos narram suas experiências não pode ser reduzido a condição de um reflexo imediato da posição que ocupam na sociedade enquanto “idosos”, ou dentro da instituição enquanto alunos de “terceira idade”. Mas, de que o ato de narrar é um importante ferramenta na fabricação das realidades por eles experimentadas, sobretudo no que diz respeito a produção coletiva de categorias como “terceira idade”, bem como de suas identidades individuais<sup>136</sup>, num contexto onde é possível forjar laços simbólicos e partilhar experiências com pessoas muito diferentes.

### **A greve: aluno x velho**

Assim como a proposta de transformação da UnATI/UERJ em “Instituto da Terceira Idade” exacerbou os ânimos e trouxe a instituição para o primeiro plano das discussões, outro episódio explicitou os problemas que envolvem a identidade da UnATI/UERJ e a heterogeneidade dos alunos: um greve de professores e funcionários que paralisou por mais de 40 dias a maior parte das atividades da Universidade, durante o primeiro semestre de 1998.

A expectativa de deflagração da greve se estendeu por vários dias, com sucessivas paralisações temporárias - com duração de 24h -, enquanto decorriam as negociações entre a

---

atributos individuais, ou ser caracterizado por estes atributos. Enquanto o segundo se refere a existência concreta de pessoas idosas. Exceto quando for necessário alguma distinção adicional, estarei utilizando o termo “velho” quando o objeto em pauta forem os estereótipos negativos relacionados à velhice, ainda que, como foi dito, esta categoria tenha uso verbal menos freqüente entre os alunos do que sugere sua utilização neste texto.

<sup>136</sup> O universo de representações dos sujeitos não pode ser visto com um todo coerente, como uma espécie de subcultura fixa, homogênea e auto-contida, assim como os idosos não podem ser vistos como um “tipo social” particular, próprio deste universo, passível de ser descrito e explicado pela imputação de nexos causais, mas um contexto fragmentado e disperso de significados culturais difusos, onde as estruturas interpretativas acionadas pelos sujeitos são uma importante ferramenta na produção das realidades em que vivem, assim como uma importante ferramenta analítica.

Reitoria, o Governo do Estado e os funcionários. Estes, juntamente com os alunos regulares de graduação, acabaram por decidir uma paralisação por tempo indeterminado.

Enquanto isso, na UnATI/UERJ se acumulavam incertezas devido à sua posição singular na estrutura da universidade - não ser uma unidade acadêmica autônoma -, além de ter um grande número de profissionais vinculados às atividades por contratos precários (temporários e de prestação de serviços) ao lado de outros pertencentes aos quadros regulares da Universidade. Outra fonte de incertezas era à situação ambígua de seus alunos, que não são alunos regularmente matriculados em cursos formais de ensino superior, mas vinculados a um programa de extensão comunitária.

Nas reuniões de equipe, imediatamente anteriores ao início da greve, e nas que se seguiram, apesar de suposta pressão da reitoria no sentido de manter em funcionamento o maior número de atividades da UERJ e, portanto, de manter a UnATI/UERJ funcionando durante a greve, a direção reiteradamente afirmou que respeitaria qualquer posição dos alunos, funcionários e demais profissionais. No entanto, não pode evitar que transparecessem insinuações da Reitoria de que o pagamento dos contratos poderia ser suspenso, caso ficasse caracterizado o não funcionamento da UnATI/UERJ. Como os contratados são responsáveis pela maior parte das atividades, manter ou não a UnATI/UERJ aberta se tornou uma decisão complexa.

A inexistência de uma posição clara em relação à greve<sup>137</sup>, aliado ao estímulo dos coordenadores e da direção para que o assunto fosse amplamente discutido **entre e com** os alunos, levou à que os alunos se reunissem, a partir de uma convocação da aluna-representante. Nessa ocasião, ficou decidida a adesão ao movimento. O principal argumento que teria levado os alunos a esta opção foi o de se sentirem alunos da UERJ e, portanto, solidários aos demais alunos dos cursos regulares que, em assembléia própria, tinham decidido participar do movimento.

Entre as falas que teriam dado o tom desta reunião - propondo solidariedade aos professores, funcionários e alunos, em defesa da universidade diante das políticas pouco favoráveis à educação por parte dos governos, e outras de caráter mais geral - teria se destacado o argumento de que, na condição de "alunos da UERJ", os alunos da UnATI/UERJ deveriam se solidarizar com o movimento grevista, mesmo que as reivindicações imediatas - basicamente reposição salarial - não

---

<sup>137</sup> Durante toda greve, uma das grandes fontes de dúvidas eram justamente as consultas, por telefone, dos alunos querendo saber se a universidade ainda estava em greve. As respostas, por mais claras que fossem, deixavam margem à dúvidas pois, a universidade continuava - sim - em greve, mas a UnATI/UERJ não. No entanto, algumas atividades estavam suspensas, uma vez que seus coordenadores eram professores regulares da UERJ, outras não, já seus coordenadores eram contratados.

lhes dissessem respeito diretamente. O que estava em jogo, nesta primeira reunião, era a identidade dos alunos e sua inserção na universidade.

A decisão tomada foi afixada em cartazes, ao longo do corredor, e anunciada na reunião de equipe por uma coordenadora, cujos alunos haviam feito questão de lhe comunicar o resultado imediatamente. Apesar de inesperada, foi uma decisão muito festejada por toda a equipe, menos no que dizia respeito à greve propriamente dita, e mais pelo esboço de uma identidade comum entre os alunos e destes com a Universidade, além de conter uma certa ousadia, sem paralelo entre os coordenadores, e ter provocado alguma mobilização entre os alunos. Pelo menos para aqueles que participaram desta primeira reunião, a greve se tornou uma oportunidade de diversificar e ampliar sua participação na UnATI/UERJ, colando os cartazes, comunicando os colegas por telefone e auxiliando as atividades da secretaria, em especial no atendimento dos outros alunos por telefone.

Por sua vez, os profissionais contratados, pela primeira vez reunidos em separado, decidiram por uma espécie de “operação tartaruga”, ou seja, continuariam cumprindo sua carga horária mas, em respeito à decisão dos alunos e às reivindicações e mobilização dos demais profissionais e funcionários, não realizariam as atividades. No entanto, apesar da adesão à greve decidida pelos alunos, dos piquetes de funcionários na porta da universidade, de estarem suspensas as atividades sob responsabilidade de coordenadores pertencentes aos quadros efetivos da UERJ, da ausência de funcionários na secretária, e de outros reveses, todos assinalando que a UnATI/UERJ não iria funcionar durante a greve (com, inclusive cobertura pela imprensa dando notícia de que as atividades da Universidade estavam paralisadas), alguns alunos continuaram a comparecer, como se nada houvesse, criando um enorme constrangimento.

Na entrada principal do prédio, o “comando de greve” afixou uma grande faixa, reduzindo o acesso ao interior do prédio a uma estreita passagem, na qual se revezaram funcionários e alunos distribuindo boletins com o calendário das próximas assembléias e o andamento das negociações com a Reitoria e o Governo do Estado. Em alguns momentos se realizavam ali apresentações de grupos de teatro e música. Ninguém era impedido de entrar mas, ao fazê-lo, era alertado sobre o não funcionamento das atividades e sobre o caráter do movimento, bem como, convidado a aderir<sup>138</sup>. Se

---

<sup>138</sup> Embora as reivindicações fossem consideradas apropriadas por todos os seguimentos da universidade, inclusive a reitoria, não houve consenso sobre a greve ser ou não o melhor procedimento de reivindicação. A posição dos professores, por exemplo, refletia estas dúvidas. Nas primeiras assembléias os professores aderiram à greve e, na seguinte, voltaram atrás. Alternaram-se, assim, momentos de maior e menor adesão à greve, que oscilavam também de acordo com ritmo da negociações. Quando a adesão era maior, a movimentação na entrada do prédio diminuía

para os contratados, entrar no prédio - e passar por “fura-greve” - era constrangedor, o mesmo não ocorria entre os alunos, que se utilizavam do expediente de entrar pelas laterais do prédio, contando com a conivência dos seguranças. No entanto, ainda mais constrangedor era a presença dos alunos na UnATI/UERJ.

Com as atividades “suspensas”, os poucos alunos que continuavam freqüentar sistematicamente este espaço, sem que nada ali houvesse para fazer, permaneciam no corredor discutindo assuntos variados com colegas e com coordenadores. Sua presença tinha a marca visível de um tédio e uma dependência para com a instituição que em nada combinavam com o ideal de idosos autônomos e ativos, cotidianamente invocado durante as atividades normais. E, e sobretudo, não combinavam com o entusiasmo com que, na primeira reunião, os alunos haviam decidido “entrar em greve”. Para os coordenadores, lidar com alunos nessa situação se tornou um duplo problema.

Primeiro pela inabilidade em lidar com os alunos fora rotina das atividades e, principalmente, pela incongruência entre a imagem cultivada e valorizada dos alunos e a sua permanência sem sentido pelos corredores. Este constrangimento levou a que os coordenadores contratados solicitassem uma nova reunião dos alunos, para que uma única posição fosse tirada e, essa desse legitimidade a qualquer decisão posterior dos contratados. Seja aderindo à greve formalmente, ou saindo dela por completo. Em qualquer caso, pondo fim a situação ambígua então dominante. Esta atitude dos coordenadores, embora unanime, vinha acompanhada tanto uma crítica que via nela uma forma dos coordenadores se esquivarem de uma decisão difícil, repassando a responsabilidade para os alunos, quanto outra que a via como fundamental incorporar os alunos às discussões e democratizar as decisões, respeitando a vontade dos usuários.

Foi então convocada, pela representante dos alunos, com uma semana de antecedência, uma reunião na qual compareceram em torno de 300 alunos. A reunião, que aconteceria em uma das salas da UnATI/UERJ, teve de ser transferida para um auditório devido à quantidade de alunos<sup>139</sup>. Neste

---

significativamente e o “piquete” se diluía, nos momentos em que a adesão diminuía - com a decisão dos professores em não aderir, por exemplo - o “piquete” retornava a sua atuação.

<sup>139</sup> Os auditórios do prédio principal da UERJ têm “pé direito” equivalente a dois andares e, de fato estão presentes em dois andares. Suas cadeiras estão afixadas sobre uma arquibancada que vai do andar inferior ao superior, possuindo acesso nos dois andares. Na parte da frente fica uma plataforma elevada cerca de 30 cm do chão, sobre a qual costuma ficar uma mesa, como no caso do auditório utilizado para esta reunião. À esquerda desta mesa, do ponto de vista de quem a ocupa, fica uma das portas do auditório, no fundo, já no andar superior, existe outra porta. Distante cerca de dois metros da “plataforma”, se iniciam as cadeiras, que se estendem até o fundo do auditório em três faixas, tendo entre elas dois corredores recortados por degraus. As faixas laterais possuem 6 colunas de

dia, os contratados já haviam se reunido, um pouco antes, logo após a reunião ordinária da equipe, para que também eles tivessem uma posição conjunta, que seria levada à reunião com os alunos, pois havia o receio que suas dúvidas e inseguranças fossem transmitidas aos alunos, e que isso poderia levá-los a uma posição equivocada de “proteção” dos coordenadores. Receava-se que, caso ficasse caracterizado que a UnATI/UERJ teria que funcionar para evitar algum tipo de sanção posterior, e que os coordenadores seriam “obrigados” a trabalhar, os alunos poderiam optar por não participar da greve, como uma forma de evitar problemas para a instituição, abrindo mão de uma suposta identidade para com os demais alunos da UERJ, e do reconhecimento de uma ligação entre a UnATI/UERJ e a Universidade<sup>140</sup>.

Além disso, todos os coordenadores tinham consciência de sua influência individual sobre seus alunos, embora avaliássem os significados e as causas disto de forma diferente. Havia a forte suspeita de que esta influência, presente nas relações individuais ou no âmbito das atividades particulares, se fizesse também presente nessa reunião. Mesmo estando ela, em certo sentido, vazia do conteúdo pessoal típico das relações entre coordenadores e alunos. Ninguém sabia ao certo o que esperar desta reunião pois, pela primeira vez, estariam de um lado “alunos”, e de outro “coordenadores”, e não indivíduos particulares revestidos destes papéis. Assim, estariam significativamente reduzidas as margens do jogo de alternância entre relações pessoais de intimidade e relações formais mediadas pelos “papéis” - aluno e coordenador. E este jogo é o principal instrumento tanto dos alunos quanto da equipe nas suas relações mútuas cotidianas. No entanto, permanecia o receio de que os alunos se conduzissem durante a reunião guiados pelas interpretações que fariam das expectativas da equipe em relação a eles.

A reunião foi conduzida por alunos indicados pelos colegas para compor a “mesa” diretora dos trabalhos. Muitos alunos falaram, alguns trouxeram argumentos sobre o caráter do movimento e sua validade, outros levaram as discussões para planos mais gerais como a “crise da universidade”, a “crise do Estado no Brasil”, a “globalização” e o “neo-liberalismo”, assim como críticas contundentes à política dos governos, estadual e federal, nas áreas de educação e, principalmente em relação aos aposentados. No entanto, não foram estas questões que se impuseram como eixo das discussões, sendo progressivamente substituídas por considerações mais pragmáticas e prosaicas.

---

cadeiras e a faixa central 10, “horizontalmente”, cada faixa possui cerca de 20 linhas de cadeiras, perfazendo no total, aproximadamente 440 cadeiras.

<sup>140</sup> Uma coordenadora foi encarregada de expor, no início da reunião, uma avaliação da situação em que não ficasse caracterizado haver uma postura frente à greve melhor ou pior que outra, do ponto de

Este foi um momento que a heterogeneidade do público mobilizado pela UnATI/UERJ se mostrou mais intensamente. Entre seus alunos, se encontram vários ex-sindicalistas, tanto dos serviço público, quanto de categorias tradicionais do sindicalismo, como metalúrgicos e até estivadores. Muitos deles viveram histórias marcantes de militância no Partido Comunista, e de participação ativa em diversas manifestações políticas. Foram estes, mais acostumados com situações como uma greve e, principalmente, mais familiarizados com reuniões como esta, que principiaram as discussões e lhe imprimiram o tom inicial: ao mesmo tempo grave e emotivo, através de argumentos sobre a importância do momento e de suas conseqüências.

Alguns alunos foram explícitos ao afirmar sua percepção de que naquela reunião havia mais em jogo do que a greve em si, o mesmo sentimento predominava entre os contratados. Para estes, as discussões anteriores tinham servido de pretexto para discutirem sua situação profissional dentro da UnATI/UERJ e desta dentro da UERJ. Além de representar, pela primeira vez, a possibilidade de que todos os coordenadores viessem a se conhecer pessoalmente. As discussões permitiram também que vislumbradas inúmeras possibilidades de, no futuro, os coordenadores trabalharem enquanto um grupo, e não mais individualmente, assim como, de partilharem suas experiência visando compreender melhor o papel da UnATI/UERJ e de suas atividades. A primeira reunião dos alunos tinha contagiado a equipe com um sentimento de solidariedade e um certo “orgulho”<sup>141</sup>.

A segunda reunião, no entanto, além de não favorecer qualquer “unidade”, também explicitou a heterogeneidade dos alunos. As falas iniciais foram mais ousadas e, ao se utilizarem de expressões como “burguesia” e “proletariado”, eram interrompidas com vaias e outras manifestações hostis/burlescas. Uma aluna - professora aposentada - que discorria sobre a solidariedade devida a todos os trabalhadores, foi interrompida por uma série de vaias, alguns alunos gritavam, entre risos, “subversiva” e/ou “comunista”. Um dos primeiro a gritar, e que o fazia em pé e entre risos, eu reconheci como um aluno que, pouco tempo antes, havia relatado em aula sua prisão, nos anos 40, por ligações com o Partido Comunista. Sem querer contestar a dramaticidade envolvida, principalmente para a aluna interrompida ríspidamente, boa parte do evento se desenvolveu como uma festa. Alternaram-se momento de maior e menor tensão, enquanto alunos gritavam velhos

---

vista dos coordenadores, e que, portanto, qualquer posição dos alunos deveria ser baseada unicamente em sua percepção dos acontecimentos e em seus “desejos”.

<sup>141</sup> Nesse mesmo dia, na reunião de equipe, um membro da direção contou como ele havia comunicado a posição dos alunos em “fazer greve”, durante uma reunião da Reitoria. Sua expectativa era a de que todos teriam, ao saber, a mesma reação positiva que tiveram os profissionais da UnATI/UERJ, no entanto, a decisão dos alunos foi recebida, para frustração dessa pessoa, com risos e comentários jocosos.

chavões com evidente galhofa. O tom grave e o sentimento de que esta reunião poderia consolidar algum tipo de laço entre os alunos se diluiu enquanto parte dos alunos se envolviam em conversas paralelas, e outros, impacientes, tentavam tornar mais objetivas as intervenções.

Na reunião dos contratados, ocorrida pouco antes, estes haviam decidido não estar presente quando os alunos votassem sua posição frente à greve. Eu fui encarregado de informar esta decisão e os alunos reagiram contestando sua pertinência. Um dos alunos afirmou serem eles, alunos, grades o suficiente para não se deixarem influenciar, ainda assim, os coordenadores se retiraram do auditório e se posicionaram do lado de fora, à espera da decisão dos alunos. Em menos de dez minutos os alunos optaram por manter normalmente a frequência às atividades durante a greve.

Desse momento da reunião são poucas e desencontradas as informações à que tive acesso, fruto de relatos dos alunos, a medida em que foram saindo, e de conversas que mantive posteriormente, sempre na condição de um coordenador e não um observador desinteressado. A maioria dos alunos, ao sair, fazia questão de afirmar, para todos os coordenadores ali presentes, e em especial para aqueles com os quais tinham relações mais próximas, uma avaliação da situação que não correspondia a decisão tomada, variando em uma escala de resignação até revolta. Os mais veementes afirmavam estarem decepcionados com os colegas por suas posições “retrogradas e conservadoras”, e por uma postura individualista. Para estes alunos, o “vencedor” da reunião teria sido o “velho” conservador e sua “falta do que fazer” (uma das falas que mais chamou a atenção, pelo menos foi muito comentada, foi de uma aluna que teria dito algo como: “Sem a UnATI o que nos vamos fazer em casa?”).

Apesar disso, o resultado foi algo em torno de apenas 15 votos a favor de adesão à greve, em uma assembléia que, a esta altura, ainda tinha aproximadamente uns 200 alunos. Duas coisas eu gostaria de destacar entre estes acontecimentos. Em primeiro lugar, em um momento inicial, e para um grupo limitado de alunos, a greve teria sido uma oportunidade de criar laços de solidariedade em torno de uma identidade comum de “aluno”, e criar na mobilização pela greve um instrumento de efetivação destes laços. Algo próximo teria ocorrido entre os coordenadores contratados. No entanto, a reunião em que estiveram presentes um número significativamente maior de alunos, não confirmou as expectativas de que a greve, ou ao menos a reunião, seriam eventos capazes de esboçar uma união entre eles, ao contrário, acentuou as diferenças, com inclusive algumas seqüelas em termos de relações pessoais.

Isto porque a reunião não foi capaz de fazer com que os alunos partilhassem uma definição comum da realidade, seja da realidade imediata da reunião, e da posição desta no quadro de inserção da UnATI/UERJ na Universidade, seja de uma realidade comum partilhada enquanto “alunos”. As diferentes posturas dos alunos durante a reunião podem ser, em grande parte, creditadas a forma como avaliaram o significado e importância da reunião, que por sua vez podem ser creditadas às diferentes trajetórias de vida e as respectivas diferenças de “capital cultural”, mas, não se pode deixar de considerar que estas diferenças não foram imunes ao ritmo da reunião. O comportamento dos alunos reflete também a forma como muitos deles se deixaram conduzir por uma dinâmica que foi sendo construída no desenrolar das falas, uma dinâmica que combinava a elementos de uma “festa” com outros de uma “assembléia”.

O formato inicial da reunião, com a escolha de alunos para compor a “mesa”, os termos usados - os mesmos do jargão de qualquer assembléia realizada na Universidade -, e seus respectivos “rituais”, como inscrição para falar e as “questões de ordem”, não deixam dúvidas quanto aos alunos, ao menos uma boa parte deles, dominarem os códigos que regem este tipo de evento. No entanto, mesmo com este domínio e de algumas tentativas de impor à reunião um tom mais grave e formal, a reunião foi perdendo seu formato “assembléia”, diante das brincadeiras e intervenções irônicas como as relatadas acima, ao mesmo tempo em que caminhava para resolução de uma inquietação mais imediata: “vamos ter aula ou não?”.

O segundo ponto a destacar é que a avaliação da reunião relatada pelos alunos aos coordenadores, logo após o término desta, parece indicar que os alunos perceberam uma certa “decepção” entre os coordenadores; no que estariam certos. Não uma decepção pelo resultado - a favor ou contra greve - propriamente dito, mas por se desfazer as “esperanças” de que resultasse da reunião algum tipo de solidariedade e de ação coletiva. Daí as reticências dos alunos em expressar uma avaliação positiva da reunião e a concordância com o ponto de vista, supostamente contrário ao dos coordenadores, que teria prevalecido no final. Por essa razão, também os alunos teriam dado tanta ênfase em questionar a postura “conservadora” dos colegas “velhos” depois da reunião. Isto sugere que, como de fato ocorre também em outras circunstâncias, frente à equipe ou qualquer de seus membros, a postura e o discurso dos alunos adquire maior homogeneidade. Se há algo que reduz as diferenças entre os alunos, este algo é a forma como interpretam coletivamente as expectativas dos coordenadores e buscam respondê-las.

As atividades foram reiniciadas sem que a frequência voltasse a ser total. Muitos alunos participavam somente atividades coordenadas por professores efetivos a UERJ ou alunos estagiários

- ainda em greve - outros, acompanhado as notícias sobre a greve nos meios de comunicação, não souberam do reinício da atividades. A UnATI/UERJ entrou em férias no primeiro dia de retorno da UERJ às atividades normais.

## **FINAL: A VELHICE COMO ESTADO DE ESPÍRITO**

## A “TERCEIRA IDADE” COMO UM CÓDIGO: A VELHICE COMO ESTADO DE ESPÍRITO

O perfil sócio-econômico dos alunos da UnATI/UERJ aponta para algo mais próximo do universo de “classe média” (mesmo que em seus níveis menos acentuados), do que dos idosos marginalizados de que fala a Gerontologia<sup>142</sup>. Se, por um lado, isso permite singularizá-los frente à população idosa em geral, e com isso evitar generalizações apressadas, por outro, pode induzir ao simplismo de derivar o conjunto de valores e significados presentes nesta instituição, da condição sócio-econômica de seus alunos. Muito embora a participação dos idosos em programas como as UNATIs esteja, em parte, associada a fatores como melhores aposentadorias e condições de vida, alimentação e acesso a serviços de saúde (ao longo da vida), assim como aos melhores equipamentos urbanos e serviços encontrados no universo tipicamente classificado como de “classe média”<sup>143</sup>. No entanto, as representações da velhice e do envelhecimento, traduzidas pelo termo “terceira idade”, extrapolam limites de estratos sociais e fronteiras definidas por fatores como renda, escolaridade, ocupação, etc. Além disso, não podem ser inferidos dos dados sócio-econômicos a diversidade de práticas e representações presentes na UnATI/UERJ, bem como o modo como agem e pensam seus alunos.

Entre os alunos da UnATI/UERJ, muitas são as experiências de vida e trajetórias individuais que articulam recortes mais “econômicos” com outros mais “sociológicos”, como por exemplo, identidade étnica, religião, ideário político, etc. Na faixa etária dos alunos, encontram-se indivíduos de vários segmentos da sociedade e oriundos de diversos meios culturais diferentes. É preciso, portanto, se estar duplamente atento a heterogeneidade da vida social contemporânea, pois, nesta

---

<sup>142</sup> Para Peixoto (1997), o perfil dos alunos da UnATI/UERJ seria um indicador de que eles pertencem às “frações inferiores das camadas médias”. Esta autora, no entanto, descarta que possa haver alguma homogeneidade entre os alunos da UnATI/UERJ unicamente por pertencerem a um universo “classe média”, uma vez que este apresenta grande diferenciação e hierarquização internas, sendo, portanto, importante se estar atento não apenas à critérios sócio-econômicos quando da definição do grupo de alunos que compõem a UnATI/UERJ mas, ao conjunto de valores e aspirações destes alunos, e seu impacto nas formas como se associam uns aos outros.

<sup>143</sup> Os bairros de maior concentração destas camadas médias urbanas são também bairros de grande concentração de indivíduos idosos. Copacabana, por exemplo, considerado um bairro típico de classe média, tem uma concentração de 20% de indivíduos com mais de 65 anos, contra uma média nacional de 7%. Isto tem sido explicado, em parte, pela facilidade em termos de equipamentos urbanos

faixa etária, esta diversidade é vivida juntamente com outra experimentada ao longo dos anos. A sucessão de gerações atua cumulativamente sobre a heterogeneidade encontrada entre indivíduos que, em sua trajetória de vida, passaram por várias situações próprias à sua história pessoal, como a imigração, a inserção no trabalho, a constituição de família, etc., e outras da história social, como a guerra, o regime militar, entre outras.

Diante da heterogeneidade presente na UnATI/UERJ, seus alunos não poderiam ser considerados um grupo, a não ser pela violência do olhar do pesquisador, ou pela arbitrária construção de recortes analíticos, feitos a partir da seleção de características comuns em um amplo universo de distinções. Uma das questões mais interessantes, que têm percorrido a Antropologia, diz respeito a laços simbólicos e as implicações que apresenta em problemas como: o tipo de características ou experiências que seriam significativas a ponto de operarem limites e distinções para um determinado grupo, de forma que este se reconheça enquanto tal, e, assim, seja visto de fora (Velho, 1981). Para os grupos constituídos pela participação em um programa específico de determinada camada etária, como os programas para terceira idade, a questão não é simples. Attias-Donfut, em relação aos “clubes para idosos”, na França, apresenta o problema da seguinte maneira:

“... conforme nossa hipótese, o clube representa um dos elementos de constituição de uma força social dentro da geração idosa. É inicialmente um polo de agrupamento; se ele preenche, sob este aspecto, funções psicossociais do ponto de vista do indivíduo, em um nível mais profundo ele é investido de funções sociais fundamentais que decorrem desse agrupamento, proporcionadas pela formação de grupos. Mas esse processo não pode ser destacado do contexto sociológico em que se insere: os clubes para pessoas idosas são a emanção de um grupo etário e representam agrupamentos que têm por base principal a afinidade da idade. Nesse sentido podem ser o indicador daquilo que poderíamos chamar uma ‘classe etária’” (Attias-Donfut, 1976:4)

Se a analogia às teorias sociológicas de classes sociais, sugerida pelo uso da terminologia acima, for estendida, poder-se-ia dizer que esta classe etária se diferencia da “geração” pela consciência de si, que lhe permite constituir um grupo representativo e reivindicatório na sociedade, ocasionando o que está sugerido no título do artigo citado acima: “O Nascimento de uma Nova Força Social”. Por um lado, se a participação em um programa deste tipo sinaliza algum tipo de identificação do indivíduo com a “terceira idade”, por outro, esta participação não esgota os conteúdos desta identificação a ponto de torná-la analiticamente operável. Considerar que um indivíduo pertence à “terceira idade” apenas por participar de um “programa para terceira idade”, ou que apenas os que freqüentam esses programas poderiam ser considerados como estando na “terceira idade”, seria demasiadamente simples e insuficiente. Mesmo porque, o convívio dentro de

---

encontrados nestes bairros, além de estratégias de mobilidade social e o fato de serem bairros antigos,

um programa deste tipo tem nos mostrado que a participação responde a vários fatores, em muitos dos quais não pesa a questão etária, como, por exemplo: a possibilidade de freqüentar uma universidade<sup>144</sup>. Uma forma possível de atribuir sentido à “terceira idade”, como um grupo de pessoas que se reconhecem ou são reconhecidas como possuindo características comuns que às diferenciam dos “velhos” em geral e dos adultos, seria através do recurso ao conceito de “geração”.

O conceito sociológico de geração tem sido de inúmeras formas usado nas Ciências Sociais com imenso valor heurístico, mas sem uma definição comum. Escrevendo na década de 50, Mannheim criticava a falta de sistematicidade, debates e intercâmbios sobre o tema. Para este autor, o enfoque geracional é imprescindível para a compreensão dos movimentos sociais e intelectuais, sobretudo, em contextos de mudanças constantes e cada vez mais velozes, como as que caracterizam este século:

“A geração não é um grupo concreto no sentido de uma comunidade, isto é, um grupo que não pode existir sem os seus membros terem um conhecimento concreto uns dos outros, e que cessa de existir como uma unidade mental e espiritual assim que é abolida a proximidade física. Por outro lado, ela não é de modo algum comparável a associações tais como as organizações formadas para um objetivo específico, pois estas se caracterizam por um ato deliberado de fundação, estatutos escritos, e uma maquinaria para desenvolver a organização - características que servem para manter coeso o grupo, mesmo no caso de inexistirem laços de proximidade espacial e de comunidade de vida.” (Mannheim, 1982:69)

Comentando o trabalho de Mannheim, Attias-Donfut (1991) critica-o, principalmente, quanto a efetividade do grupo geracional, que seria, para Mannheim, segundo esta autora, uma unidade mítica. Ariès (1983) se utiliza de uma perspectiva de geração para dar conta das transformações sofridas pela experiência de envelhecer, na qual estas aparecem relacionadas às transformações da sociedade, sobretudo, em termos de condições de vida, e diante do confronto com as formas de viver a experiência de envelhecer das gerações anteriores. No entanto, a característica do conceito de geração, que nos interessa reter aqui, é a identificação, não de um grupo, no sentido efetivo do termo, mas de alguma unidade dada pela experiência comum partilhada por indivíduos dentro de um universo comum de significados em uma dada época.

---

<sup>144</sup> com uma ocupação ocorrida muitos anos atrás. Assim, buscar uma demarcação para as fronteiras do grupo unicamente a partir de critérios como auto-identidade, pode levar a distorções. Encontram-se, na UnATI/UERJ, alunos que se recusam a serem identificados ou se auto identificarem com a expressão “terceira idade”. Outros, assim denominam-se unicamente por participarem de um programa deste tipo, e há aqueles que já se caracterizavam desse modo antes de freqüentá-lo. Por outro lado, dados sobre programas semelhantes revelam a participação de pessoas de distintas faixas etárias, até com menos de 40 anos (Rebouças, 1996; Guerreiro, 1993; Frutuoso, 1996), o que não ocorre na UnATI/UERJ, ao que parece, somente por ser vedada a participação de quem tenha menos de 60 anos.

Assim, antes de se pensar os idosos como constituindo uma geração unicamente pelo pertencimento a uma camada etária, interessa –nos pensá-los como uma geração<sup>145</sup> por partilharem uma experiência (envelhecer), em um meio cujas particularidades lhes permitem viver esta experiência de uma forma singular e com tal intensidade que, apesar da diversidade, se identificam na construção de um código comum para expressar e partilhar suas experiências. A *terceira idade* é o termo para designar esta experiência e os códigos que a definem.

O modo como esse código é acionado pelos alunos envolve tanto particularidades desta instituição quanto características gerais do meio onde esta se encontra. Ele se constrói sob a influência da legitimidade atribuída à universidade e ao saber científico sobre a velhice e o envelhecimento, tendo como pano de fundo valores partilhados com o meio social de onde são recrutados tanto os alunos quanto os demais profissionais que participam da UnATI/UERJ. Mesmo porque, não é possível imaginar que, apesar de suas especificidades, seus alunos formem um subcultura isolada. Dentre as características do meio social no qual se insere a UnATI/UERJ, uma será, a seguir, considerada em particular, devido a sua importância como estruturante das representações sobre a velhice e sobre o modo como os alunos agem e interagem entre si: a valorização do sujeito psicológico encontrada no que vem sendo chamado de “classes médias urbanas”.

### **Psicologismo e Terceira Idade**

Sobre este universo “de classe média”, se acumula na produção das Ciências Sociais brasileira, em particular na Antropologia, um volume cada vez maior de trabalhos<sup>146</sup>. Isto tem permitido reflexões sobre as condições particulares que a vida assume nos grandes centros urbanos brasileiros contemporaneamente, e uma descrição empírica de amplos aspectos desta realidade. Porém, definir o que são classes médias urbanas, de forma a tornar o conceito operável, não é simples. Se, por um lado, a caracterização do que seria o meio urbano não é muito difícil, pela possibilidade de sua comparação com o meio rural e “folk”, e pela tradição das Ciências Sociais que vem de Weber, Simmel e a “Escola de Chicago”, por outro, as “camadas médias” nos espaços urbanos não têm sido definidas sem alguma complexidade em etnografias que começam a se acumular com rapidez.

---

<sup>145</sup> Esta formulação da perspectiva de geração se inspira em Velho (1989).

<sup>146</sup> Para resenha de alguns destes trabalhos ver Salem (1986).

Tem sido comum adotar-se como critérios para fixar seus contornos e limites, não a sua posição particular no processo produtivo, nem a posição em termos de estratificação social ou ocupacional de seus membros. Definir “classes médias urbanas” por variáveis da estrutura social tem-se mostrado ineficaz para dar conta das descontinuidades de ethos e visões de mundo diferenciadas no interior das grandes cidades (Salem, 1986). Tem sido utilizado, para superar esta limitação, um critério mais próximo da classificação por fronteiras simbólicas, a partir de definidores tais como valores, e que expressam não só as identidades com que se auto definem indivíduos destas camadas, como também diferentes códigos associados à heterogeneidade de experiências no meio urbano. Muito embora não estando ausentes critérios como renda, condições de moradia, trabalho, etc.<sup>147</sup>

Dentro da estratégia acima, vários autores têm enfatizado as conseqüências da presença de uma “cultura psicanalítica”, ou “cultura psi”, no contexto das classes médias brasileiras. Ou seja, uma *visão de mundo* fundamentada nos pressupostos da concepção da natureza do homem oriundo das ciências psicológicas (a Psicanálise em particular) e disseminada não somente pela extensão da prática psicanalítica no meio social mas, apoiada pelo prestígio e fascínio que esta prática exerce, também através de revistas, jornais e outros meios da “cultura de massa” (Figueira, 1981 e 1985; Salem, 1989 e 1993; Velho, 1986 e 1994; Santos, 1991)<sup>148</sup>. Como afirma Figueira:

“A cultura psicanalítica brasileira resulta, portanto, de um intenso e extenso trabalho de difusão que levou a influência psicanalítica a muitas áreas significativas da cultura, como os domínios acadêmicos, artísticos e do cotidiano. Apesar do fato de que a própria noção de ‘cultura psicanalítica’ é uma hipérbole, e de que deve ser usada com ressalvas (ver Velho, 1985), é possível dizer que, quando a difusão psicanalítica se aproxima desse ponto de saturação, a Psicanálise difundida se torna uma *Weltanschauung* que é partilhada, de modo mais ou menos consciente, por um grande número de membros de uma sociedade, principalmente pelos segmentos culturalmente dominantes.” (Figueira, 1981:76-77)

Uma das manifestações desta “cultura psicanalítica” é a presença de um discurso psicologizante e um vocabulário próprio, ainda de acordo com Figueira:

“Esta *Weltanschauung* psicanalítica circula na cultura através do dialeto do psicologismo (Figueira, 1985) e opera através de duas vertentes: a) através de um modo de entender a ‘natureza do homem’,

<sup>147</sup> Como argumenta Salem (1986:26), a propósito dos trabalhos que vem tentando dar conta das especificidades deste universo: “... ao incidir na moralidade de segmentos de camadas médias como o campo temático privilegiado, estes trabalhos sustentam que a compressão da lógica simbólica e dos padrões éticos não pode ser mecanicamente deduzida ou apreendida a partir de critérios sócio-econômicas. Evidentemente não se nega que as diferenças econômicas forneçam parâmetros gerais importantes que permitem estabelecer demarcações significativas entre grupos; apenas insiste-se que a elas devem estar associadas outras distinções de cunho mais simbólico.”

<sup>148</sup> Sobre o prestígio da Psicanálise no Brasil, em termos comparativos com os Estados Unidos e a Inglaterra ver Figueira (1985) e Nunes (1986). Ver também Berger (1985).

isto é através de um eidos psicanalítico que gera processos cognitivos estandardizados ou conceitos e lógica para o pensamento; b) através de uma ordenação da experiência com base nesse entendimento da 'natureza do homem', isto é, através de um *ethos* psicanalítico que gera ênfases emocionais estandardizadas ou um código para o controle e a expressão de emoções (Berger, 1965; Bateson, 1958). Toda cultura psicanalítica é, portanto, passível de ser entendida como o resultado de uma articulação complexa e nem sempre harmônica de um eidos e de um *ethos* psicanalíticos que circulam através do dialeto do psicologismo." (Figueira, 1981:76-77).

Entre as conseqüências da presença desta "cultura psicanalítica" no meio social, e a difusão de sua visão sobre a natureza do homem, estaria uma representação do sujeito humano<sup>149</sup> caracterizada por uma "Psicologização". Esta, segundo Salem:

"... aponta para um movimento de individualização, interiorização e privatização dos sujeitos, de tal modo que estes se identificam como uma substância inteligível em seus próprios termos. Ou seja, o indivíduo se percebe fundamentalmente, como um sujeito psicológico: despojado de qualquer transcendência, ele se justifica segundo uma lógica interna a ele próprio. Decorre daí não só uma retórica fortemente centrada no individual e no idiossincrático como também uma intensa disposição cultural de escrutínio e cultivo de cada *self* por meio de uma alta sensibilidade para observar emoções, sentimentos e subjetividade." (Salem, 1989:25)<sup>150</sup>

O vocabulário que expressa a presença desta "cultura psicanalítica", e a *visão de mundo* que ela envolve, se faz presente no universo dos programas para terceira idade devido, sobretudo, à presença de profissionais das áreas de Psicanálise e Psicologia. Além disso, na UnATI/UERJ, muitas atividades, mesmo não sendo desenvolvidas por estes profissionais, têm um forte conteúdo psicológico ou estão respaldadas nessa *visão de mundo* "psicologizante". Embora não se possa afirmar que o conteúdo expresso durante as atividades seja, entre os alunos, a única fonte dessa *visão de mundo*, o que pode ser confirmado pela receptividade positiva dos alunos e sua capacidade de absorção e entendimento de seus conteúdos. Os pressupostos dessa *visão de mundo* se atualizam, na UnATI/UERJ, através de atividades como, por exemplo<sup>151</sup>: **Espaço de Biointegração**, cujo

<sup>149</sup> Uma "noção de pessoa", nos termos de Mauss (1973, parte 5), ou "ordens simbólicas de definição-pessoa", usando a terminologia de Geertz (1989, cap. 8)

<sup>150</sup> Ou ainda, de acordo com Velho (1989:24-25): "A idéia de uma psicologização da sociedade procura justamente dar conta do que seria um processo generalizado em que o sujeito psicológico passa, de fato, a ser a medida de todas as coisas (ver Figueira, 1978 e Duarte, 1980). Não é o homem econômico ou político, mas o indivíduo portador de uma especificidade interna particular - de caráter, personalidade, psiquismo, etc. -, que torna-se a referência dominante em um discurso que tende a se espriar, culminado nas diversas correntes psicanalíticas."

<sup>151</sup> No segundo semestre de 1997, as atividades a seguir tiveram cerca de 125 inscrições. Se, por um lado, este número não pode ser um indicador preciso do interesse por estas atividades, uma vez que existem sempre menos alunos participando do que inscritos, bem como, outros participam sem estar inscritos, sua relação com o número de vagas oferecidas, 128, indica uma taxa razoável de procura. A demanda pelas atividades mais procuradas como dança de salão, por exemplo, sempre excedem o número de vagas oferecidas, ficando uma "fila de espera", no entanto, a grande maioria das atividades não preenchem totalmente suas vagas.

objetivo é: *criar ressonância entre nossas emoções internas e a expressão delas através consciência corporal, da respiração, da harmonização energética, do movimento e da criatividade.*

Outras atividades estão ainda mais diretamente envolvidas com a Psicologia ou a Psicanálise e suas finalidades terapêuticas, como por exemplo: três turmas denominadas **Encontros com a Psicologia**, coordenadas por estudantes de Psicologia orientadas por uma psicóloga, cujo objetivo, expresso de forma um tanto vaga, seria: *Proporcionar aos participantes um espaço de discussão e reflexão sobre as diversas questões do relacionamento interpessoal.* Esta atividade é descrita também como: “um modelo intermediário entre uma aula acadêmica sobre Psicologia e uma psicoterapia de grupo” (Guggenheim e Pace, 1996:8). Há ainda outras atividades como: **Tricotar: conversa de mulheres**, coordenado pela mesma psicóloga que orienta as turmas acima, como o objetivo de: *Promover a troca de experiências entre mulheres, através de conversas em grupo.* Duas turmas do **Grupo Operativo: Trocas e Perspectivas**, coordenados por uma psiquiatra e psicanalista, com o objetivo de: *Explicitar aspirações, conflitos e dificuldades cotidianos dos participantes da UnATI; trabalhar as emoções mobilizadas com o retorno aos estudos, a partir da inserção dos idosos na UnATI, bem como dificuldades de adaptação e/ou situações problemáticas vividas durante as atividades.* Duas turmas denominadas: **Sexualidade e Afetividade na Terceira Idade** e o **Grupo de reflexão sobre Sexualidade**, coordenados por um psicólogo e sexólogo, que juntamente com outra atividade: **Grupo de Reflexão Vivendo a Vida**, coordenado por uma enfermeira (o único, portanto, não dirigido por psicólogos ou psicanalistas), se destinam a tratar das questões relacionadas a sexualidade, dentro de uma perspectiva de discussões e reflexões sobre as experiências individuais dos participantes. O **Grupo de reflexão: Nós e a UnATI**, coordenado pela mesma psiquiatra e psicanalista dos “Grupos Operativos”, tem o objetivo declarado de: *Refletir com os alunos sua inserção na UnATI/UERJ e as alternativas para o momento de saída, aprofundando diferentes formas de vinculação, tanto com a UnATI/UERJ quanto com a comunidade”.*

A principal característica dessas atividades, e que também se apresenta com menos ênfase em quase todas as outras, é a possibilidade de se discutir experiências de vida. Nelas, os alunos podem falar de suas experiências e discuti-las com uma base mais ou menos elaborada de conceitos e pressupostos oriundos das ciências psicológicas. O mais significativo em relação a estas atividades é que, por um lado, seus objetivos não deixam dúvidas quanto a tentativa de se generalizar seus respectivos códigos para expressar vivências individuais e, por outro, a receptividade dos alunos sugere não só haver alguma eficácia no uso destes códigos, quanto também existir uma predisposição por parte dos alunos.

O efeito imediato e de maior alcance desta tentativa é a difusão de normas e critérios de validação da “terceira idade” e da negação que esta promove da velhice. O discurso “psicologizante” veiculado nessas atividades fornece uma matriz, cujo principal pressuposto é que, ao contrário do corpo, a *psique* humana não envelhece, logo, sentir-se jovem é ser jovem, e ser jovem implica expressar constantemente um sentimento de juventude. Esta matriz dá coerência e consistência à “terceira idade”, pois articula representações do que seria a velhice (representações que gozam de especial legitimidade, pois apresentadas em nome de um saber consolidado e de grande prestígio: as ciências psicológicas)<sup>152</sup>, com a forma como os alunos vivem cotidianamente suas experiências de envelhecimento. O próprio formato das atividades, discussões sobre as experiências vividas pelos alunos, faz com que os pressupostos do discurso psicologizante apareçam como um ordenador dos sentimentos envolvidos nessas experiências.

Não se trata, no entanto, de afirmar que o discurso acionado durante estas atividades seja determinante do comportamento dos alunos, mas que ele fornece uma “gramática” de desempenho de comportamentos públicos. O comportamento público dos alunos não é uma determinação dessa gramática, mas resultado de sua manipulação. Esta matriz, ou “teia de significados”, permite que determinadas ações dos alunos sejam “compreendidas” pelos colegas e pela equipe (e por cientistas sociais). Ela não deve ser confundida, portanto, com uma descrição do modo como os alunos são e agem, mas sim como um instrumento que torna possível aos alunos, dentro de certos limites, modelar a realidade na qual vivem em conformidade com seus valores, crenças e “desejos”. Ou seja, gerir sua experiência de envelhecimento de acordo com esses valores, crenças e “desejos”.

O que aqui nos interessa em particular é como esta matriz permite que o modo como os alunos se comportam rotineiramente na UnATI/UERJ seja manipulado como um veículo para construção/expressão de suas identidades individuais.

### **Terceira idade e identidade individual**

A presença dessa *visão de mundo* “psicologizante” na UnATI/UERJ tem conseqüências observáveis em pelo menos duas direções. Ela sinaliza uma tendência a “subjetivar” a velhice para, em seguida, torná-la um dado controlável. Ou seja, expressa, ao mesmo tempo que estimula, uma disposição em “identificar” a velhice com uma dimensão subjetiva que seria um espaço duplamente significativo tanto para os *experts* quanto para os alunos. Para os primeiros, esta dimensão subjetiva,

<sup>152</sup> São representações oriundas da psicologia do desenvolvimento e da psicanálise, mas que também estão ligadas aos estereótipos associados à velhice.

devidamente mapeada por suas ferramentas teóricas, possibilita uma leitura do tipo de velhice de cada pessoa, e se transforma no espaço de intervenção de seus diferentes “tratamentos”. Enquanto, paralelamente, os alunos veriam esta dimensão como constitutiva de suas identidades individuais e uma ferramenta a mais para a gestão da experiência de envelhecer.

O resultado dessa “subjetivação” da velhice, que vem acompanhada de uma representação da “pessoa” que tende a adotar a idiossincrasia e a subjetividade individual como elementos importantes na construção da identidade pessoal, é que a própria “velhice” se torna um elemento a partir do qual se pode formular projetos de construção auto-reflexiva de identidades individuais<sup>153</sup>. O controle e as formas convencionadas de *expressões de subjetividade*<sup>154</sup> são, no universo investigado, as manifestações mais visíveis desse projeto auto-reflexivo de envelhecimento.

Para os alunos, a disposição, já aludida, de fazer de suas biografias motivo constante para o exercício de sua loquacidade revela uma das dimensões mais evidentes da construção auto-reflexiva de suas identidades individuais. No entanto, é no uso que fazem da forma como envelhecem, que se ancora a parte mais importante desta construção. A forma como estes alunos estão administrando sua experiência de envelhecimento adquire significado adicional como expressão de singularidades individuais e, de forma menos acentuada como expressão da especificidade de uma geração. Isso pode ser percebido na constante pré-disposição de cada aluno para falar sobre como não se sentem velhos, de afirmar a sua não aceitação passiva de restrições impostas pela velhice mas, principalmente, pelo modo como, ao falar tudo isso, bem como em tudo o mais que fazem, os alunos procuram deixar evidentes suas emoções, geralmente intensas e expressas através de performance bem elaborada.

É a *psicologização da velhice*, construída no encontro entre os códigos do discurso psicologizante e as vivências cotidianas e pessoais dos alunos, que atribui ênfase a esta forma de agir, sempre vazada por emoções visíveis, pois faz com que estas emoções sejam não só aceitas e

<sup>153</sup> De acordo com Giddens: “... a auto identidade torna-se particularmente problemática na vida social moderna, particularmente nos períodos mais recentes. As características fundamentais de uma sociedade de alta reflexividade são o caráter aberto da auto-identidade e a natureza reflexiva do corpo (...) Hoje em dia o EU é para todos um projeto auto-reflexivo - uma interrogação mais ou menos continua do passado, do presente e do futuro, é um projeto conduzido em meio a uma profusão de recursos reflexivos: terapias e manuais de auto ajuda, de todos os tipos, Programas de televisão e artigos de revista.” (Giddens, 1993:40-41)

<sup>154</sup> Na categoria *expressões de subjetividade*, estou incluindo a tendência dos alunos de imprimir um tom afetivo às relações com colegas e coordenadores, a emoção com que se referem à UnATI/UERJ, a verbalização de seus sentimentos e emoções (atuais ou lembradas) e, de um modo geral o entusiasmo com que participam das atividades.

valorizadas, mas compreendidas como real expressão de uma “personalidade”, como a substância daquilo que cada pessoa é (e que cada pessoa acredita ser, ou seja, sua auto-identidade). Além disso, ela reforça que determinadas emoções e atitudes sejam vistas como evidências de um “espírito jovem”, que “não envelhece”, apesar do avanço da idade.

O que aqui está sendo chamado de *expressões de subjetividade* é visto e vivido pelos alunos como uma forma de interação e comunicação entre “personalidades”. Em função disso, a forma exacerbada como os alunos expõem continuamente suas emoções não é sem importância. Há um significado no “exagero”. Não basta participar das atividades, é preciso fazê-lo com prazer, alegria e entusiasmo, e demonstrando isso ao máximo. Em outras circunstâncias, agir com descrição, reservas ou algum zelo especial quanto a possíveis exageros na forma de falar e se portar, poderiam ser vistos apenas como timidez ou traços de uma personalidade comedida, mas, neste universo, são associadas à “velhice”, ou melhor, a um tipo de velhice, cujas características seriam: o isolamento, perda do contato social e, principalmente, perda das habilidades em relacionar-se com outras pessoas.

Nesse contexto, um comportamento sempre aberto à novas relações e intensas emoções, mesmo correndo o risco de parecer caricato, é uma prova de resistência à velhice. Não fazê-lo é sinal de que se está, de fato, envelhecendo, e o que é pior, por “culpa” própria.

#### A “terceira idade”: velhice como “estado de espírito”

O uso da expressão: “velhice como um estado de espírito”, de uso bastante comum sempre que se quer relativizar a velhice<sup>155</sup>, sinaliza no universo investigado alguns aspectos da articulação entre “psicologismo”, “terceira idade” e a disposição de cada sujeito em fazer da forma como envelhece um elemento estruturante de sua identidade pessoal. Ela pode ser desmembrada em pelo menos dois aspectos significativos, do ponto de vista das questões aqui discutidas. O primeiro, se considerarmos que por “estado de espírito” se está expressando exatamente esta dimensão subjetiva destacada acima, por oposição a, por exemplo, o corpo. Por outro, a expressão não apenas nega a velhice, mas a qualifica de outra forma, reduzindo-a um “estado”, e não um atributo do sujeito, deslocando o eixo das representações de uma condição inexorável - a velhice - que remete a uma

<sup>155</sup> Na pesquisa realizada por Anita Neri (Neri, 1991) sobre categorização etária referente à velhice, feitas por não idosos, foi perguntado: “*Que idade deve ter uma pessoa para que você a classifique como velha: mais de 30, 40, 50, 60, 70 ou mais anos, ou nenhuma das anteriores?*”. Obtendo como resultado: “31,7% dos sujeitos localizaram a velhice nos 60 anos e 27,8% acima dos 70 anos. Os outros 30,3% classificaram a velhice como um ‘estado de espírito’, respondendo à alternativa ‘*Nenhuma das anteriores. Favor explicar*’. Os restantes 10% recaíram sobre as alternativas dos 30, 40 e 50.” (Neri, 1991:82)

categoria abrangente - o velho -, para a singularidade do sujeito individual, e a idiossincrasia de seus sentimentos e atitudes.

Dessa perspectiva, a *terceira idade* não deve ser vista apenas como um eufemismo, uma substituição simples de “velhice” por “terceira idade”, pois ambas são diferentes, tanto quanto podem ser consideradas diferentes as afirmativas: “ser velho” e “estar na ‘terceira idade’” que, pelo menos no universo investigado, não se traduzem completamente. É possível ouvir entre os alunos as expressões: “estar velho”, e “ser velho”, no entanto, não se encontra a expressão “ser ‘terceira idade’”. Logo, do ponto de vista destes alunos, “velhice” e *terceira idade* não se equivalem quanto às relações concebidas como possíveis entre o sujeito da fala e estas categorias. Nesse sentido, “terceira idade” se refere a um estado de sujeitos individuais, não sua essência, como se ela representasse uma condição pela qual passam os indivíduos, vale dizer pelas suas próprias escolhas individuais e pelo seu estilo de vida. Além disso, em seu uso corrente no universo investigado, a expressão “terceira idade” não corresponde (ainda) a nenhum um substantivo comum (os “terceira idade”) que denote a existência de uma categoria coletiva percebida enquanto tal. O que está em jogo, neste contexto, é um exercício de dissociação entre a própria experiência de envelhecer dos sujeitos e a que seria de um “velho”.

Em uma pesquisa realizada a partir de 75 entrevistas com idosos de classe média, Debert (1988 e 1992c) chama a atenção para que, apesar das diferenças entre homens e mulheres no tocante a reação ao envelhecimento, estes indivíduos, ao narrar suas histórias, o faziam acionando “mecanismos de resistência com o objetivo de marcar distância entre a própria experiência e a situação do velho em geral”. Nas entrevistas recolhidas por esta autora, principalmente entre as mulheres, aparece a dissociação entre velhice e biologia assim como a expressão da idade como “estado de espírito”, enquanto para os homens, aparece uma tendência a enfatizar o reconhecimento do envelhecimento fisiológico como uma prova de lucidez. Em outra pesquisa (Neri, 1991), Anita L. Neri identifica uma tendência entre pessoas não idosas de se projetarem na velhice com atributos mais positivos do que os usados por essas mesmas pessoas para caracterizar os velhos em geral. No trabalho de Myriam Lins de Barros (Barros, 1998), as mulheres entrevistadas pela autora também demonstram estratégias para se diferenciarem dos estereótipos da velhice. Numa sociedade altamente individualizada, a identificação com um sujeito coletivo, ou com uma identidade coletiva, apresenta algumas especificidades.

A dissociação entre a “velhice” e a experiência pessoal de indivíduos idosos - a recusa de indivíduos a serem englobados por uma categoria universal, a categoria “velho” -, representa um

exemplo da complexidade desse tipo situação, que, por sua vez, se constitui uma questão interessante para a Antropologia. De acordo com Velho:

“Tomando-se como referência qualquer sociedade, poder-se-ia dizer que ela vive permanentemente a contradição entre as *particularizações* de experiências restritas a certos segmentos, categorias, grupos e até indivíduos e a *universalização* de outras experiências que se expressam culturalmente através de conjuntos de símbolos homogeneizadores - paradigmas, temas, etc. Na realidade, esse é, por excelência, o problema básico da própria existência do que chamamos *cultura*: o que pode ser comunicado? Como as experiências podem ser partilhadas? Como a realidade pode ser negociada e quais são os limites para a manipulação de símbolos? Qual o grau de impermeabilidade às mensagens e como se mantêm subculturas? O que significa o desvio, o comportamento desviante enquanto manipulação ou rejeição de normas e regras dominantes? Qual a eficácia potencial da universalização de códigos particulares.”(Velho, 1981:18-19, grifos do autor)

A UnATI/UERJ reúne como alunos pessoas muito diferentes entre si, mas que, no entanto, partilham uma experiência comum: envelhecer em um espaço que se caracteriza por ser destinado àqueles que envelhecem e pela presença de discursos sobre velhice e envelhecimento. Embora as formas de identificação coletivas, enquanto “alunos” ou enquanto pessoas de uma categoria específica (“na terceira idade”) sejam insipientes e circunstanciais, esta experiência comum é vivida com tal intensidade, que resulta na construção reflexivamente negociada de um código comum para expressar e partilhar suas experiências.

Se uma das particularidades deste código é que ele se configura como uma reação à “velhice”, a relação entre *Terceira idade* e velhice é mais uma relação de contraste que de oposição, pois a primeira depende da segunda para afirmar sua especificidade, assim como, para cada aluno, a figura estereotipada do “velho” serve para dar contornos a sua singularidade. Assim, a “velhice” e o “velho” são mantidos em um horizonte próximo. A terceira idade teria como seu “outro” a quarta idade, e não as idades anteriores, com as quais teria mais um sentido de continuidade.

Entre as principais características que configuram a *terceira idade* como reação à “velhice”, está o valor atribuído a participação em atividades sociais, que adquire significado por contraste às representações da velhice como uma fase da vida caracterizada pelo isolamento, solidão e falta de autonomia. Em suas falas, os alunos sempre se referem à hostilidade da sociedade (atual) contra o idoso (que encontra eco nas representações da Gerontologia). Nela, ao envelhecer, os indivíduos são englobados por uma categoria homogeneizadora: o “velho”<sup>156</sup>, de ordem natural e social, não sendo possível evitar o destino que lhes reserva uma posição social inferior. Somente lhes restando a saída do espaço público, tornando-se o “aposentado” - no sentido sugerido pela etimologia do termo, ou

seja: recolher-se aos aposentos - ou o idoso asilado que, em certo sentido, também é alguém “fora” da sociedade. Tendo estas representações como pano de fundo, a *terceira idade* se constitui como uma alternativa que permite aos que envelhecem ocupar de forma original o espaço público, mesmo naquelas esferas que, por serem identificadas com outras faixas etárias, não eram acessíveis aos idosos, como as universidades, por exemplo.

---

<sup>156</sup> E, com algumas especificidades, também na categoria “aposentado”, que se sobrepõe a identidades profissionais anteriores. Sobre a construção da categoria “aposentado”, ver Debert e Simões (1994) e Stucchi (1994).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta original deste trabalho veio da percepção de que estariam surgindo novas representações sobre a velhice e diferentes formas de se viver a experiência de envelhecer nas grandes cidades. Meu primeiro objetivo era identificar aspectos dessas novas formas de conceber a velhice e tentar contribuir para o esclarecimento e descrição de como elas estariam surgindo. Para isso, a idéia inicial era encontrar sinais de mudanças na sensibilidade em relação à velhice em três grandes áreas: 1) políticas públicas de atenção à velhice; 2) a formação de um discurso científico sobre velhice e envelhecimento - com a correspondente constituição de um *campo* -, e 3) o comportamento e representações sobre velhice e envelhecimento de pessoas idosas. Todos, respectivamente, representariam agentes de destaque na construção social da velhice: O “Estado”, a “Ciência” e os próprios “idosos”.

A UnATI/UERJ representava, diante disso, um foco privilegiado para análise, pois se constituía em uma ação de política social ligada ao Estado, ainda que indiretamente, com forte presença de um discurso científico e, sobretudo, por mobilizar uma grande contingente de idosos, em especial aqueles que tipicamente expressariam as redefinições de imagens e estereótipos da velhice que se convencionou chamar “terceira idade”. Seria, portanto, um espaço onde estariam presentes as influências dos três agentes acima mencionados e isto tornaria possível não apenas entender um pouco mais o papel de cada um deles, mas também suas relações mútuas.

Ao iniciar um levantamento nas três áreas, sobretudo através de bibliografia, em busca de informações sobre novas sensibilidades em relação à velhice, apareceram algumas questões interessantes, duas delas se constituíram de forma particular: (1) todas as evidências que sugeriam a constituição de um discurso científico sobre a velhice e envelhecimento correspondiam a uma socialização progressiva da experiência de envelhecimento e, ao mesmo tempo, (2) sinalizavam também um movimento em uma direção comum, e aparentemente oposta: a individualização da velhice, ou *reprivatização* da velhice.

A breve análise aqui efetuada das formulações de políticas sociais por parte do Estado Brasileiro, ainda que superficial, aponta para uma tendência a transferir a responsabilidade de atender à velhice para entidades e programas de caráter sociocultural e enfatizar uma política de

profilaxia dos efeitos não desejados do envelhecimento, ou seja, exatamente aqueles que demandam mais atenção por parte das políticas públicas. O efeito disso tem sido um esvaziamento progressivo das categorias coletivas “velhos” e “idosos”, chegando a “terceira idade”, ao mesmo tempo em que estas políticas elegem como destinatário “legítimo” indivíduos idosos. Assim, estas políticas tendem a redistribuir a responsabilidade também para os idosos, elegendo ações, cuja participação é decisão do próprio indivíduo. Esta tendência pode tanto ser lida de dois modos: primeiro, como avanço em direção a propostas mais efetivas, que visam evitar que problemas ocorram, ao invés de cuidar deles, o que geralmente é mais custoso e complexo; segundo, como uma forma de legitimar a “negligência” do Estado em relação aos idosos que não dispõe de condições autônomas de vida, responsabilizando-os por sua própria condição. Uma negligência de conseqüências não previsíveis, mas provavelmente danosas.

O desenvolvimento do discurso científico sobre velhice e envelhecimento também refletiria um movimento semelhante. Hoje se assiste a sua atualização através de um mercado de consumo no qual se pode encontrar instrumentos de controle individual da velhice, e dentro do qual surgem diferentes instituições voltadas para atendimento da população idosa. Este discurso científico se atualiza também em instituições, como os “programas para terceira idade”, nas quais se pode observar uma ascensão das ciências voltadas para o individual como fonte das representações “científicas” sobre velhice/envelhecimento, em um movimento que pode ser descrito como uma progressiva redistribuição de forças entre uma *medicalização* e uma *psicologização* dos espaços institucionais.

Nesse *campo*, o modo como a Gerontologia vem constituindo seus “paradigmas” aponta para uma forma de conceber a velhice caracterizada por um movimento de crescente valorização do indivíduo psicológico como objeto privilegiado, como interlocutor, fonte e destinatários de seus produtos. Esse movimento foi aqui ilustrado pela substituição do “lazer” pelo “prazer” como principal chave teórica dos “programas para terceira idade”. Ou seja, a passagem de um referente de ordem mais social para outro que enfatiza a subjetividade individual como foco de discurso. Esta substituição reflete uma mudança de ênfase na construção das representações sobre a velhice/envelhecimento, que organizam tanto os “programas para terceira idade”, quanto o próprio discurso científico sobre a velhice.

Além disso, as formas como as pessoas têm buscado viver sua experiência de envelhecer revelam uma relação com a construção, manutenção e expressão de identidades individuais. A *terceira idade* tem um compromisso com a individualização crescente das sociedades ocidentais

modernas, da qual é, certamente, fruto. O discurso científico, a ação do Estado e o comportamento das pessoas ao envelhecer refletem este compromisso, ao menos é o que me parece ter sido possível demonstrar a partir do universo investigado nesta dissertação.

No entanto, ao iniciar o trabalho de campo, não apenas as demasiadamente ambiciosas pretensões iniciais, mas também alguns de seus pressupostos foram desfeitos. Como, por exemplo, a idéia inicial de que os idosos poderiam ser vistos como um todo homogêneo, ou mesmo que os alunos da UnATI/UERJ pudessem ser facilmente descritos e classificados como um todo coerente. A principal constatação, no entanto, foi a de que, neste espaço, o discurso científico não aparentava possuir a capacidade normativa em relação à forma como os alunos vivem sua experiência de envelhecimento, como suposto de início. Mesmo porque, apesar de a instituição se utilizar da “Gerontologia” como uma de suas marcas de distinção, este saber não se faz presente em suas práticas cotidianas e no contado imediato entre os diferentes profissionais e os alunos de forma clara e inequívoca.

Conhecer melhor o que é um discurso científico sobre a velhice, e as formas como este é acionado, no contexto investigado, se tornou imprescindível. Até mesmo para reconhecê-lo onde se manifeste. Para isso, foi preciso alguns desvios, entre eles um estudo mais minucioso do universo deste discurso. Através de bibliografia, do contato com pessoas ligadas ao assunto, seja em função de suas práticas profissionais diretamente com idosos ou por interesse em estudar o tema e, principalmente, através de cursos de Gerontologia. Isto, de certa forma, me tornou, um “nativo”. Desse estudo resultou a primeira parte deste trabalho. A partir dela, a intensidade e unidirecionalidade da ação do discurso científico como fonte de representações sobre a velhice e como condicionante dos comportamentos em relação a ela teve de ser repensada.

O discurso da Gerontologia no Brasil é ainda recente, e se configura mais como apanhando geral de *insights* de outras áreas, visando afirmar a importância das questões que estuda através da crítica dos estereótipos e das representações abrangentes que a sociedade faz da velhice e do envelhecimento. Uma das razões a que se deve o sucesso da UnATI/UERJ é exatamente sua capacidade de compreender essa situação, e de exercer o papel que se auto-atribui. Nesse esforço, busca afirmar a especificidade e importância das questões que estuda através de representações da sociedade abrangente sobre a velhice e o envelhecimento.

\*

Foi afirmado, em dado momento, que o comportamento dos alunos pode ser visto como um “texto”. Este comportamento apresenta uma codificação que permite que seus enunciados sejam compreendidos e partilhados com os profissionais e demais alunos. Os alunos apresentam um estilo de comportamento em público, o qual estou chamando *expressões de subjetividade*, e que vem sendo enfatizado ao longo da segunda parte desta dissertação. A abordagem de eventos específicos, ainda que sem a sistematicidade de uma etnografia “clássica”, ocorridos na UnATI/UERJ, como as reuniões sobre a criação do Instituto da Terceira Idade e sobre a greve, tendo como pano de fundo o comportamento recorrente dos alunos durante as atividades cotidianas, me permitiu formular algumas interpretações sobre este código.

Em contextos onde a tradição progressivamente vai sendo destruída ou substituída, os modos como as gerações anteriores viveram suas experiências de envelhecimento passam a ser considerados ilegítimos. A UnATI/UERJ estaria, de certa forma, ocupando o “vácuo” criado pelo declínio dos modelos tradicionais de envelhecer. No entanto, seus *experts*, ao se utilizarem de um discurso que enfatiza o controle e a negação da velhice através de uma “tecnologia” gerontológica própria, ainda que apenas vagamente formulada e compreendida, vão de encontro ao uso que fazem os alunos de sua participação na instituição. O convívio com os alunos em sala de aula, me permitiu compreender que eles buscam no “consumo” do saber que lhes é oferecido, ou mesmo que apenas na possibilidade de participar de um espaço caracterizado pelo “saber”, não apenas uma “tecnologia” de “envelhecimento adequado”, mas subsídios para *construção auto-reflexiva de suas identidades*.

Ao utilizar o discurso da Gerontologia, bem como de outras disciplinas, em particular a Psicologia, para orientar sua concepção e suas práticas, os profissionais da UnATI/UERJ acionam uma visão de envelhecimento que dá ênfase à subjetividade como dimensão privilegiada do controle do envelhecimento. Guardadas as devidas proporções, a *biologização da velhice* na Geriatria teria como equivalente na UnATI/UERJ uma *psicologização da velhice*, que se torna um agente privilegiado de codificação das relações sociais pelo que possibilita em termos de uma gestão da experiência de envelhecer. Ela acaba por determinar uma “gramática” para este código de comportamento em público e para as narrativas dos alunos, pois fornece normas e critérios de validação da “terceira idade” e da negação que esta promove da velhice.

A *terceira idade* desloca a velhice da natureza biológica e de parâmetros cronológicos de definição das fases da vida e permite que a velhice se dissolva no comportamento desses “novos velhos”. Tornando-se maleável, a experiência de envelhecer passa ser vivida como um *estilo de*

*vida*, em um contexto no qual a forma como uma pessoa envelhece tem implicações significativas sobre sua auto-identidade, constantemente alimentada por narrativas sobre quem sou “EU”, alinhadas à opções de estilos de vida. A mídia e o discurso científico sobre velhice e envelhecimento contribuem para desconstruir imagens e estereótipos sobre a velhice e coincidem ao propor uma representação da velhice como uma responsabilidade individual. Participar das atividades da UnATI/UERJ representa a escolha de um modo como gerir a experiência de envelhecer e o exercício dessa responsabilidade individual.

Ao expressar - com a tolerância ou mesmo cumplicidade da equipe - vitalidade, felicidade, satisfação, alegria, e tudo o mais que possa demonstrar algo como uma “gestão bem sucedida da velhice”, os alunos e profissionais da UnATI/UERJ estão se servindo de um instrumento de *confiança ativa* (Giddens, 1997), um instrumento de reforço cotidiano de alianças e de confiança mútua, ao mesmo tempo reforçando o ideal gerontofóbico da instituição e a crença de que é possível envelhecer sem ficar “velho”. Isto faz com que os *experts* se sintam realmente *experts* e os idosos como “não velhos”.

## BIBLIOGRAFIA:

- ALVES, Maria Isabel C. & MONTEIRO, Mário F. G. (1995), "Aspectos demográficos da população idosa no Brasil", in R. P. VERAS (org.), *Terceira Idade: Um Envelhecimento Digno para o Cidadão do Futuro*, Rio de Janeiro, Relume&Dumará/UnATI/UERJ.
- \_\_\_\_\_. & VERAS, Renato Peixoto, (1995), "População idosa no Brasil: considerações acerca do uso de indicadores de saúde", in M. C. MINAYO (org.), *Os muitos Brasis: saúde e população na década de 80*, Rio de Janeiro - São Paulo, Hucitec - ABRASCO.
- AMORIM, Andréa Estevam. (1997), *Acidente de transporte rodoviário de cargas perigosas em trânsito - em busca de um sistema de informação*. Dissertação de Mestrado, CESTH - Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ, datil.
- ANDERSEN, Maria Inez Padula. (1997), *Saúde e condições de vida do idoso no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Medicina Social/UERJ, datil.
- ANDRADE, Ivany C. D.; CAVALCANTI, Livia P.; NOBRE, Hilda T. (1977), "O idoso na sociedade brasileira: diagnostico preliminar", *Série Assistência Social*, n. 1, Brasília, MPAS/Secretaria de Assistência Social.
- ANG. (1989), *Políticas para a terceira idade nos anos 90*, Rio de Janeiro, CBCISS/ANG.
- ARIÈS, Philippe. (1981), *História Social da Criança e da Família*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Guanabara.
- \_\_\_\_\_. (1983), "Une Histoire de la vieillesse?", in *Le continent Gris: Communications*, n. 37. Paris, Seuil.
- ASSIS, Darnício de. (1979), "Trabalho social com idosos no SESC de São Paulo, realizações e perspectivas". *Cadernos da Terceira Idade*, n. 4:37-39, São Paulo, SESC.
- ASSIS, Mônica "O serviço social na triagem interdisciplinar do Núcleo de Atenção ao Idoso". *Superando desafios*, n. 0, Rio de Janeiro.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine. (1976), "Clubes para pessoas idosas: nascimento de uma nova força social". *Cadernos de Lazer*, n. 3:1- São Paulo, SESC.
- \_\_\_\_\_. (1979a), "Seminário de estudos sobre a terceira idade". *Cadernos da Terceira Idade*, n.3-a:1-52, São Paulo, SESC.
- \_\_\_\_\_. (1979b), "Seminário de estudos sobre a terceira idade: 2ª parte". *Cadernos da Terceira Idade*, n.3-b:1-54, São Paulo, SESC.
- \_\_\_\_\_. (1980), "Lazer e aposentadoria: aspectos conceituais". *Cadernos da Terceira Idade*, n.5:7-10. São Paulo, SESC.
- \_\_\_\_\_. (1991), "La génération, mythe, symbole, concept". *Génération, Annales de Vaucresson*, n. 30:79-92. Vaucresson.
- AZAMBUJA, Thais de. (1995), "Expressão e criatividade na terceira idade", in R. P. VERAS (org.), *Terceira Idade: Um Envelhecimento Digno para o Cidadão do Futuro*, Rio de Janeiro, Relume&Dumará/UnATI/UERJ.

- \_\_\_\_\_. (1996), "Criatividade, uma proposta para mudanças", in J. D. SAYD (coord.), I Seminário de Preparação para a Aposentadoria, Anais vol. 1, Rio de Janeiro, UnATI.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. (1997), "A representação das mudanças sociais da Família por avós de camadas médias urbanas", in *Família: ontem hoje e amanhã*, Temas Sociais, ano XXVI, 1º e 2º semestre -1991 (reedição 1997), Rio de Janeiro, CBCISS/PUC.
- \_\_\_\_\_. (1998), "Testemunho de Vida: um estudo antropológicos de mulheres na velhice". in M. M. L. BARROS, *Velhice ou Terceira Idade?*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- \_\_\_\_\_. (1998), *Velhice ou Terceira Idade?*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- BEAUVOIR, Simone. (1970), *La vieillesse*. Paris, Gallimard.
- BECK, Ulrich et alli. (1997), *Modernização reflexiva*, São Paulo, UNESP.
- BECKER, Howard S. (1977), *Uma teoria da ação coletiva*, Rio de Janeiro, Zahar.
- BENJAMIM, Walter. (1983), "Sobre Alguns Temas em Baudelaire". Os Pensadores, São Paulo, Abril.
- BENOIT-LAPIERRE, N. (1979), "Guérir de la vieillesse", in *Le continent Gris, Communications*, n. 37. Paris, Seuil.
- BERGER, Peter. (1985), "Para um compreensão sociológica da psicanálise", in S. A. FIGUEIRA (org.), *A cultura da psicanálise*. São Paulo, Brasiliense.
- \_\_\_\_\_ & LUCKMANN, Thomas. (1973), *A construção social da realidade*, Petrópolis, Vozes.
- BIANCO, Bela Feldman. (1987), *Antropologia das sociedades contemporâneas - métodos*, São Paulo, Global Universitária.
- BIRMAN, Joel. (1995), "Futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise", in R. P. VERAS (org.), *Terceira Idade: Um Envelhecimento Digno para o Cidadão do Futuro*, Rio de Janeiro, Relume&Dumará/UnATI/UERJ.
- BLUMENTHAL, Hermam T. (1962), "Preface", in H. T. BLUMENTHAL, *Medical and clinical aspects of aging*. New York, Columbia University Press.
- BOSI, Ecléa. (1987), *Lembranças de velhos*, São Paulo, T. A. Queiroz/EDUSP.
- BOURDIEU, Pierre. (1983), "O campo científico", in R. ORTIZ (org.), *Pierre Bourdieu*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39, São Paulo, Ática.
- \_\_\_\_\_. (1987), *A economia das trocas simbólicas*. Série Estudos n. 20, 2ª edição, São Paulo, Perspectiva.
- \_\_\_\_\_. (1989), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_. (1991), "Introduction à la socioanalyse". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 90, Paris, edit. de Minuit.
- BRAGA, Ronald. (1989), Qualidade e eficiência no modelo de ensino superior brasileiro: uma reflexão crítica. NUPES, documento de trabalho 10/89, USP.
- CALDAS, Célia Pereira. (1997), "Memória, trabalho e velhice. Um estudo da memória de velhos trabalhadores", in R. P. VERAS (org.), *Terceira Idade: Desafios para o Terceiro Milênio*, Rio de Janeiro, Relume&Dumará/UnATI/UERJ.
- \_\_\_\_\_. (1992), "A produção social da velhice". *Série Estudos em Saúde Coletiva*, n. 29, Rio de Janeiro, IMS/UERJ.

- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (1988), "A presença do autor e a pós-modernidade em Antropologia". *Novos Estudos CEBRAP*, n. 21:133-157, CEBRAP.
- CAMARGO, Kenneth & VERAS, Renato Peixoto. (1995), "Idosos e universidade: parceria para qualidade de vida", in R. P. VERAS (org.), *Terceira Idade: Um Envelhecimento Digno para o Cidadão do Futuro*, Rio de Janeiro, Relume&Dumará/UnATI/UERJ.
- CANÔAS, Cilene S. (1985), *A condição humana do velho*. 1985, São Paulo, Cortez.
- CARDOSO, Ruth. (1986), *A Aventura Antropológica*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CASTILHO, Euclides A. & SZWARCOWALD, Celia L. (1992), "Os caminhos da estatística e suas incursões pela epidemiologia". *Cadernos de Saúde Pública* 8(1):5-21, jan./mar., Rio de Janeiro, ENSP/FIOCRUZ.
- CASTRO, Maria Helena Magalhães de & SCHWARTZMAN, Simon. (1991), *A trajetória acadêmica e profissional dos alunos da USP*. NUPES, documento de trabalho 2/91, USP.
- CÍCERO, Marco Túlio. (S/D), *Da velhice e da amizade*. São Paulo, Cultrix.
- COHEN, Lawrence. (1994), "Não há velhice na Índia: os usos da Gerontologia", in G. G. DEBERT, *Antropologia e Envelhecimento. Textos Didáticos*, n. 13, Campinas IFCH/UNICAMP.
- \_\_\_\_\_. (1996), "Old Age: Cultural and Critical Perspectives". *Ann. Rev. Anthropology*, 23:137-58, Palo Alto.
- COLLADO, Ana. (S.D.), "Efectos no deseados del processo de envejecimiento de la sociedad española". *REIS* n. 48/49:199-209, Barcelona.
- CORDEIRO, Hésio A. (1980), *A indústria da saúde no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- COWGIL, D. O. & HOLMES, L. D. (1972), *Aging and Modernization*. New York, Appleton-Century-crofts.
- CUNHA, Raquel Vieira da. (1976), "Introdução", in *Envelhecimento e Gerontologia*, São Paulo, Instituto Sedes Sapientiae.
- \_\_\_\_\_. (1980), "Educação permanente como perspectiva da integração social do idoso". *Cadernos da Terceira Idade*, n. 6:7-8, São Paulo, SESC.
- DARTON, Robert. (1995), "História e antropologia", in *O beijo de Lamourette: mídia cultura e revolução* São Paulo, Companhia da Letras.
- DEBERT, Guíta Grin. (1988), "Envelhecimento e representações sobre a velhice". *Ciência Hoje*, vol. 8 n. 44, SPBC.
- \_\_\_\_\_. (1992a), "Família, classe social e etnicidade: um balanço da bibliografia sobre a experiência de envelhecimento". *BIB*, 33:33-49, ANPOCS/Relume&Dumará.
- \_\_\_\_\_. (1992b), "Desbravando fronteiras e redefinindo padrões". *Tempo e Presença*, n. 264:13-16. Rio de Janeiro, CEDI.
- \_\_\_\_\_. (1992c), "Formas de gestão da velhice e experiência de envelhecimento", Campinas, mimeo.
- \_\_\_\_\_. (1993), "*O Discurso Gerontológico e as Novas Imagens do Envelhecimento*", Campinas, mimeo.
- \_\_\_\_\_. (1994a), "Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice", in G. G. DEBERT, *Antropologia e Envelhecimento. Textos Didáticos*, n. 13:7-30, Campinas IFCH/UNICAMP.

- \_\_\_\_\_. (1994b), "Gênero e envelhecimento". *Estudos Feministas*, vol. 2 n. 3/94:33-51, CIEC/ECO/UFRJ.
- \_\_\_\_\_. & SIMÕES, Júlio de Assis. (1994), "A Aposentadoria e a Invenção da Terceira Idade". in G. G. DEBERT, *Antropologia e Envelhecimento. Textos Didáticos*, n. 13, Campinas IFCH/UNICAMP.
- \_\_\_\_\_. (1997), "A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas". *RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, n. 34:39-56, ANPOCS.
- DOLL, Johannes. (1998), "Satisfação de vida de pessoas idosas no Brasil e na Alemanha". Trabalho apresentado na XXI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Vitória.
- DOUGLAS, Mary. (1976), *Pureza e Perigo*, São Paulo, Perspectiva.
- DRAIBE, Sônia. (1989), "O Welfare-State no Brasil: características e perspectivas". *Ciências Sociais Hoje*, 1989:29-61, Vértice/ANPOCS.
- DUARTE, Luís Fernando Dias. (1984a), "A Pesquisa em Ciências Sociais e um Fantasma Psicológico". *Religião e Sociedade*, n. 11/2:184-191, Rio de Janeiro, CER/ISER/Campus.
- \_\_\_\_\_. (1984b), "Grupo e Singularidade: uma reflexões antropológicas sobre um texto de Freud". *Religião e sociedade*, n. 11/2:138-145, Rio de Janeiro, CER/ISER/Campus.
- \_\_\_\_\_. (1986), "Três Ensaio Sobre Pessoa e Modernidade". *Boletim do Museu Nacional, Antropologia Nova Série* n. 41, Rio de Janeiro, Museu Nacional.
- \_\_\_\_\_. (1986), Classificação e Valor na Reflexão Sobre Identidade Social, in R. C. L. CARDOSO, *A Aventura Antropológica*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1986), *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar/CNPq.
- DUMONT, Louis. (1992), *Homo Hierarchicos*, São Paulo, EDUSP.
- \_\_\_\_\_. (1993), *O Individualismo: uma perspectiva antropológica sobre a ideologia moderna*, Rio de Janeiro, Rocco.
- DURHAN, Eunice Ribeiro. (1986) "A política de pós-graduação e as ciências sociais". *BIB*, n. 21:41-57, ANPOCS.
- \_\_\_\_\_. (1993), "O sistema federal de ensino superior". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 8, n. 23: 5-37, ANPOCS.
- ENGELS, F. (1975), "A situação da classe trabalhadora em Inglaterra". Porto, Afrontamentos.
- EVANS-PRITCHARD, Edward E. (1981), "Os Nuer do Sul do Sudão", in M. FORTES & E. E. EVANS-PRITCHARD (orgs.), *Sistemas políticos africanos*, tradução de Teresa Brandão, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- \_\_\_\_\_. (1993), *Os Nuer*. Col. Estudos, São Paulo Ed. Perspectivas.
- FEATHERSTONE, Mike. (1994), "O Curso da Vida: Corpo, Cultura e Imagens do Processo de Envelhecimento", in G. G. DEBERT (org.), *Antropologia e velhice*, textos didáticos n. 13, Campinas, IFCH/UNICAMP.
- FERNANDES, Flávio da Silva. (1988), "Gerontologia no Brasil: expectativas". *A terceira idade* ano 1 n. 1:19-24, São Paulo, SESC.

- FERREIRA, Francisco de Paula. (1976), "Prefácio e apresentação". in *Envelhecimento e Gerontologia*, São Paulo, Instituto Sedes Sapientiae.
- FERRIGNO, José Carlos. (1990), "Trabalho, aposentadoria e alienação social", *Temas Sociais*, ano XXII-1990, n. 230:15-24, reedição 1996, Rio de Janeiro, CBCISS.
- FIGUEIRA, Sérvulo. (1981), *O contexto social da psicanálise*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- \_\_\_\_\_. (1985), "Introdução: psicologismo, psicanálise e ciências sociais na 'cultura psicanalítica'; modernização, família e desorientação: uma das raízes do psicologismo no Brasil", in S. A. FIGUEIRA (org.), *A cultura da psicanálise*. São Paulo, Brasiliense.
- FILIZZOLA, Mário. (1964), *Como Emplacar 100 Anos*, Rio de Janeiro, Ed. do VAL.
- \_\_\_\_\_. (1972), *A Velhice no Brasil: Etarismo e Civilização*, Rio de Janeiro.
- FONTES, Maria Aparecida Rodrigues. (1996), "A voz da lançadeira: a experiência poética e os trabalhos da memória na terceira idade", in M. A. R. FONTES (org.), *Retratos e poesias*, Rio de Janeiro, UnATI/UERJ.
- \_\_\_\_\_. (1997), "O limite da palavra". Trabalho apresentado na I Jornada Científica da UnATI/UERJ, Rio de Janeiro, UnATI.
- FORRACHI, Marialice M. (1982), *Mannheim*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 25, São Paulo, Editora Ática.
- FORTES, Meyer. (S/D), "O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico", *Textos de Aula*, Antropologia n. 6, Brasília, Universidade de Brasília.
- \_\_\_\_\_. & EVANS-PRITCHARD, Edward E. (1981), *Sistemas políticos africanos*, tradução de Teresa Brandão, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- FOUCAULT, Michel. (1977), *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1985), *A história da sexualidade 3, o cuidado de si*. 4ª edição, Rio de Janeiro, Graal.
- \_\_\_\_\_. (1990), *A história da sexualidade 1, a vontade de saber*, 10ª edição, Rio de Janeiro, Graal.
- \_\_\_\_\_. (1993), *Microfísica do Poder*. 11ª edição, Rio de Janeiro, Graal.
- \_\_\_\_\_. (1994), *O Nascimento da Clínica*. 4ª edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- FRANÇA, Lúcia Helena & SOARES, Neusa Eiras. (1997), "A importância das relações intergeracionais na quebra da de preconceitos sobre a velhice", in R. P. VERAS (org.), *Terceira idade: desafios para o terceiro milênio*, Rio de Janeiro, Relume&Dumará/UnATI/UERJ.
- FRIAS, Luís. (1994), "Aspectos demográficos do envelhecimento populacional no Brasil", Rio de Janeiro, mimeo.
- FRUTUOSO, Dina Lurdes F. (1996), *A terceira idade na universidade: estudo do campo de representação*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação/UFRJ, datil.
- GEERTZ, Clifford. (1989a), "O anti-anti relativismo". *RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 3, n. 8:5-19. VÉRTICE/ANPOCS.
- \_\_\_\_\_. (1989b), *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, Guanabara.
- GIDDENS, Anthony. (1991a), "The sequestration of experience", in A. GIDDENS, *Modernity and self-identity*, Cambridge, Polity.
- \_\_\_\_\_. (1991b), *As conseqüências da modernidade*, São Paulo, UNESP.

- \_\_\_\_\_. (1993), *A Transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, São Paulo, UNESP.
- \_\_\_\_\_. (1997), "A vida em uma sociedade pós tradicional", in U. BECK, A. GIDDENS & S. LASH, *Modernização reflexiva*, São Paulo, UNESP.
- GLUKMAN, Max. (1987), "Análise de uma situação social na Zululândia moderna", in B. F. BIANCO (org.), *Antropologia das sociedades contemporâneas - métodos*, São Paulo, Global Universitária.
- GOFFMAN, Erving. (1992), *Manicômios, prisões e conventos*. 4ª edição, São Paulo, Perspectiva.
- GROISMAN, Daniel. (1998), "Asilo de velhos". Trabalho apresentado na XXI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Vitória.
- GUALLIMARD, Anne-Marie. (1986), "Les Politiques de la veillesse", in *Le continent Gris*, Communications, n. 37. Paris, Seuil.
- GUEDES, Neusa Mendes. (1991), "Participação da Universidade Federal de Santa Catarina na questão social da velhice". *Temas Sociais*, ano XXII-1990, n. 221:13-26, reedição 1991, Rio de Janeiro, CBCISS.
- GUEDES, Simoni Lahud. (1994), "Uma visão antropológica das categorias de idade", in A. K. Menezes (org.), *Gerontologia - Caminhos do envelhecer*, Rio de Janeiro, SBGG.
- GUERREIRO, Patrícia. (1993), *A experiência de envelhecimento e a Universidade para Terceira Idade da PUCCAMP*. Monografia de conclusão de graduação, IFCH-UNICAMP, datil.
- GUGGENHEIN, Susan. (1997), "A experiência da amizade: velhice e morte", in R. P. VERAS (org.), *Terceira Idade: Desafios para o Terceiro Milênio*, Rio de Janeiro, Relume&Dumará/UnATI/UERJ.
- \_\_\_\_\_. & PACE, Norma. (1996), "Encontros com a Psicologia", in J. D. SAYD (coord.), I Seminário de Preparação para a Aposentadoria, Anais vol. 2, Rio de Janeiro, UnATI.
- GUN, Roberto. (1998), "Conflito geracional em ambientes de trabalho". Trabalho apresentado na XXI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Vitória.
- HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. (1986), *A Ideologia da Velhice*, São Paulo, Cortez.
- \_\_\_\_\_. (1991), "Rompendo o Cerco". *Tempo e Presença*, n. 264:22-24. Rio de Janeiro, CEDI.
- HERMÓGENES, José. (1996), "Saúde na terceira idade". Rio de Janeiro, Nova Era.
- IBGE. (1997a), *Anuário Estatístico Brasil - 1996*. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- \_\_\_\_\_. (1997b), *Contagem da População*. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- KALACHE, Alexandre & Ramos, Luís & VERAS, Renato Peixoto. (1987), "Crescimento da População idosa no Brasil: transformações e conseqüências na sociedade". *Revista de Saúde Pública* 21(3):225-33, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (1997), "Introdução", in R. P. VERAS (org.), *Terceira idade: desafios para o terceiro milênio*, Rio de Janeiro, Relume&Dumará/UnATI/UERJ.
- KÉPÈS, Suzanne & THIRIET Michèle. (1994), *Mulheres de 50 anos: como viver plenamente esta nova idade*. 2ª edição, Porto Alegre, L&PM Editores.

- KUHN, Tomas. (1974), "A função do dogma na investigação científica", in J. D. DEUS (org.), *A crítica da ciência*, Rio de Janeiro, Zahar editores.
- \_\_\_\_\_. (1990), *A estrutura das revoluções científicas*. 3ª edição. São Paulo, Perspectiva.
- KUPLAN, Louis. (1962), "The International Association of Gerontology", in H. T. BLUMENTHAL, *Medical and clinical aspects of aging*. New York, Columbia University Press.
- LAcAPRA, Dominic. (1991), "Retórica e História", Tradução de Guillermo Palacios, CPDA-UFRRJ Itaguaí, mimeo.
- LASCH, Christopher. (1991), *Refúgio num Mundo sem Coração, a família: Santuário ou Instituição Sitiada?*, São Paulo, Paz e Terra.
- LBA. (1986), *O Idoso e a Política Social*. Rio de Janeiro, DAEI/LBA.
- LEMOES, Regina. (1994), *Quarenta, a idade da loba*, São Paulo, Globo.
- LENOIR, Rémi. (1979), "L'invention du 'Troisième âge': constitution du champ des agents de gestions de la vieillesse". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 26/27:57-82. Paris, Edit. de Minuit.
- \_\_\_\_\_. (1990), "Objet sociologique et problème social". in P. CHAMPAGNE *et alli*, *Initiation a la Pratique Sociologique*, Paris, Dunond.
- LEPARGNEUR, Hubert. (1997), "A terceira idade; ontem, hoje e amanhã". *O Mundo da Saúde*, ano 21 vol. 5 n.4 jul./ago., São Paulo.
- LOPES, Andréa. (1998), "Os geriatras e os gerontólogos na formação da Gerontologia em um campo de saber específico", Trabalho apresentado na XXI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Vitória.
- LUZ, Madel. (1988), *Natural, Racional, Social*, Rio de Janeiro, Campus.
- LYRA, (1986), discurso proferido no Seminário Nacional "O Idoso e a Política Social", in LBA, *O Idoso e a Política Social*. Rio de Janeiro, DAEI/LBA.
- MANNHEIM, Karl. (1982), "O problema sociológico das gerações", in M. M. FORRACHI (org.), *Mannheim*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 25, São Paulo, Editora Ática.
- MARTINS DE SÁ, Janete Liasch. (1991), *A Universidade da Terceira Idade da PUCCAMP: proposta e ação inicial*. Campinas, Universidade Católica de Campinas.
- MAUSS, Marcel. (1973), "Une catégorie de l'esprit humain: la notion de personne delle de 'moi'", in M. MAUSS, *Sociologie e Anthopologie*. 5ª edição, Paris, puf.
- \_\_\_\_\_ & HUBERT Henri. (1973), "Esquisse d'une théorie générale de la magie", in M. MAUSS, *Sociologie e Anthopologie*. 5ª edição, Paris, puf.
- MEAD, Margaret. (1949), *Coming of Age in Samoa*. New York, The New American Library.
- MEDEIROS, Alexandre. (1990), "Coroas Enxutos". *Revista de Domingo* n. 748 Rio de Janeiro, JORNAL DO BRASIL, edição de 02/07/1990
- MENEZES, Ariana K. (1994), *Gerontologia - Caminhos do envelhecer*, Rio de Janeiro, SBGG.
- \_\_\_\_\_. (1996), "Institucionalização de longa permanência para o idoso: questões das políticas públicas do presente e do futuro". *Boletim SBGG-RJ*, ano 4, n. 12:12-14, dez. 1996. Rio de Janeiro, SBGG-RJ.

- METCHNIKOFF, Élie. (1917), "Introduction à l'étude scientifique de la vieillesse", in *Étude sur la nature humaine*, 5ª edição. Paris, A. Maloine et Fils Editeurs.
- MOTLIS, Jaime. (1988), *La vejez y sus multiples caras*, Israel, Editorial Aurora.
- MOTTA, Edith. (1990), "Envelhecimento social". *Temas Sociais*, ano XXII-1990, n. 230:25-57, reedição 1996, Rio de Janeiro, CBCISS.
- MOTTA, Flávia de Mattos. (1990), *Velha e a vovózinha: a faceirice como identidade de mulheres na velhice*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mimeo.
- MPAS. (1996), *Plano de Ação Governamental Integrado para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso*. Brasília, Ministério da Previdência e Assistência Social/Secretaria de Assistência Social.
- NAHOUM, Jean Claude. (1986), "A velhice como fenômeno social", in LBA, *O Idoso e a Política Social*. Rio de Janeiro, DAEI/LBA.
- NERI, Anita Liberalesso. (1991), *Envelhecer num país de jovens: Significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- NUNES, Alzira Tereza Lobato & PEIXOTO, Clarice. (1994), *Perfil dos alunos da Universidade Aberta da Terceira Idade*, Rio de Janeiro, FSS/UERJ, mimeo.
- NUNES, Márcia Bandeira de Mello Leite. (1986), "Profissões e mundos sociais; o caso da psicanálise nos Estados Unidos". *Anuário Antropológico* 85:20-3-223, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- OLIVEIRA, Ana Maria Lima D'Aut de. (1991), "Convivência social do idoso". *Cadernos de Prática Social* 9:3-17. SESC.
- OLIVEIRA, M. Coleta F. Albino & Elza S. A. (1990). "Família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes. *Ciências Sociais Hoje*, Vértice/ANPOCS.
- \_\_\_\_\_. (1992) "Às mulheres, os hormônios". *Revista Brasileira de Estudos de População* 9(2) Campinas.
- \_\_\_\_\_. (1998) "Menopausa, reposição hormonal e a construção social da meia idade". Trabalho apresentado no Simpósio Internacional: Curso da Vida, Imagens do Envelhecimento e Novas Tecnologias do Corpo. Rockefeller Foundation/UNICAMP. 10 a 13 de agosto, Campinas.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. (1976), *Identidade etnia e estrutura*, São Paulo, Livraria Pioneira.
- \_\_\_\_\_. (1988), *Sobre o Pensamento Antropológico*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- OLIVEN, Rubem George. (1984), *Urbanização e mudança social no Brasil*. 3ª edição, Petrópolis, Vozes.
- ORTIZ, Renato. (1983), *Pierre Bourdieu*, Coleção Grandes Cientistas Sociais n. 39, São Paulo, Editora Ática.
- PACHECO, Jaime Lisandro. (1994), *Velhice e dignidade*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação/UERJ, datil.
- PATARRA, Neide. (1994), "Transição demográfica, novas evidências, velhos desafios". *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* 11(1):27-37, Campinas.
- PAPA Jr. José. (1982), "Apresentação", in M. A. SALGADO, *Velhice, uma nova questão social*. Série Terceira Idade, São Paulo, SESC.

- PEIXOTO, Clarice. (1995), "A Sociabilidade dos idosos cariocas e parisienses: a busca de estratégias para preencher o vazio da inatividade". *RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 10, n. 27:138-149. ANPOCS.
- \_\_\_\_\_. (1997), "De volta às aulas ou de como ser estudante aos 60 anos", in R. P. Veras (org.), *Terceira Idade: Desafios para o Terceiro milênio*, Rio de Janeiro, Relume&Dumará/UnATI/UERJ.
- PENIDO Fº, Raul. (1996), "Reminiscências". *Boletim da SBGG-RIO*, ano 4, junho de 1996. Rio de Janeiro, SBGG-Rio.
- PEREIRA, Jesus Vazquez. (1980), "Educação para a participação". *Cadernos da Terceira Idade*, n. 6:9-12, São Paulo, SESC.
- PEREIRA, Maria Lúcia da Cruz *et alli*, (1994), *Mulher 40 graus a sombra, reflexões sobre a vida após os 40 anos*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- PRATA, Lizete E. (1990), "Os Programas Especificamente Destinados à 3ª Idade", in *O Idoso Na Grande São Paulo*, São Paulo: SEADE.
- PRATA, Pedro Reginaldo. (1992), "A Transição Epidemiológica no Brasil". *Cadernos de Saúde Pública* 8(2):186-175, abril/jun. Rio de Janeiro, ENSP/FIOCRUZ.
- PY, Lígia. (1995), "Testemunhas vivas da história: um caminhar reflexivo sobre as ação de pessoas idosas em aulas de história do Brasil para alunos do segundo grau". Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia - EICOS/UFRJ, datil.
- QUEIRÓS, Marcos de Souza. (1986), "O paradigma mecanicista da medicina ocidental moderna: uma perspectiva antropológica". *Revista de Saúde Pública*, 20(4):309-317. São Paulo.
- QUEIROZ, Zally Pinto Vasconcellos de. (1982), "Os idosos: uma nova categoria etária no Brasil". *Cadernos da Terceira Idade*, n. 7:17-31, São Paulo, SESC.
- RABINOW, Paul. (1991), "Artificialidade e ilustração, da sociobiologia a bio-sociabilidade". *Novos Estudos CEBRAP*, n. 31:79-93, CEBRAP.
- REBOUÇAS, Cleide Maria de Paula. (1996), "programas para terceira idade; alternativa de mudança da imagem social". *Mente social*, v. 2, n.3:41-52, Rio de Janeiro, UGF.
- \_\_\_\_\_. (1996), *Influência de grupos de convivência da terceira idade sobre a mudança de atitude de seus membros em relação a velhice*. Dissertação de Mestrado, UGF, datil.
- RISMAN, Arnaldo. (1995), "Atividade sexual na terceira idade", in R. P. VERAS (org.), *Terceira Idade: Um Envelhecimento Digno para o Cidadão do Futuro*, Rio de Janeiro, Relume&Dumará/UnATI/UERJ.
- \_\_\_\_\_ & BEZERRA, Marise Joubert. (1997), "A carruagem da saudade: seremos todos passageiros. O percurso da sexualidade na terceira idade", *Scientia Sexualis*, ano III, n. 1, Mestrado em sexologia da Univ. Gama Filho. Rio de Janeiro, Editora central da Univ. Gama Filho.
- RODRIGUES, Lea Carvalho. (1997), *Rituais na universidade. Uma etnografia da UNICAMP*. Coleção Campiniana 15, Campinas, IFCH/Centro de Memória - UNICAMP.
- RODRIGUES, Luciana Barão. (1996), *A era FUNARTE: governo, arte e cultura nos anos 70*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Socais/UFRJ, datil.

- RODRIGUES, Nara Costa. (1991), "Primeiro seminário de gerontologia social do Estado do Rio de Janeiro: serviços comunitários básicos". *Temas Sociais*, ano XXII-1990, n. 221:1-11, reedição 1991, Rio de Janeiro, CBCISS.
- SALEM, Tânia. (1986), "Famílias em camadas médias: uma perspectiva Antropológica". *BIB*, n. 21:25-39, ANPOCS.
- \_\_\_\_\_. (1989), "O casal igualitário: princípios e impasses". *RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 3, n. 9: 24-37. ANPOCS.
- \_\_\_\_\_. (1992), "Manuais modernos de auto ajuda; uma análise antropológica sobre a noção de pessoa e suas perturbações". *Série Estudos em Saúde Coletiva*, n. 7, IMS/UERJ.
- \_\_\_\_\_. (1993), "A 'despossessão subjetiva': dos paradoxos do individualismo". *RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 7, n. 18:62-77, ANPOCS.
- SALGADO, Marcelo Antônio. (1977), "Escola aberta para idosos; uma nova abordagem sócio-educativa". *Cadernos da Terceira Idade*, n. 1:19-24, São Paulo, SESC.
- \_\_\_\_\_. (1982a), *Velhice, uma nova questão social*. Série Terceira Idade, São Paulo, SESC.
- \_\_\_\_\_. (1982b), "O significado da velhice no Brasil: uma imagem da realidade latino-americana". *Cadernos da Terceira Idade*, n. 7:7-13, São Paulo, SESC.
- \_\_\_\_\_. (1990a), "Gerontologia social: teorias do envelhecimento", *Temas Sociais*, ano XXII-1990, n. 230:1-8, reedição 1996, Rio de Janeiro, CBCISS.
- \_\_\_\_\_. (1990b), "Aposentadoria e ética social". *Temas Sociais*, ano XXII-1990, n. 230:9-14, reedição 1996, Rio de Janeiro, CBCISS.
- SAMPAIO, Helena. (1991), *Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990*. NUPES, documento de trabalho 8/91, USP.
- SAN ROMAN, Teresa. (1989), *Vejez e Cultura: Hacia los Limites del Sistema*. Barcelona, Fundación Caja de Pensiones.
- SANT'ANA, Maria J. G. (1997), "UnATI, a velhice que se aprende na escola: um perfil de seus usuários", in R. P. VERAS (org.), *Terceira idade: desafios para o terceiro milênio*, Rio de Janeiro, Relume&Dumará/UnATI/UERJ.
- SANTOS, Tânia Coelho dos. (1991), "Psicologismo e mudança social". *PHYSIS, Revista de Saúde Coletiva*, vol. 1 n2:77-111. Rio de Janeiro, IMS/UERJ.
- SAYD, Jane D. (1995), "Terapêutica e mito". *Série Estudos em Saúde Coletiva*, n. 129, IMS/UERJ.
- SAYEG, Mário. (199), "A vida após os 80 anos". *Arquivos de geriatria e gerontologia*, vol. 0, n. 0: 5-8. Rio de Janeiro, SBGG/ECN.
- SAYEG, Norton. (199), "Política nacional do idoso: imperiosa necessidade". Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, mimeo.
- SCHARFSTEIN, Eloisa Adler. (1996), *Discurso e identidade: uma visão sócio-construcionista da velhice*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras/UFRJ, datil.
- SCHUBERT, Nuremberg R. (1977), "Tarefas e metas da Gerontologia", in H. G. GADAMER & P. VOGLER (org.), *Nova Antropologia* n. 3, edição brasileira coordenada por E. SCHADEN, São Paulo, EPU/EDUSP.

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. (1995), "Complexo de Zé-Carioca: sobre uma certa ordem da mestiçagem e da malandragem". *RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano. 10, n.29: 49-65. ANPOCS.
- SECCO, Carmem Lúcia T. R. (1992), *As Rugas do Tempo nas Dobras do Literato*. Tese de doutorado Faculdade de Letras/UFRJ, datil.
- SEEGER, Anthony. (1980), "Os velhos nas sociedades tribais", in *Os Índios e Nós*, Rio de Janeiro, Campos.
- SEVALHO, Gil. (1992), *Permanências culturais no uso de medicamento alopático moderno*". Dissertação de mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública, FIOCRUZ.
- SEVCENKO, Nicolau. (1991), "O envelhecimento e o mistério da passagem do tempo". *A terceira idade*, n. 4;4-16, São Paulo, SESC.
- SILVA, Osvaldo Gonçalves da. (1988), "Vinte e cinco anos de trabalho pioneiro". *A terceira idade*, ano 1 n. 1:25-31, São Paulo, SESC.
- SOARES, Neusa Eiras. (1997), *A velhice e suas representações sociais em instituições públicas de saúde*, Tese de doutorado, Instituto de Medicina Social/UERJ, datil.
- SOBRAL, Benigno. (1994), "O ser aposentado, a emergência de um ator social", in A. K. Menezes (org.), *Caminhos do Envelhecer*. Rio de Janeiro, ed. Revinter, SBGG.
- \_\_\_\_\_. (1995), "Novos fatos e alguns pontos de vista sobre a terceira idade", *História, Ciências Sociais, Saúde – Manguinhos*, v. 2 n. 1:135 – 148. Rio de Janeiro, FIOCRUZ.
- \_\_\_\_\_. (1996), "Instâncias de intervenção na saúde do idoso". *Arquivos de Geriatria e Gerontologia*, v. 0, SBGG.
- \_\_\_\_\_. *et alli*. (1994), "Políticas de atenção na terceira idade". *Série Estudos em Saúde Coletiva*, n. 92, IMS/UERJ.
- STOLCKER, Verena. (1986), "Velhos valores, novas tecnologias, quem é o pai?". Anuário Antropológico - 1986:93-114. Rio de Janeiro/Brasília, Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro.
- STUCCHI, Deborah. (1994), *Os programas de preparação para aposentadoria e o remapeamento do curso da vida do trabalhador*. Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP, datil.
- TEIXEIRA, (1990), "Do seguro a securidade: a metamorfose inconclusa do sistema previdenciário brasileiro". Texto para discussão n. 249, Instituto de Economia Industrial, UFRJ.
- THOMPSON, Paul. (1991), " 'I don't fell old': subjective ageing and the search for meaning in later live". Rio de Janeiro, Mestrado em Sociologia da UFRJ, mimeo.
- UnATI. (1996), *Instituto da Terceira Idade: Proposta de Criação*. Rio de Janeiro, UnATI/UERJ.
- UNESCO. (1982), "Un plan mundial de acción". *El Correo de la UNESCO*, nº 10, Paris, UNESCO.
- UNITED NATIONS. (1982), *Report of world assembly on aging*. New York, United Nations.
- \_\_\_\_\_. (1988), *Economic and social implications of populations aging*. New York, Department of International Economic and Social Affairs.
- \_\_\_\_\_. (1992), "World populations monitoring 1991: with special emphasis on age structure". *Population Studies*, n. 126. New York, Department of International Economic and Social Affairs.

- \_\_\_\_\_. (1993), *Demographic yearbook - special issue: population ageing and the situation of elderly persons*. New York, Department for Economic and Social Information and Policy Analysis.
- \_\_\_\_\_. (1994), *Ageing and the family*. New York, Department for Economic and Social Information and Policy Analysis.
- VELHO, Gilberto. (1981), *Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*, Rio de Janeiro, Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1989), *Subjetividade e sociedade, uma experiência de geração*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1994), *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor.
- VERAS, Renato Peixoto. (1984), *Pais Jovem com Cabelos Brancos*, Rio de Janeiro, Relume&Dumará/UERJ.
- \_\_\_\_\_. (1995), *Terceira Idade: Um envelhecimento Digno para o Cidadão do Futuro*, Rio de Janeiro, Relume&Dumará/UnATI/UERJ.
- \_\_\_\_\_. (1996), "Ageing in developing countries: a case study of Brazil". in S. EBRAHIM & A. KALACHE (org.), *Epidemiology in old age*. Londres, BMJ Publishing Group/WHO.
- \_\_\_\_\_. (1997), *Terceira Idade: Desafios para o Terceiro Milênio*, Rio de Janeiro, Relume&Dumará/UnATI/UERJ.
- VIEGAS, S. M. & LIMA, A. P. (1988), "A Diversidade Cultural do Envelhecimento: A Construção Social da Categoria de Velhice". *Psicologia: Revista da associação Portuguesa de Psicologia*, vol. VI n. 2.
- VILHENA, Luís Rodolfo. (1990), *O Mundo da Astrologia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- WASHINGTON, Marília Leite. (1980), "Educação permanente na terceira idade". *Cadernos da Terceira Idade*, n. 6:13-15, São Paulo, SESC.
- WEBER, Max. (1995), "O sentido da 'neutralidade axiológica' em ciências sociais e econômicas", in *Metodologia das ciências sociais*, parte 2, 2º edição, pp. 361-398. Campinas, Cortez/UNICAMP.
- WHITE, Hayden. (1991), "A questão da narrativa na teoria contemporânea da história". *RH - Revista de História*, n. 2/3:47-89. Campinas, IFCH/UNICAMP.
- \_\_\_\_\_. (1992), *Meta-História: a imaginação histórica no século XIX*, São Paulo, EDUSP.